

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

**PAULO DUARTE ENTRE SÍTIOS E TRINCHEIRAS EM
DEFESA DA SUA DAMA – A PRÉ- HISTÓRIA**

Aureli Alves de Alcântara

**Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Arqueologia do
Museu de Arqueologia e Etnologia da
Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre em
Arqueologia.**

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Oliveira Bruno

Linha de Pesquisa: Musealização da Arqueologia

**São Paulo
2007**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

BANCA EXAMINADORA

.....

.....

.....

DEDICATÓRIA

A minha mãe, Áurea Alves da Silva, cujo espírito de luta, perseverança e fé inspiraram e conduziram meus caminhos na realização de projetos ambiciosos.

AGRADECIMENTOS

Na impossibilidade de fazer justiça a todos que cooperaram para a realização deste trabalho, penso que o estabelecimento de categorias com nomes representativos simbolizará aqueles que não foram nominalmente citados, assim agradeço:

A Profa. Dra. Maria Cristina Oliveira Bruno pela orientação, dedicação, competência, determinação e apoio.

Ao Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari e a Profa. Dra. Marisa C. Afonso pelas ponderações e sugestões realizadas na Banca de Qualificação.

A Profa. Dra. Miyoko Makino que orientou, instigou e possibilitou os primeiros passos acadêmicos e, ainda hoje, é interlocutora presente e constante.

A Profa. Dra. Marília Xavier Cury, pela amizade, disponibilidade e incontáveis esforços para que eu até aqui chegasse e esse trabalho se realizasse. Mediante a ineficácia de qualquer tentativa de agradecimento, esse é apenas o registro do meu reconhecimento.

As inúmeras instituições em que realizei a pesquisa e aos funcionários que somaram ao profissionalismo o tão necessário humanitarismo: Kátia Filipini (ex-funcionária do MAE-USP), Márcia Medeiros de C. Mendo (Museu Paulista) e Carmem Lúcia Antônio (CEDAE/IEL - Unicamp).

Aos funcionários da Seção Acadêmica do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, particularmente, aos pacientes, dedicados e atenciosos: Vanuza dos Santos Gregório, Geraldo de Souza Miranda, Heloísa Ribeiro de Babo e Regina Estela L. e Silva.

Aos companheiros de Pós-Graduação Carla Gilbertoni e Silvio Cordeiro por compartilharmos da alegria da retomada do papel de estudante.

A amiga Márcia Aparecida Souto pela certeza e segurança do apoio incessante, em qualquer tempo ou lugar e ao amigo Jorge Joaquim Magyar, conselheiro prudente que não me permite hesitar.

A minha irmã Cássia pela alegria e pela substituição de todas as ausências familiares.

A amiga Andréa Dias Vial, companheira presente nessa trajetória. O resultado desse trabalho, ressaltadas as imperfeições, é fruto de preciosas, inteligentes e animadas discussões, bem como o produto de questionamentos, indicações de material de pesquisa, apontamento de soluções, compartilhamento de decisões, que não se circunscreveram ao âmbito do trabalho. Essas linhas não comportam minha gratidão.

Ao generoso Robert Anyaegbunan Erokwu, que vibra com as minhas conquistas como se fossem suas e, que sem o seu apoio e companhia nenhuma delas teria sentido.

RESUMO

Essa dissertação investiga o desenvolvimento da Arqueologia em São Paulo, nos anos 50 e 60 do século passado, a partir da trajetória de Paulo Duarte e identifica a missão social da ciência arqueológica vinculada aos procedimentos museológicos com vistas à transformação da realidade da época abordada.

O estudo examina a influência do Musée de l'Homme e de Paul Rivet para a consolidação de modelos institucionais preservacionistas arqueológicos pautados por ideais de alteridade e diversidade resultantes da necessidade de utilidade social e educacional dos museus como mecanismos de pesquisa, preservação, divulgação e popularização da Arqueologia, possibilidade suscitada pela implantação das pesquisas arqueológicas científicas de cunho universalista e humanista implementada por Paulo Duarte.

A investigação permite compreender o legado histórico que a Arqueologia recebeu do período focalizado e as implicações científicas para as questões atuais da Arqueologia Pública e da Musealização da Arqueologia.

A análise aponta a importância institucional para o adequado procedimento de pesquisa, salvaguarda e comunicação arqueológica mediante o histórico das instituições existentes ou idealizadas no período como: o Departamento de Cultura, a Comissão de Pré-História, O Instituto de Pré-História e Etnologia, o Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo, o Museu do Homem Americano e o Museu Paulista.

Palavras-chave: Paulo Duarte. Musealização da Arqueologia. Museu. Arqueologia. Preservação do patrimônio arqueológico.

ABSTRACT

This work investigates the development of Archaeology in São Paulo in the years 50 and 60 of the last century from the part of Paulo Duarte and identifies the missions archeological social sciences linked to the museological procedures in order to transform the reality of the approaching period.

The study examines the influence of Musée de l'Homme and Paul Rivet in consolidating and preserving institutional archeological models based on ideals of alterity and diversity resulting from the need for social utility and educational museums such as research mechanism, preservation, dissemination and popularization of Archeology, possibility raised by the implantation of scientific archeological researches wedged universally by humanists implemented by Paulo Duarte.

The research allows us to understand the historical legacy which Archeology received in the focused period and the scientific implications on the actual questions on Public Archaeology and the Musealization of Archaeology.

The analysis highlights the importance for a proper institutional research procedures, protection and archeological communication through the history of the existing institutions or idealized in the period as: the Department of Culture, the Committee of Pre-History, the Institute of Pre-History and Ethnology, the Institute of Pre-History of University of São Paulo, the Museum of American Man and the Paulista Museum.

Keywords: Paulo Duarte. Musealization of Archaeology. Museum. Archaeology. Preservation of the archaeological patrimony.

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1 – Aproximação teórico-metodológica entre as instituições culturais criadas por Paulo Duarte, década de 30, e os estudos arqueológicos | 68 |
| Tabela 2 – Aproximação teórico-metodológica entre as primeiras instituições museológicas brasileiras que contemplaram a Musealização da Arqueologia | 89 |
| Tabela 3 – Transformação teórico-metodológica na implantação do Musée de l’Homme definindo novos parâmetros para a Musealização da Arqueologia no âmbito dos estudos antropológicos | 131 |
| Tabela 4 – Missões de Paul Rivet na América Latina (1901 a 1955) | 141 |
| Tabela 5 – Implantação da linha teórico-metodológica do Musée de l’Homme nos processos de Musealização da Arqueologia na América Latina | 176 |
| Tabela 6 – Implantação, por Paulo Duarte, da linha teórico-metodológica do Musée de l’Homme nos processos de Musealização da Arqueologia no Brasil | 261 |

LISTAS DE IMAGENS

| | |
|--|-----|
| Figura 1: Residência de Paulo Duarte em 1977 - Agência Estado | 26 |
| Figura 2: Exílio [1933] – Os Mesquita e Paulo Duarte. - Agência Estado | 33 |
| Figura 3: Paulo Duarte: preso por lutar na Revolução de 1932 Agência Estado | 33 |
| Figura 4: Leroi-Gourhan, Paul Rivet e Paulo Duarte – Musée de l’Homme Photothèque Musée de l’Homme - Col. Musée de l’Homme. | 69 |
| Figura 5: Museu de Etnografia do Trocadero - Paris Disponível em : < http://www.paris1900.lartnouveau.com > [Consultado em 21/08/2007]. | 94 |
| Figura 6: Imagens da expografia do Musée de l’Homme, colecionadas por Paulo Duarte - Photothèque Musée de l’Homme - Col. Musée de l’Homme. | 103 |
| Figura 7: Apresentação da cultura material de diversos povos no Musée de l’Homme - Photothèque Musée de l’Homme - Col. Musée de l’Homme. | 106 |
| Figura 8: Palais Challois Disponível em : < http://www.paris1900.lartnouveau.com > [Consultado em 21/08/2007]. | 115 |
| Figura 9: Cartaz com funcionários do Musée de l’Homme e que foram vitimas da ocupação nazista - Photothèque Musée de l’Homme - Col. Musée de l’Homme. | 117 |
| Figura 10: Paulo Duarte e Paul Rivet no Musée de l’Homme Photothèque Musée de l’Homme - Col. Musée de l’Homme. | 128 |
| Figura 11: Acervos do Brasil e do México no Musée de l’Homme Photothèque Musée de l’Homme - Col. Musée de l’Homme. | 132 |
| Figura 12: Sala de exposição com acervos da América Latina - Musée de l’Homme - Photothèque Musée de l’Homme - Col. Musée de l’Homme. | 140 |

| | |
|--|-----|
| Figura 13: Paulo Duarte e Paul Rivet com os livros doados para a biblioteca do Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros - Photothèque Musée de l'Homme - Col. Musée de l'Homme. | 151 |
| Figura 14: Paulo Duarte e os objetos de sua história. Agência Estado (composição) | 177 |
| Figura 15: Pesquisa arqueológica no sambaqui Maria Rodrigues, Cananéia. Arquivo Paulo Duarte | 182 |
| Figura 16: Ruas em Cananéia com pavimentação de conchas de sambaquis Arquivo Paulo Duarte | 212 |
| Figura 17: J. Emperaire, Paulo Duarte e Paul Rivet no sambaqui de Maratuaá 1954 - Arquivo Paulo Duarte | 219 |
| Figura 18: Composição expográfica com fios de nylon como realizado por G. H. Riviere no Musée de l'Homme – Arquivo Paulo Duarte. | 253 |
| Figura 19: Sr. George Nasturel – pintor que materializou os painéis expográficos. Arquivo Paulo Duarte. | 254 |
| Figura 20: Legado patrimonial do IPH. Em outro momento foi Logotipo da Instituição e, posteriormente, apresentada em várias exposições do chamado novo MAE. Arquivo Paulo Duarte. | 255 |
| Figura 21: Conjunto de imagens que apresentam semelhanças expográficas entre a vitrina do Musée de l'Homme (acima) e a vitrina do Museu do Homem Americano (abaixo). Photothèque Musée de l'Homme - Col. Musée de l'Homme e Arquivo Paulo Duarte | 256 |
| Figura 22: Elementos científicos e didáticos da expografia do Musée de l'Homme, posteriormente, usados como modelo para o futuro Museu do Homem Americano. Photothèque Musée de l'Homme - Col. Musée de l'Homme | 257 |
| Figura 23: Outra técnica de montagem de painel expositivo que cruzou elementos fotográficos diversos. Arquivo Paulo Duarte. | 260 |

Bato-me, pois, para que vocês, moços de hoje e de amanhã, possam ser o que não tiveram os moços da minha geração, possam ter aquilo que eu não tive, isto é, a garantia, a segurança e a tranqüilidade necessárias ao estudo, à pesquisa, ao trabalho, mas num país que tenha sido capaz de compreender o que seja o estudo, a pesquisa e o trabalho ; não um país frustrações, que transforme em esgrimistas aqueles que nasceram para outras aventuras: a aventura da biblioteca, a aventura do museu, a aventura do laboratório, a aventura da Faculdade de Filosofia.(Duarte, 1964)

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO | 14 |
| CAPÍTULO 1 – ANTES DA PRÉ-HISTÓRIA: CAMINHOS E PRÁTICAS | 27 |
| 1.1 – Paulo Duarte – Perfil e início da trajetória | 27 |
| 1.2 – A efetivação da utopia: o Departamento de Cultura | 34 |
| 1.3 – Mecanismo de defesa patrimonial: a Campanha Contra o Vandalismo e o Extermínio e o malogro do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico de São Paulo | 48 |
| CAPÍTULO 2 – TORPOR DO EXÍLIO E DESPERTAR ARQUEOLÓGICO | 70 |
| 2.1 – Templo das musas e abrigo de Atenas: os museus e a Arqueologia | 70 |
| 2.1.1 – O Museu Nacional | 76 |
| 2.1.2 – O Museu Paulista | 80 |
| 2.1.3 – O Museu Paranaense | 86 |
| 2.1.4 – Balanço da Musealização da Arqueologia | 88 |
| 2.2 – Mentalidades Convergentes na “Casa de Rivet”: Paulo Duarte e o Musée de l’Homme | 91 |
| CAPÍTULO 3 – O MUSEU DO HOMEM E A REDE DE AÇÕES NA AMÉRICA LATINA | 133 |
| 3.1 – Desilusão Franco Brasileira e a derrocada do projeto latino americano: O Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros | 133 |
| 3.2 – Paradigma para os estudos Pré-Históricos: A Missão Científica Franco-Brasileira | 165 |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 4 – PRÉ-HISTÓRIA DO BRASIL: ESSA GRANDE DESCONHECIDA | 178 |
| 4.1 – Ações, Instituições e Legislações: combate à incompreensão e à destruição | 178 |
| 4.1.1 – Comissão de Pré-História | 178 |
| 4.1.2 – Instituto de Pré-História e Etnologia | 239 |
| 4.2 – Museum: o sonho revisitado e as perspectivas de popularização científica | 244 |
| 4.2.1 – Os Museus | 244 |
| 4.2.2 – Os Cursos de Pré-História | 262 |
| 4.3 – O Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo | 264 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 271 |
| FONTES | 286 |
| BIBLIOGRAFIA | 287 |
| ANEXOS | 298 |

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.

INTRODUÇÃO

Os estudos históricos partem da necessidade de compreender o presente e de analisar questões que são postas pela contemporaneidade. Ao olhar o passado pode-se vislumbrar contextos onde a problemática atual também foi foco de incertezas por parte de diferentes povos e em outros períodos. Para Bosi, algumas vezes “[...] o presente busca ou precisa livrar-se do peso do passado; outras, e talvez sejam as mais numerosas, é a força da tradição que exige o *ritornello* de signos e valores sem os quais o sistema se desfaria” (BOSI, 1992: 377).

Desta forma, a História tem importância fundamental nos estudos sobre a ciência, pois entender o percurso que um determinado ramo de conhecimento percorreu implica na identificação de: idéias, contexto, escolhas, dificuldades e envolvimento sociais pelas quais se pautou o desenvolvimento científico (LOPES, 1993).

A compreensão deste universo permite avaliar os rumos que os cientistas contemporâneos devem impor às pesquisas na atualidade. Logicamente, que o estudioso não é o único responsável pela trajetória de uma ciência. Somam-se às ações dos pesquisadores outros fatores como as contingências históricas, os recursos disponíveis, os embates políticos, as possibilidades ou não de intervenção por parte dos investigadores, os interesses sociais entre muitos outros elementos. No entanto, os avanços ou retrocessos de um dado campo do saber também dependem do ritmo que o cientista imprime ao conhecimento científico e às suas formas de efetivação.

A atualidade impõe à Arqueologia e à Museologia alguns desafios como: a necessidade de intervenção social do conhecimento científico para o estabelecimento de identidades, a valorização das culturas pré-históricas evidenciando o legado cultural deixado para a Humanidade, a preservação e a comunicação da herança patrimonial arqueológica, a valorização e democratização cultural e científica e a popularização do conhecimento. Essas questões são discutidas, atualmente, no âmbito da Arqueologia Pública e nas possibilidades da Museologia enquanto disciplina aplicada no campo da Musealização da Arqueologia (FUNARI, 1990; BRUNO, 1999; MERRIMAN, 2004).

Portanto, apresenta-se a necessidade do equacionamento desses desafios para que seja possível o estabelecimento de parcerias com um público informado e disposto a colaborar com os processos de desenvolvimento da pesquisa arqueológica impedindo a destruição do

patrimônio e que permita que a ciência exerça a sua responsabilidade social contribuindo para a melhoria dos contextos onde está inserida (BRUNO, 1984; 1994).

Em outra realidade histórico-científica este problema foi apresentado e respondido pelo intelectual Paulo Duarte e as decisões tomadas por este estudioso podem servir de parâmetros para as necessidades museológicas e arqueológicas atuais, pois o conhecimento sobre a historicidade dos processos institucionais e científicos são fundamentais e decisivos para implementação de novos procedimentos, pois é a par das informações passadas que compreendemos as necessidades, continuidades ou rupturas que influenciaram a atualidade (BRUNO, 1999).

Desde os primórdios, os estudos arqueológicos estiveram relacionados com as instituições museológicas. A Museologia¹ no final da década de 50 – século XX - preocupada com a democratização e a inserção social de suas práticas adotou no âmbito das discussões teóricas a necessidade de novas formas de musealização que permitissem a intervenção social na realidade brasileira (ARAÚJO; BRUNO, 1995).

Por outro lado, os estudos arqueológicos no Brasil, do mesmo período, foram marcados pelas questões patrimoniais em diversos estados como o Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, além dos programas científicos de pesquisa organizados por instituições estrangeiras. Os intelectuais de diferentes origens profissionais agiram contra a destruição do patrimônio arqueológico (PROUS, 1992).

Em São Paulo, como já mencionado, o intelectual que esteve à frente dos processos de preservação do patrimônio arqueológico e da implantação de instituições que propiciaram além da salvaguarda, as condições de pesquisa arqueológica foi o arqueólogo Paulo Duarte, que também não poupou esforços na luta pela legislação de proteção deste segmento patrimonial.

As ações de Duarte tiveram como parâmetro para a Musealização da Arqueologia a idéia de Museu do Homem Americano que teria como base o Musée de l'Homme (França),

¹ Conforme Bruno: “A Museologia surgiu e tem sido organizada como uma área de conhecimento, justamente para equacionar os aspectos técnicos, teóricos e metodológicos, relativos à constituição, implementação e avaliação dos processos que as sociedades estabelecem para a seleção, tratamento e extroversão dos indicadores da memória. É, portanto, uma das áreas de conhecimento que se ocupa das formas de enquadramento dos bens patrimoniais e seus profissionais são agentes da educação e da memória”. Desta forma “[...] é possível afirmar que esta disciplina aplicada tem se interessado pela compreensão das relações entre as sociedades e a realidade patrimonial, como também, a sua aplicação propicia a transformação das referências patrimoniais em herança cultural [...]” (2002: 73-75).

modelo museológico organizado pelas idéias de Paul Rivet, que participou de forma efetiva das ações do intelectual (BRUNO, 1999).

Paul Rivet e Paulo Duarte imprimiram à Arqueologia paulista, bem como aos estudos arqueológicos nacionais e internacionais, hipótese aventada por este trabalho, as mentalidades voltadas para o desenvolvimento das relações internacionais, a compreensão mútua entre os povos, a cooperação internacional e a missão social do conhecimento do passado. Esses ideais foram propagados pelas ações desses intelectuais e tentaram transformar as idéias existentes em relação ao patrimônio arqueológico, que possuía para alguns segmentos sociais maior importância monetária do que científica (DUARTE, 1950; RIVET, 1957).

Portanto, este trabalho propôs questões e análises concernentes ao desenvolvimento da Arqueologia em São Paulo, nos anos 50 e 60 do século passado, identificando a missão sócio-científica vinculada aos procedimentos museológicos com vistas à transformação da realidade do período estudado. Este foco de estudo, cujas barreiras cronológicas retrocederam aos anos 30, permitiu compreender o legado histórico que a ciência arqueológica recebeu deste período, bem como as implicações científicas para as questões atuais da Arqueologia Pública e da Musealização da Arqueologia. A biografia de Paulo Duarte, bem como as mentalidades do intelectual e do seu grupo político e social, do Brasil e da França, pautaram a trajetória desta pesquisa.

Em alguns momentos do trabalho, as referências às mentalidades dos grupos em que Duarte foi partícipe imbricaram-se tão fortemente com outros universos intelectuais, que as trajetórias quase que se confundiram e imprimiram ao trabalho, muitas vezes, a necessidade de abordar ambientes, trajetórias e períodos paralelos com o fito de compreender o universo cultural e intelectual em que se inseria Paulo Duarte. Esta configuração se revelou de forma enfática nos capítulos 1 e 2, quando as abordagens das ações de Paulo Duarte ainda não estavam direcionadas especificamente para a Arqueologia. A análise desse momento (anos 30 e 40) permitiu verificar que o intelectual compartilhava da cooperação e da convergência das mentalidades com Mário de Andrade e Paul Rivet.

A abordagem sobre esses intelectuais visou ampliar a esfera de compreensão do contexto social, científico e institucional, bem como avaliar as contingências a que estava submetida a ciência arqueológica, compreensão necessária e recorrente na abordagem de qualquer universo científico (LOPES, 1993).

Outro aspecto que não foi foco de investigação, mas que pela natureza do trabalho permitiu conjecturar diz respeito às etapas necessárias para a formação de instituições ligadas ao caso estudado e a influência das mesmas para o avanço e compreensão da mentalidade do período. Nesse caso ressalta-se a historicidade dos processos de implantação do Departamento de Cultura e sua importância no cenário cultural paulista, bem como modelo empírico para as práticas arqueológicas, do Instituto de Pré-História, um dos órgãos que constituiu o novo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (MAE) e a constituição da própria Universidade de São Paulo.

Desta forma a pesquisa apresenta-se dividida em quatro capítulos estruturados em face de uma ordenação cronológica:

Capítulo 1 – Aponta a trajetória de Duarte, a partir do final da década de 20 (século XX) e sua aproximação política e cultural com o grupo do jornal “O Estado de São Paulo”, órgão em que trabalhava. As questões pessoais, políticas e o interesse cultural levaram Duarte à Assessoria Jurídica da Prefeitura de São Paulo no governo estadual de Armando Salles de Oliveira. Nesse período também atuou como Deputado na Assembléia Legislativa de São Paulo e foi responsável pela estruturação e implantação de instituições educacionais e culturais como a Universidade de São Paulo e o Departamento Municipal de Cultura, cidade de São Paulo. No desenvolvimento dessa última instituição estabeleceu parceria estreita com Mário de Andrade influenciando também a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). O Departamento Municipal promoveu ações em prol da cultura que visavam à melhoria social através do trinômio: pesquisa, identificação do problema e intervenção para a resolução, principalmente através de ações culturais (DUARTE, 1960; BARBATO JR., 2004: 60-61). A proposta central do capítulo esteve vinculada à interpretação das ações de musealização e preservação patrimonial, centradas em questões de brasilidade e que posteriormente, se refletiriam na Arqueologia e nos procedimentos de Musealização desta ciência, baseada em conceitos humanistas e universais.

- Capítulo 2 – Aborda o histórico da Musealização da Arqueologia pelas principais atividades relacionadas às coleções arqueológicas em instituições que contemplavam este ramo científico no âmbito do estudo das Ciências Naturais (século XIX) e que cederam espaço posteriormente, às pesquisas desenvolvidas pelas proposições dos estudos antropológicos - início do século XX (SCHWARCZ, 1989; LOPES, 1996).

No segundo momento a análise contempla a trajetória de Paul Rivet e o projeto museológico desenvolvido pelo americanista no Museu do Homem, Paris. A extensa abordagem visa contextualizar o paradigma científico da instituição e as mentalidades do cientista que encontraram ampla aceitação e similitude com os ideais culturais de Duarte. A análise sobre os processos institucionais, relacionando-os com seus contextos sociais, científicos e políticos permite compreender as razões e as funções denotadas ao conhecimento científico antropológico relacionado à promoção humana e ao fim dos preconceitos e nacionalismos, propugnando uma pátria comum e a união entre os povos (MISCELLANEA..., 1958; DUARTE, 1960; SOUSTELLE, 1976).

Por fim, o último foco deste capítulo evidencia a trajetória de Paulo Duarte como exilado no Museu do Homem e posteriormente, a saída do intelectual da cidade de Paris devido à ocupação alemã ocorrida no contexto da Segunda Guerra Mundial. Essas passagens imprimiram marcas na interpretação do intelectual no que concerne à responsabilidade científica na condução de processos de transformação da humanidade, elementos que encaminharam definitivamente Duarte para os estudos arqueológicos com o fito de promover a união dos povos, o término dos preconceitos, a fraternidade, a identidade, o sentimento de pertença entre outros (DUARTE, 1960).

- Capítulo 3 – Apresenta o projeto científico e museológico para a América Latina, cuja responsabilidade da condução dos processos de pesquisas interdisciplinares cabia ao Museu do Homem em consonância com os países onde as investigações eram desenvolvidas. Tais pesquisas procuravam responder à questão central da época relacionada à Origem do Homem. Dessa forma a abordagem identifica o estabelecimento de ações e relações amplas na implantação do desenvolvimento das expedições científicas implementadas em diversos países. Neste contexto, o Brasil teria um papel fundamental e funcionaria como paradigma científico para a América Latina. Em face desta perspectiva foram fundados no Musée de l'Homme o Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros e uma ala de etnografia do país, na qual inseriam-se os estudos pré-históricos. Paulo Duarte era uma das chaves deste processo por diversos fatores, dentre os quais ressalta-se: o saber científico adquirido no próprio Musée de l'Homme, os conhecimentos políticos no Brasil e as idéias convergentes que compartilhava com Paul Rivet. Neste período também se tentou empreender a Missão Franco-Brasileira, pesquisa de ênfase arqueológica que tinha por finalidade produzir conhecimento científico

arqueológico para justificar a implantação do Museu do Homem Americano no Brasil (MISCELLANEA..., 1958; LAURIÈRE, 2007).

- Capítulo 4 – Enfatiza as ações de Paulo Duarte na promoção da pesquisa, salvaguarda e divulgação da Pré-História. A abordagem foi iniciada pela análise da legislação e as ações empreendidas na promoção do desenvolvimento científico da Arqueologia no país e mais especificamente, em São Paulo nos anos 50 e 60. O exame da legislação, sem nenhuma pretensão jurídica, tentou identificar o contexto social da produção legislativa, ou seja, as marcas das mentalidades e da forma de compreender o comportamento que se desejava coibir e a conduta que se queria alcançar (MENESES, 1987). Esses objetivos eram pautados por um tipo de visão científica que valorizava mais o conhecimento do que o lucro. A principal proposição neste contexto guia-se pelo fato de que a legislação estadual paulista foi anterior às recomendações sobre as Normas de Gerenciamento Arqueológico Internacionais promovidas pela Unesco: “Carta de Nova Delhi” em 1956. Os indícios induzem à proposição da idéia de que as ações de Duarte e Rivet foram responsáveis pela inclusão de inúmeros tópicos no documento internacional que regulamentavam a pesquisa e conseqüentemente, a produção do conhecimento científico².

A instituição responsável pelo gerenciamento e cumprimento da legislação de 1952 foi a Comissão de Pré-História. O Presidente da Comissão, Paulo Duarte, promoveu por diversos mecanismos a diminuição da exploração dos sítios arqueológicos sambaquieiros, os quais foram denominados naquele momento, devido à legislação anterior, de jazidas arqueológicas. Nesse contexto, os inúmeros enfrentamentos que Duarte tentou dissipar revelaram a tenacidade do cientista não somente para preservar, mas também promover a pesquisa científica arqueológica. Atividade que contou com a ajuda de Rivet e de J. Emperaire, arqueólogo responsável por pesquisas pré-históricas no âmbito da Comissão³ (DUARTE, 1960).

Muitas ações, implantação de instituições e proposição de legislações ocorrem neste período. A abordagem de cada uma delas demonstrou os avanços no âmbito da salvaguarda e

² Carta de Nova Delhi, de 05 de novembro de 1956. Recomendação que define os princípios internacionais em matéria de pesquisas arqueológicas. **Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura**. Nova Delhi, 06 nov. de 1956 In: BASTOS, R. L.; TEIXEIRA, A. Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico - Org. Haroldo Gallo, Rossano Lopes Bastos e Marise Campos de Souza – São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2005, pp. 65-76.

³ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História – Correspondência (1960-1965) - Pasta 131 – Relatório histórico de processo relativo ao pedido de vencimentos como diretor e professor do Instituto de Pré-História.

popularização científica se comparadas com as fundadas anteriormente, ou seja, a constituição do conjunto de novos processos científicos era pautada por novos objetivos. Os planos de salvaguardar e pesquisar sempre estiveram contemplados por todas as organizações: na Comissão de Pré-História, no Instituto de Pré-História e Etnologia, no Instituto de Pré-História da USP e no Museu do Homem Americano.

Inúmeras ações de divulgação, ou de ênfase no caráter público e social da Arqueologia foram encetadas: congressos, simpósios, publicações, divulgação na imprensa, cursos, visitas aos sítios, tentativa de formação de profissionais, a comunicação museológica, enfim uma gama de atividades que uniam num único estudioso inúmeras funções interdisciplinares como a de: pesquisador (arqueólogo), museólogo, legislador, professor e representante do estado na condução de processos culturais. Enfim, aspectos diversos do patrimônio, da pesquisa e da divulgação foram contemplados⁴.

Na missão de tornar pública a Arqueologia, Duarte centrou esforços nos procedimentos de Musealização Arqueológica, com vistas, principalmente, à Comunicação, processo técnico-científico diretamente relacionado com a divulgação e popularização científica de uma área de especialidade, no caso aqui mencionado a Arqueológica. Dentro deste espírito promoveu toda a expografia do Museu, criou suportes, pensou o percurso expositivo, organizou os recursos expográficos não deixando de contemplar a expologia⁵ (CURY, 2003: 172).

Portanto, as necessidades decorrentes da Arqueologia Pública e da Musealização da Arqueologia foram contempladas por Duarte.

Desta forma, a presente dissertação visa por meio dos caminhos percorridos pelo cientista Paulo Duarte evidenciar a importância da ciência arqueológica e da cultura na promoção do bem estar social e humano, pois o intelectual propugnava que somente o conhecimento conduziria ao estabelecimento de uma sociedade saudável⁶. Esse amplo posicionamento de Duarte em relação à valorização da pesquisa científica por meio da luta da preservação do patrimônio arqueológico, frequentemente foi desprezado. A conhecida

⁴ As informações para cada um dos itens citados advieram da análise de inúmeras fontes primárias referenciadas separadamente no capítulo 4.

⁵ Segundo Cury a “[...] expografia é a forma da exposição de acordo com os princípios expológicos. Abrange os aspectos de planejamento, metodológicos e técnicos para o desenvolvimento da concepção e da materialização da forma”. Para a autora a expologia compreende “[...] os princípios museológicos e educacionais de uma exposição, é a sua base fundante” (Cury, 2003: 172).

⁶ Unicamp – CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricargo Guedes em 12/04/1977, pp. 48.

referência da sua contribuição para a Arqueologia com base na aprovação da legislação de 1961 é de reduzida importância se comparada à amplitude do seu projeto arqueológico e museológico. E, principalmente, se levarmos em consideração a mentalidade de Duarte sobre a necessidade do conhecimento para a melhoria social. Portanto, compreender, resgatar e divulgar as ações deste intelectual para um público diversificado, bem como para um conjunto de arqueólogos e museólogos já parece um bom começo para o empreendimento da luta pela aproximação científica e popular.

Aliás, as lutas freqüentemente apareceram associadas à imagem de Paulo Duarte, tenham elas acontecido na política, na Assembléia Legislativa, na Revolução de 1932, no comando de soldados, nas campanhas preservacionistas, onde verdadeira guerra foi travada na busca de compreensão governamental e política. Os conflitos da mesma forma aconteceram no âmbito das matérias jornalísticas, das instituições, na aprovação de legislação, na organização de congressos e cursos de formação profissional ou mesmo nas ações em que era acompanhado pela polícia empreendendo a fiscalização das jazidas para o cumprimento da legislação preservacionista⁷.

A essas lutas somam-se os embates ocorridos nos sítios e nas trincheiras arqueológicas escavadas em face da realização de pesquisas científicas. O combate veemente da incompreensão sobre a importância da Arqueologia, os interesses econômicos e a falta de financiamento para a pesquisa levaram o próprio Paulo Duarte a comparar a sua prática de pesquisador com o espírito de batalha na Revolução: “Numa jazida do Neolítico, o meu espírito é o mesmo das trincheiras de 1932”.⁸

A aproximação da figura de Paulo Duarte com o personagem D. Quixote, de Miguel de Cervantes, estabelecida em inúmeras apreciações pode atribuir às ações do cientista, por parte dos seus contemporâneos, uma proximidade com o ato heróico ou a loucura. Ambas revelaram, em muitos momentos, lutas por ideais ou causas perdidas e apostaram na dignidade do ser humano. Em qualquer uma das interpretações a alegoria foi ressaltada em diferentes discursos relacionados a Paulo Duarte, como o encontrado em Carlos Drummond de Andrade: “Paulo Duarte – o guerreiro cômico, vitorioso em suas derrotas e exemplo ou lição de como dar sentido à passagem pelo mundo” (Duarte, 1976). A alusão apareceu

⁷ As informações para cada um dos itens citados advieram da análise de inúmeras fontes primárias referenciadas separadamente no capítulo 4.

⁸ MAE-USP - Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) – Pasta Comissão de Pré-História – Correspondência enviada. Carta de Paulo Duarte a Lúcia (colaboradora do IPH) em 15/12/1962.

novamente em Érico Veríssimo: “[...] Quixote moderno é Paulo Duarte, cavalheiro andante capaz de entrar gratuitamente em pelejas alheias, desde que esteja em jogo o espírito de justiça e de humanidade [...]” (Duarte, 1975: VI). A referência também apareceu na Revista Anhembi, Vivaldo Coracy declarou:

Sempre admirei a coragem, Paulo Duarte. È uma coragem muito aparentada com aquela outra, indômita, que abrasava o peito do fidalgo manchego que Cervantes imortalizou. Eu, por mim, sou mais do gênero Sancho Pança. Cada um com o feitio que Deus lhe deu, não é? – Mas isso não impede que, abraçando com ternura o meu burrinho, eu me sinta possuído de uma grande e sincera admiração por todos os Dons Quichotes, quando os vejo destemidamente investir de lança em riste contra os gigantes da Estupidez, os ogres da Ignorância, os nigromantes do Egoísmo, os dragões da Selvageria, que andam soltos por êste mundo afora, barrando as estradas do pensamento⁹.

E por fim, João Sarmiento Pimentel igualmente firmou a comparação:

Aquêle, como o pobre de mim, também não há – de morrer Alonso Quijano: - deitado numa cama, testamento feito, confêssão e absolvição do senhor Cura, nos moldes burgueses com que Cervantes amortidou “El INGENIOSO HIDALGO” – antes de pé e lança em riste contra tudo quanto é estupidez, ganância, reacionarismo, maldade, plutocracia. Agora, ei-lo, de viseira alevantada e peito descoberto, pedindo campo por sua dama – a Pré-História¹⁰.

Parte deste comentário trouxe as referências para o título deste trabalho, a alegoria de cavaleiro lutando por causas perdidas ou justas foi transposta para o estudo pré-histórico apontando para as três batalhas principais nos sítios e trincheiras em que se moveu Paulo Duarte: a preservação patrimonial arqueológica, a pesquisa e a popularização científica. Da mesma forma sobre esses três focos a Arqueologia Pública e a Musealização da Arqueologia tentam mecanismos para a promoção desta luta.

Finalmente, evidenciado o foco e a finalidade da pesquisa cabe a abordagem das fontes documentais e a metodologia utilizada. O trabalho procurou suscitar questões relacionadas às especificidades teórico-metodológicas das ciências que fundamentaram esta

⁹ Carta de Vivaldo Coracy a Paulo Duarte em 01/12/1950 publicada na Revista Anhembi (1951: 359-361).

¹⁰ Unicamp – Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: contribuições para a campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960– Pasta 286: Carta de João Sarmiento Pimentel a Yan de Almeida Prado em fevereiro de 1960 cujos comentários referem-se à desistência de Paulo Duarte do jantar oferecido em sua homenagem por conta do seu aniversário pedindo que a quantia de adesão do jantar fosse remetida para o Instituto de Pré-História.

investigação: a Arqueologia¹¹, a Museologia¹² (Musealização da Arqueologia) e a História (das mentalidades)¹³.

O repertório advindo das duas primeiras áreas de conhecimento compreendeu a problematização de aspectos relativos ao universo patrimonial entre eles podemos citar: o estabelecimento dos “limites e das reciprocidades” entre o patrimônio arqueológico e os imbricamentos político-culturais; a pertinência do estudo da Musealização da Arqueologia na configuração do museu como foco de preservação e extroversão do segmento patrimonial arqueológico e o museu como instituição privilegiada para a mediação entre o público e a Arqueologia, promovendo identidades, a democratização do conhecimento, sensibilização e a apropriação dos bens arqueológicos por parte da população (BRUNO, 1999).

Por outro lado, o aspecto relevante para a abordagem arqueológica através dos liames conceituais da história das mentalidades (VOVELLE, 1991; LE GOFF, 1995) foi a disponibilização de fontes diferenciadas para a compreensão do desenvolvimento científico arqueológico. As fontes documentais ligadas ao cotidiano das instituições e dos trabalhos arqueológicos como: cartas, ofícios, atas, diários científicos de campo, memoriais entre outros foram explorados com o intuito de vislumbrar: as ações em prol da Arqueologia, os contatos intelectuais que interferiram no desenvolvimento da ciência, a luta e a persistência tenaz na defesa do patrimônio arqueológico, o estabelecimento de condições de pesquisa, a formação profissional, as mentalidades do período, a importância dos museus para a Musealização da Arqueologia entre outros.

¹¹ Conforme Renfrew e Bahn: “[...] a arqueologia é a compreensão do gênero humano, constitui uma disciplina humanística, uma ciência humana. E já que se ocupa do passado do homem, é uma disciplina histórica. Mas se diferencia do estudo da história escrita – ainda que a utilize – em um aspecto fundamental. O material que encontra o arqueólogo [...], pois, [...] somos nós mesmos, no presente, que devemos dar-lhe sentido” (1993: 10). Texto original: “[...] la arqueología es la comprensión del genero humano, constituye una disciplina humanística, una ciencia humana. Y ya que se ocupa del pasado, del hombre, es una disciplina histórica. Pero se diferencia del estudio de la historia escrita – aunque la utiliza – en un aspecto fundamental. El material que encuentra el arqueólogo [...], [...] somos nosotros, en el presente, los que debemos darles sentido”.(1993:10).

¹² Cf. nota 1.

¹³ Apesar de definição complexa e que congrega diversas características, ao trabalhar com o conceito de história das mentalidades aponto aqui somente aqueles elementos utilizados na abordagem do tema: História das mentalidades: “[...] estudo das mediações e da relação dialética entre, de um lado, as condições objetivas da vida dos homens e, de outro, a maneira como eles a narram e mesmo como a vivem [...]”. Características: a) O tempo de mudança das mentalidades é um tempo de “longa duração”, portanto, os historiadores trabalham nesta perspectiva “[...] força da inércia das estruturas mentais [...]” (VOVELLE, 1991: 20), b) “[...] métodos de uma história a partir de textos até então desprezados – textos literários ou de arquivo, que atestam humildes realidades cotidianas[...]” (LE GOFF, 1995: 41).

Os métodos da história das mentalidades foram aplicados a este estudo arqueológico pensando nas mudanças de mentalidades a partir das ações de Paulo Duarte: os sambaquis ligados à exploração econômica e posteriormente, divulgam a sua importância como fonte de pesquisa, formação e envolvimento com a comunidade. Portanto, a pesquisa foi realizada com base nas informações cotidianas institucionais, científicas e sociais.

Esse tipo de fonte apresenta características importantes à medida que proporciona identificação de contextos sociais, institucionais, políticos, econômicos, culturais e científicos que moldaram as mentalidades construídas dia-a-dia pelos intelectuais, que imprimiram a marca do seu tempo na condução dos estudos arqueológicos e museológicos (VOVELLE, 1991; LE GOFF, 1995).

Desta forma, os procedimentos metodológicos da pesquisa estiveram comprometidos com as metodologias inerentes às pesquisas biográficas e relativas aos fundos documentais institucionais, voltadas para a interpretação de enfoques temáticos mais abrangentes no que diz respeito aos problemas patrimoniais intrínsecos à Arqueologia.

As ações empreendidas para a análise das fontes documentais foram realizadas em várias vertentes de trabalho na tentativa de abranger uma maior variedade de categorias documentais, dentre as quais ressalta-se: as memórias e a produção literária de Paulo Duarte, a produção científica no âmbito da Pré-História, a coleção da Revista Anhembi, as fontes documentais de fundos arquivísticos e as fotografias.

Constituíram-se em fontes primárias de trabalho: as obras escritas por Paulo Duarte, memórias do intelectual imbuídas de informações autobiográficas e a produção literária que retratou a relação com intelectuais importantes como Paul Rivet e Mário de Andrade. Estas obras contêm publicação de correspondências entre estes intelectuais e são importantes para a análise dos fatos e mentalidades do período estudado (VOVELLE, 1991; LE GOFF, 1995). A produção científica de Paulo Duarte advinda da divulgação de congressos, simpósios e estudos pré-históricos também foi foco de análise por permitir a identificação das questões científicas discutidas no contexto histórico estudado.

O levantamento da Revista Anhembi permitiu rastrear de forma mais ampla os pensamentos de Paulo Duarte a respeito da política, cultura e sociedade e vislumbrar os acontecimentos da época.

Os maiores esforços foram concentrados na pesquisa, seleção e análise das fontes documentais primárias. Devido ao volume de documentos havia uma grande preocupação em organizar as informações advindas de tais fontes.

Os procedimentos metodológicos realizados com as fontes primárias pesquisadas no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP) e no Centro de Documentação Cultural “Alexandre Eulálio”, órgão do Instituto de Estudos da Linguagem da

Universidade de Campinas (CEDAE-IEL/ Unicamp) visaram dar organicidade ao conjunto de informações advindas da análise destes documentos e cruzá-las com as fontes bibliográficas.

Duas listagens foram elaboradas com o intuito de se acessar as informações documentais mais rapidamente sem a necessidade de recorrer a todo o momento ao documento original e pequena parte dessa produção encontra-se no item: anexos.

Os dados compilados nestas listagens visaram organizar as informações, apontar análises a partir do conjunto documental e inserir referências que associam um assunto ao outro, bem como mecanismos de localização do tema e das ações empreendidas por Paulo Duarte. Cabe ressaltar que se realizou um recorte temático para a análise das fontes documentais primárias que enfatizaram o tema: Pré-História. O arquivo Paulo Duarte é muito amplo e essa pesquisa focou e analisou documentos relacionados com a temática. Há ainda muito o quê se pesquisar em ambos os arquivos de Paulo Duarte (MAE – USP e CEDAE-IEL/Unicamp).

Os documentos iconográficos foram utilizados não somente para a ilustração, mas principalmente, na análise do pensamento expográfico de Duarte, pois através deles pode-se recuperar as bases do desenvolvimento do seu projeto museológico. A análise fotográfica permitiu comparar a imagem com outros momentos descritos e tentou identificar local, personagens, estratégias de pesquisa em sítios entre outros.

Por fim, cabe lembrar que as citações de época foram mantidas sem atualizações ortográficas e que Duarte passou por várias destas reformas.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.



Figura 1: Residência de Paulo Duarte em 1977
Agência Estado

“[...] em torno da fria mesa de granito, um de nós — quem poderá saber qual de nós? — falou na perpetuação daquela roda numa organização brasileira de estudos de coisas brasileiras e de sonhos brasileiros”.

(Paulo Duarte, Mário de Andrade por ele mesmo)

CAPÍTULO 1

ANTES DA PRÉ-HISTÓRIA: CAMINHOS E PRÁTICAS

1.1 - Paulo Duarte – Perfil e início da trajetória

A trajetória que impeliu Paulo Duarte à pesquisa pré-histórica, em São Paulo nas décadas de 50 e 60 do século XX, decorreu de caminhos e práticas exercidas nos decênios de 20 e 30 pelo próprio jornalista e por um grupo de intelectuais que comungavam de ideais convergentes dos quais ressalta-se: a formação de recursos humanos aptos e responsáveis pela organização do Estado, o qual através da cultura¹⁴ construiria uma nação civilizada¹⁵.

As realizações políticas e culturais exercidas por este grupo de intelectuais estabeleceu parâmetros para o posterior desenvolvimento de ações em prol da preservação patrimonial, da implantação de instituições culturais e promoção de importantes transformações nas concepções de acesso à cultura, tais constatações concerniram, principalmente, aos estudos arqueológicos.

O estudo da conformação das mentalidades destes intelectuais decorrente desse período conturbado - entremeado por revoluções e disputas partidárias acrescido da identificação de elementos diversos relacionados à formação e atuação de Paulo Duarte como jornalista, deputado e assessor jurídico da prefeitura de São Paulo - revelou uma das portas deste intrincado labirinto de caminhos e práticas que introduziu Paulo Duarte nos estudos pré-

¹⁴Com base nas idéias de vários autores Joseph Ballart discorreu sobre a heterogeneidade de teorias que conceituam a cultura. Ballart realiza a distinção entre cultura e manifestação cultural, a primeira se daria no âmbito das idéias e da informação enquanto que a manifestação cultural seria a transmissão das idéias que se realizaria através de atos e artefatos (BALLART, 1997: 15). Para Paulo Duarte, a cultura seria “[...] a soma dos conhecimentos e atividades de um grupo humano [...]” (DUARTE, 1985: 207). A definição de cultura destes autores apresentou-se de forma mais generalizada e não estabeleceu amplas distinções entre os conceitos literário ou antropológico de cultura.

¹⁵Trabalho com o conceito de nação na perspectiva de Benedict Anderson que a interpreta à partir de sistemas culturais e não através da escolha consciente de ideologias políticas. Anderson define nação como: “[...] una comunidad política imaginada como inherentemente limitada y soberana” (ANDERSON, 1993: 23). Dessa forma, os nacionalismos “[...] son artefactos culturales de una clase particular” (ANDERSON, 1993: 21). Portanto, nação e nacionalismo como artefatos culturais e politicamente imaginados têm construções diversificadas em um dado local e período, ou seja, são conceitos construídos historicamente. No caso aqui em foco, a nação foi compreendida por estes intelectuais como uma entidade civilizada, ou seja, “[...] o cada vez maior afastamento da animalidade [...]” (DUARTE, 1985: 207). Esta definição aproxima-se da antropológica. No entanto, ao abordar a questão em um outro contexto, Duarte definiu que a consciência de civilização se faz pela cultura humanística, instrução e educação popular. Portanto, neste caso parece que estas conceituações são complementares. A última abordagem encontra-se em: Unicamp – CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: Contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista com Paulo Duarte 1976-1984 na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo aos deputados.

históricos. Portanto, o foco deste capítulo resultou da análise dos projetos de vanguarda instituídos neste período e as implicações que estas experiências denotaram aos estudos arqueológicos.

O paulistano Paulo Alpheu Junqueira Monteiro Duarte nasceu em 16/11/1899 e foi criado na cidade de Franca, onde estudou no Instituto Champagnat. As dificuldades financeiras, a preocupação do pai Hermínio Duarte com o estudo dos cinco filhos e a proposta de um novo emprego na cidade de São Paulo foram fatores determinantes para a volta da família à capital. No Colégio São Bento, em 1913, Paulo Duarte iniciou os estudos no primeiro ano ginasial (PASSOS, 1984; MENDES, 1994).

Em 1919, Paulo Duarte ingressou no jornal “O Estado de São Paulo” como revisor e conviveu com personalidades eminentes tornando-se repórter do noticiário do Palácio e das Secretarias por intermédio de Amadeu Amaral. As dificuldades econômicas e o emprego no órgão de imprensa não permitiram que o jornalista cursasse a Faculdade de Medicina. No entanto, em 1921, Paulo Duarte entrou para a Faculdade de Direito na qual se formou. O interesse de Duarte pela Antropologia Geral data deste período.

Em 1928, o jornalista se interessou pela Antropologia Criminal incentivado pelo Professor Gama Cerqueira ministrante de Criminologia ou Direito Penal. No início de suas pesquisas na penitenciária contactou José Morais Melo, que exercia as funções de psiquiatra e acreditava, como Duarte, que o crime era uma enfermidade social e, portanto, deveria receber um tratamento de Medicina Social. Ambos criticavam a tortura de criminosos pelos policiais e os castigos na solitária, bem como os métodos empregados com os prisioneiros, pois, “Esses homens saíam muito mais doentes do que quando haviam entrado na penitenciária”¹⁶.

O estudo dos detentos realizado em profundidade encaminhou Duarte para os estudos científicos, o jornalista relatou que: “Isso me animou profundamente, e me mostrou as belezas das pesquisas científicas, das investigações de laboratório e de campo”¹⁷.

Em 1934, como Secretário Geral da Prefeitura de São Paulo, Paulo Duarte integrou uma comissão nomeada pelo interventor Armando Salles de Oliveira para “[...] estudar a

¹⁶ Unicamp – CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricargo Guedes em 12/04/1977, pp. 4.

¹⁷ Unicamp – CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricargo Guedes em 12/04/1977, pp. 3. No livro Os mortos de Seabrook Paulo Duarte narrou mais detalhadamente estes fatos e apontou como responsáveis pelo falta de concretização do projeto do Instituto Criminal, além dos interesses políticos, “[...] o pouco interesse do governo, ante a indiferença pela idéia desde o seu surgimento” (DUARTE, 1976: 90).

reforma de assistência aos criminosos”. A pretendida transformação do sistema penitenciário, segundo Duarte, trouxe resistências pelo “adiantamento”, ou seja, a inovação apresentada¹⁸.

Paulo Duarte viu na instituição correcional a possibilidade de aproveitamento científico e cultural e a melhoria das condições dos detentos:

E o único intuito que tive, trabalhando afanosamente vários meses para organizar uma coisa digna de S. Paulo, foi aproveitar, científica e culturalmente, um material precioso, uma instalação aparatosa e cara, desperdiçados, deteriorados, atirados fora pela incompetência daqueles que têm tudo isso nas mãos e que são os dirigentes da Penitenciária. Desejei, ou melhor, sonhei a possibilidade de não se repetir em nossa terra a coisa inominável de se espancar um louco moral, um inadaptável e, depois ainda punir um irresponsável com três dias de pão e água (DUARTE, 1976: 90).

A proposição deste Instituto de Criminologia decorreu da participação de Paulo Duarte na gestão paulista do prefeito Fábio Prado e do interventor Armando de Salles Oliveira possibilitada pela aproximação do jornalista com a família Mesquita no ano de 1922.

As atividades de Duarte no “O Estado de São Paulo” aproximaram-no de Júlio de Mesquita e foram responsáveis pelo início da amizade com Francisco e Júlio de Mesquita Filho. Esses relacionamentos levaram Paulo Duarte a abraçar várias causas deste grupo, sem muitas vezes concordar totalmente com elas (HAYASHI, 2001). Contudo, tal comportamento também permitiu o desenvolvimento de alguns projetos com a participação do chamado “Grupo do Estado”, inclusive no âmbito da Arqueologia¹⁹.

Na categoria de “empresários culturais”, conforme definiu Miceli (1979:2), os Mesquita promoveram o acesso de jovens intelectuais de classes desprovidas ao universo político e cultural de organizações dirigidas por este grupo, além da participação em instâncias do Partido Democrático (PD)²⁰, órgão de oposição ao Partido Republicano Paulista

¹⁸ Idem, pp.3-6.

¹⁹ Consta da documentação consultada cópia de um memorial, sem data, elaborado pela Comissão de Pré-História e endereçado ao Jockey Club cujo conteúdo apresentou a idéia de criação de um Instituto de Pré-História e a importância da Instituição para os estudos pré-históricos e conseqüente solicitação de patrocínio. Esse documento seria o anexo de cartas enviadas a membros do Jockey Club como Lauro Cardoso de Almeida, Luiz Nazareno de Assumpção, João Sampaio, Erasmo Teixeira de Assumpção, Alfredo Egydio de Souza Aranha, Antão de Moraes, Durval do Livramento Prado, João Rubião e Antonio José de Freitas. O conteúdo do modelo de carta de 1956, que seria assinado por Júlio de Mesquita Filho, apontou o apoio do ‘Grupo do Estado’ às ações implementadas para o desenvolvimento do estudo de Pré-História: “[...] O jornal ‘O Estado de São Paulo’ e eu pessoalmente, nos juntamos àquela Comissão no sentido de solicitar do Jockey Club que atenda tal pedido de altíssimo significado cultural no que se pretende fazer[...]”. MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de nova organização) – Pasta Comissão de Pré-História – Jockey Club. Carta de Júlio Mesquita Filho a João Rubião em 19/11/1956 e Memorial para o Jockey Club de São Paulo, sem data.

²⁰ Fundado em 1926 pelo Conselheiro Antônio da Silva Prado, o Partido Democrático formado por dissidentes do Partido Republicano Paulista propôs práticas políticas diferenciadas das estabelecidas pela oligarquia cafeeira perrequista, incluindo em sua proposta entre outras coisas o voto secreto e o investimento em diversos níveis de ensino.

(PRP) onde o ingresso político só era permitido aos membros das tradicionais famílias oligárquicas (MICELI, 1979)²¹.

Tanto Paulo Duarte como Mário de Andrade, integrante do Movimento Modernista de 22²², estiveram inseridos nesses meandros da produção cultural. Ambos participaram de trabalhos no Diário Nacional, órgão oficial do Partido Democrático. Nesse jornal Duarte era o redator chefe:

[...] veio o Diário Nacional, onde convivemos os tempos duros da luta contra o Partido Republicano Paulista e onde o meu grupo (Amadeu Amaral e outros) se entrosou com o grupo de 1922. Mário participava do nosso entusiasmo regenerador, embora não se metesse nos embates políticos. Redigia no nosso jornal irrequieto e sem peias crítica musical e um pouco de crítica literária. (DUARTE, 1985: 3)

²¹ O autor da obra *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)* fez importante arrazoado a respeito da participação no âmbito dos partidos políticos. Os jovens de famílias menos abastadas, “os primos pobres”, com poucas possibilidades de participação no PRP por conta do baixo capital social, ou seja, falta de proximidade política e intelectual da classe dominante perrequista, foram amparados pelas oligarquias dissidentes que compuseram o PD e encontraram espaço na nova situação política e ideológica. Esses fatores acrescidos de escolhas profissionais permitiram que Paulo Duarte e Mário de Andrade participassem desse grupo (Ibid. p.26-27).

²² Alguns autores definem o Movimento Modernista de 22 ou a Semana de Arte de 1922 como um acontecimento produzido por vários escritores e artistas e renovador em vários aspectos, Mário Chagas afirmou que: “Aspirando renovar as formas de expressão de arte brasileira, definiu o conteúdo da modernidade cultural: contemporaneidade ao lado das vanguardas européias futuristas e surrealistas, sensibilidade à descoberta psicanalítica e, simultaneamente, exploração dos alicerces da nacionalidade brasileira na busca de suas maneiras de ser, seus falares, sua diversidade étnica e cultural, e das indefinições que estão na raiz de sua inventividade” (CHAGAS, 1999: 26-27). No entanto, alguns autores Como Elias T. Saliba são mais enfáticos em definir o Movimento de 1922 como mais um evento da programação de festas cívicas incentivadas pelo governo estadual que buscava “[...] através da cultura, reconquistar a hegemonia paulista, golpeada politicamente com a derrota de Rui Barbosa na Campanha Civilista de 1910. O que não quer dizer que entre os próprios notáveis do modernismo não coexistissem projetos diferenciados e inúmeros escritores, artistas e intelectuais em geral, que retomaram, cada um à sua maneira, o diálogo com a tradição. Sabemos que, mesmo do ângulo da literatura culta, a atitude regionalista mais próxima da oralidade e da prosódia peculiar foi, em parte, abafada pelo hegemônico cosmopolitismo de alguns próceres modernistas de 1922. Até porque o regionalismo fornecia um conteúdo excessivamente provinciano e localista ao nacionalismo, tornando explícita sua verdadeira face de paulistismo. Talvez por isso tal regionalismo, pelo menos nas suas tendências mais fortes, tenha sido abandonado ou preterido na posterior história cultural de São Paulo” (SALIBA, 2002: 205-206). Contudo, as duas correntes parecem concordar com Lafetá que estabelece uma cisão entre os dois projetos modernistas dentro deste movimento – o estético e o ideológico: o primeiro rompe com a linguagem tradicional enquanto o segundo busca a expressão artística nacional, a consciência do país e definição da nacionalidade pela cultura popular (LAFETÁ, 2000 apud BARBATO JR, 2004: 52). LAFETÁ, João Luiz. 1930: a crítica e o Modernismo. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000.

Para este trabalho é conveniente acrescentar as informações de que a proposta de renovação literária e artística encontrava-se sob a égide do modelo de Paris (SEVCENKO, 1992: 294) buscando uma identidade simbólica para São Paulo de tônica nativista, nacionalista e militante, desta forma o Movimento Modernista era engajado em campanhas sanitárias, cívicas e educacionais (SALIBA, 2002: 191-206). Essas características são particularmente interessantes para a análise do desenvolvimento dos projetos realizados por Paulo Duarte, Mário de Andrade e o grupo intelectual que representavam, bem como para a compreensão de idéia do desenvolvimento de nação civilizada através da cultura e o entendimento do simbolismo das questões patrimoniais.

Dessa maneira o encontro dos dois estudiosos foi operacionalizado pelos meandros da situação política oposicionista. Citados por Antonio Candido como opostos também no campo literário, Mário de Andrade e Paulo Duarte foram aproximados pelas idéias renovadoras no campo cultural. “[...] certamente não modernista de 22, [Paulo Duarte] foi o inspirador de medidas que permitiram a atuação efetiva das idéias modernistas na escola da cultura coletiva” (CANDIDO, 1985: XV).

Assim, ambos compreendidos como membros de vanguarda político-cultural estabeleceram contatos que foram estendidos ao convívio doméstico. Os dois intelectuais dividiam suas idéias com outros amigos que freqüentavam o apartamento de Paulo Duarte e Nino Gallo que entre as costumeiras visitas, nos anos de 1926 a 1931, estavam Antônio de Alcântara Machado, Tácito de Almeida, Sérgio Milliet, Antonio Carlos Couto de Barros, Henrique da Rocha Lima, Randolpho Homem de Melo e Rubens Borba de Moraes (DUARTE, 1985: 9).

Nesses encontros surgiram as propostas que sustentariam a aspiração da organização da nação pela cultura através da idealização de projetos de instituições culturais, que em face das dificuldades financeiras e políticas daquele momento foram vislumbrados como projetos quiméricos, conforme constatado nas palavras de Paulo Duarte (1985: 9):

Pois foi nessa sala, em torno da fria mesa de granito, que um de nós – quem poderá saber qual de nós? – falou na perpetuação daquela roda numa organização brasileira de estudos de coisas brasileiras e de sonhos brasileiros. Mas cadê dinheiro? O nosso capital eram sonhos, mocidade e coragem. Havia quem conhecesse uns homens ricos de São Paulo. Mas homem rico não dá dinheiro para essas loucuras. Quando muito deixa para a Santa Casa. Caridade espiritual, jamais. Que testamento pinchou legado para uma universidade ou para uma biblioteca? A nossa gente ainda está no paleolítico da caridade física. Á vista de tantos argumentos, ficou decidido que um dia seríamos governo. Só para fazer tudo aquilo com dinheiro do governo.

Apesar da configuração utópica das idéias naquele momento, o desencadeamento da situação política fez do grupo parte do governo e algumas propostas foram implementadas. Outro fator a ser ressaltado nas palavras de Paulo Duarte era a descrença na possibilidade de “homens ricos” despendem dinheiro com a cultura. Essa discussão reapareceu no final dos anos 50, quando o jornalista envolvido com as pesquisas arqueológicas procurou apoio financeiro do Jockey Club de São Paulo para a fundação do Instituto de Pré-História, o qual foi negado. A justificativa partiu do argumento de que o apoio financeiro deveria ser oferecido às instituições filantrópicas e não culturais. Jayme Torres integrante da diretoria do

Jockey Club ao responder a solicitação de Paulo Duarte sobre financiamento da instituição ligada às pesquisas arqueológicas respondeu:

A importância pedida transcende a alçada da Diretoria do Jockey, exigindo consideração pela Assembléia Geral. Porém estou convicto de que esta não aprovará o pedido, a despeito de quaisquer esforços que se façam. A menos que V. descubra um modo de dramatizar o assunto, ou patronos mais eficientes.

O motivo é que, para as dotações de beneficência (20 milhões), – conquanto onerosíssimas no orçamento do Clube, há 250 milhões pedidos neste exercício, reduzido o saldo a quase nada.

Tais pedidos são todos de instituições hospitalares, de socorro aos necessitados, de obras assistenciais a crianças, velhos ou enfermos – instituições destinadas a manter os vivos ou semi-vivos. V. pede auxílio para pesquisar despojos de mortos – mortos antiqüíssimos como a origem do homem na América²³.

Dessa forma, o desprezo dos “homens ricos” pela cultura foi constatado por Paulo Duarte em situação diversa e no decorrer de duas décadas. No entanto, a partir de 1934 houve a possibilidade da implantação de alguns sonhos desse grupo implementados por homens de posses, fato que alterou e atenuou a visão pessimista do jornalista em relação aos homens ricos.

O início da mudança aconteceu no enleio das questões políticas. O Partido Democrático apoiou a Revolução de 30 em oposição às tradicionais oligarquias e aos métodos políticos do Partido Republicano Paulista, em contrapartida em 1932, o mesmo Partido Democrático rompeu com Getúlio Vargas devido à insatisfação com o Governo Federal e a impossibilidade de inserção política dos paulistas no poder. Partidários da idéia que somente por vias constitucionais a participação no Governo poderia ser re-estabelecida, o PD compôs com o PRP a Frente Única Paulista, onde as articulações políticas foram realizadas por Júlio Mesquita Filho (Fig. 2).

Contrário à união dos dois partidos por não acreditar na moralidade da maioria dos membros do Partido Republicano Paulista e na eficiência do ato para realizar o objetivo almejado, Paulo Duarte julgou por medidas mais efetivas a luta na Revolução de 1932 comandando o Trem Blindado. Em face da derrota o combatente fugiu com outros companheiros e foi preso no litoral de Santa Catarina, onde posteriormente partiu em exílio (Fig. 3) (BARBATO JR., 2004; HAYASHI, 2001).

²³ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) – Pasta Comissão de Pré-História – Jockey Club. Carta de Jayme Torres da Diretoria do Jockey Club a Paulo Duarte presidente da Comissão de Pré-História em 07/10/1957.

As mentalidades responsáveis pelos estudos arqueológicos deste período são abordadas no capítulo 4.



Figura 2 – Exílio [1933] – Os Mesquita e Paulo Duarte.
Agência Estado



Figura 3 – Paulo Duarte: preso por lutar na Revolução de 1932
Agência Estado

O principal responsável pelo êxito da reunificação das forças oligárquicas na Frente Única Paulista foi Armando de Salles Oliveira. O genro de Júlio de Mesquita conseguiu assumir a interventoria de São Paulo em 1933, ano em que Paulo Duarte voltou do primeiro exílio. Em vista da possibilidade de acesso ao poder federal, o interventor procurou reunir setores dirigentes que congregados em 1934 criaram o Partido Constitucionalista, no qual filiou-se Paulo Duarte (DUARTE, 1946:124; MICELI, 1979: 20).

Nas eleições para a Assembléia Constituinte em outubro de 1934 Paulo Duarte foi eleito deputado estadual pelo Partido Constitucionalista. Um mês antes Fábio Prado tomou posse da Prefeitura de São Paulo, pois foi convidado por Armando de Salles Oliveira. O futuro prefeito chamou Paulo Duarte para trabalhar com ele na municipalidade e desta forma o jornalista assumiu o cargo de assessor jurídico da Prefeitura, efetivou-se a utopia, pois naquele momento um dos visionários faria parte do governo e poderia propor a realização de alguns dos projetos idealizados pelo grupo que freqüentava a casa do intelectual.

1.2 - A efetivação da utopia: o Departamento de Cultura

A proposição do Departamento de Cultura efetuou-se por Paulo Duarte no âmbito do desempenho de suas funções de assessor jurídico da prefeitura de São Paulo e no contato direto com Fábio Prado. O propugnador da idéia narrou o episódio:

Um belo dia, menos de uma semana depois, não sei por que motivo, jantávamos juntos, o prefeito, e eu, em casa do próprio Fábio Prado...Só nós dois. Creio que foi um maravilhoso vinho “Montrachet”, que me cutucou, no subconsciente, a velha idéia nascida no apartamento da Avenida São João. Contei tudo ao nôvo prefeito descoberto por Armando de Salles Oliveira. Fábio Prado não respondeu nada, passando a outro assunto. Esses homens ricos... A prefeitura andava cheia de assuntos. Dimitri encheu novamente os copos daquele ouro líquido e fresco. Fábio físgou-me com a pergunta: “- por que não tentar esse instituto?”.

Passei uma semana coligindo notas. Primeiro conversas com o então governador de São Paulo. Mas êste era o homem que criara a Universidade paulista. Viu que era bom. Fui à casa de Mário de Andrade. Fechamo-nos naquele quarto em que trabalhava (DUARTE, 1985: 51).

Assim, o estudo do Departamento de Cultura configurou-se com a publicação do Ato 861, de 1935. A Direção da Instituição e a Chefia da Divisão de Expansão Cultural ficaram a

cargo de Mário de Andrade. A afirmação de que Armando de Salles Oliveira “viu que [o projeto] era bom”, pois “este era o homem que criara a Universidade paulista” explicitou a idéia de que os empreendimentos culturais do grupo de Paulo Duarte se coadunavam com as concepções e as propostas político-cultural e administrativa do Governo Paulista²⁴ seguido com austeridade pelo prefeito Fábio Prado, conforme o testemunho a seguir:

Então, ele [Fábio Prado] veio me falar isso: “É o seguinte. Não compreendo uma cidade como São Paulo que não trate também da cultura. Porque, na realidade, a administração de uma metrópole não é ponte, não é calçar, não são obras públicas, é, também, cultura. E eu preciso dentro do meu Governo, assinalar isto, com a criação de uma coisa qualquer nesse sentido”²⁵.

Portanto, a fundação do Departamento de Cultura conjugou os ideais intelectuais e políticos cuja base era a construção nacional através da cultura, aspiração também refletida na proposta de criação da Universidade de São Paulo em 25 de janeiro de 1934:

[...] não se podia fazer uma universidade sem a pesquisa pura. Porque é a pesquisa pura que faz o saber. E a universidade, hoje em dia, é maior estruturadora das sociedades híginas. Sem a universidade não pode existir praticamente, hoje, uma sociedade hígina, porque essa universidade é que criaria o espírito universitário. E o espírito universitário é exatamente isso, é a estrutura social dentro da cultura, da cultura geral²⁶.

Dessa forma a concepção cultural aplicada pela intelectualidade estava inserida no âmbito das organizações e instituições de poder funcionando como elemento estruturador da

²⁴ Conforme Duarte apesar da aceitação do projeto, Armando Salles de Oliveira achou que a proposta inicial estava além das possibilidades daquele momento, fato que levou à formação das primeiras divisões do Departamento de Cultura e que foram somadas a outras criadas posteriormente: “Armando mandou me chamar: ‘Olha, o programa que você fez é muito bom. Mas, agora, é um programa inviável para São Paulo. Mas nós podemos começar pela parte mais acessível à mentalidade paulista, que são os parques infantis’”. Duarte concordou com a proposta: “Então, está certo. Eu vou fazendo os parques infantis e, sucessivamente, os outros, à medida que ações fundadas corresponderem sob o ponto de vista de popularidade”. Portanto, o desenvolvimento das ações também dependiam dos reflexos políticos no Governo. Unicamp – CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricargo Guedes em 13/04/1977, pp. 53.

²⁵ Em entrevista Paulo Duarte relatou que ao ser convidado para assessorar Fábio Prado na Prefeitura, o prefeito já o colocara a par da sua responsabilidade na elaboração de um projeto cultural: “[...] porque eu, de organização cultural, não entendo. Mas entendo muito bem de finanças e administração de fábricas”. E continuando “Você é que pode formar um programa de cultura para nós levarmos a cabo. Eu queria que você pensasse nisso e, depois, me apresentasse o plano. Eu me comprometo com você a não discutir coisas de cultura. Só quero que você me dê satisfações sobre as despesas necessárias para executar o programa de cultura, porque disso eu entendo. Isso é comigo mesmo”. Unicamp – CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricargo Guedes em 13/04/1977, pp. 52.

²⁶ Unicamp – CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricargo Guedes em 12/04/1977, pp. 48.

sociedade. Portanto, para Pecauly a criação da USP foi um “[...] programa de transformação política mediante a constituição de novas elites [...]” onde “[...] a arte de governar relaciona-se com o poder científico” (PECAULT, 1994: 30). Nesse contexto, os intelectuais foram os responsáveis pelas idéias de concessão de cidadania pelo acesso à cultura. Para Pecauly:

Só há legitimidade em relação à nação, e nada tinha a ver com a vontade geral: era a vontade de uma elite que fomentava as condições para o surgimento de uma vontade geral. Os intelectuais detinham um poder legítimo devido à sua vocação nacional (PECAULT, 1994: 40).

Para esses intelectuais a vontade geral seria resultante de um processo educativo orientado²⁷ e, portanto patriótico a medida que a nação seria desenvolvida pela educação, onde a fruição dos bens culturais e a justiça social adviriam de pesquisa e intervenção governamental qualificada responsável pela transformação da realidade. Na visão de Antonio Candido não era “[...] apenas a rotinização da cultura, mas a tentativa consciente de arrancá-la dos grupos privilegiados para transformá-la em fator de humanização da maioria, através de instituições planejadas” (CANDIDO, 1985: XV).

Em face deste cenário, no ano de 1933, Júlio de Mesquita Filho organizou uma comissão, integrada por vários nomes indicados por Paulo Duarte, para a discussão sobre o projeto da Universidade fundada pelo governo de Armando de Salles Oliveira. Apesar da participação de Paulo Duarte no processo de concepção dessa Instituição raramente seu nome foi relacionado com a criação da Universidade. Segundo Hayashi (2001:17): “[...] tal fato pode ser explicado por suas origens sociais [...]”, pois “[...] parece que as decisões cruciais ficaram realmente a cargo de três pessoas: Júlio Mesquita Filho, Armando de Salles Oliveira e Paulo Duarte [...]”.

Esta idéia encontrou acomodação na observação de Candido (1985: XVI) que alertou para uma vanguarda político-cultural que recebeu aceitação e apoio à sombra de uma situação oligárquica, como também confluiu com a tese de Miceli que considerou que a aproximação entre alguns intelectuais desse período e a “fração intelectual e política da classe dominante” resultou da falta de “capital social”, pois, inclusive no caso de Paulo Duarte, esses intelectuais

²⁷ Este processo educativo teria como base a Universidade de São Paulo, pois ela seria responsável pela formação de professores que re-estruturariam os ensinamentos primário, secundário e conseqüentemente o universitário. Para Duarte, a idéia de Júlio Mesquita Filho partira da seguinte hipótese: “[...] se nós começarmos pelo primário, como é lógico, do primário prepara para o secundário, do secundário prepara para a universidade, nós temos que demorar aí uns 10 ou 12 anos. Vamos fazer o contrário. Vamos fazer a Universidade e, dentro da Universidade, nós fazemos um ginásio modelo. No ginásio fazemos o preparo para a Universidade, fazemos o preparo para ser professor de ginásio”. Unicamp – CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricardo Guedes em 12/04/1977, pp. 60.

não dispunham das “[...] vantagens resultantes de posições privilegiadas no espaço da linhagem e da fátia”²⁸ (MICELI, 1979: 26-27).

Independente dos mecanismos de seleção para a construção da memória²⁹, o relato de Paulo Duarte (1976: 16) o coloca como um dos fundadores da Universidade ressaltando a participação de mais um integrante do grupo – Fernando de Azevedo:

Na organização da Universidade havia três pessoas que por ela trabalhavam, que são consideradas suas fundadoras, que tinham conhecimento profundo do modelo, e que tinham discutido o modelo. Esses eram, em primeiro lugar, o Júlio Mesquita; em segundo lugar era eu; e em terceiro lugar o Fernando de Azevedo foi posto bem a par do Julinho e por mim. Fizemos várias reuniões, nós três para discutir o modelo, e chegamos a uma conclusão. Queríamos um modelo europeu, e começamos a procurar o modelo melhor. E chegamos à conclusão de que o modelo melhor era o modelo francês. Daí o fato de nós termos contratado um número de professores franceses mais numerosos do que das outras nações³⁰.

Concomitante à função de assessor de Fábio Prado na prefeitura, a participação de Duarte na configuração da Universidade se confirmou, dentre outros vários aspectos, também pela pesquisa do terreno para a construção da Cidade Universitária:

Com o Armando e o Julinho estamos estudando a localização da Cidade Universitária. A idéia de construí-la nas matas da Cantareira, apesar de muito boa foi posta de lado para não mutilar aquele grandioso parque florestal. O Julinho opina por Santo Amaro. Nem muito longe nem perto demais da cidade, clima bom, terrenos extensos disponíveis e ainda a represa que seria utilíssima para a prática de esportes dos estudantes. A idéia é boa, mas há uma questão que não pode ser esquecida que é a Faculdade de Medicina já definitivamente construída com os seus terrenos adjacentes que seriam um começo da cidade universitária (DUARTE, 1976: 16).

²⁸ Sérgio Miceli em *Intelectuais e a classe dirigente no Brasil (1920-1945)* abordou detalhadamente a situação de intelectuais desta época, principalmente àqueles ligados ao Movimento Modernista. Para o autor, os chamados “primos pobres” que se encontravam em decadência social e falência moral, muitas vezes, negociavam “[...] seus ilustres nomes de família no mercado matrimonial tornando-se responsáveis pela gestão dos bens materiais da esposa”, bem como fugiam do rebaixamento social através do capital cultural pelo qual se “[...] beneficiaram aos favores e ao amparo que a oligarquia dispensa aos seus ramos empobrecidos” (MICELI, 1979: 26-27).

²⁹ No artigo *Identidade Cultural e Arqueologia*, Ulpiano Bezerra de Menezes atribui à memória a função de “[...] mecanismo de retenção de informação, conhecimento, experiência, quer em nível individual, quer social e, por isso mesmo, é eixo de atribuições, que articula, categoriza os aspectos multiformes de realidade, dando-lhes lógica e inteligibilidade”, desde forma: “[...] a memória pode ser induzida e, mesmo, forjada[...]”. O autor faz importante exposição à respeito da produção da memória coletiva onde a formação e a reorganização são produtos de informação, mudança e processos de produção e consumo contextualizados. Desta forma a memória é reificada pela “força viva do presente” (MENESES, 2004: 183-185).

³⁰ Unicamp – CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricardo Guedes em 13/04/1977, pp. 25-26.

Aqui inserimos outro elemento na análise das realizações culturais de Paulo Duarte, a preocupação constante com o patrimônio³¹. Nesse caso, a idéia de construção da Universidade “nas matas da Cantareira” foi abdicada em defesa do patrimônio ambiental. Essa ótica patrimonial é bem avançada naquele momento e reapareceu em diferentes contextos nos meandros de criação dos diversos organismos culturais, inclusive nas tentativas de organização de instituições relacionadas com o patrimônio arqueológico³².

No bojo da criação das organizações culturais surgiu, contemporânea das comissões de estudos para a composição da Universidade de São Paulo, a Escola Livre de Sociologia e Política. Essa instituição foi responsável por pesquisas de caráter empírico que procuravam identificar estatisticamente os problemas da cidade cabendo a resolução das questões por meio de empreendimentos desenvolvidos pelo Departamento de Cultura com o qual a Escola manteve estreitos contatos. Portanto, na opinião desse grupo de intelectuais, as implicações culturais eram de fundamental importância para a transformação social. A criação de instituições como a Escola Livre de Sociologia e Política, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP e o Departamento Municipal de Cultura foram caracterizados por Miceli como instrumentos de luta para as pretensões de mando no plano federal. As organizações culturais sanariam as carências de quadros especializados, fator responsável pelas derrotas paulistas nos movimentos de 1930 e 1932³³ (MICELI, 1979: 21).

Assim, as instituições culturais e os intelectuais responsáveis pela organização das mesmas contribuiriam para a efetivação dos projetos políticos concebidos no âmbito do governo de Armando de Salles Oliveira. Para Sevchenko:

Essa forte fusão da cultura com a militância política engendraria um tipo peculiar de ativismo intelectual e artístico, que via nas linguagens simbólicas, altamente carregadas de conteúdos emotivos os recursos ideais para a rápida mobilização e integração social. Daí seu estratégico e impulsivo apego aos novos meios tecnológicos de

³¹ Qualquer tentativa direta e simplificada de definição da palavra patrimônio no contexto preservacionista deixaria imensas lacunas. A idéia moderna de legado material e espiritual herdado do passado deve ser acrescida de elementos ligados à construção temporal do conceito em contextos históricos específicos e implicações de interesses multifários individuais ou coletivos. Para uma visão detalhada destes aspectos e inúmeros outros é importante consultar: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. e BALLART, Josep. *El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso*. Barcelona: Editorial Ariel, S.A., 1997.

³² Essa discussão faz parte de um dos focos do capítulo 4 desenvolvido nesta dissertação.

³³ Em entrevista de 1977, Tjerk G. Franken questionou Paulo Duarte sobre discurso de Júlio Mesquita, no qual inicia-se com a seguinte frase: “Vencido pelas armas...” e envereda por um caminho que ao final justifica a criação da Universidade como um mecanismo de recuperar a hegemonia paulista perdida. Paulo Duarte afirmou que o resgate pretendido estava relacionado à conquista cultural do Brasil e a cultura estava na Universidade de São Paulo. Unicamp – CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricargo Guedes em 13/04/1977, pp. 70.

comunicação de massas, imprensa ilustrada, fotografia, cinema, cartazes, discos, publicidade e, em breve, o rádio (SEVCENKO, 1992: 207).

Apesar da interpretação de Sevcenko relacionar-se ao contexto europeu, a averiguação de similaridade com a realidade brasileira ganhou concretude a partir da compreensão de que os ideais modernistas empregados às proposições culturais tiveram como paradigma as idéias desenvolvidas pelas escolas Cubista e Surrealista aplicadas às especificidades locais³⁴, como insinuou Mário de Andrade: “Tradição não se importa, mas cultura se importa. Pelo menos, deve-se importar aquilo em que a cultura não estraga a nossa realidade” (ANDRADE, 2005: 130). Realidade que deveria agregar o educativo e o patriótico por meio de linguagem simbólica, integração social e recursos de comunicação de massa em cuja lista fornecida por Sevcenko pode-se acrescentar os museus. A fundamentação teórica e a estruturação das instituições museológicas serviriam como instrumentos aplicados da utilização cultural em prol da melhoria da nação e foram pensadas no âmbito das divisões do Departamento de Cultura.

As várias seções que compuseram a Instituição Cultural foram responsáveis pelo desenvolvimento de estratégias que associaram pesquisa, identificação do problema e intervenção para a resolução (BARBATO JR., 2004: 60-61).

Inicialmente o Departamento, era composto pela: Divisão de Educação e Recreio, Bibliotecas, Divisão de Documentação Histórica e Social e Divisão de Expansão Cultural³⁵. À estabilização do Departamento de Cultura foram acrescentadas outras Divisões como, por exemplo, a de Turismo e a de Divertimentos Públicos. (DUARTE, 1938).

³⁴ Apesar da aparente ambigüidade expressa pelas idéias de Mário de Andrade em relação ao modernismo europeu nos parece claro que estas escolas artísticas foram a base das fundamentações teóricas de Mário de Andrade. No entanto, o elemento nacional que deveria caracterizar a modernidade brasileira visava uma cultura mais militante, com implicações práticas na organização nacional pela cultura. Mário de Andrade criticou a arte pela arte, interpretação que o escritor deu para as tendências modernistas européias por volta de 1924. Para Chagas o conceito de Arte em Mário de Andrade está próximo do de cultura, pois, a arte envolveria toda a “[...] habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos” (CHAGAS, 1999: 79). Dessa forma, Mário de Andrade em carta a Sérgio Milliet em 10/12/1924 concluiu: “Não nego os benefícios que o modernismo francês e europeu trouxe pra arte do universo. Questão de velha experiência cujo exemplo nos repôs na liberdade sincera atual. Também é só isso. Agora livres, pelo exemplo dos europeus, vamos seguir o nosso caminho que é todo diverso da Europa desinteressante” (DUARTE, 1985: 299). Em seguida completa: “A arte dos períodos primitivos é sempre arte interessada, religiosa num sentido geral. Quero dizer: arte que fale de amor, de fada, de pátria, de família, de Deus. Arte que seja arte não vale mais nada e nos cansa” (DUARTE, 1985: 299).

³⁵ As seguintes pessoas chefiavam as Divisões: Educação e Recreio – Nicanor Miranda, Bibliotecas – Rubens Borba de Moraes, Documentação Histórica e Social - Sérgio Milliet e Expansão Cultural – Mário de Andrade, que acumulava a Direção do Departamento de Cultura. A Divisão de Turismo e Divertimento Públicos não teve titular porque não entrou em funcionamento. Unicamp – Arquivo Paulo Duarte – CEDAE-IEL - Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricardo Guedes em 13/04/1977, pp. 63.

O vibrante relato de Duarte ilustrou as propostas do grupo de intelectuais que idealizaram o Departamento de Cultura e demonstrou a importância das diversas Divisões para a aplicação do trinômio: pesquisa, identificação da situação e intervenção:

As numerosas repartições do Departamento de Cultura trabalhavam da mesma forma intensa, estruturavam-se em profundidade. Construíram-se parques infantis nos quais Mário de Andrade instituiu festas infantis onde se cantavam e se representavam as canções populares e o que de melhor o folclore do Brasil podia inspirar. Fundaram-se a Biblioteca Circulante, a Biblioteca Infantil e uma Biblioteca ambulante armada num automóvel especial que, cada dia, estacionava num jardim ou parque de S. Paulo. Apesar da comovente aceitação do público, muitas pessoas acompanhavam a Biblioteca ambulante nos logradouros em que estacionava diariamente. A Biblioteca Central, à rua Xavier de Toledo, começava a ser construída. O seu acervo passava por uma reforma total e contava agora com verbas para a manutenção e compra de livros, que nunca tiveram as bibliotecas do Brasil. Na Divisão de Documentação Histórica e Social restauravam-se os velhos documentos da história de S. Paulo, preparando-os para publicação, a Secção de Iconografia instalava-se e fazia-se o levantamento demológico da Capital, quarteirão por quarteirão, trabalho inédito também que iria ser recebido com aplauso e admiração na França, apresentado por Sérgio Milliet na Exposição de Paris de 1937, tendo aí declarado o professor Bourdon que, pela primeira vez, era dado ao urbanismo e à sociologia o exame de uma cidade “au microscope”. O Teatro Municipal fôra aberto, pela primeira vez, aos trabalhadores com grande inquietação dos meios grã-finos pelos estragos que aí podia praticar o homem do povo. Foi outra inesperada observação sociológica. Se nos espetáculos acessíveis apenas à elite, com freqüência, cadeiras e outras instalações eram danificadas com pontas de canivete ou lâmina de gilete, que dirá o Teatro entregue às massas populares que certamente nada respeitariam? Pois a surpresa foi sensacional: a gente do povo era muito mais educada do que a gente educada!... Nunca se verificou um estrago, um desrespeito durante aqueles espetáculos de música ou de teatro oferecidos especialmente aos numerosos operários, com entrada grátis. O teatro regurgitava de uma multidão modesta, mas atenta e respeitosa. Entregue a sua direção a Paulo Ribeiro Magalhães este sugeriu as reformas e modificações no campo do teatro, do cinema e da música, tudo sob a orientação de Mário de Andrade. Da mesma forma a secção entregue à Oneida Alvarenga, uma antiga aluna de Mário que a foi buscar depois numa pequena cidade mineira. Aqui iniciava-se a biblioteca musical e a Discoteca e dava-se início ao Laboratório de Fonética. Um texto especial, com todos os sons da língua falada no Brasil, era gravado com a voz de uma pessoa culta e outra inculta da mesma região, do sul, do norte, do centro. O seu célebre “paulista sou de quatrocentos anos”. Assim foram feitas numerosas gravações de todo o Brasil com a fala do culto e do inculto. As pesquisas estenderam-se à música popular, ao folclore e foram culminar com o primeiro congresso da Língua nacional cantada, cujos anais, como dissemos, são obra de

consulta indispensável a todos os estudiosos do assunto (DUARTE, 1985: 34-35).

Dentre as ações descritas sublinha-se aquelas ligadas a valorização do patrimônio cultural, tanto imaterial como material, das quais ressalta-se: a divulgação das canções populares e do folclore nas festas desenvolvidas pelos parques infantis, a restauração de documentos históricos, a composição das bibliotecas e discotecas, bem como o laboratório de fonética que originaria o museu da palavra. Todas essas medidas de divulgação e apropriação de elementos culturais tiveram um viés preservacionista inovador.

Quanto às pesquisas que resultaram em ações intervencionistas vale a pena ressaltar três casos que exemplificam o papel do Departamento de Cultura.

Conforme Paulo Duarte as instalações dos parques infantis existiam anteriormente à experiência do Departamento de Cultura. No entanto, não havia organização científica³⁶, essa somente foi desenvolvida com ajuda de Anísio Teixeira e Almeida Júnior, no âmbito da Divisão de Educação e Recreio. Para Duarte a função dos parques infantis estava ligada à convivência dirigida por uma professora com conhecimentos de psicologia e sociologia infantil e desta maneira a criança ia aprendendo a ter bons modos. Com os contatos estabelecidos por Duarte aconteceu a implementação do projeto. O assessor da prefeitura conseguiu o apoio de duas ou três indústrias para o fornecimento gratuito de leite, com alguns frigoríficos o lanche das crianças e os tecidos para os calções com a fábrica Crespi pertencente ao sogro de Fábio Prado e da qual o prefeito fora diretor³⁷.

A fundação de mais dois parques infantis além daquele localizado no Parque D. Pedro II denotou a provável popularidade que atingiu esse projeto, pois conforme se verificou, a ampliação das Divisões dependiam de reflexo político positivo.

[...] fomos obrigados a instalar imediatamente mais dois parques infantis. Um no Ipiranga, que era um bairro operário, e outro na Lapa, que era um bairro operário maior. Quando deixamos a prefeitura três anos depois, os parques eram uma coisa absolutamente vitoriosa.³⁸

³⁶ Paulo Duarte apontou que a organização de toda a prefeitura neste período partiu de um entendimento do ponto de vista técnico científico. Unicamp – CEDAE-IEL – Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricargo Guedes em 13/04/1977, pp. 56.

³⁷ Unicamp – CEDAE-IEL – Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricargo Guedes em 12/04/1977, pp. 55-56.

³⁸ Unicamp – CEDAE-IEL – Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricargo Guedes em 13/04/1977, pp. 56.

Os relatos também sugerem o trabalho conjunto das Divisões, pois a pesquisa sociológica³⁹ conduzida por Sérgio Milliet da Divisão de Documentação Histórica e Social apresentada na exposição de Paris de 1937, e que segundo Duarte serviu de paradigma para a criação do Departamento de Cultura de Paris, teve parte do seu desenvolvimento nos parques infantis.

“As crianças dos parques infantis, quase todas, apresentavam um grande número de piolhos. Só numa criança foram encontrados mais de 200 piolhos. Mas a professora tirava os piolhos, tratava da criança. Mas a criança ia para casa e contaminava-se novamente. Então, foi ensinada a criança a ensinar os pais. É o método do Anchieta, que conquistava os selvagens pelos curumins. De modo que fizemos a mesma coisa, e os pais tomaram um tal entusiasmo pelo Departamento de Cultura que fundaram uma sociedade de pais das crianças que freqüentavam os parques infantis. Quando havia uma festa no parque, eram os pais que vinham enfeitar e ajudar a realizar a festa. Era uma coisa tocante, o Mário de Andrade ficava comovido todas as vezes que ia visitar um parque infantil”.⁴⁰

Com base nesta descrição constatou-se a importância da pesquisa científica na maneira de governar empreendida por esses intelectuais que estavam ligados à estrutura política. No exemplo dos parques infantis, o desenvolvimento da cidadania pelo acesso à cultura decorreu de processo educativo efetivado em várias instâncias dos projetos desenvolvidos. A mobilização e integração social que objetivavam foi alcançada rapidamente como demonstrou a organização dos pais das crianças que freqüentavam os Parques. Também ficou claro como este grupo de intelectuais se responsabilizou pela resolução e intervenção de um dado problema e sentiu-se recompensado mediante o sucesso da instituição que criou.

O segundo exemplo de pesquisa que deveria ter aplicabilidade foi a investigação solicitada pelo Ministério do Trabalho:

[...] inquerito nos bairros paulistas a fim de serem esclarecidos os seguintes quesitos: bairros e distritos de localização industrial e

³⁹ Esta pesquisa ocorreu no âmbito da Divisão de Documentação Histórica e Social e foi desenvolvida pelo diretor da Divisão, o qual estudou Sociologia na Suíça. “Sergio Milliet começou logo a organizar uma pesquisa social dentro de São Paulo, bairro por bairro. E conseguiu terminar a pesquisa dentro de um bairro inteiro, porque dentro do bairro era quarteirão por quarteirão. Foi o bairro de Santa Efigênia. Aí, ele encontrou um grande auxiliar, um sociólogo chamado Bruno Rudolfer. Eles fizeram, então, o levantamento de todos os bairros e o levantamento de todos os quarteirões do bairro de Santa Efigênia, com gráficos, cartazes, etc. Nessa ocasião se realizou em Paris um grande congresso da população, na exposição que foi feita em 1937. E foi convidado o Departamento de Cultura. Então, o Sérgio Milliet, que foi representar o Departamento de Cultura, levou estes documentos todos”. Unicamp – CEDAE-IEL – Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricargo Guedes em 13/04/1977, pp. 58.

⁴⁰ Unicamp – CEDAE-IEL – Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricargo Guedes em 13/04/1977, pp. 58.

operária, distância entre as fábricas e a residência do trabalhador; custo do transporte; preços dos aluguéis das residências operárias, custo de vida nos bairros operários (DUARTE, 1985: 102).

Apesar da falta de informação sobre a finalidade desta pesquisa, o caminho que ela seguia induz à conclusão óbvia de que havia alguma intenção de intervenção direta na vida do trabalhador.

Por fim, o caso da lei de bibliotecas apresentado e defendido por Paulo Duarte na Assembléia Legislativa demonstrou mais uma vez o papel das Divisões do Departamento de Cultura no âmbito dessa perspectiva intervencionista.

A Divisão de Bibliotecas implementou a organização das bibliotecas infantis, efetuou levantamentos estatísticos sobre a frequência da Biblioteca Municipal, estabeleceu automovel-biblioteca em jardins com grande acesso popular, como os jardins da Luz e Praça da República e com base nessas informações propôs um catálogo coletivo das bibliotecas paulistas, além de criar a Escola de Biblioteconomia:

E hoje, em São Paulo, ninguém mais póde ser nomeado bibliotecário sem dar prova de sua competência na matéria. A lei exige que os bibliotecários, além do diploma de uma escola especializada, tenham um diploma de curso superior. São esses os requisitos indispensáveis para a inscrição ao concurso antes da nomeação. Não veremos mais daqui por diante, as nossas bibliotecas entregues a leigos delapidando, um patrimônio, cujo valor quase ignorem, não veremos mais a incompetencia de funcionarios tornar inutil uma organização cultural inteira (DUARTE, 1938:70).

A especialização profissional foi apreendida nas concepções de Paulo Duarte como elemento de preservação patrimonial. Nesse caso, a formação do bibliotecário evitaria a destruição do patrimônio e a sua má utilização. Nas décadas de 50 e 60, Paulo Duarte também se debateu com questões de formação profissional no âmbito da Arqueologia. Nesta atividade, a necessidade de pesquisadores especializados era muito contundente, pois uma escavação amadora levaria a destruição do vestígio arqueológico aniquilando para sempre as informações deixadas pelos homens pré-históricos⁴¹.

No caso das bibliotecas, a legislação determinante de uma nova ordem promoveu protestos, Paulo Duarte (1985: 74) comentou a mobilização política: “[...] burocratas arcaicos que levavam para as bibliotecas o seu próprio môfo fizeram uma gritaria louca contra a lei” e

⁴¹ André Prous em *Arqueologia Brasileira* rebateu esta idéia ao afirmar que no período não havia possibilidade de formação de tantos profissionais e que os “amadores” faziam um importante trabalho de coleta de material, mas a nova de lei de preservação impediu essas atividades ocasionando a destruição do patrimônio arqueológico, essa constatação refere-se ao caso de Guilherme Tiburtius em Santa Catarina e no Paraná. (1992:12). A discussão sobre a formação profissional do arqueólogo é apresentada no capítulo 4.

contrapõe que a “[...]a Escola de Biblioteconomia anexa à Biblioteca Pública encheu-se de jovens de mentalidade nova, influência da mentalidade do Departamento de Cultura”. A mudança no desenvolvimento dos novos empreendimentos culturais, em vários momentos, levou Paulo Duarte a travar verdadeiras batalhas no interior da Assembléia para defender a legislação que embasava projetos no Departamento de Cultura.

Após quase duas décadas, Paulo Duarte, novamente encontrou resistência em face da nova mentalidade que tentou imprimir às ações de preservação do patrimônio arqueológico, principalmente, porque ao defender a preservação dos sambaquis⁴² lutou contra interesses econômicos.

As propostas e intervenções realizadas por Paulo Duarte junto à Arqueologia com base na suas experiências de pesquisa e visita aos sítios arqueológicos buscou a resolução de questões cotidianas enfrentadas pelas especificidades da pesquisa arqueológica como a ausência de: dinheiro para a investigação científica, formação profissional e possibilidades de preservação. À implementação de medidas desenvolvidas por Paulo Duarte tentaram solver os problemas de fiscalização, falta de legislação preservacionista elaborando-se leis que preenchessem tal lacuna, além de solucionar a insuficiência de instituições responsáveis pela preservação e pesquisa arqueológica planejando instituições museológicas com esta finalidade, bem como a proposição de cursos de formação para arqueólogos, divulgação do patrimônio arqueológico através de cursos abertos à população, museus e artigos jornalísticos. O conhecimento do passado pela Arqueologia também foi vislumbrado por Duarte como forma de civilização e melhoria da nação⁴³.

As idéias acima citadas, também referentes à educação popular e universitária no âmbito da Arqueologia, tiveram como paradigma⁴⁴ as ações implementadas pela Divisão de Expansão Cultural que enfatizaram o caráter pedagógico e de formação cultural da população, além da responsabilidade da preservação histórica e artística. A descrição de atividades que seriam implementadas nós dá a dimensão da importância dessa Divisão:

“A Divisão de Expansão Cultural, pelas suas duas seções, a de Teatro, Cinemas e Salas de Concertos, a de Rádio Escola, competia: promover e estimular iniciativas que favorecessem o movimento cultural e educacional; promover a organização de espetáculos de arte e

⁴² Madu Gaspar definiu os sambaquis como: “[...] palavra de etimologia Tupi, língua falada pelos horticultores e ceramistas que ocupavam parte significativa da costa brasileira, quando os europeus iniciaram a colonização. Tamba quer dizer conchas e ki amontoado” (GASPAR, 2000: 9-8).

⁴³ A análise detalhada destas ações encontra-se no quarto capítulo desta dissertação.

⁴⁴ As experiências do Departamento de Cultura são as primeiras que encontraram paralelo com a mentalidade impressa aos estudos arqueológicos, no entanto, não podemos esquecer a grande influência incutida à Arqueologia pelo contato de Paulo Duarte com o Musée de l’Homme e Paul Rivet, foco de análise do capítulo II desta dissertação.

cooperar por um conjunto sistemático de medidas para o desenvolvimento das artes plásticas, da arte dramática em geral, da música e do cinema; incentivar o cinema popular educativo, pedagógico ou escolar; pôr ao alcance do público, por uma estação rádio-difusora, palestras e cursos, tanto universitários como de espírito popular, e tudo o que pudesse contribuir para o aperfeiçoamento cultural da população; organizar a discoteca municipal; organizar a orquestra e banda municipais; superintender a quaisquer atividades relativas a teatros, salas de concertos e cinemas; adotar medidas legislativas da alçada municipal tendentes à repressão das produções cinematográficas, teatrais ou impressas ofensivas à moral ou anti educacionais que violassem texto expresso de lei ou fossem perniciosas à infância e à juventude; entrosar-se com a comissão do Plano da cidade e mais instituições competentes, para fixar as paisagens municipais dignas de preservação, bem como impedir o êxodo ou destruição de obras de valor artístico ou histórico” (DUARTE, 1985: 63).

Portanto, a proposta de rádio-difusão de cursos e palestras, tanto universitárias como de espírito popular, teve equiparação na Arqueologia através dos cursos ministrados e financiados pelas empresas jornalísticas e abertos à população, bem como a divulgação de reportagens em jornal e rádio. Quanto à formação universitária deu-se pelo esforço de implementação de curso de Arqueologia no interior da Universidade de São Paulo. O pensamento sobre preservação de paisagens e de obras artísticas e históricas no Departamento de Cultura obteve equivalência na Arqueologia com a preservação de paisagens pré-históricas e de todo o patrimônio arqueológico.

No caso do Departamento de Cultura todas as atividades foram vislumbradas como geradoras do Instituto Paulista de Cultura , futuramente, o Instituto se estenderia a todo o território nacional transformando-se em Instituto Brasileiro de Cultura. Esses Institutos englobariam museus e os Departamentos do Patrimônio Histórico e Artístico além do estabelecimento de parcerias com a Universidade proporcionando aos outros estados, que não teriam condições de ter uma faculdade, o contato com a produção universitária através de conferências, cursos, teatro, concertos entre outros (DUARTE, 1985:55).

O Instituto Paulista de Cultura:

[...] seria a cabeça de uma grande organização cultural por todo o Brasil. Os institutos regionais confederados, digamos assim, para haver unidade num programa de política cultural.

Ia ser desincorporado do Departamento de Cultura, como germe do Instituto de Cultura, a Divisão de Educação e Recreio, pois parques infantis precisavam ser instalados em todos os municípios paulistas. Outro departamento já planejado do Instituto Paulista de Cultura seria o do Patrimônio Histórico e Artístico, para salvar de início, os restos

que ainda existiam das velhas igrejas, os antigos solares, coleções, paisagens como a Serra do Mar, já borrada de anúncios enormes e deformadores, sem contar as derrubadas pra fazer carvão, as jazidas pré-históricas, casas representativas de uma época e por aí afora. E ainda os documentos históricos. Cartórios, uma vez completados 30 anos, deveriam transferir todos os documentos ao Instituto que formaria assim o verdadeiro Arquivo de S. Paulo, nele incorporado o atual Arquivo, como fora incorporada a Biblioteca estadual ao Departamento de Cultura. Os Museus do Estado, com sede em S. Paulo, inclusive a Pinacoteca passariam também para o Instituto. Um Conselho Bibliotecário seria criado, com cursos de Biblioteconomia, Museologia [sic], Restauração etc., sem contar a realização inicial que seria o catálogo de todas as bibliotecas de S. Paulo.

O Instituto de Cultura incorporaria todo o Departamento de Cultura, recebendo da Prefeitura uma subvenção obrigatória paga no início de cada exercício. Seria um Instituto auxiliar das universidades e escolas outras de S. Paulo, inclusive primárias, como o Museum e o Louvre, de Paris, eram auxiliares da Sorbonne (DUARTE, 1976: 228-229).

O plano do Instituto Paulista de Cultura avançara, inclusive, com propostas de donativos de fundações estrangeiras para a sua concretização. Paulo Duarte narrou os avanços das negociações em carta a Nino Gallo em 17/11/1937:

[...] estamos em negociações com a Fundação Carnegie para um donativo a S. Paulo de cerca de oito mil contos para organizar-se aqui um instituto cultural. Conseguimos esta promessa à vista dos resultados de Departamento de Cultura. Ora, este e mais o Departamento do Patrimônio Histórico do Estado fundidos poderiam constituir uma fundação inteiramente paulista, uma vez os governos municipal e estadual estivessem de acordo em doar os respectivos patrimônios (Biblioteca e mais instalações e bens do Departamento de Cultura, da parte do município; Museu do Ipiranga, Pinacoteca e outros, da parte do Estado) para, por sua vez, constituírem o patrimônio da fundação. Dentro desses entendimentos, temos a promessa da estupenda doação acima aludida. O Fábio⁴⁵ e o Cardoso⁴⁶ estão perfeitamente a par disso tudo e daí a pressa a que tinha em fazer o projeto passar, o que não conseguiu devido ao inominável apoio de certos deputados aos interesses subalternos de Lopes de Leão. Mas não faz mal, as boas idéias acabam sempre vencendo. Na certeza disso é que, quase proscrito, estou continuando a mexer, não como julga a polícia do novíssimo regime, em conspirações políticas, mas a favor das nossas admiráveis revoluções culturais” (DUARTE, 1977: 82).

⁴⁵ O Prefeito Fábio Prado.

⁴⁶ O governador interino Cardoso de Melo Neto substituto de Armando Salles Oliveira após a implantação do Estado Novo.

O sucesso decorrente da implementação do Departamento de Cultura pode ser confirmado pela promessa, realizada por Armando de Salles Oliveira, de ampliação da Instituição em escala nacional. O Departamento de Cultura, “programa inviável para São Paulo⁴⁷”, adquirira considerável aceitação visto que as Divisões cresciam, os projetos se multiplicavam e a repercussão no exterior aumentava, vale aqui lembrar da exposição de projetos na França e do donativo da fundação norte-americana⁴⁸.

Devem-se ressaltar ainda as propostas para a constituição do Instituto Paulista de Cultura através da aglutinação das instituições municipais e estaduais, dentre elas: o Museu do Ipiranga e o Departamento Histórico e Artístico do Estado, cujo projeto fôra apresentado por Duarte e estava em discussão na Assembléia até o período de dissolução da mesma. A elaboração do Instituto Paulista de Cultura possibilitou a idealização de empreendimentos que se relacionavam e estavam diretamente ligados à preservação, por exemplo, o futuro Departamento Histórico e Artístico de São Paulo conjuntamente com o Departamento Histórico e Artístico Nacional preservaria as referências patrimoniais⁴⁹ encontradas no interior de São Paulo em viagens realizadas por Mário de Andrade e Paulo Duarte. Por outro lado, a reunião do Museu do Ipiranga ao Instituto Paulista de Cultura também ensejaria uma reformulação dos museus existentes e a proposição de inauguração de outras tantas instituições museológicas. Portanto, as atividades do Departamento de Cultura visavam uma transformação cultural ampla envolvendo a criação e a reformulação das instituições culturais.

Por fim, cabe aqui ressaltar que relacionando este período com as posteriores proposições de Duarte para as instituições arqueológicas, esse pensamento de reformulação do Museu Paulista para a composição do Instituto do Homem Americano reapareceu através da re-estruturação de instituições museológicas etnológicas e arqueológicas. O Instituto do Homem Americano “[...] deveria tomar contatos íntimos com todos os centros do país interessados nas pesquisas pré-históricas”⁵⁰. “[...] êste novo centro de estudos arqueológicos [...]” teria como acervo inicial “[...] a atual secção de etnologia do Museu Paulista, e mais as

⁴⁷ Idéia de Armando Salles de Oliveira.

⁴⁸ A Fundação Carnegie pretendia realizar a doação para as capitais argentina e brasileira, mas com a interferência de contatos de Duarte foi possível acordar que a verba ficaria em São Paulo (DUARTE, 1977: 82). Essa informação não invalida o argumento de sucesso do Departamento de Cultura, pois a provável divulgação e reconhecimento do trabalho realizado na Instituição possibilitaram o acordo.

⁴⁹ “[...] elemento extraído do universo patrimonial, significativo em relação a um conjunto maior, e cuja preservação pode representar o universo referido” (BRUNO, 2002: 100).

⁵⁰ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) – Pasta 3 – Sub-pasta: Comissão de Pré-História – Correspondência enviada. Carta de Paulo Duarte ao Prof. Aníbal de Matos em 19/11/1957.

coleções da Comissão de Pré-História de S. Paulo e do Instituto de Pré-História e Etnologia de S. Paulo⁵¹.

O Instituto do Homem Americano também teria uma gênese paulista e se espalharia por todo o território nacional, portanto, este seria na Arqueologia o correlato do Instituto Paulista de Cultura originário do Departamento de Cultura onde decorrentes desta estruturação institucional foram engendradas por Paulo Duarte e Mário de Andrade muitas das idéias de preservação patrimonial em São Paulo.

1.3 - Mecanismos de defesa patrimonial: a Campanha Contra o Vandalismo e o Extermínio e o malogro do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico de São Paulo.

As ações de valorização do patrimônio cultural surgiram no âmbito da busca pela brasilidade. É nesse contexto e no desenrolar das propostas de concretização do Instituto Paulista de Cultura que as atividades de luta e pesquisa pela preservação das referências patrimoniais aconteceram, desdobrando-se nas viagens etnográficas⁵² organizadas por Mário de Andrade e nas visitas de Duarte e Mário Andrade às cidades do interior em busca de elementos patrimoniais passíveis de preservação.

A perspectiva patrimonial dos modernistas visualizava no passado nacional as possibilidades de estabelecimento da alma brasileira, ou seja, a identificação das coisas do Brasil⁵³. A chamada “Redescoberta do Brasil⁵⁴” aconteceria através do passado colonial, que

⁵¹ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) – Pasta 3 – Sub-pasta: Comissão de Pré-História – Correspondência enviada. Proposta de organização do Instituto do Homem Americano.

⁵² A Missão de Pesquisas Folclóricas, desenvolvido no âmbito do Departamento da Cultura, foi planejada por Mário de Andrade com a ajuda de Oneyda Alvarenga e Dina Lévi-Strauss desde 1928. Vários trabalhos foram desenvolvidos nesta perspectiva, mas a Missão aconteceu efetivamente em 1938, quando Luís Saia, Martin Braunwieser, Benedito Pacheco e Antônio Lacerda partiram para as regiões norte e nordeste em busca de registros de manifestações folclóricas. A coleção da Missão de Pesquisas Folclóricas foi transferida ao Centro Cultural São Paulo em 1982, conforme informações do catálogo da exposição: Cantos Populares do Brasil: a Missão de Mário de Andrade do Centro Cultural São Paulo.

⁵³ Para Mário de Andrade “[...] a tradição do verdadeiro nosso, legítima por ser nós, preserva em nossas sociedades aquelas raízes seculares, sem as quais o homem perde o equilíbrio, fica solto, fica bobamente gratuito – um anarquismo. Nesse sentido valerá sempre mil vezes mais para nós a linda Ordem Terceira do Carmo ou a esquipática São Gonçalo, à verdadeira Gioconda”. Portanto, o passado e a tradição foram caracterizados como elementos de coesão nacional (ANDRADE, 2005: 130).

⁵⁴ Conforme relatou Sevcenko: Em 1926 – “Blaise[Cendrars] como se sabe, seria também o pivô involuntário da ‘redescoberta do Brasil’. A fim de levá-los a conhecer o Rio de Janeiro e as cidades históricas de Minas Gerais, Olívia Penteadó formou um grupo que fazia parte Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, René Thiollier e Godofredo da Silva Telles. Para os poetas presentes na excursão e para Tarsila, o roteiro seria revelador de raízes históricas, étnicas e culturais de que eles andavam tão ávidos para consubstanciar o seu acento modernista” (Sevcenko, 1992: 295). Acrescenta-se a essas observações a visão de Pécault que ressalta o papel dos intelectuais na “redescoberta do Brasil” e na construção científica da identidade brasileira (Pécault, 1994: 59).

seria, portanto, a expressão da singularidade brasileira para a harmonia nacional (CHAGAS, 1999; PÉCAUT, 1989).

Ao buscar a alma brasileira através de expressões singulares nacionais os modernistas pretenderam encontrar referências em elementos diversos calcados: no “folclórico, no colonial, no ‘primitivo’, no etnográfico, no popular, nos arcaísmos que sobrevivem, na diversidade de tradições. Sem deixar de ser inovador, o modernismo brasileiro é também cultor de tradições” (CHAGAS, 1999: 55).

A ênfase nas pesquisas sobre cultura popular, principalmente a sertaneja, procurou a integração e o estabelecimento da identidade nacional pela valorização da diversidade. O rompimento com os Naturalistas que enxergavam a nação a partir das teorias de branqueamento e do modelo europeu e tentavam solucionar o problema de formação da nação a partir de um povo mestiço⁵⁵ cedeu lugar para a busca modernista do brasileiro autêntico, cuja figura do sertanejo revelava juntamente com outros elementos simbólicos como o índio, o regional e a cultura popular a propalada peculiaridade local. Enfim, os modernistas seguiam “[...] um curioso modernismo parisiense, que ensinava a desprezar a velha Europa moribunda e amar a pujança da América e a ‘magia dos trópicos’” (SEVCENKO, 1992: 255).

Assim, em busca de referências patrimoniais que pudessem simbolizar a brasilidade, os fins de semana dos dois amigos eram voltados para ações de identificação do patrimônio cultural na tentativa de mapeá-lo e posteriormente, empreender mecanismos de preservação e denúncia da destruição patrimonial. Conforme Duarte:

Os nossos fins de semana eram empregados nessas excursões que me inspiraram a campanha “Contra o Vandalismo e o Extermínio [...] [...] sábados e domingos passávamos fora para voltar na noite de domingo e retomar o Departamento (DUARTE, 1985:35).

O conjunto de artigos publicados no “Estado de São Paulo” contra a destruição do patrimônio ensejou tal Campanha⁵⁶ em 1937 e no mesmo ano foi defendido pelo deputado Paulo Duarte na Assembléia Legislativa o projeto de lei nº279 que criava o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico de São Paulo, o qual tinha por base o projeto de lei de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional elaborado por Mário de Andrade

⁵⁵ Consultar ROMERO, Silvio. *Provocações e Debates*: Porto, Chardron, 1910. – Idem, *História da Literatura Brasileira*, 2ª ed. revista pelo autor, Vol. 1., Rio de Janeiro, Garnier (1902-1903), pp. 94-100. – Idem, *Estudos Sociais: o Brasil na primeira década do século XX*, Lisboa, Ed. “A mala da Europa”, 1911 pp.127-143 e CAPISTRANO DE ABREU. *Ensaio e estudos*, 1ª série, Rio, Soc. C. de Abreu, 1931.

⁵⁶ Apesar de ensejada por Duarte em 1937 com artigos publicados no “O Estado de São Paulo”, a campanha “contra o Vandalismo e o Extermínio” ficou sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo já que Duarte pertencia à Diretoria deste Instituto (DUARTE, 1985: 150).

com a ajuda de Paulo Duarte e em atenção ao pedido do Ministro Capanema. O projeto aguardava aprovação no Senado (DUARTE, 1985:154)⁵⁷.

A proposta estadual justificada nas sessões da Assembléia Legislativa obteve das Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura pareceres favoráveis, inclusive com a aprovação pelos deputados em segunda discussão sem debate. Porém, na última discussão do projeto de lei na Assembléia alguns deputados apresentaram uma emenda contrária, pois criticavam a miscelânea de “coisas artísticas com coisas históricas”, ou seja, visavam a separação do serviço de proteção do patrimônio histórico do serviço de proteção do patrimônio artístico (Duarte, 1938: 298).

Paulo Duarte justificou a impossibilidade de separação entre os serviços do patrimônio histórico e do artístico através da argumentação de que o projeto de lei estadual estava calcado no federal e este, englobava os dois serviços. Assim, a fim de evitar a dicotomia entre a futura legislação federal e a estadual é que não poderia ocorrer a alteração do projeto estadual. No entanto, em bibliografia posterior, Duarte também abordou a dificuldade conceitual de separação entre o patrimônio histórico e o artístico:

Nada mais difícil ou mesmo impossível do que separação dessas duas classes de coisas, dadas a sua íntima ligação e correlação. Essa dificuldade, á vista da mesma impossibilidade de poder-se isolar uma espécie da outra, comprovada por uma longa e acurada experiência, é que levou todos os países, onde o assunto foi estudado e resolvido, a reunirem taes serviços de proteção num mesmo conjunto subordinado a uma mesma e única orientação (DUARTE, 1938: 298).

Nem o patrimônio arqueológico estava dissociado da interpretação de patrimônio histórico. No projeto de lei para a criação do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico de São Paulo, o autor do projeto definiu quais os elementos pertencentes ao patrimônio histórico, bem como enfatizou a importância da preservação de acervos etnográficos e arqueológicos, inclusive abordando a proteção de sítios e paisagens:

Fica, pela lei, claramente definido também o que seja patrimonio historico, isto é, o conjunto dos bens moveis ou imóveis, existentes no Estado, aos quais se possa atribuir, por seu valor arqueologico, etnografico, historico, artistico ou bibliográfico, o carater de belezas naturais ou de objetos, peças ou documentos de valor historico ou artistico, nos termos do artigo 10, n. III e 148 da Constituição Federal (DUARTE, 1938: 120).

Além da inclusão do patrimônio arqueológico e etnográfico no âmbito do que se definiu como patrimônio histórico⁵⁸, Duarte também fez alusão à necessidade de tombamento

⁵⁷ Carta de Mário de Andrade enviada a Paulo Duarte, em setembro de 1937, publicada na obra acima aludida.

em livro dessas referências patrimoniais. No projeto de lei n.279, de 1937 sobre o Departamento do Patrimônio Estadual e seus fins, o parágrafo único do artigo 2º - capítulo I abordou a questão da seguinte maneira:

Os bens a que se refere o presente artigo, inclusive os sítios e paisagens que importe conservar pela feição com que tenham sido agenciados pela industria indigena ou popular, só serão havidos como pertencentes ao patrimonio historico e artistico do Estado, depois de inscritos, separada ou agrupadamente, nos livros de tombamento de que trata o artigo 12 (DUARTE, 1938: 271-272).

Portanto, mesmo nas discussões sobre patrimônio histórico e artístico já estava contemplado o problema de defesa do patrimônio arqueológico. A ênfase na proteção desse segmento patrimonial aconteceu mais tarde quando Duarte se dedicou à Pré-História, no entanto, neste momento pôde-se vislumbrar que o patrimônio arqueológico também foi foco de interesse de Duarte. Nos anos 50, ao abordar a necessidade de uma legislação nacional para defesa do patrimônio arqueológico, o jornalista voltou a discutir a questão:

É evidente que, dentre monumentos e documentos de valor histórico se acham incluídos os de valor pré-histórico, pois a Pré-história é a base da História, constituindo a fase histórica da humanidade que não deixou documentos escritos. Documentos escritos com referência ao alfabeto apenas, porque jazidas como os sambaquis, as grutas, onde viveu o homem pré-histórico são verdadeiros arquivos que podem ser lidos com a mesma clareza com que os hieroglifos egípcios ou os caracteres cuneiformes da Ásia Menor, bastando para isso que quem os manuseiem seja gente capaz de os decifrar. Foi através de tais depósitos arqueológicos e paleontológicos que sábios notáveis, como Boule, Breuil, Tailhard de Chardin, Rivet, Nordenskiöld e outros leram com minúcias a história do Paleolítico inteira, através dos seus instrumentos de pedra lascada e do osso e dos restos fósseis deixados nos solos das grutas e no interior dos casqueiros que se espalham por todo o litoral marítimo e dos grandes rios do Brasil e continuarão a ser implacavelmente destruídos pela inconsciência se o poder público não se mover em sua proteção⁵⁹.

Essa dissensão entre “histórico” e “artístico”, segundo Chagas também não fôra muito bem resolvida para o próprio Mário de Andrade que em face do projeto de criação do Serviço

⁵⁸ Funari e Pelegrini consideram que a ampliação da noção de patrimônio histórico para patrimônio cultural data das últimas décadas do século XX e acrescentam: “[...] A perspectiva reducionista inicial, que reconhecia o patrimônio apenas no âmbito histórico, circunscritos a recortes cronológicos arbitrários e permeados por episódios militares e personagens emblemáticos, acabou sendo aos poucos, suplantada por uma visão muito mais abrangente. A definição de patrimônio passou a ser pautada pelas referências culturais dos povos, pela percepção dos bens culturais nas dimensões testemunhais do cotidiano e das realizações intangíveis” (FUNARI; PELEGRINI: 2006: 31-32). A partir desta análise percebemos como as visões de Duarte e Mário de Andrade em relação ao assunto estão à frente das mentalidades da época.

⁵⁹ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) – Pasta: Decretos, leis, pareceres e portarias. Texto de Paulo Duarte abordando legislação e destruição de sambaqui.

do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e das suas teses sobre a organização dos museus teve que abordar esses aspectos:

Por mais que se busque o estabelecimento de critérios claros, a separação dos bens culturais de acordo com princípios temáticos, tais como a história e a arte, passa necessariamente pelo campo do arbítrio. Apesar de toda a argumentação desenvolvida no anteprojeto, a distinção temática dos acervos revelou-se muito menos simples, muito menos resolvida do que julgava Mário de Andrade, e isso em virtude de questões técnicas, culturais, econômicas e políticas. De qualquer modo, é interessante observar como o autor do anteprojeto defendia a valorização do critério histórico, e não do meramente artístico, para definir o tombamento (CHAGAS, 1999:80).

Enfim, a distinção de bens culturais e a sua inclusão em qualquer uma das categorias, histórica ou artística, foi objeto de análise de diversos autores, os quais ressaltaram quase que de forma unânime que a inclusão do patrimônio em uma das categorias de conhecimento implica no reducionismo de significados interdisciplinares e que a especialidade de estudo de dada instituição museológica contribui para a escolha de um viés da apresentação de um determinado patrimônio cultural restringindo sua análise. Para Ballart:

[...] estes museus costumam ser de diferentes disciplinas; uns são de artes decorativas, outros são de história, outros de ciência e técnica e ainda outros são museus locais que têm coleções diversas que representam feitos da história cultural da comunidade. Nesta passagem para os museus, os objetos inevitavelmente perdem parte do seu significado social original, porém ao chegar ao seu destino tendem a ser contemplados ainda mais restritamente em função da obediência disciplinar do museu ou das preferências dos conservadores, sobressaindo só uma das diversas leituras que ainda o objeto pode proporcionar⁶⁰ (BALLART, 1997:82).

Com as idéias acima também concorda Pomian ao afirmar que:

‘[...] certas peças de coleção são fonte de prazer estético; que por outras – e por vezes são as mesmas – permitem adquirir conhecimentos históricos ou científicos’. Enfim, observa-se que o facto de as possuir confere profundo prestígio, enquanto testemunham o gosto de quem as adquiriu, ou as suas profundas curiosidades intelectuais, ou ainda a sua riqueza ou generosidade, ou todas essas qualidades conjuntamente. Não é caso para espanto, então, que se encontrem pessoas que queiram apropriar-se de tais objectos e que

⁶⁰ Texto original: “[...] estos museos acostumbran a ser de distintas disciplinas; unos son de artes decorativas, otros son de historia, otros de ciencia y técnica y aun otros son museos locales que tienen colecciones diversas que representan rasgos de la historia cultural de la comunidad. En este transito hacia los museos los objetos inevitablemente pierden parte de su significado social original, pero al llegar a su destino tienden a ser contemplados aún más restringidamente en función de la obediencia disciplinar del museo o de las preferencias de los conservadores, primado sólo una de las diversas lecturas que aún puede deparar el objeto”.

para atingirem este fim sacrifiquem uma parte das suas fortunas; ou outras que, não podendo apropriar-se de tais objectos, queiram ter pelo menos o direito de olhá-los. Donde o aparecimento de uma procura, que atribui um valor aos objectos que virtualmente são peças de colecção, e cria um mercado. Donde também a pressão exercida sobre o Estado para que se torne possível o acesso a estes bens àqueles que não podem comprá-los nem o prazer estético, nem os conhecimentos históricos e científicos, nem o prestígio (POMIAN, 1984: 54).

No caso de Paulo Duarte, a luta na Assembléia para aprovação do projeto de lei n.279 concerne à pressão exercida sobre o Estado, citada por Pomian. Pois, o propósito de Duarte e do seu grupo era tornar possível o acesso aos bens culturais para obter o êxito na proposta de desenvolvimento da nação pela cultura tentando esquivar-se do condicionamento de reflexos políticos e interesses pessoais para a implementação de propostas. Duarte enfatizou estes propósitos em carta à Nino Gallo: “[...] ninguém melhor do que você sabe em que constitui a minha atividade política dos últimos tempos inteiramente voltada para as iniciativas culturais, em que vejo o único remédio capaz de melhorar a nossa pobre terra”.⁶¹

Após as críticas recebidas em torno das questões de divisão sobre o histórico e o artístico, o projeto de lei n.279 voltou para a última votação em plenário, quando houve uma intervenção do deputado Nelson Otôni de Resende, o qual segundo Duarte, representava um grupo de artistas que defendiam interesses pessoais e, portanto, eram contrários ao projeto. O grupo representado pelo deputado Ôtoni justificou que o Conselho de Orientação Artística não fôra consultado para o desenvolvimento da proposta do projeto de lei. O deputado Paulo Duarte rebateu as acusações alertando que o próprio Conselho estava de acordo com o projeto. Para Duarte, Lopes de Leão (presidente do Sindicato dos Pintores) pretendia transformar a sua condição de guardião provisório da Pinacoteca em dono efetivo da Instituição, intento atrapalhado pelo Projeto (DUARTE, 1977: 11-17).

As infundáveis dissensões na Assembléia Legislativa, além de apontarem para a defesa corporativa de interesses relacionados com as questões patrimoniais e políticas demonstraram a total falta de compreensão de alguns setores sociais da postura inovadora de proteção ao patrimônio cultural ocorridas no âmbito paulista. As discussões suscitadas por Fairbanks apontam algumas questões:

Começa ele lembrando que não se pode comparar a proteção ao patrimônio histórico da Europa com o Brasil, pois aqui nada se fez até agora. Além do mais, aprovar uma lei destas em São Paulo seria pôr o carro adiante dos bois, pois não possuímos uma lei de caráter

⁶¹ Carta de Paulo Duarte a Nino Gallo em 17/11/1937 (DUARTE, 1977: 81).

nacional, a única que irá existir nem foi ainda promulgada (Duarte, 1977: 22).

Ao criticar o projeto de lei, Fairbanks apontou para as ações inovadoras do grupo de Paulo Duarte em relação à proteção dos bens patrimoniais, pois afirmou que até aquele momento, nada se fizera em relação ao patrimônio cultural⁶². O deputado Fairbanks inconscientemente denotou importância às ações do grupo que compunha o Governo Paulista e demonstrou os caminhos de renovação cultural, principalmente, no que concerniu à política patrimonial.

As interferências realizadas pelos deputados no momento da aprovação do projeto de lei estadual tiveram como consequência o adiamento da criação do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico de São Paulo, pois à implantação do Estado Novo, a Assembléia foi dissolvida e o projeto não foi aprovado. O grupo de Duarte fez os últimos esforços para a obtenção da promulgação da lei de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que aprovada na Câmara dependia da assinatura de Getúlio Vargas.

O Rodrigo Melo Franco escreveu-lhe pedindo socorro, pois não poderá continuar a trabalhar se o projeto não for lei mesmo e ele, Rodrigo, escreveu ao Mário pedindo uma intervenção minha junto ao Alcântara Machado, pois ouviu dizer que este só faz referências boas a mim, e um pedido do Alcântara ao Getúlio é atendido. Se Getúlio promulgar a lei, diz o Mário será fácilimo do Cazuza⁶³ fazer a mesma coisa aqui com o nosso projeto que ficou na Assembléia, porque nele é que foi calcado o projeto de lei federal. A princípio me arrepiou escrever ao Alcântara, mas enfim 'Paris vaut une messe' [...]. Escrevi ao Alcântara uma carta mais ou menos cerimoniosa falando apenas na importância da lei federal e perguntando se ele não teria um jeito de conseguir a promulgação do ditador (DUARTE, 1977: 84).

As conjunturas políticas advindas da implantação do Estado Novo e as incertezas em relação à ocupação de cargos necessitaram de outras providências do grupo, como por exemplo, a solicitação de Paulo Duarte ao novo governante de São Paulo para que ele interviesse no caso pedindo ao Alcântara Machado que procurasse o Ministro Capanema para solicitar a assinatura de Getúlio Vargas promulgando o projeto. No encontro com o governador interino, Duarte também pediu auxílio para o projeto estadual paralisado, no

⁶² Esta afirmação de Fairbanks foi rebatida pelo deputado Paulo Duarte, que afirmou a existência de leis sobre o assunto apesar do número reduzido. No livro *Contra o Vandalismo e o Extermínio*, Duarte comentou: "No Brasil, onde o assunto é, por assim dizer, uma novidade, as poucas leis existentes elaboraram-se todas elas calcadas em estudos do que têm realizado os países onde a matéria foi nitidamente resolvida. Assim, vemos que o decreto 24.725, de 1936, em seu artigo 73, já determinava a organização, pelo Museu Nacional, de um catálogo, tanto quanto possível completo, dos objetos históricos e artísticos de notável valor, existentes no Brasil (DUARTE, 1938: 299).

⁶³ O governador interino Cardoso de Melo Neto.

entanto, somente obteve a promulgação do projeto federal⁶⁴: “Graças à minha intervenção junto ao senador Alcântara Machado e à boa vontade deste, foi finalmente assinado pelo ditador o Decreto-Lei nº 25 criando o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico (DUARTE, 1977: 88).

Dessa forma, verifica-se como os meandros da situação política dificultaram o prosseguimento dos trabalhos desenvolvidos por este grupo de intelectuais, pois conforme assinalaram FUNARI e PELEGRINI (2006: 47) “[...] as políticas públicas devotadas à proteção patrimonial têm cambiado de acordo com os conceitos de identidade nacional dos governos que se sucedem no poder”.

O outro aspecto que se deve evidenciar é a perspectiva nacional que compreendeu as atividades culturais, pois as Instituições a princípio pareciam regionalizadas, mas havia a idéia de expansão por todo o território nacional conforme o caso, já discutido nesse capítulo, de criação do Instituto Paulista de Cultura. A crença pelo grupo de Paulo Duarte da existência da probabilidade de Armando S. Oliveira tornar-se presidente, permitiu a elaboração de vários projetos culturais em grande escala. Para o grupo, os objetivos somente seriam alcançados mediante a implantação de empreendimentos por todo o território nacional. Portanto, as propostas de lei referentes aos Serviços de Proteção Patrimonial tiveram a mesma base e característica, fato que permitiria a atuação ampla e não conflitante entre as leis nacionais e regionais.

Com a legislação do patrimônio arqueológico nos decênios de 50 e 60, apesar das diferenças contextuais que direcionam a abordagem para novas instâncias políticas e econômicas, pôde-se identificar nas mentalidades do período, que a perspectiva de atuação no âmbito nacional não desapareceu. Apesar da legislação preservacionista em relação ao patrimônio arqueológico iniciar-se nos estados do Paraná e São Paulo, Duarte lutou pela implantação da legislação de proteção no quadro nacional. A inexistência dessa lei impedia a aplicação de atividades de fiscalização e mecanismos de proteção, pois a legislação estadual entrava em confronto com algumas disposições nacionais anulando a validade dos dispositivos regionais. No âmbito do segmento patrimonial arqueológico também não havia uma política nacional, algumas práticas foram desenvolvidas com base em esforços pessoais como, por exemplo, o de Loureiro Fernandes no Paraná, Luis de Castro Faria no Rio de

⁶⁴ A pedido de Mário de Andrade, Duarte achou melhor dar andamento às possibilidades de aprovação do projeto de lei nacional, pois, se o estadual sáísse antes poderia melindrar Capanema, que solicitou a elaboração do projeto de criação do Serviço de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DUARTE, 1985: 154).

Janeiro e o próprio Paulo Duarte em São Paulo, que tentou implementar ações conjuntas de preservação e pesquisa no campo arqueológico.

Essa visão da ampliação de propostas culturais em escala nacional conduziu à interpretações que abordam a busca do domínio político paulista perdido nas Revoluções de 30 e 32 através da implantação de projetos hegemônicos que seriam desenvolvidos pelo Brasil através do Departamento de Cultura (SANDRONI, 1988 apud BARBATO JR., 2004:79).

A Campanha Contra o Vandalismo e o Extermínio também adquiriu para alguns adeptos, que enviaram cartas a Duarte em prol do patrimônio, um caráter fortemente regionalista a medida que exaltavam a iniciativa paulista. Nas palavras de Francisco da Silva Jr.⁶⁵ podemos verificar tal afirmação:

[...]Surpreendeu-me, devéras, o espírito de imitação com que estamos a dotar as vulgaridades de Hollywood, com o qual revelamos ao mundo a nossa falta de originalidade e o nosso desprezo pelas pequenas coisas que deveriam refletir um caráter próprio [...]. Nós, paulistas, devemos dar um exemplo ao Brasil inteiro, para que reconstruamos e preservemos, em todos os rincões do país, o que resta do nosso passado histórico, afim de que não troquemos até essas características nacionais por tudo que nos seja alheio [...] (DUARTE, 1938: 244-245).

Nesta declaração aparecem claramente os princípios modernistas⁶⁶ que são aplicados às instituições culturais e imprimiram marcas na política dos anos 30. “[...] a falta de originalidade e o desprezo pelas pequenas coisas que deveriam refletir um caráter próprio[...]”, nada mais são do que elementos de busca das singularidades brasileiras proclamadas por Mário de Andrade que afirmou que “[...]as raças são acordes musicais [...]” e “[...] Quando realizarmos o nosso acorde, então seremos usados na harmonia da civilização [...]”⁶⁷ (ANDRADE apud CHAGAS, 1999: 53-54).

Ao nos depararmos com a afirmação de Francisco da Silva Jr. sobre o dever dos paulistas em “dar exemplo ao Brasil inteiro”, encontramos realmente o aspecto que alicerçaria a idéia da busca de hegemonia paulista. A imutabilidade das características nacionais seria responsável pela reafirmação da “raça”⁶⁸ como um conjunto de qualidades humanas que

⁶⁵ Remetente da carta enviada a Paulo Duarte cujo título era: “Impressões de um brasileiro residente nos Estados Unidos” e publicada em (Duarte, 1938: 244-249).

⁶⁶ Os princípios que são incorporados aos anos 30 apresentam a responsabilidade de repensar a transformação da nação definindo o que era moderno e identificando a particularidade nacional a partir de noções de brasilidade, estabelecendo a mediação entre o futurismo tecnológico e o nacionalismo conservador (HARDMAN, s.d.: 294).

⁶⁷ ANDRADE, Mário. A lição do amigo: cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade. Rio de Janeiro: Record, 1988.

⁶⁸ Apesar do alerta por parte de Duarte em relação ao cuidado que se devia ter para com a utilização da palavra “raça”, ela foi usada diversas vezes por Mário de Andrade com a conotação de nação. Parece-me que o vocábulo

devem contribuir para o universal, ou seja, a harmonia da civilização. O passado histórico, ou o patrimônio cultural seria o mecanismo revelador das singularidades nacionais.

Para alguns autores essa busca pelo passado funcionaria como um mecanismo simbólico de integração e mobilização social, que fôra perdido pelas grandes transformações do urbanismo. Essas idéias se adequaram ao momento de transformação urbana pela qual passou São Paulo nos anos 20 e 30. Para Sevcenko:

Essa busca pelo popular, o tradicional, o local e o histórico não era tida também como menos moderna, indicando muito ao contrário uma nova atitude de desprezo pelo europeísmo embevecido convencional e um empenho para forjar uma consciência soberana, nutrida em raízes próprias, ciente de sua originalidade virente e confiante num destino de expressão superior. Naturalmente, nem o deslocamento e a desagregação provocados pela urbanização vertiginosa, nem a ameaça onímoda representada pela cosmopolização maciça de São Paulo eram fenômenos indiferentes a essa reação. Introduzir novos laços, a pretexto de resgatar elos, seria uma forma de forjar vínculos simbólicos que substituíssem nexos sociais e políticos que os novos tempos e suas condições haviam corroído. Corrosão essa que vinha ocorrendo tanto nas relações entre as pessoas e grupos quanto nas consciências individuais e nas identidades coletivas (SEVCENKO, 1992: 237).

Portanto, para evitar a confusão, o desamparo e a solidão do indivíduo pela tradição cultural perdida, haveria a substituição por uma nova cultura moderna composta de pauta cultural uniformizadora (BALLART, 1997: 226).

A uniformidade cultural modernista responsável pela civilização deveria compor-se de elementos como o civilismo, o patriotismo, a educação, o orgulho, a confiança e a valorização do povo. Todos esses tópicos apareceram em vários momentos de manifestação de apoio à Campanha Contra o Vandalismo e o Extermínio.

O artigo de Plínio Ayrosa referente à Campanha publicado no jornal “O Estado de São Paulo” em 16/06/1937 comentou o desinteresse do governo pelos assuntos culturais e a falta de conhecimento da população sobre a importância do seu patrimônio histórico e artístico e atribuiu às elites a função de educar a população através da preservação patrimonial (DUARTE, 1938: 171).

utilizado por Mário de Andrade pretendia mais um efeito literário, enquanto Duarte era muito cuidadoso com esta terminologia devido às implicações que tiveram no contexto da II Guerra Mundial. Duarte declarou: “De fato a pouca ciência que aprendi me ensinou que existe uma nação norte-americana, mas não existe uma raça norte-americana; que existem raças amarelas ou existiu uma raça branquicéfala, embora existam muitas nações e povos de amarelos; que existe um povo judeu ou se quiserem uma religião judaica, mas jamais uma raça judaica [...]” (DUARTE, 1985: 207).

A educação pelo patrimônio apareceu em outras adesões à Campanha ressaltando a importância e o respeito ao passado como índice de cultura e civilização de determinada população. Dentro deste contexto Plínio Barreto afirmou:

O teu projeto vai concorrer, penso eu, para a educação de nossa gente, habituando-a a estimar o que os avós legaram e a verificar que o patrimônio artístico de um país é o melhor índice, índice insubstituível, da sua cultura e civilização. Povo sem respeito ao passado, povo indiferente às manifestações artísticas e às reminiscências históricas dos seus maiores não é povo com a consciência plena de seu valor, nem está aparelhado para fazer grandes coisas contra o vandalismo e o extermínio⁶⁹ (DUARTE, 1938: 226).

O patrimônio, além de responsável pela educação popular, exerceria a função de termômetro do desenvolvimento cultural e civilizador, bem como não lhe escaparia o papel de elemento propulsor da auto-estima, da confiança nacional e a caracterização de estimulante da consciência cívica e patriótica, também seria o cultor de virtudes intelectuais e morais. Em meio a tantas atribuições, cabia ainda ao patrimônio cultural o estabelecimento do sentimento de identidade e pertencimento. Em entrevista ao Diário da Noite, Corrêa Jr. apontou esta série de propriedades denotadas a estas referências patrimoniais e ao ressaltar alguns dos trechos dessas declarações podemos perceber a importância da preservação deste elemento simbólico e a sua utilização para os propósitos de Duarte e o seu grupo:

Precisamos olhar, com seriedade, para as cousas do nosso passado, velando pelos nossos monumentos históricos e criando, para o espírito das gerações a que vai ser confiado o futuro de nossa pátria um ambiente propício à germinação do mais acendrado civismo e da mais sólida fé nos destinos nacionais. Velar pelo que nos legaram os nossos antepassados, como obra capaz de suscitar o justo orgulho de nossa gente e de lhe estimular as nobres virtudes intelectuais e morais, é prestar relevante [sic] serviços ao país, proporcionando-lhes novos anseios de cultura e dando-lhe novos elementos de confiança em si mesmo.

O que tenho a assinalar, como obscuro mas sincero crente da maravilhosa influência da arte e da história sobre a formação espiritual dos povos é o aspecto eminentemente educativo e profundamente patriótico do referido projeto, elaborado com alto sentimento de bem servir a São Paulo e ao Brasil⁷⁰ (DUARTE, 1938: 250-251).

De acordo com Francisco da Silva Jr. que conclamou os paulistas para dar exemplo ao Brasil, Corrêa Jr. também coloca a Campanha e o projeto de criação do Serviço de Patrimônio

⁶⁹ Carta de Plínio Barreto em apoio à “Campanha Contra o Vandalismo e o Extermínio” a Paulo Duarte em 17/09/1937.

⁷⁰ Entrevista de Corrêa Jr. ao “Diário Nacional” em 09/11/1937.

como elemento patriótico e educativo, bem servindo a São Paulo e ao Brasil. Portanto, na Campanha Contra o Vandalismo e o Extermínio reaparece o caráter regionalista das ações culturais apresentando-se uma perspectiva hegemônica de disseminação cultural por todo o território nacional. Amadeu Amaral, anos antes, considerava que a preferência de Olavo Bilac em lançar outra campanha, a nacionalista de 1915, na cidade de São Paulo tinha como motivo a caracterização da metrópole como: “[...] uma cidade nacional, centro de convergência, foco de irradiação de energias brasileiras, de idéias brasileiras, de inspirações brasileiras”⁷¹ (SALIBA, 2002: 195). Para Paulo Duarte, nos anos 30, o caráter hegemônico paulista muitas vezes foi ressaltado devido ao medo e inquietude por parte da burguesia e conservadores mediante o levante comunista. Tanto Armando S. de Oliveira como Fábio Prado em discursos de 25/01/1936 enaltecem este caráter regionalista. O discurso de Armando S. Oliveira “Começa elogiando o regionalismo que, longe de amortecer a unidade nacional, dá-lhe vida e colorido. Unidade não significa uniformidade. Defende assim um certo espírito regionalista de São Paulo que, no entanto, não renega o Brasil” (DUARTE, 1976: 144-145).

Independente do caráter regionalista da Campanha era evidente para este grupo de intelectuais a necessidade do desenvolvimento de mecanismos de preservação patrimonial e implantação de instituições preservacionistas pensadas não somente para São Paulo, mas com implicações para todo o Brasil.

Outra característica da Campanha que se deve ressaltar para este trabalho é o aspecto preservacionista em relação ao patrimônio arqueológico. Apesar da evidente importância que o patrimônio do período colonial denotou para as idéias de brasilidade funcionando como elemento aglutinador das diversas etnias nacionais, o patrimônio arqueológico e etnológico não destoou destes propósitos, pois, o indígena, como elemento étnico que contribuiu para a formação do popular e do sertanejo, também não perdia a sua função no papel de construção da nação.

Assim, os exemplos de alerta para a preservação do patrimônio arqueológico (do período colonial ou pré-colonial) foram abundantes no âmbito da Campanha Contra o Vandalismo e o Extermínio. Em relação ao patrimônio arqueológico do período colonial,

⁷¹ Conforme Elias Tomé Saliba: “[...] arquivos de cartas mostram a outra idéia de Bilac em relação a cidade – ‘São Paulo é uma bexiga. Isto não vale dois caracóis [...] Receberá qualquer dia notícia de minha morte não posso viver numa terra onde só há frio, garoa, lama, republicanos, separatistas, camelôs e tupinambás [...] Que estúpida cidade é São Paulo! Que gente pérfida, que clima impossível!’. “Mas Bilac era então admirado não apenas por Amadeu Amaral e Júlio de Mesquita Filho – que é claro, desconheciam sua correspondência – mas por toda a nova intelectualidade paulista, incluindo os jovens Oswald de Andrade e Mário de Andrade.” (SALIBA, 2002: 196).

Duarte narrou vários sítios encontrados. Os dois exemplos que seguem narram a diversidade dos elementos patrimoniais. Em relação ao primeiro sítio, Duarte comentou:

Em Santos, quanta coisa irremediavelmente perdida! Atraz do morro de São Jorge, à esquerda do velho Enga-Guassú, ainda erguem para o ar, mostrando ao céu a sua miséria, vestígios da quatricentenaria “Fazenda do Trato”, o primeiro engenho da Capitania de São Vicente, que o proprio donatario fundou, do qual Jorge Erasmo Scheter foi sucessor e os piratas de Cavendish incendiaram (DUARTE, 1938: 36-37).

Em vista do segundo sítio Duarte narrou:

E encontramos os restos da primeira metalúrgica do Brasil! Dentro de uma capoeira cerrada, até os fornos, em ruínas, da histórica fundição paulista! A sua ancianidade era atestada por uma enorme perobeira que nascera dentro mesmo dos fornos esborcinados, quase destruídos (Duarte, 1976: 99).

Em relação ao patrimônio arqueológico do período pré-colonial, a narrativa de Duarte sobre a destruição dos sambaquis em 1936 prenunciou o foco das suas pesquisas e ações em prol da preservação nos anos 50 e 60:

Ainda ha poucos meses, á margem esquerda do rio Itanhaen, á beira da estrada de ferro, um montão branco revelava os despojos de um desses possíveis preciosos monumentos archeologicos. Em meio a massa branca das conchas, muitas de espécies já desaparecidas, despontavam fragmentos amarelados de ossos humanos, detalhe imprescindível dessas caieiras, que desaparecem totalmente, sem que até agora um só estudo fosse feito sobre elas; sem que até agora os poderes publicos não se tivessem animado a custear uma missão para desmontar e pesquisar cientificamente uma dessas fontes prehistoricas, talvez as únicas capazes de trazer alguma certeza sobre as origens remotas do homem sul-americano! (DUARTE, 1938: 37).

Para Plínio Ayrosa, a ausência de instituições preservacionistas era a principal causa de destruição do patrimônio, pois essas instituições além da promoção da educação tradicionalista, também seriam responsáveis pelo desenvolvimento do “amor ao passado”. Ayrosa abordou a importância de museus, galerias, salas de música, conferências entre outros, para o desenvolvimento e o fortalecimento das relações “entre o povo e as coisas da terra”, bem como a dissolução de idéias errôneas a respeito dos índios brasileiros. Essas instituições como divulgadoras de novas idéias educariam a população para a preservação⁷² (DUARTE, 1938: 172-176).

⁷² Artigo de Plínio Ayrosa referente à “Campanha Contra o Vandalismo e o Extermínio” publicado no jornal “O Estado de São Paulo” em 16/06/1937.

Portanto, foi no horizonte da educação, que os museus adquiriram papel fundamental para esse grupo de intelectuais. No Departamento de Cultura houve várias referências à criação de museus e aquisição de acervos, bem como o desenvolvimento de idéias sobre o papel social das instituições museológicas.

Mário de Andrade no âmbito da Campanha Contra o Vandalismo e o Extermínio” alertava Duarte que chegara o momento de se estabelecer um viés mais prático em relação ao patrimônio, com ações pautadas pela feitura de legislação, reunião de mecenas, desenvolvimento da iconografia de restos e ruínas, publicação de documentação e organização das instituições museológicas. Em carta de apoio à Campanha, Mário de Andrade alertou:

[...] Outra coisa que me parece de enorme e imediata necessidade é a organização dos museus. Mas pelo amor de Deus! Museus à moderna, museus vivos, que sejam um ensinamento ativo, que ponham realmente toda a população do Estado de sobreaviso contra o vandalismo e o extermínio [...].

[...] haverá visitas obrigatórias, em dia de trabalho, de operários, estudantes, crianças, etc. Visitas vivas, sem conferência de hora, mas acompanhadas de explicador inteligente. Sem isso não haverá museu, mas cemitério. Sem isso, sem o auxílio do povo, esclarecido, jamais conseguiremos nada de permanentemente eficaz contra vandalismo e extermínio[...] (DUARTE, 1985: 151-154).

Ao revelar como deveria organizar-se a instituição museológica, Mário de Andrade enfatizou o papel do museu como meio de comunicação de massa, responsável pela pesquisa, vulgarização e popularização do conhecimento para público amplo e variado, com acesso às atividades educativas pelas quais tornar-se-iam informados e transformados em aliados dos processos de preservação. Portanto, uma mentalidade totalmente inovadora à medida que as questões de extroversão do conhecimento científico frente aos processos museais são elementos de discussão colocados pela contemporaneidade.

A organização dessas instituições preservacionistas iniciou-se pela implementação de aquisição de acervo diversificado e no desenvolvimento de atividades variadas no âmbito do Departamento de Cultura. Dentre estas idéias de organização institucional pode-se destacar o Museu da Palavra, o Museu Popular e os Museus Municipais, bem como as propostas de criação de novas instituições cujas referências foram encontradas no projeto de lei do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico de São Paulo, que previu a criação de Museu Arqueológico e Etnográfico, Museu Histórico e o Museu de Arte Aplicada e Técnica Industrial e organização do Museu de Artes Plásticas.

O museu da palavra seria composto pelo arquivo da palavra, o qual continha registros comparados de vozes de homens ilustres do Brasil e homens do povo enfatizando a diversidade das pronúncias (DUARTE, 1985: 63).

O museu popular previa a reprodução de obras de grandes pintores solicitadas em museus norte-americanos e europeus, como o Louvre. As coleções de reproduções de pintura e escultura tinham a pretensão de trazer para São Paulo um acervo representativo de escolas variadas e previa-se a disseminação dos museus de arte por várias cidades do interior.

Mas não se poderia estender a todas as cidades e cidadinhas e a todos os seres a possibilidade de ver as obras geniais da humanidade? Por dois lados o problema é solucionável. Os grandes museus começaram a viajar. Não são apenas as grandes retrospectivas, as exposições internacionais que fazem a Holanda ou Florença mandarem a Paris os seus tesouros. Mais importantes que isso eram os museus das capitais mandarem para as províncias partes escolhidas com sistema, das suas coleções. Mas também essas coleções não podiam ficar um ano em cada cidadinha, sem prejuízo cultural das capitais. Tinha-se que apressar o valor educativo dessas exposições efêmeras. Sistematizaram as visitas coletivas de estudantes, de operários, dotadas de explicador. Sistematizaram as conferências com os exemplos ao alcance da mão.

O progresso técnico da reprodução das obras é que veio trazer a melhor solução do problema. Hoje qualquer Mogi das Cruzes pode ter a sua Gioconda, impossível à primeira vista de distinguir da legítima⁷³ (ANDRADE, 2005: 128).

Nessa perspectiva de organização nacional pela cultura através da educação popular, os museus municipais teriam um papel de destaque e aglutinariam acervos arqueológicos, folclóricos, históricos, artísticos, de ar livre e indústria. O município ofereceria o edifício e “Um caipira mesmo viria construir sua taipa. A indústria? As próprias fábricas forneceria os gráficos, os produtos, os desenhos e explicações de seu funcionamento, em grandes quadros de adorno das paredes” (DUARTE, 1985: 152).

Mário alertou que tais ações proporcionariam “[...] um maior nivelamento geral de cultura, que sem destruir a elite, a torne mais acessível a todos, e em conseqüência lhe dê uma

⁷³ Novamente nas palavras de Mário de Andrade apareceu a ambigüidade em relação à imitação da Europa. Apesar de falar da falta de interesse na cópia européia verifica-se que o projeto foi calcado em experiências dos museus de arte europeus, contudo, Mário de Andrade voltou a ressaltar a peculiaridade nacional. “[...] compreende-se porque o museu de artes, principalmente o de artes, levou finalmente a idade moderna ao museu popular. Como se poderia defini-lo? O Museu Popular é o instituto que tem o destino de pôr as suas coleções ao alcance de qualquer compreensão.

Já existem na Europa museus de artes compostos de reproduções. Mas o que nos interessa aqui não é a Europa, somos nós. A atuação da América, em relação ao assunto museus de artes, tem sido até agora perfeitamente ridícula. Está claro que nem mesmo a gente reunindo todas as obras de bons autores e de boas épocas, existentes em todos os museus e todas as coleções particulares de todas as duas Américas, se conseguiria formar um só Museu do Prado” (DUARTE, 2005: 130).

validade verdadeiramente funcional” (DUARTE, 1985: 153). Dessa forma, ao enfatizar o caráter pedagógico dos museus, Mário de Andrade atribuiu a estas instituições a responsabilidade de formar o povo contra o vandalismo e o extermínio, pois, para o escritor: “Defender o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização” (DUARTE, 1985: 154).

Nessa concepção museológica verificou-se a influência das Exposições Universais que foram muito populares no período de 1851 a 1938, nelas, além da apresentação de princípios científicos e tecnológicos modernos, promovia-se o encontro entre as Artes Populares e a Indústria, símbolo de urbanismo e modernidade. Tal conjunto contrapunha-se aos elementos do passado, originais, exóticos, primitivos recriados em ambientes originais acabavam por despertar a curiosidade e a nostalgia do visitante. Dessa maneira, a desestabilização, a desintegração e segregação da sociedade moderna transmutavam-se em características de origem, de unidade pátria, e sentimento de reconhecimento e pertencimento entre os grupos (SEVCENKO, 1992; BALLART, 1997; BARBUY, 1999).

Portanto, os elementos simbólicos de coesão através da mistura do moderno e do passado, a particularidade nacional representada pelo exotismo da cultura popular ou primitiva e a funcionalidade educativa das instituições museológicas, eram possibilidades práticas de construção do imaginário moderno e da organização pátria pela cultura nacional e estão representados na caracterização dos museus municipais.

Os museus também foram objeto de teorização para Mário de Andrade. O escritor visualizou a divisão dessas instituições em quatro categorias: a- arqueológica, ameríndia e popular, b- histórica, c- erudita nacional - erudita estrangeira e d- aplicada nacional , aplicada estrangeira. Na categoria arqueológica, ameríndia e popular seriam contemplados os museus arqueológicos e etnográficos, os quais deveriam preservar objetos, monumentos, jazidas arqueológicas (sambaquis) e também a paisagem (CHAGAS, 1999:98).

A nova proposta de organização para os museus proporcionaria uma ordenação da memória, selecionando no passado elementos que corroborassem os ideais modernistas de construção da brasilidade pela abordagem Etnológica e Sociológica, analisando as pessoas para entender o Brasil, para enxergar ou construir a nação.

O processo de obtenção de acervos para os futuros museus implementados pelo Departamento de Cultura ocorreu através das expedições científicas desenvolvidas pelos intelectuais ligados ao Departamento de Cultura. A expedição realizada pela Missão de Pesquisas Folclóricas obteve acervo através da coleta orientada cientificamente⁷⁴, dentro dos

⁷⁴ A organização das instituições culturais pautadas por métodos científicos foi motivo de dissensão entre os modernistas, pois, aqueles que aderiram a segunda fase do Movimento Modernista em 1924, como Oswald de

padrões do registro antropológico como diário de campo e registro de áudio, resultando em “[...]179 discos de vários tamanhos, com cerca de 1300 fonogramas e algumas melodias gravadas, além de objetos de museu, películas e fotografias, em conexão com material musical colhido” (DUARTE, 1985: 64).

O envolvimento de Mário de Andrade com a Sociedade de Etnografia e Folclore que se desenvolvia com a colaboração Dina Lévi-Strauss também resultaria em coleções para o Departamento de Cultura à medida que Dina acompanharia seu marido, Claude Lévi Strauss à expedição junto aos índios de Mato Grosso e doaria parte das coleções para o Departamento (DUARTE, 1977: 13-14).

Os acervos dos museus municipais seriam compostos, como acreditava Mário de Andrade, por doações dos munícipes, os quais ofereceriam objetos arqueológicos, folclóricos, históricos ou artísticos.

A organização do museu da cidade era outra proposta que contaria com “[...] objetos ligados à cidade, documentos antigos, publicados ou particulares, mobília, arte popular, fotografias, todos os objetos de valor ou evocativos da vida paulistana e que chegassem ao seu poder. Limitar-se-ia a coisas relacionadas exclusivamente com o Município da Capital, para diferenciar-se do Museu do Ipiranga” (DUARTE, 1985: 103).

Assim, “Descobriu-se que êle [museu] era realmente elemento de cultura”(ANDRADE, 2005: 127). E como elemento cultural era apropriado para os propósitos organicistas do grupo de Duarte.

As teses, referências e experiências na organização dos museus e aquisição de acervo influenciaram as ações de Paulo Duarte, quando este se dedicou à organização das instituições museológicas no contexto arqueológico.

A idéia de re-organização do Museu Paulista desde 1937, com base nas teorias de Mário de Andrade, já antevia a subdivisão desta Instituição em dois museus, um de História Natural e outro de História Universal ou História do Brasil (DUARTE, 1977: 17).

No período em que Duarte se dedicou a Pré-História, o jornalista voltou à discussão de divisão do Museu Paulista para o melhor aproveitamento do acervo. No entanto, a idéia de divisão apresentou uma nova conformação: um museu seria Histórico e o outro museu

Andrade, por exemplo, criticavam o “lado doutor” na construção do passado buscando elementos de construção da brasilidade. Para Oswald, o passado brasileiro seria recuperado e re-inventado pela poesia chamada paulista, pela qual seria restaurado o passado brasileiro através do lirismo, exaltação da terra e da natureza, presentes no Romantismo e o primitivismo. A idéia era re-inventar o “moderno” na tentativa de integração do aspecto natural. Para Oswald de Andrade deveria haver uma síntese entre referências que parecem antagônicas como “dados culturais bárbaros nossos” e “turbinas elétricas”, “a floresta e a escola”, “o progresso e o Museu Nacional” (MORAES, 1976: 86-96). Para Mário de Andrade, a arte teria o componente militante com a finalidade de organização nacional e não somente deveria enquadrar-se na arte pela arte.

comporia uma instituição de Etnologia e Pré-História, a qual apresentar-se-ia sem restrição de limites geográficos e políticos nacionais devido às especificidades dos estudos arqueológicos. Porém, Duarte confirmou a crença na capacidade de instrução pela instituição museológica e apontou como foco das atividades institucionais a Comunicação Museológica⁷⁵, pois essa seria responsável pela extroversão dos conhecimentos científicos. A pesquisa científica continuaria a desempenhar o papel de total relevância na construção do conhecimento e na organização institucional. Portanto, o Museu do Homem Americano comporia com distinção o Instituto do Homem Americano⁷⁶.

A teoria de organização dos museus proposta por Mário de Andrade e compartilhada por Paulo Duarte, colocadas em prática, inovaria os perfis das instituições museológicas nacionais e construiria um quadro de parceria entre a Musealização e a Arqueologia, pois a ênfase no aspecto comunicacional valorizou a participação popular no interior desses organismos transformando o museu em instrumento de aproximação entre o visitante e o conhecimento científico arqueológico.

A abordagem sobre a preservação do patrimônio não tangível mostrou-se vanguardista para a época como o foi a idéia de preservação dos ecofatos⁷⁷, caracterizada no projeto nacional e regional de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico. Tanto o patrimônio não tangível como os ecofatos compõem a discussão sobre preservação na atualidade.

As pesquisas e o vandalismo, componentes díspares de destruição dos sítios arqueológicos, encontrariam nas instituições museológicas o fulcro da preservação do patrimônio arqueológico à medida que os “achados” seriam preservados nestas instituições.

Portanto, a aquisição da prática de Duarte no desenvolvimento de modelos teóricos e organicistas das instituições culturais, na elaboração de legislação, na implementação de mecanismos de preservação patrimonial ocorreram no âmbito do desenvolvimento do Departamento de Cultura.

⁷⁵ Alguns conceitos contemporâneos como Comunicação entendido nesse contexto museológico enquanto exposição e ação educativa, são elementos integrantes da cadeia operatória da Museologia e foram utilizados neste trabalho para denominar as ações do período estudado que estabelecem paralelos com as definições presentes. No entanto, ressalta-se que no período analisado tais expressões e concepções não existiam e não eram pensadas como atualmente.

⁷⁶ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) – Correspondência enviada. Documento que aborda a reorganização do Museu Paulista, sem data.

⁷⁷ Funari explica que são assim chamados os vestígios do meio ambiente, também “[...] produtos de uma transformação contínua, sob o controle humano e por meio do seu trabalho, por muitas gerações” (FUNARI, 2003: 14).

Dessa forma, as amplas referências deste capítulo em relação à atuação política e cultural de Paulo Duarte e seu grupo corroboraram a idéia de que as décadas de 20 e 30 foram fundamentais para o amadurecimento das ações preservacionistas do patrimônio cultural brasileiro. No entanto, a preservação das representações de memória estavam articuladas às questões mais amplas como: a identidade nacional, a constituição de memória coletiva, a conceituação de bem cultural e a sua origem determinando o patrimônio passível de preservação e às possibilidades de uso educativo do patrimônio cultural.

Ao contrário de Mário de Andrade, mentor das idéias modernistas, Paulo Duarte, como enfatizou Cândido (1985: XV) foi “o inspirador de medidas” que permitiram a prática modernista, ou na definição do próprio Duarte: “[...] eu fui apenas um instrumento da fundação do Departamento”⁷⁸.

Como diretor da Instituição Cultural acumulando a chefia da Divisão de Expansão Cultural, Mário de Andrade teve maiores possibilidades de elaboração teórica para o desenvolvimento do Departamento. O cotidiano na Instituição permitiu, com a ajuda de outros profissionais ligados ao grupo, que Mário de Andrade elaborasse a base teórica de suas proposições modernistas através da pesquisa e organizasse mecanismos de intervenção prática no âmbito das divisões do Departamento.

Apesar de compartilhar com Mário de Andrade as decisões e as idéias sobre cultura e nação, Paulo Duarte se concentrou na viabilização dos projetos. Os contatos e embates políticos, captação de recursos financeiros, discussão dos projetos na Assembléia, escolha de pessoal, defesa das propostas, ao que tudo indica, ficaram a cargo do jornalista. Tal fato ocorreu, principalmente, pelo seu posicionamento político, proximidade do prefeito e do governador e ocupação dos cargos de assessor da prefeitura e o de deputado. Não se pode deixar de mencionar a sua desenvoltura e habilidade na utilização do jornal como meio de comunicação, para alertar sobre a destruição patrimonial mobilizando recursos humanos proeminentes em prol da Campanha de preservação.

A deflagração do Estado Novo em 1937, o exílio de Duarte e de alguns dos seus companheiros na Europa, bem como a acomodação de alguns integrantes do grupo à instalação do recente regime impossibilitaram a continuidade dos projetos culturais que abortados minimizaram a participação do Departamento de Cultura no novo projeto político-ideológico. Contudo, a apreensão dos caminhos e práticas deste período contribuiria, nos anos

⁷⁸ Museu da Imagem e do Som de São Paulo (MIS – CEDOC) – Cassete 50.1 – Mário de Andrade. Palestra proferida por Paulo Duarte em homenagem a Mário de Andrade em evento da Secretária Municipal de Cultura em 1975.

50 e 60, para a condução e concepção das práticas e mentalidades impressas no desenvolvimento da Arqueologia em São Paulo. A adição de outros fatores como decepção política, exílio, contato com outros intelectuais, vivência no período de guerras, experiências profissionais em órgãos diversificados e a inserção no conhecimento arqueológico culminaram com o desenvolvimento de práticas pioneiras para o desenvolvimento dos estudos pré-históricos em São Paulo, que ainda em alguns casos denotam importância para os processos arqueológicos atuais.

Assim, a aproximação entre as experiências culturais do Departamento de Cultura com algumas práticas arqueológicas, realizadas neste capítulo, permitiram introduzir a idéia de que o Departamento e as suas implicações culturais e preservacionistas foi o primeiro paradigma seguido por Duarte na implementação dos estudos arqueológicos em São Paulo à partir dos anos 50. A análise da parceria entre Musealização e Arqueologia analisada neste capítulo (Tabela 1)⁷⁹ além de estabelecer a articulação desta dissertação com a linha de pesquisa sobre “Musealização da Arqueologia” demonstrou as implicações das práticas museológicas para o desenvolvimento arqueológico.

Desta forma, ao voltar o olhar para o passado na tentativa de avançar nos aspectos contemporâneos relacionados às questões de preservação, extroversão e importância da ciência arqueológica devemos deslindar mentalidades e parâmetros impressos às concepções patrimoniais, às instituições culturais e museológicas, aos mecanismos de preservação, às questões de identidade e participação social inseridas no contexto de formação nacional, a fim de perceber que os estudos arqueológicos em São Paulo nos anos 50 e 60 estiveram intrinsecamente associados às escolhas políticas e culturais realizadas por intelectuais nos anos 20 e 30 e, portanto, refletiram também as ideologias deste período.

⁷⁹ Cf. Tabela 1 a seguir.

TABELA 1*
APROXIMAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA ENTRE AS INSTITUIÇÕES CULTURAIS CRIADAS POR PAULO DUARTE, DÉCADA DE 30, E OS ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS

| Objetivo da análise Museológica e Arqueológica | Cadeia operatória museológica | Procedimentos museológicos de salvaguarda e comunicação | Realidade arqueológica | Recorte patrimonial | Gerenciamento e administração da memória | Preservação de bens patrimoniais | Noções de identidade e pertencimento |
|---|---|---|--|---|--|---|---|
| <p>Diagnosticar:</p> <p>- O perfil geo-sócio-cultural, político e temporal das instituições idealizadas ou implementadas por Paulo Duarte e as intervenções museológicas realizadas nestes organismos.</p> <p>- A realidade arqueológica e as potencialidades de transformação.</p> | <p>- Desenvolvimento dos processos técnico-científicos como: aquisição, organização, salvaguarda e comunicação dos acervos.</p> <p>- Reorganização das instituições museológicas.</p> | <p><u>Salvaguarda:</u></p> <p>- Criação de instituições culturais e melhoria das condições de preservação do acervo.</p> <p>- Formação profissional: conservação preventiva do acervo.</p> <p>- Reorganização das instituições museológicas.</p> <p><u>Comunicação:</u></p> <p>- Popularização do conhecimento e educação através dos museus.</p> | <p>- Destruição.</p> <p>- Localização dos sítios e tentativa de preservação (Campanha contra o vandalismo e o extermínio).</p> | <p>- Concepção sobre patrimônio cultural – discussão sobre patrimônio histórico e artístico englobando o arqueológico.</p> <p>- Referências patrimoniais em sítios arqueológicos não preservados.</p> | <p>- Sustentação científica.</p> <p>- Modelos museológicos aplicados, posteriormente, à Arqueologia.</p> | <p>- Campanha contra o vandalismo e o extermínio.</p> <p>- Apresentação de projetos na Assembléia ligados à preservação.</p> <p>- Preocupação com a preservação patrimonial na criação de instituições. Exemplo- USP.</p> <p>- Identificação dos sítios, campanha de preservação para posterior pesquisa e institucionalização.</p> | <p>- Participação popular no âmbito do museu, preservando inclusive técnicas e saberes populares (patrimônio imaterial).</p> <p>- Patrimônio responsável pelo desenvolvimento social, noções de pertencimento à nação.</p> <p>- Luta por acesso aos bens culturais.</p> <p>- Apesar do acervo arqueológico pertencer a um grupo que constituiu a nação, as questões de formação nacional centram-se nos acervos históricos e etnológicos.</p> |

* Reflexão elaborada à partir de BRUNO, M. C. O. Musealização da Arqueologia: alguns subsídios. Texto para orientandos 2007.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.



Figura 4 – Leroi –Gourhan, Paul Rivet e Paulo Duarte – Musée de l’Homme (Paris – década de 30) - Photothèque Musée de l’Homme - Col. Musée de l’Homme.

“À medida em que a civilização humana se desenvolver e que as pequenas tribus se reunirem em coletividades mais vastas, o simples bom senso fará compreender a cada indivíduo que os seus instintos sociais e a sua boa vontade devem estender-se a todos os membros da nação, mesmo que êstes lhe sejam pessoalmente desconhecidos. Uma vez transposta essa etapa, sòmente ‘obstáculos artificiais impedirão o indivíduo de dispensar a sua boa vontade aos homens de todas as nações e de tôdas as raças’.”

(Charles Darwin – A Origem do Homem)

CAPÍTULO 2

TORPOR DO EXÍLIO E DESPERTAR ARQUEOLÓGICO

2.1 – Templo das musas e abrigo de Atenas: os museus e a Arqueologia

Filhas de Mnemósine (memória), as musas eram deusas responsáveis pela proteção das artes e das ciências e em sua homenagem erigiram-se templos, conhecidos como Museion, os quais foram destinados ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos e artísticos, a esses lugares foram direcionados objetos de valor e oferendas. Mediante a propalada narrativa da origem mitológica dos museus pode-se imputar à Arqueologia o seu correlato mítico à medida que o desenvolvimento científico deste campo de conhecimento estabeleceu-se pelos imbricamentos realizados com as instituições museológicas. Conforme abordou Funari (2003: 13-14), a procedência etimológica grega da palavra arqueologia significa o: “conhecimento dos primórdios” ou “relato das coisas antigas”. A associação entre a origem do vocábulo e o foco de estudo da Arqueologia levou à conclusão reducionista de que esta ciência estuda as “coisas” (objetos), enquanto que o seu campo de conhecimento estende-se também à interpretação das relações e transformações sociais e naturais impetradas pelo Homem à partir ou através das “coisas”, ou seja, da sua cultura material⁸⁰. Assim, os elementos característicos dos estudos arqueológicos conformam-se à representação simbólica da deusa Atena, que além de portadora do elmo do saber, portanto, ligada ao conhecimento e sabedoria (características científicas), era protetora das artes agrícolas e do artesanato e presenteou aos homens com a invenção do arado, a arte de domesticar animais, a construção de navios e a confecção de sapatos. Logo, Atenas além de detentora do saber também relatou aos homens “as coisas antigas” à medida que os presenteou com os vestígios materiais e o “conhecimento dos primórdios” delegando ao homem a informação sobre os artefatos, “produtos e vetores de relações sociais” (MENESES, 2004: 186) que permitiram a transformação da sociedade e da natureza⁸¹.

⁸⁰ Para Ballart, a cultura material pode ser definida como: “[...] todo aquel agregado o conjunto de objetos creados por una determinada cultura con el fin de satisfacer necesidades y deseos derivados de su interrelación con el medio” (BALLART, 1997: 27). Meneses complementa as idéias de Ballart esclarecendo que a cultura material seria o [...] segmento do universo físico que é socialmente apropriado pelo homem e que engloba tanto objetos, utensílios, estruturas como a Natureza, transformada em paisagem e todos os elementos bióticos e abióticos que integram um assentamento humano (MENESES, 2004: 186).

⁸¹ Para Ballart a transmissão das idéias que se realizaria através de atos e artefatos foi definida como manifestação cultural (BALLART, 1997: 15).

Dessa forma, a Arqueologia caracterizada como uma ciência ligada à compreensão da cultura material e que estabelece relações entre o Homem e os seus vestígios materiais (FUNARI, 2003; RENFREW; BAHN, 1993), os quais são coletados, classificados e interpretados instituiu interface com as esferas museológicas (BRUNO, 2000) à medida que a Museologia se ocupa do fato museal, entendido por Waldisia Russio Guarnieri como a relação do Homem e o objeto em um cenário (GUARNIERI, 1990: 7) a partir do estabelecimento de procedimentos de salvaguarda e comunicação com vistas à preservação patrimonial (BRUNO, 1996a: 67-68), inclusive a arqueológica. Sendo assim, quase que invariavelmente os estudos arqueológicos se desenvolveram no âmbito das instituições preservacionistas, bem como, os museus também se responsabilizaram pelo abrigo das referências patrimoniais decorrentes da pesquisa neste campo de estudo. Tal fato sucedeu da peculiaridade desse tipo de investigação, que ao término dos procedimentos científicos de campo angariou um acúmulo de vestígios materiais que deram origem às coleções arqueológicas as quais “[...] estão na gênese da história dos museus” (BRUNO, 1996b: 293).

As coleções⁸² resultantes da cultura universal humanística foram as bases constitutivas dos museus. Conforme a narrativa mítica dessas instituições, abordada no início deste capítulo, aos templos das musas foram enviados objetos de valor e oferendas. O próprio passado mítico grego apresentou uma quantidade enorme de vestígios materiais que comporiam uma coleção: “[...] a greda com que Prometeu tinha amassado o primeiro homem e a primeira mulher, a pedra que Cronos devorou em lugar do filho, o ovo de que Castor e Polux nasceram ou ainda os restos da árvore junto à qual os gregos sacrificaram antes de embarcar para Tróia [...]” (FRAZER 1898, XXXVI-XXXVII apud POMIAN, 1984: 59)⁸³.

No caso do Museu de Alexandria, instituição destacada pela versão histórica dos museus, as coleções comportavam: estátuas de pensadores, instrumentos astronômicos e cirúrgicos, trombas de elefantes e peles de animais, no entanto, a organização institucional teve destaque pelas suas bibliotecas, equipes de estudiosos que viviam em comunidade, laboratórios, anfiteatro, observatório e os jardins botânico e zoológico. O Estado custeava os cientistas e os bolsistas ligados à produção e ao ensino científico. Este museu era acessível

⁸² Segundo Pomian (1984: 53) a coleção é “[...] qualquer conjunto de objectos naturais ou artificiais, mantidos temporariamente ou definitivamente fora do circuito das actividades económicas, sujeitos a uma protecção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público”. O autor alerta para o fato de que tal definição satisfaz as características encontradas em museus, bibliotecas, arquivos e coleções particulares e exclui coleções constituídas em outros âmbitos. Pomian também aborda detalhadamente o valor atribuído aos objetos dividindo-os em utilitários e semióforos, abordando questões relacionadas ao visível e invisível e discorre através de diferenciadas situações históricas a constituição de coleções em contextos diversificados.

⁸³ FRAZER, James G. *Descriptions of Greece, by Pausanias*, 1898.

apenas à nobreza, pois atrelado à produção científica restringia-se ao grupo de estudiosos amparados pela corte (POMIAN, 1984; GUARNIERI, 1989).

Assim, a prática do colecionismo foi elemento constante de diversos períodos da História do Homem, inclusive no Neolítico onde se encontraram grupos de objetos em tumbas, templos, e palácios da Antiguidade. Com os romanos a reunião dos artefatos se efetivou por meio de saques, premiação de guerra e compras, enquanto que na Idade Média as igrejas e os monastérios foram responsáveis pelo acúmulo destes bens (POMIAN, 1984; GEORGES HENRI RIVIÈRE, 1993; CÂNDIDO, 2004).

No entanto, as coleções arqueológicas européias prosperaram no período renascentista durante os séculos XVI e XVII. O desenvolvimento da Arte, da História e dos estudos da natureza impulsionou a estabilização dos museus de artes e gabinetes de curiosidades, os quais apresentavam em suas coleções grande diversidade tipológica e científica englobando, inclusive, as de natureza arqueológica. Outro fator que contribuiu para a ampliação do conjunto de objetos nestas instituições preservacionistas foi o conhecimento europeu de um novo continente, que permitiu a obtenção de vestígios materiais de culturas até então desconhecidas. Muitas dessas séries compuseram os museus de História Natural. O público dos museus ainda era restrito aos estudiosos, artistas e autoridades da Igreja e do Estado. Assim, os museus, os gabinetes de curiosidades, os antiquários e galerias tiveram sua organização a partir “[...] das grandes coleções reais, das sociedades científicas e dos próprios viajantes e estudiosos da natureza” (LOPES, 1988: 17). Oriundos desse período destacam-se: o Jardim das Plantas do Rei, que criado em 1640 originou o Museu Nacional de História Natural da França e o inglês Ashmolean Museum (1683), o qual vinculado a Universidade Oxford elaborou uma concepção organizacional que englobava laboratórios e sala de aula aproximando esta Instituição da visão contemporânea de museu, firmado como espaço público relacionado à aprendizagem (LOPES, 1988; BRUNO, 1996).

No final do século XVIII resultantes do ideário Iluminista, as coleções reais e principescas transformaram-se em museus nacionais, nos quais a classificação da natureza e a sistematização das pesquisas empreendidas pelos cientistas incentivaram o interesse e a acessibilidade aos acervos museológicos abarcando um público mais amplo formado pela burguesia emergente. Esses objetos também serviram como material ilustrativo de estudo e aulas ministradas pelos cientistas. Por outro viés, a ampliação das coleções museológicas também ocorreu mediante o domínio de outros territórios, conforme o exemplo francês, várias nações sob o jugo de Napoleão Bonaparte provisionaram muitos institutos museológicos, os quais continham patrimônio arqueológico entre outros ramos científicos. Até a primeira

metade do século XIX, o acúmulo de vestígios materiais advindos das explorações colonialistas impetrada pelos europeus compôs exposições que visavam demonstrar todo o conhecimento científico adquirido pelas pesquisas ocorridas no âmbito das instituições museológicas (LOPES, 1988; GUARNIERI, 1989; BRUNO, 1996).

No entanto, na segunda metade do século XIX como resultado do desenvolvimento da Antropologia, as coleções arqueológicas originárias dos museus de História Natural foram separadas desta área de conhecimento. Os museus etnográficos dotados de acervos arqueológicos tentaram cursar caminhos próprios, principalmente, a partir de dois aspectos: a apresentação dos objetos e a criação de novas propostas museológicas, no primeiro caso baseado em modelos expográficos⁸⁴ adquiridos com as Exposições Universais⁸⁵ e no segundo, mediante a instituição de museus regionais e nacionais pautados pelas pesquisas de Antropologia Física e os estudos da Arqueologia Pré-Histórica (BRUNO, 1996).

Quanto às coleções arqueológicas brasileiras, formadas desde o período colonial, não se verificou nenhum empenho no conhecimento das populações indígenas através da análise desses acervos, Prous (1992) considerou que concorreram para esse fator: o receio das revoltas nativistas por parte da metrópole portuguesa, o desinteresse científico pelas culturas primitivas e o próprio nascimento da Arqueologia ocorrido somente no século XVIII com as escavações de Pompéia. Contudo, constam desse momento colonial, alguns relatos de cronistas pautados por informações etnográficas que apontam alguns caminhos importantes para as pesquisas arqueológicas e informações de expedições naturalistas estrangeiras que ocorreram até mesmo antes da chegada da Corte portuguesa. “Eram projetos não mais regidos pela curiosidade renascentista da era das descobertas, mas pela especulação científica iluminista do estudo da natureza de forma racional” (BARRETO, 1999-2000).

Assim, na segunda metade do século XVIII e início do século XIX, a ampliação das coleções arqueológicas brasileiras aconteceu no âmbito dos estudos das Ciências Naturais, área de convergência dos interesses científicos das primeiras instituições museológicas criadas no Brasil como: o Museu Nacional, o Museu Paulista, o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Museu Paranaense, todos implantados na segunda metade do século XIX (LOPES, 1996; BRUNO, 2000).

⁸⁴ Segundo Cury a “[...] expografia é a forma da exposição de acordo com os princípios expológicos. Abrange os aspectos de planejamento, metodológicos e técnicos para o desenvolvimento da concepção e da materialização da forma”. Para a autora a expologia compreende “[...] os princípios museológicos e educacionais de uma exposição, é a sua base fundante” (CURY, 2003: 172).

⁸⁵ As Exposições Universais recriavam ambientes primitivos despertando a nostalgia dos visitantes contrapondo elementos modernos, tecnológicos, científicos e industriais ao passado exótico e artístico popular. Tais demonstrações foram organizadas a partir de uma perspectiva linear de desenvolvimento que pretendia demonstrar o avanço e o progresso da Humanidade.

Portanto, no século XIX, a investigação arqueológica esteve intrinsecamente relacionada às expedições naturalistas ou à Musealização da Arqueologia⁸⁶, ambas constaram das práticas do Museu Nacional e fizeram parte dos incentivos promovidos por D. Pedro II em prol das pesquisas arqueológicas com subsídios, inclusive, para as escavações científicas. Contudo, a Musealização da Arqueologia neste início de atividades não apresentou algumas transformações científicas e museológicas implementadas pelas instituições europeias⁸⁷ (BARRETO, 1999-2000).

A cópia científica e museológica eram esperadas à medida que a transformação da nação a partir de paradigmas europeus foi o mote perseguido pela intelectualidade mediante a mudança de contexto sócio-cultural e político demarcado pelo período de 1870 a 1914. Após a abolição da escravatura e a proclamação da república brasileira as desilusões da Intelligentsia com o atraso cultural do país eram latentes e a realidade de um povo mestiço agravava a situação. O vislumbre da nacionalidade ocorreu em função do outro, ou seja, a análise do país partia da tentativa do diagnóstico das possíveis lacunas e a necessidade de preenchê-las para que o Brasil se aproximasse do modelo europeu. Enfim, era “[...] o esforço de toda uma geração em pensar o Brasil em suas peculiaridades. Era um esforço conjunto de ‘universalização’, seus projetos visavam, em última análise, colocar o país no ‘nível do

⁸⁶ “Processo constituído por um conjunto de fatores e diversos procedimentos que possibilitam que parcelas do patrimônio cultural se transformem em herança, na medida em que são alvo de preservação e comunicação”. (BRUNO, 1996; 67-68).

Cabe esclarecer que a ênfase neste capítulo relacionada à relevância da Musealização da Arqueologia no Brasil para o desenvolvimento da ciência arqueológica não descartou o papel fundamental que alguns estudiosos exerceram fora das instituições museológicas, como Peter Wilhelm Lund, que “Entre 1834 e 1844 pesquisou 800 grutas nessa região [Lagoa Santa- MG], dentro das quais ossos de animais fossilizados estavam conservados há milhares de anos. Coletava esse material, descrevia-o, dando assim a conhecer numerosas espécies de uma fauna extinta; por esta razão; ele é considerado o ‘pai da paleontologia brasileira’. Na lagoa subterrânea do Sumidouro, encontrou ossos humanos misturados a vestígios desses animais hoje desaparecidos da terra” (Prous, 1992: 6-7). Desta forma começou a pesquisar sobre a antiguidade e a origem do homem na América. Em 1852 Lund também opinou sobre intensa discussão ocorrida na Dinamarca a respeito da origem dos sambaquis dinamarqueses, a dicotomia girava em torno da compreensão da origem sambaqueira. Os amontoados de valvas e moluscos pré-históricos do litoral seriam depósitos de lixo humano, conforme afirmava J. A. Worsaae da chamada corrente dos “artificialistas”, ou seria um acúmulo natural de conchas mortas, hipótese defendida pelos “naturalistas”? Lund optou pela corrente “artificialista”. Após 1870 essas discussões ocorreram no Brasil e “...até 1940 (publicação de Serrano), quase todos os autores ainda discutiam a origem, artificial ou não, de cada sambaqui descrito”. (Prous, 1992: 7-8). Essas discussões também foram utilizadas por Paulo Duarte nos anos 50 e 60 (século XX) como bases teóricas para a aprovação de legislação preservacionista aos sambaquis, pois delas dependia a mudança de enfoque dado na legislação que permitia a exploração comercial destes sítios pré-históricos. Prous reitera que o interesse antropológico europeu pelos crânios de Lagoa Santa coletados por Lund anteriormente “[...] apareceu somente depois que a pré-história foi reconhecida como ciência, e que os métodos antropométricos foram desenvolvidos” (PROUS, 1992: 9).

⁸⁷ Com base em Jean Jamim, tal constatação explica-se pelo direcionamento museológico de algumas instituições voltadas para o paradigma norte americano e inglês (JAMIM, 1993) ou pela continuidade de modelos europeus do início século XIX como é o caso brasileiro. Por outro lado, algumas tentativas de transformação da Musealização da Arqueologia calcadas na perseguição do modelo europeu do final do século XIX confrontaram-se com as especificidades locais fazendo com que as mudanças chegassem mais tardiamente ao Brasil.

século’, superar o seu atraso cultural e acelerar a sua ‘marcha evolutiva’ a fim de que pudesse alcançar a parcela mais avançada da humanidade” (SALIBA, 2002: 34). Dentro dessa perspectiva, os intelectuais detectavam a ausência de conexão entre a realidade e as necessidades do país, fatores manifestos pela disparidade entre a elite e a população e a idéia de cópia cultural (SALIBA, 2002).

Um dos principais expoentes dessa corrente foi Silvio Romero que afirmava que o principal problema do brasileiro era o desconhecimento da realidade, fato que encaminhava a nação para a cópia cultural e a crença em uma falsa apreciação da auto-imagem, na sua concepção a exaltação da natureza visava à positivação das características pessoais o quê não correspondia à verdade (ROMERO, 1910).

Portanto, a construção cultural do nacionalismo procurou enquadrar o Homem na natureza. O desenvolvimento humano foi explicado por elementos como o clima, sangue, meio, raça e a partir do panorama evolucionista calcado na força natural determinista. Essa perspectiva da realidade abriu espaço para as justificativas científicas do racismo como a Frenologia fundamentada na Craniometria e a Eugenia. Logo, a nação foi fortemente estabelecida com base nos conceitos de raça (SALIBA, 2002).

A musealização do patrimônio arqueológico também foi marcada pelos parâmetros do Naturalismo, o modelo científico de produção do conhecimento “[...] seguia as linhas de uma preocupação central da época, que dava relevância ao conhecimento passível de classificação, que imprimisse ordem a esse universo caótico. Tendo como base esse saber evolutivo, classificatório e pautado nas Ciências Naturais” (SCHWARCZ, 1989: 42). Transformadas em centros de pesquisa científica, as instituições museológicas brasileiras buscavam paradigmas no exterior e os cientistas traduziam o modelo naturalista em seu cotidiano e em diversas regiões do país. Logo, com missões científicas, comemorativas e civilizadoras os museus brasileiros proliferaram no século XIX pautados nos exemplos de instituições européias e norte-americanas (SCHWARCZ, 1989; LOPES, 1996).

Com base nesse contexto, a análise da procedência dos modelos museológicos foi fundamental para a verificação do desenvolvimento dos estudos arqueológicos, pois a avaliação da forma, origem e os mecanismos em que ocorreram a Musealização da Arqueologia, a partir do final do século XIX, permitiram compreender o funcionamento dos estabelecimentos preservacionistas que serviram de paradigmas e analisar as transformações ocorridas com a implementação de diferentes mentalidades que mudaram o direcionamento dos estudos arqueológicos.

Com este intuito segue-se a descrição dos três primeiros modelos museológicos diretamente relacionados com esta dissertação: o Museu Nacional que serviu de molde científico e preservacionista para as pesquisas arqueológicas influenciando os estudos posteriores em diversos museus, o Museu Paulista que foi a primeira grande instituição do estado de São Paulo que englobou as coleções arqueológicas no seu acervo, bem como foi alvo de várias propostas de reformulação por Paulo Duarte, inclusive no curtíssimo período em que foi diretor da Instituição e por fim, o Museu Paranaense que denotou importância às pesquisas arqueológicas da região e em muito contribuiu para o desenvolvimento dos trabalhos arqueológicos ensejados por Paulo Duarte através da figura do seu diretor Loureiro Fernandes.

2.1.1 - O Museu Nacional

Integrante do plano de desenvolvimento das instituições preservacionistas de Coimbra, a “Casa dos Pássaros” funcionou no Brasil desde 1784 como “[...] entreposto colonial de envio de produtos à Metrópole [...]” (LOPES, 1993: 35). Com coleções e funcionários oriundos desta Instituição estabeleceu-se no Rio de Janeiro em 1818 o Museu Nacional⁸⁸ que se diferenciou do antigo órgão pelas peculiaridades na sua fundação, mas continuou a buscar o modelo museológico europeu, metropolitano e universalista (LOPES, 1993; ELIAS, 1996).

Desde 1842, o Museu Nacional contou com uma seção que englobava Arqueologia Numismática, Artes Liberais, Usos e Costumes das Nações Antigas e Modernas. Essa seção no decorrer de sua existência foi reformulada algumas vezes, contudo, em 1851 já apresentava problemas de acúmulo de acervo, o qual era composto por: “[...] medalhas, ornatos de penas de tribos do Pará, urna de barro contendo ossos de um indígena [...], [...] várias peças e artefatos africanos em madeira, vestimenta fúnebre dos judeus do Pará e 260 exemplares de antiguidades pampeanas doadas pelo Imperador” (LOPES, 1993: 121-122).

Apesar da constituição variada, os acervos contemplavam o patrimônio arqueológico e, posteriormente, outras formas de organização das coleções de Arqueologia foram implementadas pela Instituição.

⁸⁸ Conforme nos informou Lopes, o Museu foi denominado como Real em 1818, posteriormente passou a Museu Imperial e por fim, Museu Nacional (LOPES, 1993).

Como diretor do Museu Nacional desde 1865⁸⁹, Landislau Netto atuou enfaticamente ao longo dos anos na promoção dos estudos arqueológicos, desse mesmo período datam as primeiras amostras de sambaquis: “[...] o Sr. Conde de la Hure enviou vários artefatos de pedra fabricados pelos antigos aborígenes da Província de Santa Catarina, encontrados nas margens do Rio São Francisco do Sul ‘em acúmulos conchíferos denominados sambaquis, de mistura com ossadas humanas, e de animais, fragmentos de louça, etc’ ”(LOPES, 1993: 122).

A formação das coleções arqueológicas no período imperial, contemporâneo à direção de Landislau Netto, foi solidamente pautada pelos pressupostos teóricos do Naturalismo à medida que as coletas adquiriram importância devido ao desenvolvimento dos métodos antropométricos e a possível comprovação do monogenismo⁹⁰, idéia corroborada pelo envio de coleções de crânios e esqueletos para Quatrefages, professor do Muséum National d’Histoire Naturelle em Paris e difusor da teoria monogenista, sobre o qual E. T. Hamy⁹¹ (fundador do Museu de Etnografia do Trocadero) afirmou: “[...] ele não promoveu no seu espírito a separação entre a idéia de raça e a idéia de civilização⁹²,” Hamy (1877 apud SOUSTELLE, 1976: 21; LOPES, 1993). Tal afirmação e influência apontariam para as futuras transformações ocorridas no direcionamento científico das pesquisas arqueológicas promovidas por Landislau Netto, pois a tentativa de estabelecimento da Instituição nos moldes europeus do Naturalismo visando o reconhecimento científico internacional não impediria que o diretor pensasse a influência desse olhar científico no âmbito nacional. A necessidade de redimensionamento do rumo das pesquisas arqueológicas refletiu a carência de novas possibilidades de abordagem devido às especificidades contextuais do país, à medida que os modelos científicos ideais se confrontavam com a realidade local sobre o papel do indígena na composição da sociedade nacional. Conforme concluiu Saliba:

[...] [os intelectuais] dotados de um equipamento intelectual herdado das linhagens ideológicas positivistas e evolucionistas – equipamento este já organizado de uma situação de crise da racionalidade cognitiva,

⁸⁹ Conforme esclareceu Lopes (1993), Landislau Netto foi nomeado diretor em 1865 e assumiu em 1866, nos anos de 1868 e 1870 exerceu a função de diretor interino da Instituição no período de 1875-1893 ocupou o cargo como diretor geral.

⁹⁰ Teoria pautada pela idéia de origem única inserida no contexto evolucionista que pretendia evidenciar estágios mais atrasados da civilização associando diretamente a idéia de evolução com o conceito de raça.

⁹¹ Trecho de carta de E. T. Hamy a Paul Rivet em 1877 citada em: Soustelle, Georgete. Une Exposition en hommage à Paul Rivet. In : Fondateur du Musée de l’Homme (1876-1958). Paris : Concours Du Secrétariat d’Etat à la Culture et l’Association Française Pour les Célébrations Nationales, 1976.

⁹² Texto original: “[...] il ne pouvait séparer dans son esprit l’idée de race et l’idée de civilisation”. Essa separação entre “raça” e “civilização” diz respeito ao desenvolvimento do conhecimento antropológico que passou a estabelecer divisões entre as suas áreas de conhecimento, neste caso: os estudos antropológicos calcados na Antropologia Física ou Biológica cederam lugar para uma maior preocupação com a História e a Etnografia, onde os aspectos culturais foram ressaltados.

acabariam oscilando entre a adoção de modelos deterministas e a reflexão sobre suas implicações [...] (SALIBA, 2002: 34).

Por outro lado, conforme abordou Bruno, o próprio estágio dos estudos arqueológicos impediu o avanço na abordagem e organização das coleções arqueológicas por parte de Landislau Netto, pois a ênfase colecionista na Numismática e nos objetos correspondentes à Antiguidade Clássica devia-se ao início das pesquisas pré-históricas “[...] e os museus de Arqueologia, ainda estavam tentando entender a inserção desses vestígios em um painel cronológico, repleto de fragmentos de esculturas, vasos, afrescos e estelas funerárias da Antiguidade” (BRUNO, 1999: 79). Sobre este assunto Prous (1992) afirmou que a importância denotada às populações indígenas somente ocorreria a partir do avanço dos conhecimentos pré-históricos conjugados aos procedimentos antropométricos.

Portanto, a correlação desses aspectos evidenciou a influência do contexto histórico e das mudanças de panoramas científicos que implicaram no desenvolvimento das pesquisas arqueológicas. Dentre essas proposições destaca-se a formação das coleções de Arqueologia calcadas no paradigma das raças determinada pela Antropologia Física, viés estabelecido pelos intercâmbios com o Muséum d’Histoire Naturelle. Com o passar do tempo esse olhar científico cedeu lugar a uma nova preocupação da Antropologia com questões históricas e etnográficas promovidas pelo sucessor de Quatrefages, E.T. Hamy, cuja inquietação científica “[...] levaria a individualização, do Musée d’Ethnographie du Trocadero, em 1878, a partir das coleções do Louvre, do Muséum d’Histoire Naturelle e da Biblioteca Nacional” (LOPES, 1993: 186) e no caso brasileiro se consubstanciaria nas novas proposições de Landislau para os estudos arqueológicos, como por exemplo, a reestruturação da seção de arqueologia propugnada pelo regulamento de 1876⁹³, a solidificação da idéia de fundação de um Museu Arqueológico e Etnográfico e a Exposição Antropológica Brasileira. Essa nova forma de pensar a Arqueologia não se deveu somente a influência francesa, mas também à oscilação do cientista entre os modelos adotados e as necessidades de adequação às peculiaridades locais de enquadramento do indígena às teorias científicas. A dualidade na formação das coleções e no desenvolvimento dos estudos arqueológicos não eliminou, ainda naquele momento, as idéias da época de: equiparação intelectual e institucional aos modelos universais e a importância dos Museus de História Natural para avaliação do grau do progresso e civilização

⁹³A mudança consistia na supressão da 4ª seção do Museu que continha a Arqueologia, a mesma ficaria a cargo de Landislau Netto e anexa ao Museu. No entanto, previa-se a criação de uma instituição voltada para o estudo de arqueologia, etnografia e numismática. Em 1888 foi re-criada a 4ª seção com as novas especialidades constituindo a seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia. (LOPES, 1993).

da nação, meta que deveria ser alcançada com base em parâmetros europeus. Esses elementos ainda estavam presentes na Exposição de 1882.

Além desses fatores, a mudança de prioridades na composição das coleções arqueológicas do Museu Nacional foi um indício, ressaltado por Lopes (1993), do interesse de Landislau Netto pelos objetos arqueológicos e etnográficos que ensejaram a Exposição Antropológica Brasileira, realizada em 29 de julho de 1882. Com o apoio de várias províncias no envio de material arqueológico e etnográfico, a Exposição contou com a presença de alguns indígenas e material arqueológico de várias tribos, nem sempre brasileiras. Dentre os vestígios arqueológicos e etnográficos brasileiros destacam-se: os ossos, fragmentos de louça provenientes de sambaquis, material cerâmico, arte plumária, adornos, indumentária indígena e objetos líticos. A visitação foi expressiva e teve repercussão internacional. A finalidade do evento ressaltou as características de reconhecimento científico e institucional, pois conforme o texto de exposição: “[...] o verdadeiro e nobre intento d’este certamen que não é simplesmente expor os artefactos e os documentos ethnographicos relativos aos nossos indígenas, mas reuni-los num só repositório público e ali, como presadas relíquias, offerecê-las ao culto da Ciência [...]” (BRUNO, 1999: 81).

Outra característica que se pôde vislumbrar através da Exposição Antropológica foi o papel educativo e de divulgação científica promovido pela instituição museológica e os seus acervos. A Exibição de Antropologia ultrapassou o número de mil visitantes (LOPES, 1993), e colocou em relevo a comunicação com o público através da utilização de recursos expográficos como pintura, moldes em gesso e documentos bibliográficos. A superação do atraso cultural dar-se-ia por outros recursos educativos que visavam a aproximação entre o visitante e o conhecimento científico. Nesse contexto de formação popular, nos primeiros anos da fundação do Museu Nacional já havia referência da parceria entre a Instituição e o ensino:

Data do início de 1822 o primeiro registro que encontramos de sua contribuição efetiva ao ensino regular. O então Ministro José Bonifácio de Andrade e Silva, franqueou o Museu ao Ten. Cel. João da Silva Feijó do Corpo de Engenharia e lente de “História Natural de Zoológica e Botânica” na Academia Militar para lá “serem feitas as demonstrações práticas de espécimens de História Natural, um dia por semana” (LOPES, 1993: 76).

Em 1842, o diretor Custódio Alves Serrão também pensou em ministrar cursos universitários no Museu, contudo, a concretização ocorreu em 1875 com Landislau Netto que

implementou cursos públicos de Botânica, bem como pretendeu a contratação de um professor para ministrar as matérias de Arqueologia e Etnografia (LOPES, 1993).

Dessa forma, verificou-se a importância do Museu Nacional para o estabelecimento das Ciências Naturais no âmbito dos museus e o desenvolvimento da Arqueologia em decorrência daquele campo de conhecimento científico. Também se deve levar em consideração a relevância institucional na formação de diversos cientistas que atuaram no órgão como pesquisadores ou viajantes naturalistas contribuindo para a implantação de outras instituições museológicas que contemplaram em seus acervos os vestígios arqueológicos. O empenho de Landislau Netto na organização das coleções e na divulgação dos estudos de Arqueologia, bem como o esforço empregado na reunião de conjuntos de variada diversidade tipológica e figurativos de todas as províncias foram relevantes para a firmamento dos estudos arqueológicos. Os pressupostos teóricos representados pelos objetos obtidos no período de atuação do referido diretor foram reveladores dos conflitos pelos quais passaram os primeiros estudiosos destas instituições de preservação, pois a opção pela cópia de modelos universais europeus e norte-americanos buscando a excelência e o reconhecimento científico por parte dos países de intercâmbio e formação contrapunha-se às peculiaridades locais que possibilitava a tomada de caminhos diversos daqueles apontados pelos princípios teóricos pré-estabelecidos. No acervo arqueológico também se materializaram as mudanças de paradigmas enfrentados pelas Ciências Naturais nos anos 70 e 80 (século XIX) refletindo uma nova conformação dos estudos arqueológicos no âmbito desse museu brasileiro.

Nesse contexto de oscilação entre o ideal e o real, o Museu Nacional se configurou como modelo científico para o estudo da Arqueologia no Brasil e dos processos de Musealização da Arqueologia.

2.1.2 - O Museu Paulista

Com a idéia de erigir um monumento comemorativo à Independência do Brasil, após várias tentativas frustradas motivadas por lutas políticas e falta de recursos, foi aprovada a construção de um edifício-monumento que contou com o apoio de D. Pedro II e com dinheiro de loterias realizadas para este fim. A edificação projetada por Tommaso Gaudenzio Bezzi deveria agregar ao sentido de celebração à finalidade prática, que se concretizaria com a proposta de criação de uma escola. Concluído em 1890 e não possuindo condições de receber o referido colégio, devido à própria arquitetura e vicissitudes do Ipiranga, o prédio foi

abandonado até 1894 quando abrigou o Museu do Estado formado por coleções provenientes do chamado Museu Sertório, pertencentes ao Coronel Joaquim Sertório, acrescidas de objetos do colecionador particular Pessanha. Esses conjuntos foram adquiridos pelo conselheiro Francisco de Paula Mayrink e doados ao governo estadual. As essas coleções somaram-se os acervos do Museu Provincial da Associação Auxiliadora do Progresso de São Paulo e do próprio Hermann Von Ihering, primeiro diretor do Museu Paulista. Portanto, a instituição foi originada por todas essas coleções (ELIAS, 1996; OLIVEIRA, 1997; LOPES; FIGUEIRÔA, 2002-2003).

Em 1880, Hermman von Ihering chegou ao Brasil interessado em Antropologia Física (craniometria), dedicou-se aos estudos de Zoologia e Paleontologia de moluscos, apresentou estudos em História Natural, Botânica, Antropologia, Etnologia, atuou como viajante naturalista do Museu Nacional (1883-1991) e esteve na direção da Instituição Paulista no período de 1894 a 1916 (LOPES, 1993).

Os acervos que principiaram o Museu Paulista foram constituídos por coleções de História Natural, objetos indígenas, jornais, quadros e peças de mobiliário e pelo decreto 249 de 26 de julho de 1894, o Museu foi caracterizado como uma instituição de História Natural. O regulamento institucional estabeleceu que:

Teria o Museu Paulista por fim estudar a História Natural da América Latina e em particular a do Brasil, acompanhando os métodos mais aceitos dos museus científicos modernos e procurando, quanto possível, pô-los ao alcance dos entendidos e do público. Seria o caráter do museu em geral o de museu americano [museu sul americano], destinado ao estudo do reino animal, história zoológica e da história natural e cultural do homem. Serviria como meio de instrução pública e instrumento científico para o estudo da natureza do Brasil e do Estado de São Paulo, em particular (Taunay, 1946: 24, grifos nosso).

Por essas determinações verificou-se que o Museu seguiria os modelos dos “museus científicos modernos”, ou seja, a Instituição perseguiria o paradigma científico e institucional internacional visando o reconhecimento de seus pares. No entanto, conforme já discutido na apresentação dos parâmetros estabelecidos pelo Museu Nacional, a intelectualidade desse período defrontava-se com o dilema de percorrer os moldes europeus e norte-americanos e ao mesmo tempo inserir-se nas peculiaridades locais. No caso de Ihering, praticar a continuidade dos seus estudos inseridos no contexto sul americano e aproximá-lo do brasileiro. Outro fator relevante constatado pelo regulamento foi o papel de órgão de instrução denotado à Instituição, apesar de ressaltar esta característica com a expressão “quanto possível”

indicando que o ensino não era a finalidade primeira efetuou-se o registro de que o Museu serviria como meio de educação pública. Em relação a este aspecto Margaret Lopes comentou:

Envolvidos nesse dilema que se referia à definição dos papéis sociais, que esses museus enfrentariam no século XX é, que, poderíamos caracterizar também, como o conflito entre pesquisa versus ensino, que caracterizaria a ciência do nosso século, o que de fato situaria o Museu Nacional do Rio de Janeiro e particularmente o Museu Paulista em campos opostos, materializado também pelo arranjo de suas coleções, seriam suas opções por um lado, por um museu complexo cada vez mais escolarizado e por outro, por um museu o mais especializado possível, dedicado a algumas especialidades, de um dos ramos das Ciências Naturais, a Zoologia (LOPES, 1993: 318).

Dessa forma, os estudos de Botânica e Zoologia sobressaíram na administração de Ihering. A importância da Instituição como centro de investigação científica foi corroborada pela divulgação das pesquisas da época aos grandes centros internacionais pela Revista do Museu Paulista, que instituída pelo diretor tratou dos temas já citados bem como versou sobre assuntos ligados à Arqueologia e Antropologia.

Em relação aos estudos arqueológicos várias ações foram implementadas naquele momento, principalmente, relacionadas à Musealização da Arqueologia. Nesse período houve o crescimento das coleções arqueológicas através de aquisição e coleta de material. No primeiro caso, Lopes (1993) citou que Ihering obteve 180 exemplares escolhidos da coleção do Sr. Balbino de Freitas do Rio Grande do Sul com materiais raros e de alto valor oriundos do sambaqui de Torres. Na Revista do Museu Paulista apareceram outras compras realizadas pelo diretor como almofarizes, cachimbos e tembetás da “Coleção Barbedo” em 1903 (REVISTA DO MUSEU PAULISTA, 1907: 13-14).

No caso da coleta houve busca de almofarizes no Rio Grande do Sul e excursões empreendidas por Rodolpho von Ihering⁹⁴ que em 1909 acompanhado pelo preparador Lima percorreu 14 grutas de Yporanga e Xiririca, no Vale do Ribeira e Curt Unckel em busca de acervos etnográficos e arqueológicos (LOPES, 1993). Rodolpho também, por ordem do diretor, realizou viagem para a Europa a fim de estudar as inovações museológicas na área de exposições (ELIAS, 1996). Portanto, a cadeia operatória museológica responsável pela

⁹⁴ Lopes (1993) descreveu que “Além do diretor, o Museu Paulista contava com uma equipe de 5 funcionários: um zelador ou custos, que deveria ser um zoólogo e, atuava também como vice-diretor – a princípio Constantino Helger, que foi substituído em 1895 por Luis Relr e posteriormente por Rodolpho von Ihering, filho de Ihering [...]”.

seqüência de desenvolvimento dos processos técnico-científicos em relação aos acervos foi observada por Ihering.

Outras ações de Salvaguarda e pesquisa no âmbito dos estudos arqueológicos foram providenciadas pelo diretor, em 1904 empreendeu viagem de oito dias à Santos para estudos em sambaquis, recuperou um crânio de baleia e no mesmo ano solicitou autorização para a confecção de armários a fim de melhor acondicionamento das coleções de objetos históricos e pré-históricos (ELIAS, 1996). Esse fato evidenciou o crescimento das coleções pré-históricas no início da administração de Ihering. Apesar da promoção do aumento das coleções arqueológicas, outras atitudes do diretor incitam estranhamento se relacionadas às praticas da contemporaneidade, como por exemplo, a proposta de venda de objetos arqueológicos para o exterior. A administração do U. S. National Museum do Smithsonian Institution demonstrou interesse na aquisição de objetos do sambaqui do litoral paulista, coleção de machados de pedra, fotos dos índios guaranis e coleção de antiguidades da Bahia. Os objetos seriam utilizados na Exposição Internacional de St. Louis (ELIAS, 1996).

As trocas de coleções de estudos eram freqüentes, principalmente com a finalidade de comprovação das teorias do monogenismo, das capacidades das análises craniométricas e das possibilidades de formação de coleções para instituições diferenciadas através das excursões dos viajantes naturalistas, mas a venda por parte da instituição não parece prática comum. De qualquer forma, outras atividades ligadas à pesquisa arqueológica foram pensadas na tentativa de angariar dinheiro para o desenvolvimento de projetos relacionados especificamente aos aspectos Biológicos. Nesse caso, a utilização dos conhecimentos arqueológicos e etnográficos abordando o tema da Origem do Homem permitiria a realização de quatro conferências, cuja arrecadação seria convertida na construção da Estação Biológica do Alto da Serra, porém este intento não foi concretizado (ELIAS, 1996).

A temática sobre a Origem do Homem foi assunto constante das pesquisas relacionadas ao Naturalismo neste período, pois conforme a perspectiva evolucionista determinada por aspectos naturais, a origem era a primeira fase da nação e a partir dela se caminharia em busca do progresso e da civilização alcançando o modelo europeu. O desenvolvimento da raça e a necessidade de branqueamento da população eram questões cruciais para a transformação da nação brasileira nos parâmetros desejados.

A atuação científica do zoólogo também imprimiu aos estudos arqueológicos uma caracterização de saber evolutivo com base nas ciências naturais, na opinião de Hermmann von Ihering o que valia para os animais e no mundo da natureza valia também para o homem (SCHWARCZ,1989). Essa concepção (evolutiva e de progresso) levou Ihering a duvidar da

natureza artificial dos sambaquis discordando de Landislau Neto. No entanto, mediante as provas apresentadas por defensores da corrente artificialista e visita ao sambaqui da ilha de Casqueirinho - perto de Santos, hoje COSIPA - Companhia Siderúrgica Paulista - Ihering admitiu a mudança de opinião e concordou com a corrente naturalista (PROUS, 1992).

Outro exemplo de conflito permeado pela mentalidade de Hermann von Ihering que oscilou entre a idéia de superioridade européia associada à necessidade de evolução da sociedade brasileira e as peculiaridades locais foi o posicionamento do diretor a favor do extermínio indígena. Contra esta afirmação o próprio Ihering se defendeu:

[...] até aquele momento nenhum cientista brasileiro tinha reunido nas várias partes do país, coleções tão instrutivas, nem tinha adquirido um conhecimento tão profundo da vida primitiva dos indígenas, de sua língua e história, bem como de suas características raciais. Contudo, nem mesmo assim consegui evitar a perseguição, que no Brasil, um doentio nacionalismo iria despertar contra os colegas de origem estrangeira, mesmo quando estes se tornaram cidadãos brasileiros e participam com dedicação ao descobrimento científico do seu país adotivo. Na exposição nacional que teve lugar em 1909, na capital federal, eu fui o único que procurou atrair o interesse do grande público para os primeiros donos desta terra, expondo grupos extraídos da vida dos índios caingangues, cayuás e chavantes. Contudo, isto causou polêmicas na imprensa e entre grupos científicos que me indicaram como um precursor do extermínio dos índios. Ao contrário eu estava somente pedindo que os habitantes do sertão e os colonos fossem protegidos dos ataques dos selvagens e tivessem garantias de vida e de propriedade. De fato, não é destes últimos, mas dos primeiros que depende o desenvolvimento dos recursos naturais do país. Protestei em vão contra estas maldosas deformações (LOSANO, 1992: 89-99).

Alguns elementos interessantes apareceram na defesa de Ihering: as coleções na concepção museológica do diretor tinham finalidades instrutivas, ou seja, os vestígios materiais funcionavam como elo de informação entre os indígenas primitivos (passado) e o presente. Contudo, na exposição nacional de 1909, o diretor do Museu Paulista não comentou sobre a apresentação destes acervos, mas sim sobre a demonstração dos integrantes de diversos grupos indígenas. Ihering os exibiu como elemento expográfico procurando “atrair o interesse do grande público” na intenção de popularização do conhecimento. Apesar da falta de comentários sobre uma expografia com base nas coleções que poderiam evidenciar as pesquisas científicas, o discurso do diretor apontou para a relevância que denotou ao procedimento museológico da Comunicação com a exposição de indivíduos. Essa prática expositiva também ocorreu na Exposição Antropológica de 1882, a qual organizada por Landislau Netto contou com a presença de alguns indígenas na Exposição, contudo, o diretor

do Museu Nacional não apontou o grau e os objetivos dessa participação. A exibição do exótico, conforme discussão do capítulo 1, ocorreu calcada nos modelos expográficos das Exposições Universais. O conhecimento “profundo” das “características raciais” indígenas que Ihering disse ter adquirido, ressaltando que nenhum cientista brasileiro até aquele momento tinha tal entendimento excluindo, portanto, os saberes de outros investigadores como, por exemplo, Landislau Netto, corroborou o interesse de Ihering nas pesquisas de Antropologia Física e o viés pelo qual analisava o tema. Por fim, o posicionamento do diretor do Museu Paulista sobre o indígena e o colono levou à interpretação de que o mesmo atribuiu aos índios a responsabilidade de impedir o progresso e o desenvolvimento nacional.

A partir destas análises pode-se verificar no discurso e nas ações de Ihering a influência do pensamento naturalista e o confronto dos seus interesses científicos com a realidade que a população indígena trazia para o país. A tentativa de adaptação e conformação de visões díspares foi o elemento característico dos cientistas deste momento, tanto Landislau Netto como Ihering, apesar da forma diferenciada, entraram em confronto com os modelos seguidos e as peculiaridades locais.

A dificuldade de conciliação entre as mentalidades do período relacionadas às proposições sobre o progresso, evolucionismo e extermínio indígena à realidade local e as ações museológicas foram reflexos de um momento marcado historicamente pelas teorias racistas da época, bem como pela visão eurocêntrica estabelecida pela condição de estrangeiro do diretor.

No entanto, as controvérsias sobre o interesse puramente acadêmico de Ihering em relação aos indígenas não obscureceram as contribuições reais e o pioneirismo que o cientista imprimiu aos estudos arqueológicos no âmbito do Museu Paulista. As experiências etnoarqueológicas realizadas pelo diretor foram precursoras dos estudos europeus realizados nesse campo. Prous (1992, 9) ressaltou experimentos e estudos como: “[...] o uso de machados de pedra para cortar árvores, avaliando as técnicas possíveis e os resultados correspondentes” e “[...] a alimentação dos homens pré-históricos pela identificação dos otólitos de peixe”. Portanto, a esse dado acrescentam-se todas as ações implementadas por Hermann von Ihering como: a ampliação das coleções arqueológicas, as visitas aos sambaquis, o empreendimento de expedições de coletas arqueológicas, a divulgação da Arqueologia através de publicações e exposições e o cuidado da integridade dos vestígios arqueológicos. Também não se pode esquecer o tratamento de temas como a origem do homem e a preservação ambiental, pois segundo Losano (1992), Ihering foi responsável pela elaboração de leis para a proteção dos pássaros e regulamentação da caça e da pesca. Desta

forma, além da contribuição efetiva para a Musealização da Arqueologia no período, muitas das tarefas empreendidas por Hermann von Ihering demonstraram a importância desse cientista para com as questões do seu tempo.

2.1.3 - O Museu Paranaense

A Instituição teve origem na fundação da Associação Paranaense de Aclimação que inaugurada em 1876 possuía caráter museológico e um jardim de aclimação. Apesar de organizar-se como estabelecimento privado com a participação de alguns setores da sociedade recebeu inúmeras vezes o auxílio dos governos provinciais no período imperial e posteriormente (1883), transformou-se em órgão público (EDIÇÃO...,s.d.).

Os acervos foram constituídos, inicialmente, por peças históricas e produtos naturais. O diretor do Museu Paranaense Ermelino de Leão orientou a formação das coleções que participaram da Exposição Antropológica de 1882 e apresentou elementos variados a partir da perspectiva dos estudos de Antropologia Física, da Etnografia e da Arqueologia. Nesta fase de organização pretendia-se mostrar à Corte o interesse provincial pelo estudo da “Ciência do Homem” (EDIÇÃO..., s.d.: 5).

Os conjuntos expostos em 1882 exibiram: material antropológico formado por esqueletos do sambaqui de Goulart (Antonina) e dois crânios de índios Xavante e Guarani, acervos arqueológicos remanescentes de sambaquis compostos, principalmente, por líticos. As coleções etnográficas foram caracterizadas por artefatos de caça, de pesca, de guerra, de uso doméstico, cerimonial e adornos. O cacique dos Camés ou Coroados também foi enviado à Exposição (LOPES, 1993).

No ano de 1883, o presidente da província Oliveira Belo declarou o caráter educacional do Museu, ressaltou os serviços já efetuados na área de instrução e alertou para a necessidade de conferências públicas que contribuiriam para o ensino e a formação da mentalidade nacional. No início do século XX, as características institucionais se firmaram através da Antropologia e Ciências Naturais (EDIÇÃO...,s.d.). Segundo Lopes (1993, 226):

Sabemos que quanto ao trabalho das seções, uma vez já reorganizado o Museu, sua atenção se concentrava então na ampliação e estudo das coleções de Antropologia e Etnologia. Lembrando a grande quantidade de sambaquis que se espalhavam por toda a costa paranaense e o valor inestimável para a ciência dos materiais pré-históricos, existentes nos sertões das províncias, que se acumulavam nos museus europeus, ou se dispersavam em coleções particulares, o diretor julgava que esses deveriam estar muito melhor representados

no Museu Paranaense, para que pudesse contribuir para a discussão candente a época, sobre a exata explicação das origens da raça brasileira [...].

A discussão sobre as Origens do Homem também apareceu na Instituição relacionada ao contexto do Naturalismo. No período republicano, as reformas institucionais implementadas levaram Romário Martins, diretor do Museu desde 1902, ao mesmo dilema das instituições museológicas desta época: conciliar a pesquisa e a organização institucional nos moldes científicos internacionais com as dificuldades criadas pelas peculiaridades locais. A própria Edição Comemorativa do 80º aniversário do Museu chamou a atenção para esse fato: [...] não descuidou o Snr. Romário Martins em atender as pesquisas no setor de ciências naturais, não obstante a pobreza do meio para iniciativas dêste gênero” (EDIÇÃO..., s.d.: 9, grifo nosso). Diferente dos outros dois museus apresentados, o Museu Paranaense enfatizou já na primeira década de existência o interesse pelo estudo da “Ciência do Homem”. Tanto o Museu Nacional como o Museu Paulista enfatizaram as Ciências Naturais e desenvolveram a “Ciência do Homem” no âmbito da primeira, já o Museu Paranaense apesar de ligar-se desde a sua origem ao estudo dos “produtos naturais” ressaltou, conforme discurso do diretor da Instituição, o interesse pelos estudos arqueológicos, antropológicos e etnológicos. Desta forma o estranhamento com a questão indígena parece que foi menos polêmico ou enfático⁹⁵, conforme ocorrido com as outras duas instituições museológicas. Verifica-se que as condições materiais menos propícias que a do Museu Nacional e a do Museu Paulista acarretaram a preocupação com a “pobreza do meio”, fato verificado desde as dificuldades de constituição da instituição até o retorno de Agostinho Ermelino de Leão à direção do Museu em 1892. Nesse período Ermelino Leão tentou acabar com as ausências existentes nas coleções devidas ao envio de materiais para outras exposições, bem como peças faltantes resultantes da deterioração dos artefatos devido à umidade do ambiente ocasionada pela localização do Museu, vizinho de um curso d’água (EDIÇÃO...,s.d.).

Em 1937 assumiu o cargo de direção do Museu Paranaense José Loureiro Fernandes que reestruturou o Museu e implementou a divisão da Instituição em seções responsabilizando-se pela Seção de Antropologia e Etnografia. A partir de 1942 o diretor ocupou-se principalmente da formação científica, proteção do patrimônio cultural brasileiro e pesquisas da região. Durante a administração de José Loureiro Fernandes foram instaladas as

⁹⁵ Dicotomia entre a constatação da realidade local à conformação das teorias da Antropologia Física e Social, no caso de Landislau Netto houve a oscilação entre os modelos naturalista e evolucionista e a avaliação da realidade local e por outro lado destaca-se a precipitação de conflitos como o verificado no caso protagonizado por Ihering em relação ao indígena.

seções de História, Botânica, Geologia, Mineralogia, Numismática e os Arquivos do Museu Paraense (EDIÇÃO...,s.d.; LOPES, 1993).

A atuação de Loureiro Fernandes no desenvolvimento das pesquisas arqueológicas no interior da Instituição efetivou-se a partir dos anos 50 onde estabeleceu parcerias com Paulo Duarte em prol da preservação do patrimônio arqueológico⁹⁶. Lopes chamou a atenção para o fato de tanto o Museu Paraense como o Paraense desenvolveram “[...] investigações originais, particularmente no âmbito da arqueologia e etnologia brasileiras [...]” (LOPES, 1993, 234).

2.1.4 - Balanço da Musealização da Arqueologia

No contexto de fundação das três instituições até aqui detalhadas, não se pode esquecer do Museu Paraense Emílio Goeldi, que originário da Sociedade Philomática (1866), teve a sua instalação concretizada em 1871. A direção da Instituição no mesmo ano foi assumida por Domingos Soares Ferreira Penna, que havia atuado como viajante naturalista do Museu Nacional e participou da Exposição Antropológica de 1882. Ferreira Penna colaborou com Landislau Netto na coleta de materiais em buscas científicas nos sítios arqueológicos da Ilha de Marajó e visitas às aldeias indígenas locais, o diretor também discutiu a necessidade de defesa dos sítios arqueológicos (LOPES, 1993).

O Museu fechou em 1889 por disputas políticas e falta de condições adequadas e reabriu em 1891. No ano de 1894 assumiu o cargo da direção, o zoólogo suíço Emil August Goeldi também ex-funcionário do Museu Nacional. No período da direção de Goeldi (1894-1897) ocorreu a divisão da Instituição em 4 seções: a) Zoologia, b) Botânica, c) Geologia e Etnologia e d) Arqueologia e Antropologia. A criação do Parque Zoobotânico, do serviço meteorológico, a efetivação de exposições e conferências públicas também datam desse período. Os trabalhos científicos desenvolvidos pelo Museu embasaram a defesa dos interesses brasileiros na região dirimindo contendas territoriais finalizadas com a anexação do Amapá. Em homenagem a Goeldi, o governador Paes de Carvalho mudou o nome da Instituição para Museu-Goeldi no ano de 1900 (PROUS, 1992; LOPES, 1993).

Portanto, no âmbito das primeiras instituições preservacionistas brasileiras até aqui aludidas houve a constatação de diversas semelhanças de origem e contexto na ocorrência da Musealização da Arqueologia (Tabela 2).

⁹⁶ O posicionamento de Loureiro Fernandes e os trabalhos desenvolvidos no âmbito da Arqueologia juntamente com Paulo Duarte são discutidos mais detalhadamente no capítulo 4 desta dissertação.

TABELA 2*
APROXIMAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA ENTRE AS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES MUSEOLÓGICAS BRASILEIRAS QUE CONTEMPLARAM A MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA

| Perfil da Musealização da Arqueologia no final do século XIX | Cadeia operatória museológica | Procedimentos museológicos de salvaguarda e comunicação | Realidade arqueológica | Recorte patrimonial | Gerenciamento e administração da memória | Preservação de bens patrimoniais | Noções de identidade |
|--|--|---|---|--|--|---|---|
| Objetivos: - Identificação da realidade arqueológica a partir de acervos e coleções e avaliação dos procedimentos de salvaguarda e comunicação implementados (identificação das potencialidades patrimoniais e ações museológicas correspondentes). | - Desenvolvimento dos processos técnico-científicos como: aquisição, coleta, organização, salvaguarda e comunicação dos acervos. | <u>Salvaguarda:</u> - Fundação e organização das primeiras instituições museológicas brasileiras calçadas nos parâmetros científicos das Ciências Naturais. - Organização e acondicionamento das coleções arqueológicas. <u>Comunicação:</u> - Elaboração das exposições antropológicas e utilização de recursos expográficos. - Ensino e divulgação científica (expografia, cursos, publicações e conferências públicas). | - Desenvolvimento desse campo científico através dos procedimentos de musealização e no âmbito dos estudos das Ciências Naturais. - Pesquisa científica com experimentos arqueológicos no caso de Hermann Von Ihering. - Expedições naturalistas no caso do Museu Nacional. | - Formação e histórico das instituições museológicas e dos acervos que apresentaram patrimônio arqueológico. | - Modelos museológicos que serviram de paradigma para o desenvolvimento dos estudos científicos arqueológicos. | - Através dos procedimentos da cadeia operatória museológica. | - Vislumbre da nacionalidade através do paradigma europeu na tentativa de alcançar o progresso, portanto, necessidade de educação para formação da nação. |

* Reflexão elaborada à partir de BRUNO, M. C. O. Musealização da Arqueologia: alguns subsídios. Texto para orientandos 2007.

A implementação das coleções e acervos angariados pela coleta e aquisição de patrimônio arqueológico foi desenvolvida pelos processos técnico-científicos pertinentes às atividades de musealização que possibilitaram o gerenciamento, a administração da memória e a forma de disponibilização do saber científico arqueológico efetivado pelos procedimentos de salvaguarda e comunicação. No caso dos processos comunicacionais, exposição e educação, perceberam-se a importância e a ênfase que os diretores das instituições preservacionistas delegaram a esta forma de mediação entre a pesquisa científica institucional e a instrução do público. A realização da Exposição Antropológica Brasileira foi um dos elementos que comprovam tal fato à medida que vários dentre os museus analisados participaram dela demonstrando que a divulgação científica foi um item considerado pelos diretores dessas instituições.

As pesquisas científicas relacionadas às Ciências Naturais e os acervos arqueológicos desenvolvidos no âmbito desses estudos pautados pelo paradigma internacional confrontaram-se muitas vezes com as peculiaridades locais que forçaram a adequação dos diretores das instituições brasileiras a outros contextos e realidades distantes daquelas almejadas como ideal, tanto no que tange ao conhecimento científico como às condições de musealização patrimonial.

No entanto, é inegável que mesmo a par das dificuldades encontradas as instituições museológicas brasileiras nesse período cumpriram o papel de impulsionar a pesquisa científica e acompanhar o desenvolvimento museológico internacional transformando-se em modelos científicos conformados pela linha teórico-metodológica impressa pelos diretores e/ou colaboradores desses museus.

Assim, os avanços propostos posteriormente decorreram desses moldes institucionais que declinaram em face dos processos de especialização científica e mudança de paradigmas que valorizavam os procedimentos científicos de laboratório, criação de faculdades, de institutos e especialização profissional. A esses fatores somam-se as mudanças de enfoque dos estudos Antropológicos que até então voltados para a Antropologia Física cederam terreno para a Antropologia Social, introduzindo novos conceitos de cultura que convergiram com as discussões modernistas focadas na formação do povo brasileiro.

Tais debates estavam direcionados para as questões de mistura racial centradas no sertanejo, visto como representante da conjugação das etnias e, portanto o ascendente direto da nação moderna e civilizada que se pretendia estabelecer. Por outro lado, principalmente no âmbito do Museu Paulista, os estudos históricos passaram a prevalecer na Instituição que viu na proximidade da comemoração do centenário da Independência a possibilidade de exaltar

São Paulo forjando a formação da nacionalidade através dos mitos paulistas como o do Bandeirante e o da produção cafeeira como responsável pela conquista nacional, progresso e heroísmo regional (PROUS, 1992; LOPES, 1993; ALCÂNTARA, 2000). Todos esses elementos foram responsáveis pela quase estagnação dos estudos arqueológicos relacionados à obtenção de acervos e desenvolvimento de modelos de produção de conhecimento no âmbito da Arqueologia em São Paulo.

O impacto deste contexto para as pesquisas arqueológicas em São Paulo foi minimizado pela ação de intelectuais como Mário de Andrade e Paulo Duarte, os quais não estavam diretamente ligados às instituições museológicas, órgãos responsáveis até então pela coleta e pesquisa de acervo arqueológico, mas sim às organizações culturais de uma forma mais generalizada e que contribuíram para o desenvolvimento da Arqueologia no desenrolar de ações preservacionistas manifestadas pela estruturação de museus, identificação de sítios arqueológicos e realização da Campanha Contra o Vandalismo e o Extermínio. Portanto, apesar da ausência de pesquisa de campo, o Departamento de Cultura e a atividades desenvolvidas em prol da preservação do patrimônio arqueológico foram importantes para a Arqueologia daquele momento e com o declínio do Departamento de Cultura outras possibilidades para os estudos arqueológicos foram vislumbradas a partir de modelos museológicos europeus, como por exemplo, o novo modelo do Museu do Homem que será tratado a seguir.

2.2 – Mentalidades Convergentes na “Casa de Rivet”: Paulo Duarte e o Musée de l’Homme

A inclinação de Paulo Duarte para a Arqueologia remonta aos seus 12 anos quando recebeu de presente do pai uma tradução portuguesa do livro de Figuier: “O Homem Primitivo”. Duarte revelou que a partir deste momento nunca mais ficou desatento em relação à Antropologia⁹⁷.

Em visita ao Museu Paulista, ainda adolescente, Duarte teve contato com Hermann von Ihering. O estudante estava no Museu Paulista desenhando uma cerâmica peruana e devido ao seu interesse pela Arqueologia foi presenteado por Ihering com um livro sobre a

⁹⁷ Unicamp – CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricargo Guedes em 12/04/1977, pp.1.

civilização inca e convidado pelo mesmo diretor a visitar o Museu quando pretendesse, mesmo em dias não destinados à visitação (HAYASHI, 2001).

Alguns anos mais tarde, o interesse de Paulo Duarte pela Arqueologia seria assinalado pela visita de Paul Rivet ao Brasil em 1928, quando a direção do Museu Paulista não estava mais sob a égide de Hermann Von Ihering. O filho do ex-diretor, Rodolpho Von Ihering acompanhou Paul Rivet em inspeção a um sambaqui em Cubatão, São Paulo, e segundo Duarte, o cientista francês “[...] ficou impressionado com o que viu e com a indiferença governamental [...]”. O jornalista reproduziu e comentou a abordagem do assunto pelo cientista:

A exploração científica dos sambaquis do litoral brasileiro – escreveu então o grande americanista francês ‘apresenta enorme interesse, como verifiquei pessoalmente, visitando os sambaquis de Cubatão, perto de Santos’ (os sambaquis do Cubatão já desapareceram há muitos anos!). ‘Um estudo sistemático desses depósitos’ – conclui Rivet – ‘forneceria seguramente dados capitais para a solução do problema das origens do Homem Americano’ (DUARTE, 1968:35).

No ano de 1929, Paulo Duarte escreveu o primeiro artigo em defesa dos sambaquis e o tema foi foco de interesse ao longo de sua vida. Mas é efetivamente a partir do primeiro exílio em 1932⁹⁸, que Paulo Duarte perdeu sua condição de autodidata direcionando-se para as atividades de pesquisa e preservação arqueológica, o jornalista afirmou que “[...] para matar o tempo e a saudade, estudava as primeiras lições que Paul Rivet dava no Jardin des Plantes” (DUARTE, 1985: 51) e complementou:

Procurei os programas de conferências científicas, e encontrei um curso que Rivet ia dar, de Etnologia, lá mesmo no Jardim das Plantas, que era a sede do Museum. Fui assistir essas conferências. Lá a gente pode perguntar coisas ao conferencista. As conferências duram às vezes meia hora e as perguntas duram duas, três horas, conforme o interesse daqueles que queiram perguntar. E devido as minhas perguntas, Rivet tornou-se meu amigo. E eu comecei, então, a estudar a Pré-história. E para estudar Pré-História, fui obrigado a me aprofundar em Geologia e Paleontologia, sem o que não se podia fazer Pré-História, evidentemente. Como é que eu iria estudar Paleontologia Humana, se eu não soubesse Paleontologia?

⁹⁸ Por causa da participação na Revolução de 1932, no início de outubro do ano seguinte, Paulo Duarte saiu da Casa de Correição (Rio de Janeiro) e foi enviado “junto com outros indesejáveis” para Portugal. Durante todo o ano de 1933 Paulo Duarte permaneceu na França (DUARTE, 1985: 123).

Rivet me convidou para fazer alguns serviços de laboratório no Museu do Trocadero, porque não existia ainda o Museu do Homem. Eu fiz, mas voltei para o Brasil.⁹⁹

Ao voltar para o Brasil, em 1933, Paulo Duarte percorreu o caminho da política na interventoria de Armando de Salles Oliveira exercendo as funções de deputado na Assembléia Legislativa e a de assessor jurídico da prefeitura de São Paulo, bem como se dedicou à estruturação do Departamento de Cultura com Mário de Andrade entre outras tantas atividades e organizações culturais¹⁰⁰. A implantação do Estado Novo em 1937 levou Duarte ao segundo exílio.

Ainda a bordo do navio que me levava para o exílio, recebi um telegrama do Rivet, do Museu do Homem – aí já existia o Museu do Homem, que havia sido fundado pelo próprio Rivet em 1937 – dizendo que as portas estavam abertas para mim. Fui, e tive, então, a oportunidade de conhecer alguns tipos extraordinários dentro da ciência francesa que era, como é ainda hoje, principalmente na sua parte intelectual e doutrinária, uma das mais importantes do mundo.¹⁰¹

O conhecimento dos “tipos extraordinários da ciência francesa” ocorreu nos cursos freqüentados por Duarte na sala de aula do Musée de l’Homme, neste local o jornalista travou contato com inúmeros estudiosos dentre os quais constavam: Maurice Leenhardt, Marcel Mauss¹⁰², M. Griaule, padre Teilhard de Chardin, padre Henri Breuil, Paul Valéry, Pierre Jannet, Paul Longevin, Henri Focillon, Lucien Febvre, J. Adhamand, Henri Laugier, Georges Le Gentil, R. Lantier entre muitos outros (DUARTE, 1960).

Os cursos promovidos por Paul Rivet, enquanto diretor do Museu do Homem, foram proporcionados pela reestruturação que o antropólogo viabilizou no Museu do Trocadero

⁹⁹ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricardo Guedes em 12/04/1977, pp. 7-8.

¹⁰⁰ Ações abordadas no capítulo 1 desta dissertação.

¹⁰¹ Unicamp – CEDAE-IEL -Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricardo Guedes em 12/04/1977, pp. 9.

¹⁰² Com base em Dumont, Oliveira afirmou que Marcel Mauss “[...] atribuía muita importância a esses cursos elementares, evidentemente porque via neles o meio de desenvolvimento futuro. Notar-se-á que, se Mauss formava seus estudantes prioritariamente para o trabalho monográfico de campo, não negligenciava jamais nem os problemas da difusão cultural e do empréstimo, nem a civilização material” (OLIVEIRA, 1979: 13)

Entre os primeiros discípulos de Marcel Mauss estavam: Marcel Griaule, Claude Lévi-Strauss, André Leroi-Gourhan, Alfred Métraux, Roger Bastide, G. H. Riviére e Jacques Soustelle, todos eles ligados aos trabalhos desenvolvidos no Museu do Homem e alguns também relacionados às atividades desenvolvidas por Paulo Duarte no Departamento de Cultura (Claude Lévi-Strauss), escolha de docentes para a Universidade de São Paulo (Roger Bastide) ou participante de congressos e simpósios ligados à Pré-História, como, por exemplo, no XXXI Congresso dos Americanistas em 1954 (Roger Bastide) e nos II Encontros Intelectuais de São Paulo em 1961 (Alfred Métraux- Unesco).

(fig.5), desde 1928. As atividades exercidas por Rivet anteriormente levaram-no a transformação total da antiga Instituição.



Figura 5 – Museu de Etnografia do Trocadero – Paris

Disponível em: <http://www.paris1900.lartnouveau.com> [Consultado em 21/08/2007]

Paul Rivet nasceu em 07/05/1876 em Wasigny, Ardennes (França). Após um ano de medicina em Lille foi para a Escola Militar de Medicina em Lyon (1897). Como médico naturalista ligado à Missão Geodésica francesa, iniciada em 1901, partiu para o Equador. Durante cinco anos nos Andes coletou material arqueológico, antropológico, etnográfico e lingüístico denotando a importância destes documentos no âmbito da História Natural (CHAMPION, 1976; LEÓN, 1958). No programa de trabalho, desenvolvido por Rivet e o Dr. Antony na Missão em 11/04/1902, constavam tarefas como:

[...] Medidas antropométricas dos sobreviventes..., 2) Medidas e estudo dos crânios e das ossadas achadas nas sepulturas dos antigos indígenas, 3) Estudo de objetos achados ao lado sepultamentos...4)Estudo de costumes, usos , etc. 5) Estudo dos diferentes idiomas falados pelos índios conforme as regiões¹⁰³ (SOUSTELLE, 1976:15).

¹⁰³ Rascunho de carta de Rivet a um professor não identificado citado pelo catálogo de exposição em texto de SOUSTELLE, Georgette. Une Exposition em hommage à Paul Rivet. In : Fondateur du Musée de l'Homme (1876-1958). Paris : Concours Du Secrétariat d'Etat à la Culture et l'Association Française Pour les Célébrations Nationales, 1976.

Texto original: «1) Mesures anthropométriques sur le vivant...2) ...Mesures et étude des crânes et ossements que l'on trouve dans les tombeaux des anciens indigenes...3) ...Étude des objets trouvés à côté des cadavres dans les sepultures...4)...Étude des coutumes, moeurs, etc. actuelles...5)...Étude des différents idiomes parlés par les Indiens suivant les régions ».

Ao retornar para a França em 1906, Rivet recebeu o reconhecimento do Muséum National d'Histoire Naturelle pelos trabalhos de classificação e pesquisa desenvolvidas com as coleções obtidas na missão geográfica militar e foi nomeado vice-diretor do laboratório de Antropologia do Muséum (1908) e neste mesmo ano foi eleito Secretário Geral da Sociedade dos Americanistas. Em 1912 apresentou trabalhos etnográficos e lingüísticos sobre o Equador e a Bolívia (CHAMPION, 1976).

No início da I Guerra Mundial (1914) mobilizado como médico, Paul Rivet prestou serviços na Batalha de Marne, bem como atuou como chefe do Serviço de epidemiologia e higiene do exército aliado (1918). A retomada das atividades científicas ocorreu em 1919 e a partir de 1924 os estudos americanistas sobre lingüística avançaram no ano seguinte para as pesquisas sobre a origem do homem americano. Em 1925, juntamente com Marcel Mauss e Lucien Lévy Bruhl, criou o Instituto de Etnologia da Universidade de Paris tornando-se, no ano seguinte, Secretário Geral do Instituto¹⁰⁴. Fundada em Bruxelas no ano de 1927 e sob a presidência de Albert Einstein, a Liga contra a opressão colonial e o imperialismo também obteve a participação de Paul Rivet. O americanista, nomeado professor titular da cadeira de Antropologia do Muséum National d'Histoire Naturelle em 1928 assumiu também a direção do Museu de Etnografia do Trocadero à medida que o órgão estava ligado à referida cadeira. A partir desta data implementou a modernização da apresentação das coleções do Museu na perspectiva de tornar os conjuntos mais atraentes e instrutivos para o público e reuniu no

¹⁰⁴ Philippe Soulier no artigo: “L’Institut d’ethnologie, Paul Rivet, André Leroi –Gourhan et Claude Lévi-Strauss” alertou para o fato de que a Secretaria Geral do Instituto assumida por Paul Rivet foi o final de um processo iniciado pela sucessão da cadeira de antropologia que evidenciou a luta entre a antropologia anatômica (Física) e a Antropologia que integra a nova Etnologia (Social). Para Soulier os objetivos do Instituto, “[...] que funcionava essencialmente pelas subvenções que provêm dos governadores das colônias, eram ‘coordenar, organizar e desenvolver os estudos etnológicos, em especial as que se referem às colônias francesas, de formar trabalhadores para estes estudos e publicar os seus trabalhos’. Além disso, o Instituto podia, ‘após acordo com os governadores, enviar missões às colônias’. A descrição das matérias ensinadas mostra efetivamente as opções culturais e estratégicas escolhidas: ‘métodos da investigação e a descrição etnológica, as instituições dos indígenas, em especial as suas línguas, as suas religiões, os seus costumes, as suas técnicas, as suas características antropológicas, a sua história e a sua arqueologia’. Entre as missões subvencionadas e as dezenas de trabalhos editados, aumenta-se, principalmente, os de Marcel Griaule (Etiópia e Dogons), Déborah Lifchitz (Etiópia), de Jacques Soustelle (México) e André Leroi-Gourhan (Pacífico do norte)” (SOULIER, 2003: 1). Texto original: «[...] qui fonctionnait essentiellement par les subventions provenant des gouverneurs des colonies, étaient à l’origine de ‘coordonner, d’organiser et de développer les études ethnologiques, en particulier celles qui se rapportent aux colonies françaises, de former des travailleurs pour ces études et de publier leurs travaux’. De plus, l’Institut pouvait, ‘après accord avec les gouverneurs, envoyer des missions aux colonies’. Le descriptif des matières enseignées montre bien les options culturelles et stratégiques choisies : ‘méthodes de la recherche et de la description ethnologiques, les institutions des indigènes, en particulier leurs langues, leurs religions, leurs coutumes, leurs techniques, leurs caractères anthropologiques, leur histoire et leur archéologie ». Parmi les missions subventionnées et les dizaines de travaux édités, on relève notamment ceux de Marcel Griaule (Éthiopie et Dogons), de Déborah Lifchitz (Éthiopie), de Jacques Soustelle (Mexique) et d’André Leroi-Gourhan (Pacific nord) ».

mesmo local as coleções de Antropologia do Jardin des Plantes (SOUSTELLE, 1976; JAMIM, 1993).

A reorganização do Museu de Etnografia do Trocadero estava relacionada ao contexto histórico das modificações ocorridas na transição do século XIX para o XX, conforme Ballart, a passagem da sociedade rural para uma vida urbana provocou transformações cotidianas que transmutaram o tempo natural em tempo mecânico das fábricas, máquinas, sirenes e trilhos cortando as cidades. A tentativa de recuperação do elo entre passado e presente teve como influência a valorização do patrimônio histórico e arqueológico. O autor abordou vários países que em face do sentimento de mudanças bruscas acarretadas, principalmente, pela industrialização tiveram como consequência a valorização dos museus e o legado preservado nestas instituições (BALLART, 1997).

A turbulência advinda deste contexto de mudanças também teve expressão nas ciências e nas artes, manifestando-se “[...] Sempre a mesma obsessão: uma regressão crucial à mais remota fonte da origem, a descoberta do substrato mais íntimo e mais básico, depois o salto brusco para a fundação de uma nova ordem e um novo mundo” (SEVCENKO, 1992: 155).

A procura do passado remoto colocou em conexão pontos distantes do globo como a Oceania, a Europa e a América tentando explicar a origem humana (SECENKO, 1992). Esta busca desencadeada desde o período naturalista, calcada na perspectiva evolucionista da força natural determinista cujo objetivo era o progresso e o desenvolvimento da raça dividiu lugar, em um momento de transição, com a investigação antropológica das raízes, de caráter universalista, com o fito de demonstrar a importância da contribuição do homem primitivo para concretizar o objetivo de estabelecer a humanidade civilizada. Jean Jamim abordou este processo afirmando que:

A etnologia – que passaria a ser a continuação de uma “ciência dos costumes” – designava a ciência dos elementos raciais (é dizer, físicos e “morais”) dos povos históricos. Era um ramo da “historia natural do homem” e permanecia subordinada àquilo que tem sido denominado de antropologia física. Um dos problemas que durante os anos vinte traçaram na França os fundadores da etnologia, será justamente o de sair deste enraizamento naturalista e de conferir-lhe um status epistemológico moderno, ou dito de outra maneira, de construir a etnologia como uma ciência da cultura (JAMIM, 1993: 162, destaques do autor).

No entanto, conforme afirmou Ballart, até o início do século XX, a exposição da cultura material, na grande maioria das instituições preservacionistas, servia ao propósito de demonstração da produção universal da civilização:

O museu será depósito e prateleira do melhor que tem produzido a civilização – a universal – da qual a nação forma parte, como evidenciaram as coleções cosmopolitas reunidas; além disso, permitirá distinguir os feitos raciais e o gênio da nação – no particular – que o museu abrigará agora com verdadeiro empenho¹⁰⁵ (BALLART, 1997: 195, grifo nosso).

Desta forma, o novo desafio dos antropólogos ao trabalharem com a Etnologia enquanto “ciência da cultura” seria o de ampliar os sentidos dos termos cultura e civilização. Para Samuel H. Lowie (1935) historicamente o vocábulo “cultura” teria como significado a produção material e imaterial do homem, independente do grau de adiantamento humano. Ao contrário, a palavra civilização é que apontaria para um estado de adiantamento devido ao direito civil e a lei escrita, portanto, sugeriria uma “evolução social”. No entanto, corriqueiramente, o uso dos dois termos acabou apontando para um estado de adiantamento. Então, o papel do antropólogo voltar-se-ia para a ampliação conceitual dos vocábulos atribuindo-lhes uma “definição cientificamente exata” dissociada do determinismo econômico. Para Lowie:

É claro que quaisquer que sejam as crenças, hábitos ou instrumentos que o homem mais primitivo pudesse ter tido ou possa ainda ter, são criações ou realizações humanas que concorrem para distingui-lo dos animais, tal como seus instrumentos concorrem para distingui-lo da natureza bruta que os circunda.

As suas realizações mentais, (conhecimentos, crenças e hábitos), teve ele de criá-los ou de aprender dos seus antepassados; tiveram que lhe ser inculcados ou ensinados seja pela experiência, seja pela tradição. Do mesmo modo, aprendeu a usar ou a construir os instrumentos e ferramentas, característicos da sua gente, aperfeiçoando-os ou ainda inventando novos. Na medida em que passou por esse processo de aprendizagem, tornou-se “culto”, pouco importando saber que coisas lhe foram ensinadas pelo grupo a que pertencia. E, como se sabe, não há grupo humano sem certos conhecimentos, por mais rudimentares que sejam; não há grupo humano que não possua uma certa língua, certos instrumentos ou certos costumes para transmitir às novas gerações que vão surgindo. Neste sentido, não há grupo humano que seja inculto (LOWIE, 1935: 260, destaque do autor).

¹⁰⁵ Texto original: “El museo será depósito y anaquel de lo mejor que ha producido la civilización. – la universal – de la cual la nación forma parte, como evidenciarán las colecciones cosmopolitas reunidas; pero además permitirá distinguir los rasgos raciales y el genio de la nación – lo particular – que el museo recogerá ahora con verdadero afán”.

Portanto, objetivando a transformação e a ampliação dos dois conceitos, alguns museus adotaram o paradigma das Exposições Universais e dedicariam amplos espaços expositivos para a apresentação das culturas ditas primitivas. “[...] A Exposição Universal de Paris de 1878 demonstrou aos franceses o encanto do mundo rural. O grandioso acontecimento se comprazeu em mostrar objetos de uso comum de caráter tradicional, que foram admirados com encanto pelo público urbano e constituíram a base do Museu Etnográfico do Trocadero [...]”¹⁰⁶ (BALLART, 1997: 218).

Por outro lado, conforme comentou Sevcenko (1992), a regressão às origens no campo das artes revestiu-se de múltiplos significados que agregaram aos movimentos europeus, Cubista (1907-1914) e Surrealista (marco inicial, 1924), interesses diversos pelas comunidades indígenas e negras, identificadas como exóticas. Na procura das autênticas raízes da raça latina e da civilização francesa, artistas cubistas como Picasso e posteriormente, os surrealistas buscavam observar nos museus as “artes primitivas” na tentativa de atingir o transcendente:

[...] com sua obsessão pelo inconsciente, a escrita automática, as visões, os sonhos, as dimensões profundas, os surrealistas desenvolvem um prodigioso interesse antropológico que estava na base da criação do Museu do Homem de Paris. Sua curiosidade irrefreada se dirigiu em especial para as comunidades indígenas centradas em rituais xamânicos. Sendo o xamã uma técnica de transporte e do êxtase, era ele quem conhecia os segredos de acesso direto ao inconsciente e as dimensões interiores (SEVCENKO, 1992: 279-280).

Pode-se constatar a busca transcendental impetrada por Picasso através da descrição de uma visita realizada pelo artista ao Museu do Trocadero:

Quando eu fui ao velho Trocadero era repugnante. O Mercado de Pulgas. O cheiro. Eu estava completamente só. Eu queria ir embora. Mas eu não saí. Eu fiquei. Eu fiquei. Eu entendi que era muito importante alguma coisa estava acontecendo comigo, certo? As máscaras não eram simplesmente como quaisquer outras peças de escultura. De jeito nenhum. Elas eram coisas mágicas. As peças negras eram *intercesseurs*, mediadores; desde então eu sei a palavra em francês [...]. Complemente só naquele museu horrível, com máscaras, bonecos feitos pelos peles-vermelhas, manequins empoeirados¹⁰⁷ (LEIGHTEN, s.d. apud SEVCENKO, 1992: 196, grifos nosso).

¹⁰⁶ Texto original: “La Exposición Universal de París de 1878 hizo descubrir a los franceses el encanto del mundo rural. El magno acontecimiento se complació en mostrar objetos de uso común de carácter tradicional, que fueron admirados con embeleso por el público urbano, y constituyeron la base del Museo Etnográfico del Trocadero [...]”.

¹⁰⁷ Leighton, Re-ordering the universe, Picaso and anarchism, 1897-1914, p.89.

Além da interpretação transcendente sobre o acervo pode-se identificar nas sensações narradas por Picasso a situação da expografia e da salvaguarda do Museu antes da reformulação impetrada por Paul Rivet. Conforme Picasso o museu era “repugnante” associação feita pela constatação do “cheiro”, da aparência “horrível” e os “manequins empoeirados”, mediante tal situação Picasso manifestou o desejo de ir embora. O conjunto destas descrições apontou para o fato de que tanto a expografia como a salvaguarda não eram adequadas. A falta de apreciação denotada pelo adjetivo “horrível” demonstrou que a exposição além de não se revelar atraente apresentava problemas de conservação a medida que o local foi descrito como mal cheiroso e empoeirado. A segurança também não estava contemplada, pois Picasso enfatizou que estava “completamente só”, portanto, sem vigilância do espaço museal. Apesar da ausência de informação à respeito do horário de visita pode-se concluir que, provavelmente, o museu não recebia intensa visitação, dedução enfatizada pela solidão do artista no museu. A idéia de exigüidade do público também foi corroborada por Jean Jamim ao afirmar que: “Em menos de cinco anos – de 1929 a 1931 [primeiro período de reformulação institucional] – a taxa de afluência de público ao Museu de Etnografia do Trocadero se quintuplica” (JAMIM, 1993: 167). Portanto, vários procedimentos da cadeia operatória¹⁰⁸ museológica não foram contemplados institucionalmente. Porém, independente dos significados atribuídos pelo artista às peças, o visitante conseguiu vislumbrar a cultura material como mediadora de sentidos ou conforme Meneses (2004; 183 -185) “vetores de relações sociais”. Contudo, somente o grande interesse do artista pelo acervo caracterizou a sua permanência no museu já que a vontade de Picasso consistia na saída do espaço museológico. Todavia, na narrativa do artista chamou a atenção, a possibilidade de transformação do individuo em face da observação dos objetos, pois mesmo mediante as condições narradas, o visitante percebeu que “alguma coisa estava acontecendo [com ele]”. Provavelmente, ao narrar que alguma coisa acontecia, o artista referiu-se à inspiração artística, voltada para os rituais mágicos, mas, além disso, o discurso evidenciou a mudança ocorrida no visitante à partir do objeto. Assim, a importância da cadeia operatória museológica e da musealização de segmentos patrimoniais como mecanismos de mediação de significados e

¹⁰⁸ Seqüência de desenvolvimento de processos técnico-científicos, como por exemplo, acondicionamento e catalogação das coleções, trabalhos de laboratório referentes à pesquisa e conservação, composição de recursos expográficos, material didático educativo, seleção de acervo para exposição entre outros. Tais elementos possibilitam a Musealização da Arqueologia que permite através de tais processos transformar o patrimônio cultural em herança, pois a sua finalidade precípua consiste na preservação e comunicação (BRUNO, 1999).

conhecimentos não passaram despercebidos por Rivet à medida que pretendeu transfigurar o Museu do Trocadero em uma instituição mais popular e atraente.

Com a chegada da I Guerra Mundial houve mudanças no panorama mítico da arte estabelecido pelas interpretações dos artistas chamados de cubistas. As experiências do front trouxeram novas idéias artísticas e possibilidade de utilização das obras no engajamento nacionalista. A denominada arte moderna foi empregada “[...] como a fonte da retomada do sonho napoleônico de um mundo centrado na civilização francesa” (SEVCENKO, 1992: 118).

A partir do Manifesto Surrealista de André Breton em 1924 intensificou-se o interesse pelas culturas “negra e indígena” e a valorização das mesmas pelo caráter exótico, autêntico e sem nenhuma interferência européia¹⁰⁹ (DEBAENE, 2002). Muitos dos participantes desta corrente artística encontravam-se no “Boi sobre o Telhado” (Le Boeuf sur le Toit) e entre os freqüentadores deste bar/restaurante estava George Henri Rivière (1897-1985)¹¹⁰, um dos primeiros presidentes do ICOM¹¹¹ e responsável pela elaboração de várias definições do órgão concernentes aos museus e a Museologia (RIVIÈRE, 1993; FERNÁNDEZ, 2003). G. H. Rivière também atuou na reformulação do Museu de Etnografia do Trocadero nomeado por Rivet como vice-diretor. As influências surrealistas foram orientadas para a composição do

¹⁰⁹ Debaene fez uma importante análise do movimento Surrealista, no contexto de reação à Guerra, como revelador da civilização ocidental destrutiva. A Etnologia também explicitava esta constatação ao abordar o “primitivo” e as suas realizações artísticas. Desta forma o início do movimento surrealista convergiu com as teorias etnológicas. No entanto, Debaene abordou que a proximidade das idéias durou somente durante o tempo de reformulação do Museu do Trocadero. Terminada esta fase alguns participantes da corrente surrealista criticaram as reformas que se tornaram demasiadas no campo da racionalização e classificação. O autor afirmou que a atração do Museu do Trocadero para os Surrealistas era exatamente: “[...]a ausência de classificação e o aspecto ‘loja de bric-à-brac’, as quais levavam à abstração”. André Breton também criticou a grande quantidade de visitantes que passou a percorrer o Museu impedindo o diálogo, entre o objeto e o poeta, possibilitados apenas no silêncio do templo, bem como a seleção dos objetos e a maneira de apresentá-los, pois implicava no direcionamento do discurso, equivalência e indiferença dos objetos. Enfim, a oposição entre a ciência e a arte foi restabelecida (DEBAENE, 2002).

¹¹⁰ Luis Alonso Fernández ressaltou o papel de Georges Henri Rivière como autor de diversas definições do ICOM de 1974, bem como sua importância nas atividades profissionais da etnologia e da museologia. O autor destacou, com base em J. F. Leroux-Dhys, quatro realizações de G. H. Rivière como essenciais: “[...] a construção e abertura de um novo Museu Nacional de Artes e Tradições Populares, no bosque de Boulogne. [...] A outra grande ‘máquina’ montada e dirigida por G.H. R. foi, entre 1964 e 1966, a pesquisa interdisciplinar (investigação cooperativa programada) destinada a reunir as informações e os testemunhos materiais para uma grande monografia sobre o Aubrac. [...] A terceira instituição legada por G.H.R. que permanece é o ICOM, dele foi conselheiro ainda no dia da sua morte. [...] E por último aparece o ecomuseu: essa forma popular e científica, difícil e elevada em face da museologia’ (LEROUX-Dhys, 1989 apud FERNÁNDEZ, 2003: 66).

LEROUX-Dhys, J. F. “Georges Henri Rivière, un hombre en el siglo”, en *La Muséologie selon Georges Henri Rivière. Cours de Museologie/textes et témoignages*, Paris, Dunod/ordas, 1989, pp.28-29.

Texto original : “[...] la construcción y apertura de un nuevo Museo Nacional de Artes y Tradiciones Populares en el Bosque de Boulogne. [...] La otra gran “máquina” montada y dirigida por G. H. R. fue, entre 1964 y 1966, la encuesta interdisciplinar (investigación cooperativa programada) destinada a reunir las informaciones y los testimonios materiales para una gran monografía sobre el Aubrac. [...] La tercera institución legada por G. H. R. que nos queda es el ICOM, del que era consejero todavía el día de su muerte. [...] Y por último aparece el ecomuseo: esa forma popular y científica, difícil y exaltante a la vez de la museología’.

¹¹¹ O Conselho Internacional de Museus foi criado em 1946 e mantém relações formais com a Unesco, inclusive com status consultivo no Conselho Econômico e Social da ONU.

futuro Museu do Homem, principalmente no que concerniu à expografia, tal conclusão partiu da informação de que:

Esse é o momento também em que a arte incorpora os signos das novas ciências estatísticas e estocásticas, os diagramas, os modelos gráficos fichados, as seções ilustrativas, o movimento paralisado e desdobrado, o objeto em isolamento, a alteração das escalas de grandeza, os super microscópio, os raios X e a penetração das dimensões infindáveis (SEVCENKO, 1992: 205).

Portanto, os elementos artísticos com “signos científicos” incorporados pelo Surrealismo foram convertidos por G. H. Rivière em recursos expográficos responsáveis pela mediação entre as pesquisas científicas antropológicas e a educação popular. As atividades na reformulação da expografia do Museu do Trocadero renderam reconhecimento ao museólogo como denotou o texto de Soutelle:

Desde que foi nomeado professor do Museu (titular da cadeira de antropologia transformada em cadeira dos homens atuais e dos homens fósseis) o diretor do Museu de etnografia do Trocadero, o doutor Rivet iniciou sem demora a transformação deste museu. Ele obteve a nomeação de George Henri Rivière como vice-diretor. A partir deste momento, na história da renovação do museu seus dois nomes são inseparáveis e seus méritos idênticos. Os dois diligentemente fizeram deste ‘depósito de bricabracue...sem salas de trabalho, sem depósitos [reservas técnicas], sem laboratórios, sem arquivos das coleções...’ uma grande instituição de ensino popular e pesquisa científica¹¹² (SOUSTELLE, 1976: 22, grifos nosso).

Além da importância dos estudos arqueológicos para Rivet, demonstrada através da mudança de nome da cadeira de antropologia para cadeira dos homens atuais e dos homens fósseis enfatizando a importância destes estudos no âmbito da Etnologia, este trecho é ilustrativo da deficiência na musealização dos segmentos patrimoniais a partir do momento que a Instituição apresentou total ausência de serviços relacionados com os procedimentos técnico-científicos museológicos (cadeia operatória museológica) como, por exemplo, o acondicionamento e a catalogação de coleções. Esta afirmação foi constatada através da inexistência de salas de trabalho, reservas técnicas e arquivos. A consequência de tal situação foi observada por Picasso em visita realizada ao Museu do Trocadero. A falta de cuidado com

¹¹² Texto original: “Dès qu’il fut nommé professeur au Muséum (titulaire de la chaire d’anthropologie devenue celle des hommes actuels et des hommes fossiles) et directeur du Musée d’ethnographie du Trocadéro, le docteur Rivet entreprit sans délai la transformation de ce musée. Il obtint la nomination comme sous-directeur de Georges-Henri Rivière. A partir de ce moment, dans l’histoire de la rénovation du musée, leurs deux noms sont inséparables et leurs mérites égaux. Tous deux allaient faire de ce ‘magasin de bric-à-brac...sans salles de travail, sans magasins, sans laboratoires, sans fichiers de collections...’ un grand établissement d’enseignement populaire et de recherche scientifique ».

os procedimentos museológicos teve reflexo nas ações de Comunicação e Salvaguarda, os quais foram criticados pelo ilustre visitante.

A escolha de George H. Rivière por Rivet para a transformação da situação, como descrita, deveu-se ao sucesso alcançado pelo museólogo na realização de uma exposição, em junho de 1928 no Museu de Artes Decorativas¹¹³. O próprio G. H. Rivière descreveu o episódio:

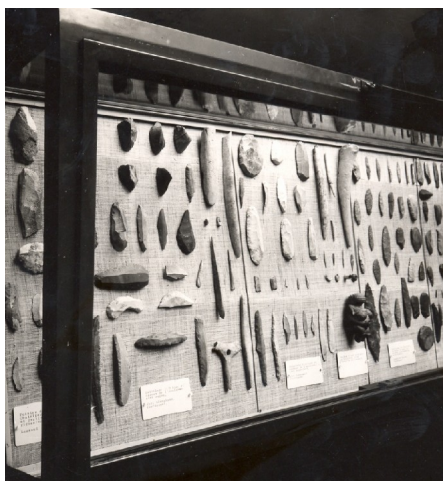
‘Não havia sido encerrada ainda a exposição quando Joseph Hackin e pouco depois o visconde de Noailles me passam uma mensagem ao que de início não lhe dei toda a sua importância: o doutor Rivet, professor de Antropologia no Museu de História Natural e novo diretor do Museu de Etnografia, me pede para vê-lo em seu laboratório da rua Buffon’¹¹⁴ (RIVIÈRE, 1993, 1993: 28).

E foi neste encontro de Rivet com G. H. Rivière que ocorreu a contratação do último para a reformulação da expografia do futuro Museu do Homem¹¹⁵. Portanto, a tendência de valorização da diversidade cultural refletida no patrimônio, acentuada no período pós-guerra pela ação dos movimentos sociais (FUNARI; PELLEGRINI, 2006), foi vislumbrada por grupos artísticos e científicos de vanguarda que traduziram os anseios da sociedade em ações de pesquisa científica e museológica materializada na transformação do Museu de Etnografia do Trocadero (Fig. 6). A valorização dos feitos nacionais franceses que ganharam espaço nas instituições museológicas do século XIX cedeu lugar, no Museu do Homem, para as realizações da Humanidade focadas por um novo olhar científico que mudou o viés da análise dos estudos arqueológicos, desenvolvidos até então no âmbito das ciências naturais inseriam-se, naquele momento, nos estudos antropológicos, que de forma interdisciplinar contemplavam a Arqueologia.

¹¹³ Tal exposição pretendida por G. H. Rivière, inicialmente, foi desencorajada pelo diretor do Museu de Artes Decorativas, Louis Metman. O museólogo recebeu recomendações de Georges Bataille para que à respeito da exposição consultasse um jovem documentalista, Alfred Métraux. O evento não só recebeu o apoio de Métraux, como o mesmo ajudou no catálogo da mostra promovida por Rivière (GEORGES HENRI RIVIÈRE..., 1993). Alfred Métraux, conforme nota 22 deste capítulo, além de freqüentador das aulas de Marcel Mauss, que seriam posteriormente ministradas no Museu do Homem, também participaria em congressos brasileiros organizados por Paulo Duarte. O futuro representante da Unesco (Alfred Métraux) ao colaborar com a exposição de G. H. Rivière conseguiu o apoio do Museu Nacional de Antropologia do México devido ao desenvolvimento da tese sobre os tupinambá do Brasil (RIVIÈRE, 1993).

¹¹⁴ Texto original: “No habia sido clausurada aún la exposición cuando Joseph Hackin, y poco después el vizconde de Noailles, me pason un mensaje al que de entrada no le doy toda su importancia: el doctor rivet profesor de Antropología en el Museo de História natural, y nuevo director del Museo de Etnografía, me pide que vaya a verlo a su laboratorio de la calle bufón”.

¹¹⁵ Tema abordado no capítulo 4 dessa dissertação, onde discute-se um pouco a expografia do Museu do Homem que serviu de paradigma para o Museu do Homem Americano, iniciado por Paulo Duarte.



Amérique du Nord

Les Civilisations indiennes

LE PAYS

Au centre s'étend une immense plaine (PRAIRIES, PLAINS DU MISSISSIPPI), arrosée à l'Est par des courants maritimes (BOUTIER CANADIEN, APPALACHES, MONTAGNE BLEUE), à l'Ouest par les MONTAGNES ROCHESSES, massifs jeunes, qui comptent une chaîne continuelle et une chaîne isolée encastrées dans plateaux isolés (KODOTHE, COLUMBIA, GRAND-BASSIN, COLORADO). Au Sud des États-Unis s'étend la DÉPRESSION CALIFORNIENNE, entre la chaîne isolée et la SIERRA NEVADA. Au Sud-Est la presqu'île de FLORIDE, encadrée la Caroline, se termine par les KEYS.

Les Fleuves de l'Amérique du Nord sont d'une importance exceptionnelle. Au Canada ils forment un réseau; vers les dépressions sont accueillis par des lacs (GRANDS LACS) qui pour dépasser le subniveau, les plaines centrales est occupées par un des plus grands fleuves du monde (le MISSISSIPPI), grand par de nombreux affluents (Missouri, Illinois, Ohio).

LES CLIMATS DE L'AMÉRIQUE DU NORD SONT D'UNE EXTRÊME VARIÉTÉ: le climat est continental dans les plaines centrales et la région du Tib. Atlantique dans les plaines des montagnes indiennes, maritime sur la côte du Pacifique. La Floride a un climat chaud et humide, la région du golfe du Mexique et la Californie ont un climat méditerranéen. La forêt se développe à l'Est et à l'Ouest; la végétation se réduit à la prairie dans les plaines, à des herbes denses et des cactus sur les plateaux (voir les cartes ci-contre).

LES INDIENS

Quand les Européens arrivèrent en Amérique du Nord, ils se trouvaient en présence d'Indiens DE NIVEAUX CULTURELS TRÈS VARIÉS, DE CIVILISATIONS ET DE LANGUES NE PRÉSENTANT QUE PEU DE POINTS COMMUNS, et qui, répandus sur cet immense continent, vivaient dans des conditions physiques offrant de grands contrastes.

ZONES AGRICOLES

Le Sud-Ouest des États-Unis était occupé par des Indes Pueblo (Hopi, Zuni) et était influencé par des Pueblos (Hopi, Zuni, Navaho) DE LANGUES DIFFÉRENTES, mais possédant UNE CIVILISATION COMMUNE, fondée sur le maïs, le piment, le haricot, les graines d'arroz et sont encore divisés EN VILLAGES FORTEMENT ORGANISÉS.



Figura 6 – Imagens da expografia do Musée de l'Homme, colecionadas por Paulo Duarte. Elas serviriam de base para a confecção dos elementos expográficos do pretendido Museu do Homem Americano no Brasil. - Photothèque Musée de l'Homme - Col. Musée de l'Homme.

Essas mudanças científicas foram destacadas por Claude Levi-Strauss (1935: 249), o qual enfatizou a transformação ocorrida no final do século XIX, onde a Antropologia reduzia-se a Antropologia Física. Os estudos pré-históricos e os objetos dos povos primitivos não foram excluídos dos estudos antropológicos, porém eram vistos “[...] como meio complementar de classificar as raças e acompanhar a sua evolução”. Com as mudanças, as manifestações culturais do homem foram isoladas dos estudos físicos, ao qual estava denotado o termo Antropologia e para o estabelecimento desta diferenciação cunhou-se a nova ciência com o nome de Etnografia Geral e foi esta a distinção estabelecida entre o Museu de Etnografia do Trocadero e o Laboratório de Antropologia de História Natural. No entanto, para Levi-Strauss, o foco no estudo cultural deixou brechas para especulações morais e filosóficas entre alguns sociólogos do século XX. Desta forma, na tentativa de sanar tais problemas, os cientistas pretenderam conciliar o estudo das culturas humanas com o mesmo “objetivismo” e “rigor científico” dos estudos antropológicos físicos do século XIX. Portanto:

[...] desejando exprimir a completa identidade de método e objeto que une o estudo “físico” ao “cultural” do homem, alargaram mais consideravelmente ainda o sentido antigo do termo “antropologia”. Na sua significação moderna, a antropologia, ciência do homem, subdivide-se em antropologia física e antropologia cultural. É com esta acepção nova que a palavra é geralmente aceita nos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e acaba de conquistar o direito de cidadania em França, com a decisão tomada a algumas semanas de substituir por um único “Museu do Homem”, o Museu de Etnografia do Trocadero, em vias de demolição e o Laboratório de Antropologia, já vetusto. (LEVI-STRAUSS, 1935: 249, grifos do autor).

Assim, em face das mudanças científicas e dos movimentos sociais, Funari e Pelegrini (2006: 22-23) abordaram o novo direcionamento patrimonial efetivado no final dos anos 40 (século XX):

[...] a inclusão de novos agentes sociais no cenário internacional era um sinal claro da falência dos modelos nacionalistas que enfatizavam um patrimônio homogêneo[...].

Nos países capitalistas desenvolvidos, o pós-guerra foi caracterizado pelo crescente desenvolvimento de movimentos sociais, em prol dos direitos civis, da emancipação feminina, do reconhecimento da diversidade em vários níveis e aspectos. Esses movimentos demonstraram, a um só tempo, a existência de diversos grupos e interesses sociais no interior dos países. A idéia de unidade nacional, uma só língua, cultura, origem e território, na base da concepção do patrimônio nacional, era minada no cotidiano das lutas sociais.

Lutas sociais que se anteciparam aos movimentos que ocorreriam no pós-guerra e ensejaram a formação da Frente Popular pela qual Paul Rivet foi eleito conselheiro municipal de Paris (1935). Um ano antes, Rivet tornou-se presidente do Comitê de Vigilância dos Intelectuais fascistas ao lado do matemático Paul Langevin e o filósofo Alain Langevin que se uniram a Leon Blum, intelectual e conhecido militante político. A participação de Rivet no Comitê decorreu da viagem realizada em 1933 à Berlim onde detectou o caráter anti-semita do regime de Hitler. Paulo Duarte observou que a luta política de Rivet foi uma prova da sua grande humanidade, pois o cientista foi atirado à política pela necessidade de afirmação da dignidade humana (DUARTE, 1960: 7; LAURIÈRE, 2006).

A opção moral e política de Rivet e seus seguidores pela dignificação da Humanidade ficaram impressas no novo viés dos estudos etnológicos e na obra de reformulação do Museu de Etnologia do Trocadero, para Jamim tais transformações foram criações da Frente Popular e constituíam-se como fruto tanto de uma vontade científica como de uma “[...]vontade política, e uma política de educação entendida no sentido amplo, neste caso de uma política de educação de ‘massas’”¹¹⁶ (JAMIM, 1993: 169). Paulo Duarte confirmou essa opinião ao abordar que a projeção de Rivet na política se devia ao fato de que o seu modo de atuação era uma extensão da sua atividade como homem de cultura e cientista, pois, “[...] Jamais admitiu êle ficasse a Ciência ao alcance apenas de alguns e fôsse um privilégio dêstes. A criação do ‘Musée de l’Homme’ orientado para a cultura geral de todos, principalmente das camadas populares, de onde surgiram tantas revelações científicas e artísticas [...] (Duarte, 1960: 9).

Ao comentar sobre a cegueira da ciência do século XIX, que apesar das grandes conquistas permaneceu indiferente à pessoa humana, Duarte ressaltou o papel de convivência da ciência em “[...] admitir que a grandeza das nações chamadas civilizadas se alicerçasse na escravidão e no embrutecimento dos povos fracos” (DUARTE, 1960: 121). Complementando tal idéia, Jean Jamim alertou para a mudança deste olhar científico, no século XX, que a partir das experiências etnográficas de campo reabilitaria, como uma máquina de guerra contra as idéias herdadas, as culturas oprimidas e minoritárias. Assim, o valor humanista e progressista denotado pelos estudos etnológicos de Paul Rivet poderia intervir na sociedade servindo “a inteligência crítica e a eficácia da ação”. Portanto, a Etnologia seria o caminho para a implantação de uma “teoria da ação”¹¹⁷ (JAMIM, 1993: 165).

¹¹⁶ Texto original: “[...] voluntad política, y de una política de la educación entendido en sentido amplio, en este caso de una política de educación de ‘masas’.

¹¹⁷ Idéia justificada por Jamim na apresentação de dados biográficos de Rivet em suas inserções políticas como deputado socialista, conselheiro municipal de Paris pela Frente Popular, conselheiro geral do Sena, fundador do Comitê de Vigilância dos Intelectuais fascistas e na organização do núcleo de resistência do Museu do Homem.

Neste caso, a ciência de caráter humanista desenvolvida por Paul Rivet teria implicações no combate ao racismo, ao fascismo e, até certo ponto, ao imperialismo. O Museu funcionaria como uma vitrine e uma tribuna para a ciência. A cultura material exposta na Instituição converter-se-ia em testemunho da importância e da necessidade de valorização de outras culturas, ou seja, “Graças aos museus de etnografia, a etnologia se converteu em uma ‘coisa pública’, visível e visitada, com a que cada quem pode medir-se, ou dito de outra maneira, pode comparar-se e de quem cada qual podia aprender” (fig.7), (JAMIM, 1993: 162).



Figura 7: Apresentação da cultura material de diversos povos no Musée de l'Homme. Photothèque Musée de l'Homme - Col. Musée de l'Homme

Jamim enfatizou carta de Georges H. Rivière a Paul Rivet em 1932 quando o primeiro afirmou: “[...] seu ‘orgulho’ por trabalhar junto a ele como vice-diretor do Museu de Etnografia do Trocadero, ‘ao serviço de uma ciência que se funde tão intimamente com suas preocupações sociais’, acrescentando inclusive, que se impunha, segundo ele, a ‘necessidade de uma marcha da nossa sociedade em direção ao comunismo’. O compromisso não era só científico, mas também ideológico”. “[...] a ciência não podia existir sem consciência, o que significava uma forma de romper com o positivismo do século XIX!” (JAMIM, 1993: 164). Portanto, o estudo científico teria aplicações práticas.

Texto original: “[...] su ‘orgullo’ por trabajar junto a él como subdirector del museo de Etnografía del Trocadero, ‘al servicio de una ciencia que se funde tan íntimamente con sus preocupaciones sociales’, añadiendo incluso que se imponía, según él, la ‘necesidad de una marcha de nuestra sociedad hacia el comunismo’. El compromiso no era sólo científico, sino también ideológico’. “[...] la ciencia no podía existir sin conciencia, ¡lo que significaba una forma de romper con el positivismo del siglo XIX!”.

Portanto, as aplicações práticas embasadas pelo estudo científico encontrariam como canal de comunicação: o Museu, cuja reformulação pretendeu otimizar a função institucional de mediação entre os conhecimentos científicos e o público. A implantação do projeto museológico desenvolvido por Rivet apontaram tais características. Na transcrição do texto do cientista datado de 1936, portanto, um pouco antes da fundação do Museu do Homem, Soustelle informou que Rivet vislumbrou a necessidade de agrupar coleções, bibliotecas e institutos de Etnologia num mesmo ambiente, pois, até então, as coleções osteológicas estavam no Muséum, as etnográficas pertenciam ao Trocadero, o Instituto de Etnologia estava ligado à Sorbonne e havia bibliotecas espalhadas em todos essas instituições. A concretização do projeto ocorreu com o término da Exposição Universal de 1937. O Museu do Homem reuniria “[...] a investigação dos monumentos da técnica e engenhosidade humana [...]”¹¹⁸ (SOUSTELLE, 1976: 25) e com esta finalidade Paul Rivet abordou o planejamento museológico e a modernização do Palácio do Trocadero que permitiriam:

[...] abrigar as coleções etnográficas, mas também as coleções antropológicas que, pela primeira vez, serão reunidas e fundidas. Uma biblioteca que pode conter 300.000 volumes esteve prevista, bem como vastos laboratórios e as salas de conferências munidas de todo o equipamento moderno.

O primeiro Museu do Homem será enfim constituído, centro de documentação, de pesquisa e ensino, indubitavelmente único no mundo.

Será o primeiro museu da França posto realmente à disposição da coletividade, porque será aberto a noite, ou seja, às horas em que os trabalhadores intelectuais e manuais, liberados das suas obrigações profissionais, têm o direito de consagrar os seus lazeres à instrução evadindo-se das suas preocupações de ofício. Para responder à este objetivo, o museu esforçar-se-á em tornar atraentes e acessíveis todas às noções de uma ciência infinitamente complexa.

Para cada agrupamento humano, o visitante encontrará informações precisas, documentos comentados, espécimes selecionados sobre os caracteres físicos e diferenciais das raças ou dos povos que os compõem e as manifestações mais características da sua civilização ao curso das eras. A antropologia e a etnografia serão estreitamente unidas, ao mesmo tempo em que serão suprimidas as separações artificiais entre a pré-história, a proto-história, a história e a vida atual. A lingüística encontrará igualmente o seu lugar nesta exposição global da vida passada e presente das populações do mundo. Ao lado das salas cuja ordem será essencialmente geográfica, outras salas apresentarão todos os documentos sobre a origem da espécie humana e as suas variedades atuais, sobre o crescimento, sobre as anomalias, sobre as mutilações étnicas, sobre as diversas manifestações da

¹¹⁸ Texto original: «[...] la recherche des monuments de la technique et de l'ingéniosité humaine que rassemblera demain le Musée de l'Homme [...] ».

atividade humana: o fogo, a moeda, os meios de transporte, as técnicas da pedra, da madeira, da cerâmica, do metal, da arte, a magia e a religião. Ao lado da exposição analítica, uma larga parte assim será reservada à exposição sintética.

O objetivo será dar ao visitante idéias claras e precisas, resgatar fatos essenciais sem cansá-lo com uma documentação demasiado abundante. Os espécimes antropológicos ou etnográficos serão escolhidos dentre os mais típicos e nós evitaremos cuidadosamente a apresentação de séries demasiado abundantes, onde a atenção cansa-se e se dispersa. O resto das coleções será classificado no interior de vastos estabelecimentos onde o especialista poderá consultar-lhes facilmente para os seus trabalhos de comparação e para os estudos minuciosos. As necessidades da pesquisa técnica e a instrução popular poderão ser satisfeitas, sem que as exigências do cientista prejudiquem à uma apresentação atraente, necessária para o grande público¹¹⁹ (RIVET, 1936 apud SOUSTELLE, 1976: 26-27, grifos nosso).

As primeiras informações presentes no projeto fizeram referência à concepção moderna de museu constituído por atividades de pesquisa na área da disciplina em que a instituição era especializada, no caso do Museu do Homem, a Antropologia (física e cultural) abrangendo conhecimentos de arqueologia e lingüística. O órgão munido de laboratório, centro documental e salas de conferência anunciaram que as atividades de investigação

¹¹⁹ Texto original « Ce que sera le musée de l'Homme, L'Oeuvre, 14/06/1936 - Paul Rivet (1936 apud Soustelle, 1976 : 26-27) : « [...] abriter les collections ethnographiques, mais aussi les collections anthropologiques qui, pour la première fois, vont être réunies et fusionnées. Une bibliothèque pouvant renfermer 300 000 volumes a été prévue, ainsi que de vastes laboratoires et des salles de conférences munies de tout l'équipement moderne. Le premier Musée de l'Homme sera enfin constitué, centre de documentation, de recherche et d'enseignement, sans aucun doute unique au monde.

Il sera le premier musée de France mis réellement à la disposition de la collectivité, car il sera ouvert le soir, c'est-à-dire aux heures où les travailleurs intellectuels manuels, libérés de leurs obligations professionnelles, ont le droit de consacrer leurs loisirs à s'instruire en s'évadant de leurs préoccupations de métier. Pour répondre à ce but, le musée s'efforcera de rendre attrayantes et accessibles à tous les notions d'une science infiniment complexe.

Pour chaque groupement humain, le visiteur trouvera des renseignements précis, des documents commentés, des spécimens sélectionnés sur les caractères physiques et différentiels des races ou des peuples qui le composent, et les manifestation les plus caractéristiques de leur civilisation au cours des âges. L'anthropologie et l'ethnographie seront étroitement unies, en même temps que seront supprimées les séparations factices entre la préhistoire, la protohistoire, l'histoire et la vie actuelle. La linguistique trouvera également sa place dans cette exhibition globale de la vie passée et présente des populations du monde. A côté des salles dont l'ordre sera essentiellement géographique, d'autres salles présenteront tous les documents sur l'origine de l'espèce humaine et ses variétés actuelles, sur la croissance, sur les anomalies, sur les mutilations ethniques, sur les diverses manifestations de l'activité humaine : le feu, la monnaie, les moyens de transport, les techniques de la pierre, du bois, de la poterie, du métal, l'art, la magie et la religion. A coté de l'exposition analytique, une large part sera ainsi réservée à l'exposition synthétique.

Le but sera de donner au visiteur des idées claires et précises, de dégager pour lui des faits essentiels sans le fatiguer par une documentation trop abondante. Les spécimens anthropologiques ou ethnographiques seront choisis parmi les plus typiques et on évitera soigneusement la présentation de séries trop abondantes, où l'attention se fatigue et se disperse. Le reste des collections sera classé dans de vastes magasins où le spécialiste pourra les consulter facilement pour ses travaux de comparaison et pour des études minutieuses. Les besoins de la recherche technique et de l'instruction populaire pourront être satisfaits, sans que les exigences du savant nuisent à une présentation attrayante, nécessaire pour le grand public. »

científica não estavam dissociadas da formação popular e divulgação do conhecimento produzido, característica enfatizada pelo caráter público da Instituição corroborado pela afirmação do Museu colocado à disposição da coletividade. Aliás, o viés instrutivo do Museu do Homem foi ressaltado diversas vezes por este documento, o objetivo de tornar o museu atraente, acessível e didático denotou a importância de conjugar prazer à informação, inclusive nos horários de lazeres dos trabalhadores ampliando e renovando as propostas de horários de visitação à exposição, portanto, possibilitando a popularização da ciência à medida que tal proposição contemplaria a disponibilidade do visitante. Pensando nos objetivos descritos foram considerados, no plano museológico, elementos da cadeia operatória museológica como a organização documental e a seleção do acervo. Estes dois elementos permitiriam a contextualização e compreensão da diversidade etnográfica, não por séries infundáveis como ocorria anteriormente, mas pela apresentação de tipologias representativas¹²⁰.

A importância dos estudos interdisciplinares também estava compreendida na proposição museológica através do entendimento de que a compartimentação dos

¹²⁰ Debaene explicou que: “Ao contrário da etnologia evolucionista do século XIX para o qual o objeto é, sobretudo indicador de uma fase de desenvolvimento, a etnologia dos anos 1920-1930 encara o objeto real como uma espécie de condensação das representações coletivas [...]. [...] as origens epistemológicas de tal concepção devem ser procuradas ao mesmo tempo em face do positivismo sociológico durkheimiano, da importância atribuída por Mauss às técnicas como condições do estado social, e por último de uma espécie de funcionalismo implícito, dado que a pergunta feita ao objeto não é nunca a do estilo ou da variação, mas a sua integração, quer a uma lógica social (troca, técnica), quer representações que se postulam sempre unânimes” (DEBAENE, 2002), ou seja, o autor abordou discussões que explicitaram a diferença entre os museus de etnografia e as instituições voltadas somente para a análise das experiências artísticas como os museus de arte. A instituição etnográfica admite que a arte sirva para outros fins como religião, magia, guerra, caça, jogo, linguagem entre outros. Tais idéias são calcadas nos [...] “cursos que Mauss professava à época do Instituto de etnologia: ‘um desenho será juntado sempre quando for necessário mostrar o manejo do objeto, um movimento da mão ou o pé (exemplo: para o arco e as flechas, é importante fixar o método de lançamento pela posição dos braços, dos dedos aos diversos momentos; o ofício de tecer é incompreensível sem documentos que mostram seu funcionamento)’. Essas idéias tiveram como base o Manuel d’ethnographie (1947). (PAYOT, 1967 apud DEBAENE, 2002). *Manuel d’ethnographie* (1947), Payot, 1967, p. 17 (conforme Debaene este manual foi transcrito de cursos ministrados no Instituto de Etnologia, entre 1925 a 1940, por Marcel Mauss sob o título de « Instructions d’ethnographie descriptive à l’usage des voyageurs, administrateurs et missionnaires ».

Texto original: « Une chose réunit avant tout Breton et les ethnographes : l’importance accordée à l’objet matériel. À la différence de l’ethnologie évolutionniste du XIX^e siècle pour laquelle l’objet est avant tout indicateur d’un stade de développement, l’ethnologie des années 1920-1930 envisage l’objet réel comme une sorte de condensation des représentations collectives [...]. [...] les origines épistémologiques d’une telle conception sont à chercher à la fois du côté du positivisme sociologique durkheimien, de l’importance accordée par Mauss aux techniques comme conditions de l’état social, et enfin d’une sorte de fonctionnalisme implicite puisque la question posée à l’objet n’est jamais celle du style ou de la variation mais de son intégration, soit à une logique sociale (échange, technique), soit à des représentations collectives qu’on postule toujours unanimes ».

« Encore une fois, il y a là un écho des cours que Mauss professait à l’époque à l’Institut d’ethnologie : ‘ Un dessin sera joint chaque fois qu’il faudra montrer le maniement de l’objet, un mouvement de la main ou du pied (exemple : pour l’arc et les flèches, il est important de fixer la méthode de lancement par la position des bras, des doigts aux divers moments ; le métier à tisser est incompréhensible sans documents montrant son fonctionnement) ’.

diferenciados campos do saber foi ocasionada pela imensidão de tarefas que os cientistas teriam que abranger. No entanto, para Rivet as divisões entre “[...] antropologia física, pré-história, arqueologia, etnografia, folclore, sociologia, lingüística são também artificiais como o são as classificações baseadas na geografia política da qual fala o mais poderoso”¹²¹ (RIVET, 1948a: 112). Desta forma o objetivo do Museu do Homem era contemplar os diversos campos do conhecimento antropológico e “[...] reunir numa síntese vasta todos os resultados adquiridos pelos especialistas, os obrigando assim confrontar as suas conclusões, a se controlarem e ajudarem-se uns aos outros. A humanidade é um todo indivisível, não somente no espaço, mas também no tempo”¹²²(RIVET, 1948a:112). Desta maneira, na tentativa de compreensão global do ser humano estavam contemplados os estudos do homem desde o passado pré-histórico e neste contexto foram focados os estudos da origem humana, bem como as suas diversas manifestações. Esta nova concepção diferiu dos estudos pré-históricos antropométricos realizados anteriormente.

A idéia de exposição sintética que apareceu no programa museológico de 1936 evidenciou a concepção expográfica baseada mais em uma documentação representativa do que abundante. Esta teoria foi defendida por Marcel Mauss. “Os espécimes antropológicos ou etnográficos” foram vislumbrados por Paul Rivet como documentos, portanto, a cultura material trazia a fidedignidade do testemunho e intermediava o conhecimento científico. Desta forma, “[...] mais seguros que os arquivos orais ou escritos, os objetos etnográficos não podem nem mentir nem se equivocar. Melhor que todo discurso, sem dúvida melhor que qualquer manifesto, seja qual for este, sua exposição deveria conseguir uma total adesão” (JAMIM, 1993: 169).

Outra característica que não se deve esquecer é a diversidade de público que o Museu do Homem pretendia atingir. A popularização da ciência focada nos diversos trabalhos técnico-científicos do Museu não deixava de considerar o especialista. Conforme o planejamento museológico, o pesquisador teria livre acesso para a consulta das coleções, as quais classificadas permitiriam diversas possibilidades de análises e estudos:

Um museu deve ser um centro de investigação. Disse que as coleções oferecidas ao público devem representar uma seleção, facilmente renovável, a objetos mais característicos; isto supõe a existência de

¹²¹ Texto original : « Les divisions auxquelles l’immensité del la tâche a obligé les savants : anthropologie physique, préhistoire, archéologie, ethnographie, folklore, sociologie, linguistique sont aussi factices que le sont les classifications basées sur la géographie politique dont je parlais plus haut ».

¹²² Texto original : « [...] rassembler en une vaste synthèse tous les résultats acuis par les spécialistes, les obliger ainsi à confronter leurs conclusions, à les contrôler et à les épauler l’une par l’autre. L’humanité est un tout indivisible, non seulement dans l’espace, mais aussi dans le temps ».

vastas reservas¹²³, onde os investigadores podem estudar à lazer ou a integralidade das coleções. Estes estabelecimentos devem ser classificados com o mesmo rigor que as salas públicas, consideradas não como depósitos de objetos onde os objetos estão amontoados, mas como os laboratórios onde o especialista encontra todas as facilidades, todo espaço necessário para trabalhar à vontade. Estes estabelecimentos-laboratórios devem ter também numerosas salas de exposição públicas e bem mais vastas, dado que eles devem abrigar cerca de nove-décimos das coleções, e que entre si e elas, há a diferença que existe, em livraria, entre um tratado e um manual. Infelizmente, em quase todos os museus, este organismo é negligenciado ou insuficiente, reduzido a um capharnaüm¹²⁴ onde as riquezas se estabelecem em práticas inacessíveis. Ora estes estabelecimentos-laboratórios devem ser o cérebro do museu. Um museu deve ser enfim um centro de ensino¹²⁵ (RIVET, 1948a: 111).

Portanto, na concepção museológica de Paul Rivet o Museu franqueado às exigências científicas e de investigação não excluía a possibilidade de instrução popular pela apresentação atraente dos acervos museológicos vislumbrados como responsáveis pela transformação dos conhecimentos científicos em plataforma contra o preconceito.

Assim, Paul Rivet (1954) viu o Museu como instrumento eficaz para evidenciar a etnologia, ciência que ele acreditava ser capaz de fazer triunfar a “[...] compreensão internacional nas relações entre os povos e as nações”¹²⁶ (RIVET, 1954: 83)¹²⁷. Para o americanista o objetivo dos museus denominados de “Museu do Homem” seriam: culturais, educativos e morais e através destas instituições etnológicas preservacionistas seria fácil demonstrar que o racismo não possuía base científica, pois a Humanidade seria composta por

¹²³ Utilizei essa expressão por ser mais próxima da nossa realidade. Mas Rivet propunha armários com coleções científicas no meio das coleções didáticas contemplando os pesquisadores.

¹²⁴ VIAL, A.D. Esclareceu que a expressão é corrente na Língua Francesa e faz referência ao local bíblico, onde Jesus viveu na Galiléia e representa um lugar de grande comércio, feira livre. Ou seja, onde os objetos das mais diversas naturezas se encontram, se acumulam na maior desordem [informação pessoal].

¹²⁵ Texto original : « Un musée doit être un centre de recherche. J’ai dit que les collections offertes au public doivent représenter une sélection, facilement renouvelable, des objets les plus caractéristiques ; ceci suppose l’existence de vastes magasins de réserve, où les chercheurs peuvent étudier à loisir l’int, égralité des collections. Ces magasins doivent être classés avec la même rigueur que les salles publiques, considérés non pas comme des dépôts où les spécialiste trouve toutes les facilités, tout l’espace nécessaires pour travailler à l’aise. Ces magasins-laboratoires doivent être aussi nombreux que les salles d’exposition publique et bien plus vastes, puisqu’ils doivent abriter environ les neuf-dixièmes de collections, et qu’entre eux et elles, il y a la différence qui existe, en librairie, entre un traité et un manuel. Malheureusement, dans presque tous les musées, cet organisme est négligé ou insuffisant, réduit à un capharnaüm où les richesses s’entassent et sont pratiquement inaccessibles. Or ces magasins-laboratoires doivent être le cerveau du musée. Un musée doit être enfim un centre d’enseignement ».

¹²⁶ Texto original: « [...] compréhension internationale dans les rapports entre les peuples et les nations ».

¹²⁷ Texto indicado por Regina Maria do Rego Monteiro Abreu no Seminário: Museus, Identidades e Patrimônio Cultural, na mesa 1: História dos museus na interface com a antropologia (12/06/2007) promovido pelo Museu de Arqueologia da Universidade de São Paulo em 12 a 14 de junho de 2007.

mestiços, inclusive no caso da população americana que seria a comprovação da mestiçagem de vários séculos entre a Europa ocidental e a Ásia oriental. O cientista acreditava que do:

[...] ponto de vista cultural, os museus de etnologia podem demonstrar claramente que todos os povos da terra, qualquer que seja a cor da sua pele ou a forma dos seus cabelos, contribuíram para o progresso da civilização e que a nossa cultura européia é a resultante, em grande parte, de levas vindas dos continentes, de todas as latitudes, de todas as longitudes¹²⁸ (RIVET, 1954: 84).

Paul Rivet completou suas idéias abordando o fato de que o Velho Mundo recebeu contribuições dos “selvagens” do Novo Mundo, considerados inferiores pelo homem branco, que deveria compreender pelo conhecimento das origens que o seu orgulho adveio da cooperação de outros povos. Rivet também enfatizou que a noção de progresso devia libertar-se do estudo da evolução humana e terminou com a reflexão de que:

Certamente a marcha da humanidade não pode ser figurada por uma curva ascendente regular; esta curva presente das irregularidades, das ascensões bruscas, das quedas brutais, dos patamares onde o esforço humano parece sapatear no mesmo lugar. Aquele que estuda demasiadamente esta curva sobre um curto lapso de tempo corre o risco de embalar-se de esperanças excessivas, ou abandonar-se a um pessimismo estéril. Aquele que quiser julgar deve saudavelmente tomar um retrocesso suficiente para obter uma vista conjunta do resultado dos esforços dos nossos antepassados e os nossos próprios esforços. Então aparece, dentro de toda a sua grandeza, a maravilhosa ascensão da nossa espécie. Para quem sabe ver e compreender, um imenso hino de fé e de esperança propaga-se e amplifica-se ao curso das eras, diante da longa estrada que a humanidade percorreu. E falta fazer ouvir este hino aos visitantes dos nossos museus. Não é lhes enganar, é dar-lhes uma visão mais justa do seu próprio valor, da eficácia do esforço, e isto é mais necessário ainda às horas de dúvida ou de aflição.

Em resumo, o estudo do homem pode e deve, através dos nossos museus, demonstrar que os agrupamentos humanos atuais são o resultado de múltiplas mestiçagens, e que seria vão procurar na sua composição um argumento em prol de um racismo. Ele pode e deve provar a solidariedade dos povos da terra, exaltar e fortificar o sentimento das interações culturais que, ao curso das eras, se produziram entre os diversos continentes; pode e deve restituir a confiança do homem no seu destino e provar-lhe que é na via da compreensão internacional e da solidariedade humana que pode

¹²⁸ Texto original: « [...] point, de vue culturel, les musées d'éthnologie peuvent démontrer clairement que tous les peuples de la terre, quelle que soit le couleur de leur peau ou le forme de leurs cheveux, ont contribué au progrès de la civilisation et que notre culture européenne est en grand partie la résultante d'apports venus de tous les continents, de tous les latitudes, de toutes les longitudes. »

direcionar qualquer confiança para um futuro melhor¹²⁹ (RIVET, 1954: 84, grifos nossos).

Através da abordagem de Paul Rivet percebe-se a importância que o museu adquiriu como meio de divulgação da “teoria da ação”¹³⁰. As pesquisas científicas no campo da Etnologia teriam uma função prática no âmbito da sociedade. A “fé e a esperança” na espécie humana adviriam de estudos do presente e das realizações do passado, ao curso das eras. Esta afirmação denotou a incumbência dos estudos arqueológicos, que deveriam comprovar o valor e eficácia dos esforços humanos servindo de alento para as horas difíceis do presente, portanto, a Arqueologia no âmbito dos estudos etnológicos desencadearia noções de identidade, pertencimento e possibilidade de crença no futuro já que seria responsável pela visão global da humanidade ao longo da sua caminhada, demonstrando a contribuição do ser humano para a continuidade e o desenvolvimento da espécie, ativando a solidariedade e as interações culturais entre os povos. Conforme abordou Fernández, este conceito de identidade relacionado com a democracia cultural estão na base dos enfoques museológicos modernos, bem como do desenvolvimento comunitário e são derivados de uma visão delineada pela antropologia (FERNÁNDEZ, 2003: 98). A identidade humanista procurada por Rivet diferiu da identidade nacional definida por Meneses como “[...] integração supostamente harmoniosa, que neutralize os conflitos e mascare as contradições [...]” resultando na função anestésica do patrimônio cultural (MENESES, 2004: 183). Ao contrário, Rivet propôs exatamente a exaltação das diferenças e a consciência de que a diversidade concorreu para a formação do Humano, cuja prova era visível pelo patrimônio etnológico e arqueológico existente nos museus. Essa noção identitária seria a desencadeadora do sentimento de pertença, pois:

¹²⁹ Texto original: Certes la marche de l’humanité ne peut pas être figurée par une courbe ascendante régulière; cette courbe présente des irrégularités, des ascensions brusques, des chutes brutales, des paliers où l’effort humain paraît piétiner sur place. Celui qui étudie cette courbe sur un trop court laps de temps risque ou de se bercer d’espoirs

excessifs, ou de s’abandonner à un pessimisme stérilisant. Qui veut juger sainement doit prendre un recul suffisant pour obtenir une vue d’ensemble du résultat des efforts de nos ancêtres et de nos propres efforts. Alors apparaît, dans toute sa grandeur, la merveilleuse ascension de notre espèce. Pour qui sait voir et comprendre, un immense hymne de foi et d’espérance se propage et s’amplifie au cours des âges, tout le long de la route que l’humanité a parcourue. Il faut faire entendre cet hymne aux visiteurs de nos musées. Ce n’est pas les tromper, c’est leur donner une vision plus juste de leur propre valeur, de l’efficacité de l’effort, et ceci est plus nécessaire encore aux heures de doute ou de détresse.

En résumé, l’étude de l’homme peut et doit, par l’intermédiaire de nos musées, démontrer que les groupements humains actuels sont le résultat de multiples mélanges, et qu’il serait vain de chercher dans leur composition un argument en faveur d’un racisme. Elle peut et doit prouver la solidarité de tous les peuples de la terre, exalter et fortifier le sentiment des interactions culturelles qui, au cours des âges, se sont produites entre les divers continents; elle peut et doit rendre confiance à l’homme dans son destin et lui prouver que c’est dans la voie de la compréhension internationale et de la solidarité humaine qu’il peut s’acheminer en toute confiance vers un avenir meilleur.

¹³⁰ Expressão já citada e utilizada por Jean Jamim (1993: 165).

[...] está em cena o conteúdo espacial da existência. Ora, sou o que sou num espaço ocupado, habitado e, numa palavra, apropriado por muitos outros muito antes de mim. Nessa linha, a informação arqueológica, dando-me a medida da ação humana e do trabalho humano, confere uma espécie de selo de dignidade ao espaço em que estou presente. Independentemente, portanto, da diferença e da distância, há uma trilha de identificação, que introduz qualidade na vivência (MENESES, 2004: 188).

Assim, esta idéia de que a “[...] ciência deve estar a serviço do povo e por ela que o museu deve entregar-se a um verdadeiro serviço público” (JAMIM, 1993: 166), na visão de Paul Rivet não tinha somente o fito de valorizar os grupos autóctones e que sofriam discriminações raciais, mas também desejava a compreensão e o respeito mútuo das diversas culturas. No final da vida de Paul Rivet, em meio às discordâncias da França em relação à independência argelina, o cientista também bradou contra opiniões que em prol da Argélia criticavam a civilização européia¹³¹:

Não me parece, é claro, que os povos jovens devam desesperar-se por não possuir as tradições dos outros povos. Mas êsses outros povos não têm por que se envergonhar do seu passado. Devemos orgulhar-nos do que a Europa deu ao mundo, do que o homem branco – sim, o homem branco – fez pela Cultura e pela Civilização¹³² (DUARTE, 1960: 164-165).

Portanto, as idéias de Rivet foram direcionadas à favor da compreensão e da tolerância entre os grupos humanos independente de suas características, ditas raciais, e de sua localização geográfica. Para Paul Rivet o caminho da liberdade estava associado ao da cultura e dela adviria o aperfeiçoamento do homem e dos povos: “[...] Um ser que não mata a fome não é livre, o ser que não pode ler um jornal não é livre. É claro que a melhoria do nível de vida material e cultural não é uma condição suficiente de liberdade, mas é uma condição necessária. Para usar o jargão da moda, é a condição “prévia” indispensável (RIVET, 1957: 227).

Desta forma, Paul Rivet buscou seus objetivos em relação à Antropologia e a fundação do Museu do Homem desenvolvendo vários trabalhos que concorreriam para materializar o programa museológico já descrito. As ações foram iniciadas por: a) um programa de

¹³¹ Em relação ao episódio entre a França e a Argélia, Paul Rivet foi censurado por apoiar a política francesa contra a independência argelina. Na entrevista concedida a Gilles Martinet do jornal “France Observateur” em março de 1958, um pouco antes da sua morte e reproduzida no livro “Paul Rivet por êle mesmo” (DUARTE, 1960: 164-165), o cientista francês mostrou-se arrependido justificando que as suas ações de propaganda em prol da França deveram-se às promessas falaciosas do governo francês.

¹³² Entrevista de Paul Rivet ao jornal “France Observateur” reproduzida por Paulo Duarte no livro “Paul Rivet por êle mesmo”, 1960: 164-165.

formação no Instituto de Etnologia; b) expedições de campo em equipe principiadas pela missão Dakar-Djibouti (1931-1933) caracterizada pela etnografia e lingüística e sob a direção de Marcel Griaule; c) programa de publicações etnológicas com os Trabalhos e memórias do Instituto de Etnologia (1926) e o Boletim do Museu de Etnografia do Trocadero (1929); d) criação de novas sociedades de cultura como a dos africanistas e oceanistas; e) coleta, conservação e exposição de objetos etnográficos e reformulação expográfica com a contratação de G. H. Rivière, f) melhoria dos centros de documentação, bibliotecas e arquivos com informações técnicas sobre as coleções etnográficas e g) programa de divulgação cultural por entrevistas radiadas, artigos, exposições temporárias. Todo este trabalho contou com recursos da Sociedade dos amigos do Museu de Etnografia do Trocadero e com voluntários responsáveis pelos trabalhos (JAMIM, 1993: 166-167).

Além das reformulações teóricas, metodológicas e expográficas o Museu do Homem ganhou um novo prédio. O antigo Palácio do Trocadero, que abrigava o Museu de Etnografia do Trocadero, foi fundado na Exposição Universal de 1878 e projetado pelos arquitetos Gabriel Davioud e Jules Bourdais. Devido a Exposição Universal de 1937 foi demolido e substituído pelo Palais de Chaillot (fig.8), vasto e de melhor adaptação, permitindo após o término da Exposição Universal a reunião das coleções de antropologia física do Museum, dos conjuntos etnográficos do Trocadero, bibliotecas e laboratórios que formaram o novo Museu do Homem fundado em 20 de junho de 1938 (SOUSTELLE, 1976; BALLART, 1997).



Figura 8 – Palais Challos –
Disponível em: <http://www.paris1900.lartnouveau.com> [Consultado em 21/08/2007]

Expulso do Brasil em novembro do mesmo ano, Paulo Duarte chegou à Instituição francesa neste contexto de transformações que abarcou a reformulação do Museu no novo espaço abrigando uma expografia totalmente remodelada e que refletiu, principalmente, a mudança teórico-metodológica do conhecimento antropológico ampliando os conceitos científicos que agregaram as suas funções a idéia de responsabilidade social da ciência. Segundo comentários de Paul Rivet a Tiête Borba as mudanças trouxeram:

[...] uma eficiência pelo menos duas vezes maior. É que antes; os serviços correlatos e até semelhantes andavam dispersos, sem ligação, de modo que se perdiam muitas vezes em mais de um lugar, energias, tempo, pessoal, dinheiro realizando-se uma mesma pesquisa. Várias bibliotecas havia em cada um desses pontos desligados. Reunidas, atualmente, completam-se e aqui podemos nesta casa agradável viver como uma grande família trabalhando num sentido comum. O nosso ambiente de camaradagem animaria ainda mais o prazer do estudo se o gosto da investigação precisasse do incentivo para quem a ama de verdade (DUARTE, 1980: 258).

Paul Rivet tentou manter este ambiente mesmo durante o período inicial da ocupação da França no ano de 1940, o cientista explicou que toda a cadeia operatória museológica do Museu do Homem: “[...] documentação, pesquisa, ensino, publicações e museu público retomaram a sua vida normal” (DUARTE, 1980: 258). O americanista achava importante divulgar que ao lado da França que enfrentava a invasão alemã estava uma França que trabalhava, investigava e produzia. Também acreditava, que quando combatentes voltassem do front deveriam achar a “máquina científica” funcionando e se alguns deles não retornassem era necessário que houvesse “[...] moços capazes, formados durante e apesar da guerra, prontos a continuar o trabalho interrompido” (DUARTE, 1980: 264). Desta maneira, as atividades desenvolvidas pelo Museu do Homem prosseguiriam: os alunos frequentavam os cursos, as missões não foram interrompidas e outras novas eram formuladas, mecanismos de resistência como a elaboração de um jornal clandestino, *La Résistance*, também foram organizados a partir do Museu (DUARTE, 1980: 264).

Portanto, a missão do Museu do Homem na conformação de mentalidades ficou ainda mais evidente no período da invasão francesa, pois o objetivo era fazer da Instituição um exemplo de resistência e esperança no período de guerra onde a luta e a formação de material humano contribuiriam para a efetivação da “teoria da ação” e mais uma vez, o museu tornou-se o instrumento de consubstanciação desta missão científica. O próprio Duarte, quando abordou o papel desempenhado pela resistência no Museu do Homem comentou que além de

laboratório científico, a Instituição “[...] era ainda, uma escola de caráter na qual receberiam diploma aqueles que persistissem fiéis a cultura e a autenticidade moral e mental” (DUARTE, 1960: 5).

Paulo Duarte relatou que na manhã da invasão (13/06/1940) ainda pretendendo continuar no Museu foi persuadido por Paul Rivet para que deixasse a Instituição, pois ao que dissera Rivet, o jornalista poderia tornar-se mais útil fora dela. No entanto, o próprio americanista continuou comandando a resistência por oito meses até o momento em que foi denunciado à Gestapo.

O cientista refugiou-se em zona livre e com a ajuda do presidente da Colômbia Eduardo Santos conseguiu permissão para sair da França uma hora antes da sua prisão em 11/02/1941. Outros integrantes do Museu do Homem como: Boris Vildé, Anatole Lewitzky, Ivonne Odon e Débora Lifschitz foram presos, posteriormente os dois primeiros foram fuzilados enquanto as duas últimas foram deportadas para campos de concentração. Ivonne Odon, que era bibliotecária do Museu ficou durante a guerra no campo de Dachau, apesar de doente foi libertada pelas forças norte-americanas e reassumiu seu posto. Ao contrário Débora Lifschitz (Fig. 9) que era do Departamento da África Negra morreu no campo de concentração de Auschwitz (DUARTE, 1960: 27).

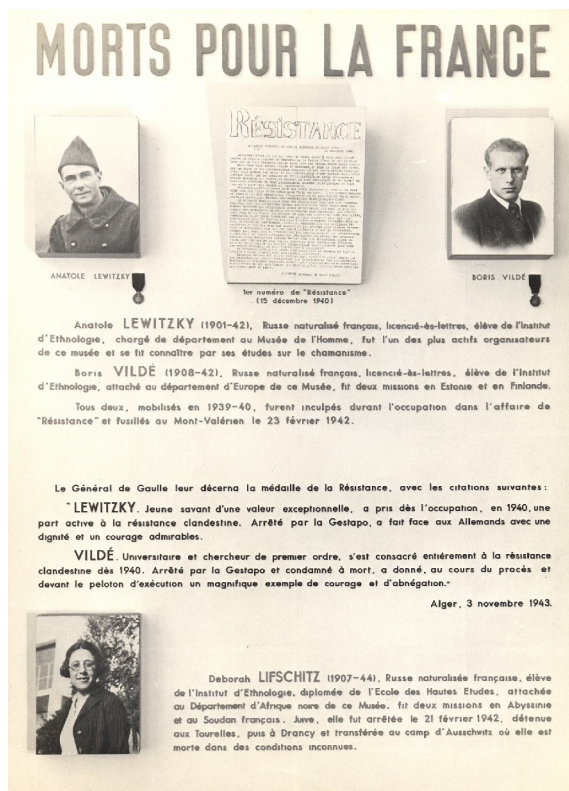


Figura 9: Cartaz com funcionários do Musée de l'Homme e que foram vítimas da ocupação nazista. Photothèque Musée de l'Homme - Col. Musée de l'Homme

Quanto a Paulo Duarte, a saída do Museu do Homem o tornou, segundo as suas palavras, um “bi-exilado”¹³³. Expulso do Brasil e mediante a impossibilidade de continuar na França, o jornalista fugiu para Portugal e posteriormente seguiu para Nova York nos Estados Unidos. Com vistas a sua sobrevivência ministrou cursos na Universidade de Wyoming (1941) e conferências na Universidade de Vermont em Burlington, trabalhou na National Broad-casting como locutor (NBC) e na seção de Etnologia do Museum of Modern Art (1941-1943). Devido a sua condição de exilado foi mobilizado durante a Guerra, pois um decreto norte-americano exigia que todo estrangeiro deixasse o país no prazo de três meses sob pena de mobilização. Sem alternativa Paulo Duarte se colocou à disposição do Departamento de Guerra, momento em que foi enviado para Portugal e Espanha em missão cultural do Museu de Arte Moderna e do Metropolitan Museum encarregado de comprar obras artísticas para os museus norte-americanos. Nesta fase conheceu novos companheiros de exílio, dentre eles, os surrealistas Luis Buñuel e André Breton (DUARTE, 1946, 1960, 1985).

Portanto, a partir da análise do histórico de transformações ocorridas no Museu do Homem neste período e da trajetória de Paulo Duarte é possível afirmar que, apesar de interesse anterior, o despertar arqueológico do jornalista se efetivou contextualmente no torpor do exílio, onde travou contato com Paul Rivet, conheceu a implantação do projeto museológico desenvolvido no Museu do Homem, presenciou as modificações ocorridas no âmbito da Antropologia, direcionou a sua formação científica, conviveu com colegas que acreditaram na possibilidade da ciência mudar a realidade social através da instituição museológica e vivenciou as agruras do preconceito, da guerra, do exílio, do desmantelamento das estruturas políticas e sociais e recebeu a notícia da morte violenta dos próprios companheiros de trabalho. Enfim, “[...] O espetáculo era lastimável [...], [...] daqueles de tatuar o espírito de quem os presenciava” (DUARTE, 1960: 13).

Desta forma, não é difícil inferir os motivos da aproximação entre Paulo Duarte e Paul Rivet a partir do cotidiano do Museu, das experiências de exílio e das convergências de mentalidades no que se refere à compreensão do papel da ciência como agente transformador da existência. No entanto, não é desprezível a comparação entre a trajetória de Paulo Duarte e Paul Rivet que apontam semelhanças nas escolhas, nas práticas e na perspectivas de observação da realidade. Ambos interessados por medicina, Paul Rivet formado nesta área e

¹³³ Unicamp – CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricargo Guedes em 13/04/1977, pp. 24.

Paulo Duarte não, volveram os interesses para a Antropologia. Os envolvimento políticos, as crenças na possibilidade de mudança pela cultura, a experiência na criação de instituições culturais e/ou preservacionistas, a visão sobre a cultura material e sobre a importância da sua preservação, o posicionamento socialista¹³⁴ e finalmente, o compartilhamento do contexto sócio-político-cultural da época denotaram para Paulo Duarte a possibilidade de realização das suas convicções seguindo o caminho percorrido pelo americanista e em contrapartida, Paul Rivet encontrou no jornalista mais um adepto na busca da materialização do mesmo ideal. E é na busca destas mentalidades convergentes que Paul Rivet escreveu para Paulo Duarte em julho de 1941, o cientista francês demonstrou sua vontade de realizar na Colômbia aquilo que tinha feito em Paris e confirmou a possibilidade da materialização de uma única crença:

É preciso trabalhar para esquecer. Tenho uma confiança absoluta no futuro. Um dia virá em que todos os exilados retomarão o caminho de volta aos seus respectivos países. Dêste espantoso período restarão apenas novos elos, mais sólidos, mais humanos, entre todos aqueles a quem um ideal comum destinou à perseguição (DUARTE, 1960: 21/22).

Enquanto não havia possibilidade de retorno à França Paul Rivet continuou sua atividade científica por dois anos na Colômbia onde fundou o Instituto de Etnologia (1941) e preparou a síntese da sua obra “Les Origines de l’Homme Américain”. Nomeado pelo General de Gaulle Conselheiro Cultural para América Latina, no ano de 1943, Paul Rivet criou o Instituto Francês da América Latina e a Biblioteca francesa no México (SOUSTELLE, 1976).

Neste período de exílio, Paul Rivet encontrou Paulo Duarte nos Estados Unidos (1942), em conferência promovida por Franz Boas na “Ecole Libre de Hautes Etudes” em Columbia. Paulo Duarte encarregado de realizar o resumo deste evento, que seria publicado em jornais norte-americanos e franceses dos Estados Unidos, contou que Rivet versou sobre

¹³⁴ Em texto redigido em 1934 por Sergio Milliet para a propaganda eleitoral de Paulo Duarte como deputado estadual, o jornalista foi apresentado como “[...] candidato natural de um socialismo sadio [...]” (DUARTE, 1976:189). A aproximação de Paulo Duarte com o socialismo na França através de Charles Reber, Henri Barbusse e Léon Blum fizeram-no declarar que as conferências comunistas não o convenceram sobre o radicalismo marxista, mas “[...] melhoraram muito a minha admiração por Marx e Engels [...]”(Duarte, 1976:189; Hayashi, 2001: 20). Na revista Anhembi Paulo Duarte escreveu sobre o socialismo democrático e o totalitário e afirmou que: “[...] Possivelmente, só o socialismo democrático fôra capaz de congregar os homens de boa vontade e de lucidez de um e outro lado” (DUARTE, 1950: 24). Quanto a Paul Rivet, Jamim afirmou que o cientista francês era socialista, pertencia a ala esquerda da S.F.I.O. e foi eleito deputado socialista (JAMIM, 1993: 164). Em relação a este assunto Paulo Duarte afirmou que Rivet foi um militante socialista e só deixou o Partido Socialista quando os dirigentes se aliaram aos colonialistas, aos imperialistas, aos reacionários. “Mas o socialista jamais se modificou, a sua ação prosseguiu a mesma, não hesitou em abandonar o laboratório e vir para a rua tôdas as vezes em que fôsse necessário defender a liberdade e a dignidade humana (DUARTE, 1960:7)

os problemas sociológicos e a necessidade de compreensão e persuasão para solucioná-los, citando inclusive o Brasil como exemplo bem sucedido. Neste mesmo encontro, em um almoço de homenagem a Rivet, o americanista ressaltou “[...] a união dos povos em torno de uma mesma Pátria comum, após esta guerra horrorosa que há de ensinar aos homens a serem mais homens” (DUARTE, 1960: 28). Paul Rivet e o cientista alemão Franz Boas¹³⁵ há muito se correspondiam e partilhavam das mesmas crenças na ciência, como mecanismo de intervenção social. Ambos acreditavam na inexistência de culturas superiores e inferiores interpretando-as como fenômenos específicos e originais (DUARTE, 1960).

Desta forma, a ciência como elo de aproximação entre estes intelectuais europeus decorreu do contexto de transição entre a busca da origem calcada em questões nacionalistas e evolucionistas, acirradas por duas grandes guerras, e a procura da valorização das realizações humanas com o fito de transformar a realidade presente. Nessa perspectiva, a observação do passado era um elemento importante para a compreensão da trajetória do Homem. A Arqueologia foi compreendida no interior deste aparato como um possível mecanismo de valorização da sociedade, inclusive, a européia, pois, Paul Rivet associando a corrente evolucionista e a cultural descartou a inferioridade dos povos, mas entendeu que existiam diversos estágios de desenvolvimento e que a França e outros países em estágios diferenciados poderiam contribuir para o progresso de outras nações. Então, para Rivet não deveria existir discriminação de nenhuma espécie e sim um trabalho conjunto para a melhoria de condições materiais e intelectuais da humanidade, pois o caminho da cultura era a via da liberdade:

Cabe aos povos evoluídos ajudá-los com paixão e desinterêsse a adquirir essa cultura, e ao mesmo tempo melhorar suas condições de vida, e saltar as etapas que eles próprios levaram séculos para percorrer. Cabe aos povos atrasados em seu desenvolvimento compreender que essa ajuda exterior nada tem de humilhante, que não se trata de uma esmola, mas de direito e que ela exige da parte deles um esforço constante, consciente e tenaz.

O atraso desta evolução, mesmo que possa ser imputado a forças exteriores egoístas, não deve em caso algum servir de pretêxto a um sentimento e revide odiento, nem a uma exaltação de nacionalismo racista. É só nessas condições que formaremos uma humanidade, melhor, fraternal, liberta de seus ódios, de seus rancores e, pelo menos em parte, de suas desigualdades e injustiças (RIVET, 1957: 229-230).

¹³⁵ Franz Boas com 84 anos morreu no período desta visita em almoço promovido por Paul Rivet para homenageá-lo (DUARTE, 1960).

A partir das afirmações fornecidas por Paul Rivet é possível perceber que apesar do distanciamento do nacionalismo reacionário do período, o americanista ainda vê a França como exemplo para as outras nações menos “desenvolvidas” e esse modelo foi permeado a partir da perspectiva do passado, ou seja, da origem do homem, pois, a França tomada pela Alemanha nazista não serviria de exemplo, ao contrário se configuraria como a personificação da desolação, daí a afirmação de Sevcenko de que a busca da origem vislumbrava o estabelecimento de uma “nova ordem e um novo mundo” (SEVCENKO, 1992: 155).

Para a concretização dos objetivos de valorização da humanidade, da paz, da compreensão e da harmonia universal, Paul Rivet utilizou a mesma “arma” dos nacionalistas do século XIX: a busca do passado para a valorização da origem. À volta ao tema das raízes foi revisitado em vários momentos tentando-se justificar ações presentes, muitas vezes, em face de análises completamente opostas. Ballart constatou que um grande número de eruditos autodidatas, denominadas atualmente de filólogos, arqueólogos e etnólogos que se entusiasmavam com o passado tiveram em comum a paixão por um mesmo tema: descobrir as raízes e a alma dos povos. Com este intuito, os próprios nazistas no século XX utilizaram a arqueologia na tentativa de justificar as suas teorias:

A Alemanha de Hitler desenvolveu extraordinariamente a arqueologia pré-histórica em busca do heróico povo ariano. Bettina Arnold, que estudou a evolução da arqueologia alemã desde os anos vinte, comprovou como entre 1933 e 1939 o regime multiplicou por três as subvenções às escavações, enquanto dotava a todas as universidades do país de cátedras de arqueologia. Os dirigentes nazistas conheciam perfeitamente o valor do passado como arma, e o da arqueologia em concreto para utilizá-la na farta propaganda diária dirigida aos cidadãos. Hitler mesmo passava por um grande aficionado pela arqueologia com amplos conhecimentos sobre a civilização grega e sustentava publicamente que os dórios procediam da mesma origem que os arianos. O dogma racial do regime precisava de uma interpretação do passado da Europa segundo a qual a maior parte da Europa central e oriental havia sido dominada pelos arianos em época pré-romana. Por isso, durante a guerra seguiu escavando as zonas ocupadas com a intenção de justificar cientificamente a invasão e a limpeza racial. [...] ¹³⁶(BALLART, 1997: 205).

¹³⁶ Texto original: “La Alemania de Hitler desarrolló extraordinariamente la arqueología prehistórica en busca del heroico pueblo ario. Bettina Arnold, que estudió la evolución de la arqueología alemana desde los años veinte, comprobó cómo entre 1933 y 1939 el régimen multiplicó por tres las subvenciones a las excavaciones, mientras dotaba a todas las universidades del país de cátedras de arqueología. Los dirigentes nazis conocían perfectamente el valor del pasado como arma, y el de la arqueología en concreto para utilizarla en la saturante propaganda diaria dirigida a los ciudadanos. Hitler mismo pasaba por un gran aficionado a la arqueología con amplos conocimientos sobre la civilización griega y sostenía públicamente que los dorios procedían del mismo solar que los arios. El dogma racial de régimen precisaba de una interpretación del pasado de Europa según la cual la mayor parte de la Europa central y oriental había sido dominada por los arios en época prerromana. Por eso

Em cursos e conferências publicados na Revista Anhembi sobre “As origens do Homem”, Paul Rivet alertou para o perigo das hipóteses e sínteses a partir dos estudos pré-históricos, para o cientista “[...] o problema da origem do homem foi demasiadas vezes falseado no ponto de partida pelo que se pode chamar um ‘êrro de ótica’. Rivet afirmou, que sem dúvida, os arianos já eram um povo mestiço” (RIVET, 1953: 40).

Consciente da importância das pesquisas, etnológicas, pré-históricas, lingüísticas para embasamento da origem do homem, Paul Rivet as utilizou com o intuito de abordar as questões de miscigenação, bem como a valorização dos povos da América e outros, ainda colonizados, demonstrando a contribuição dos mesmos para os avanços da humanidade e por isso, o estabelecimento da idéia de “Pátria comum”, sendo “Oportuno e necessário que tanto a nossa velha Europa como a jovem América adquiram a consciência do muito que devem à civilização indígena”. (RIVET, 1948b: 9). Deste ponto de vista, a instituição museológica era fundamental para a divulgação, popularização e comprovação científica destas idéias.

No caso de Paulo Duarte a busca pelas Origens do Homem compartilhando os ideais de Paul Rivet tomaram maior amplitude se levarmos em consideração a sua história individual de “bi-exilado” enfrentando a perseguição de representantes brasileiros do governo no exterior que tentavam impedir as possibilidades de trabalho do intelectual¹³⁷. Na abordagem de Josep Ballart sobre os fenômenos sócio-culturais que desencadeiam processos da busca do passado na tentativa de sanar problemas ocasionados pela imposição da civilização urbana encontram-se alguns elementos que se ajustam à análise da situação de Paulo Duarte. Dentre eles destacam-se: as necessidades de re-estabelecimento do sentimento identitário e de pertença, hipótese que encontrou sustentação nas imposições postas pela distância da pátria, separação física do território, substituição da relação do indivíduo com seu grupo político e intelectual, tanto no Brasil como posteriormente, na França, adaptação a novos padrões culturais europeus e norte-americanos gerando um ambiente de inquietude, confusão, desamparo, estranhamento e desilusão com o próprio país e a humanidade (BALLART, 1997: 226). A tentativa de restauração destes elos perdidos encontrou refúgio na convergência do ideal científico enquanto prática social compartilhado com Paul Rivet. Este direcionamento de Duarte não era novo à medida que a análise das práticas desenvolvidas no período do Departamento de Cultura, criação da Universidade de São Paulo e outros organismos culturais

durante la guerra se siguió excavando en las zonas ocupadas con la intención de justificar científicamente la invasión y la limpieza racial”.

¹³⁷ Na obra “Mário de Andrade por ele mesmo”, Paulo Duarte relatou vários casos onde enviados ou supostos enviados do governo brasileiro iam nos locais de trabalho dos exilados exigindo a demissão dos mesmos em nome das boas relações com o governo de Getúlio Vargas (DUARTE, 1985).

revelou que as idéias daquele período denotavam à cultura uma importância fundamental para a transformação social onde a prática científica implicava nas resolução de problemas da sociedade¹³⁸, mentalidade também compartilhada com Mário de Andrade.

A convicção de Paulo Duarte sobre a importância científica e cultural, como aplicação social nos anos 20 e 30 (século XX), também se traduziu como prática preservacionista do patrimônio histórico e artístico, onde o arqueológico inseria-se, mas não de uma maneira tão enfática. Neste momento de exílio, devido ao seu interesse antropológico e à nova mentalidade de valorização à humanidade e não mais especificamente a pátria, o legado arqueológico adquiriu contornos mais efetivos proporcionando melhor conformação às novas necessidades de utilização do passado, pois conforme afirmou Ballart:

Há, pois, passados e passados e é quase uma lei da história o fato de condenar um passado para substituí-lo por outro que concorde melhor com as inquietudes do presente. Os homens têm encontrado sempre um passado para o seu presente. Não é extraordinário, pois, que nestes momentos concretos do século XX nosso presente encontre em cada lugar um ou distintos passados que lhe seduzam. Por ele os vestígios do passado recebem tanta atenção, uma atenção que é crítica em algumas ocasiões, ingênua em outras e ainda excessiva em outras, e permite pontos de vista distintos e matizes novos em relação a forma como era contemplado o passado em outro momento¹³⁹ (BALLART, 1997: 169).

Desta forma, o patrimônio arqueológico foi vislumbrado por Duarte como um recurso de integração à humanidade. Os novos conhecimentos científicos adquiridos e direcionados para a Arqueologia ganharam a responsabilidade de funcionar como alavanca da auto-estima, tanto do jornalista como do ser humano. Em face do exílio, das desilusões com a política, da mudança de direcionamento dos órgãos culturais organizados pelo intelectual no Brasil, dos “nacionalismos”, da preocupação com o desenvolvimento da nação e do Homem devido à Guerra e as concepções ditatoriais e nazistas fizeram com que Duarte não pensasse unicamente na questão da pátria e sim do humano. As experiências de exilado errante, com dificuldades de fixação em qualquer território¹⁴⁰ levaram Paulo Duarte ao desprezo das

¹³⁸ Abordagem realizada no capítulo 1 desta pesquisa.

¹³⁹ Texto original: *sustituirlo por otro que concuerde mejor con las inquietudes del presente. Los hombres han encontrado siempre un pasado para su presente. No es una excepcionalidad, pues, el que en estos momentos concretos del siglo XX nuestro presente encuentre en cada lugar uno o distintos pasados que le seduzcan. Por ello los vestigios del pasado reciben tanta atención; una atención que es crítica en unas ocasiones, ingenua en otras y aún desmesurada en otras, y que comporta puntos de vista distintos y matices nuevos en relación a como era contemplado el pasado en otro momento.*

¹⁴⁰ Expulso do Brasil e impossibilitado de permanecer na França devido a invasão alemã, Duarte foi para Portugal e também não pode permanecer neste país devido as tendências políticas de Salazar. Ao chegar nos Estados Unidos devido a Guerra também teria que sair do território norte-americano e só pôde permanecer quando se colocou à disposição do Departamento de Guerra.

fictícias fronteiras políticas¹⁴¹ valorizando à “Pátria Comum”¹⁴² e a integração à humanidade pela origem compartilhada que ligava os homens de várias partes do globo terrestre. O patrimônio foi concebido, portanto, como documento material desta agregação e os museus instituições fundamentais na apresentação desta concepção de compreensão da humanidade e através destas instituições preservacionistas era possível adquirir a sensação de pertencimento à “família humana”, visão confirmada em carta de Paulo Duarte a Mário de Andrade em 25/12/1943:

Para mim êle existiu [o ano de 1943] e foi muito movimento e triste. Perdi meu pai, as saudades apertaram e voltei à Europa. Nem que seja para ver tristezas, vale à pena a gente voltar à Europa. Aqui é o laboratório onde está o caldo de cultura do grande fermento universal. Muita enxurrada vai correr ainda por baixo e por cima das pontes. Mas ainda é daqui que sairá o ar espiritual que a América tem de respirar. Somos novos demais para ter civilização por conta própria. Novos e bêstas, porque pensamos quase sempre o contrário. Isso tudo me atraía e me fêz arrostar a viagem com boa cara. E, depois da morte de meu pai, eu precisava de uma coisa forte para distrair. Nova York é idiota demais para se aguentar durante crises espirituais [...].

Creio que gasto pelo menos algumas horas para combater o envelhecimento espiritual já que o físico não há mesmo remédio. Só tenho medo de entregar os pontos um dia, apesar da opinião de Leo Vaz, segundo o qual quando a gente os entrega até dá graças a Deus, arrependido de não o haver feito há mais tempo. Mas você me faz falta também. Não posso nem ver um quadro ou uma estátua, ou uma gravura ou uma fachada (eu vim aqui quase só para ver fachadas), nem beber um vinho sem pensar em você: já porque podia estar vendo ou bebendo comigo, já porque pode estar aí doente sem poder bebê-lo, mas como não pode ser, consolo-me escrevendo [...].

Se eu fôsse ao Brasil levava umas gravuras do Museu do Prado. Mas não vou de modo que é inútil. O diabo dêsse museu consola a gente pertencer a essa desmoralizada e imoral família humana. O que vale é que eu já não pertenço a ela (DUARTE, 1985: 273-274, grifos nosso).

Paulo Duarte realizou esta visita ao Museu do Prado ainda mobilizado pelo Museu de Arte Moderna norte americano, a evidente dicotomia apresentada na carta demonstrou o estado de espírito do intelectual que além dos problemas pessoais como a dificuldade de adaptação aos padrões culturais, evidenciado por crítica à Nova York, a morte do pai e o sofrimento devido ao afastamento do seu grupo intelectual, à medida que Mário de Andrade

¹⁴¹ Sobre discussão destas fronteiras imaginadas que se configuram como um espaço territorial limitado representado pelos mapas, Benedict Anderson faz interessante abordagem de como são responsáveis pela configuração do nacionalismo (ANDERSON, 1993).

¹⁴² Expressão utilizada por Paul Rivet em 1942 no encontro com Franz Boas e outros intelectuais (DUARTE, 1960: 28).

além de amigo era representante deste grupo, apresentou a batalha travada contra a contradição de pertencer ou não à “família humana”. Ao mesmo tempo em que o jornalista não quer pertencer a humanidade que o desapontou, o contato com a cultura material no museu despertou o sentimento de integração, pertencimento e consolo pelas criações passadas da humanidade. Apesar dos elementos patrimoniais descritos não se referirem especificamente ao patrimônio arqueológico, Duarte se sente parte da humanidade através do patrimônio cultural porque houve a crença na origem humana compartilhada. Neste relato a mentalidade convergente com a de Paul Rivet explicitou-se através da valorização da contribuição européia e a responsabilidade da mesma em servir de paradigma para o desenvolvimento da América, que se encontra em estágio diferenciado. No entanto, independentemente do desenvolvimento alcançado por uma nação e as causas dele, o jornalista pregava a igualdade entre os povos: “A preocupação com a dignidade humana exige que todos os cidadãos sejam iguais perante a lei e usufruam igualmente das vantagens que ela lhes garante, quaisquer que sejam as diferenças físicas ou intelectuais entre eles” (REVISTA ANHEMBI, 1951a: 333-334). Portanto, o modelo do passado que serviria aos objetivos almejados por Paulo Duarte funcionaria segundo Ballart como:

[...] o passaporte ideal à condução de paraísos desejados através de um túnel do tempo que alimenta nossa fantasia e nos ajuda a recobrar o tempo perdido. Que outra coisa senão a fantasia que ocasiona o entusiasmo dos devotos do cinema de época ou da novela histórica? E os visitantes de tantas atrações turísticas, museus, inclusive, que proliferam pela velha Europa e pela nova América, baseadas no patrimônio histórico e arqueológico? A fantasia nos libera, enquanto que o tempo que cedemos ao passado nos renova porque recobramos o ‘tempo perdido’ que desejamos para nos mesmos e não para os vis estímulos da cotidianidade¹⁴³ (BALLART, 1997: 50).

No entanto, a evasão para estes intelectuais não significava simplesmente uma nostalgia, mas tinha a função de estabelecer as mudanças no presente.

Portanto, no período de exílio ocorreram reformulações de algumas idéias que Paulo Duarte compartilhava com Mário de Andrade. A estruturação nacional através da cultura cedeu lugar à organização da “única pátria terrestre”¹⁴⁴. Os regionalismos e as especificidades

¹⁴³ Texto original: “[...] el pasaporte ideal para la transportación hacia paraísos añorados a través de un túnel del tiempo que alimenta nuestra fantasía y nos ayuda a recobrar el tiempo perdido. ¿Qué otra cosa sino la fantasía mueve el entusiasmo de los devotos del cine de época o de la novela histórica? ¿Y el de los visitantes de tantas atracciones turísticas, museos incluidos, que proliferan por la vieja Europa o por la nueva América, basadas en el patrimonio histórico y arqueológico? La fantasía nos libera, mientras que el tiempo que cedemos al pasado nos renueva porque recobramos ‘tiempo perdido’ que deseamos para nosotros y no para los viles apremios de la cotidianidad”.

¹⁴⁴ Expressão utilizada por Paulo Duarte (1950: 26).

da “redescoberta do Brasil” responsáveis pelo estabelecimento da identidade nacional¹⁴⁵ foram ampliados para um contexto humano, ou seja, a estruturação da sociedade nacional foi substituída pela idéia de estruturação da humanidade. Obviamente, que a nação contribuiria com elementos culturais, etnológicos e arqueológicos para essa organização humana e era valorizada por isto, mas não era mais o alvo, o fim em si mesma. Desta forma, quando Paulo Duarte voltou do exílio ao Brasil, as questões referentes ao humanismo e ao nacionalismo foram direcionadas ao patrimônio arqueológico, pois, este contribuiria para desvendar a origem humana e a importância das realizações dos indígenas para a civilização. Tal abordagem abrangeria um contexto mais amplo a medida que os focos de estudos eram a respeito da Origem do Homem Americano, e portanto, a compreensão do Homem ampliar-se-ia para o entendimento da América¹⁴⁶. Enfim, as questões de identidade e peculiaridades nacionais dos anos 20 e 30 adquiriram um sentido reformulado para a minimização dos efeitos das identidades nacionais exacerbadas (nacionalismos) que inferiorizavam as outras nações ampliando os preconceitos. As dissensões entre Mário de Andrade e Paulo Duarte, mediante a abordagem reformulada pela último, apareceram em carta de 07/08/1942 enviada pelo escritor modernista ao jornalista: a

Aí a estreiteza subserviente da crítica de você, quando se desilude da ciência e da arte brasileira. Você não as julga naquilo em que elas são ‘originais’, isto é, peculiares. Êste ‘peculiar’ desagrada a você, porque você o sente em quanto ser do mundo, sem pesquisar o que êle tem de “primitivo” digamos. De fato, repare bem: quando você julga um conto, uma canção, um adorno, um costume de povos primitivos, você se esforça em compreendê-los como tais e consegue achar belos os documentos [...]”¹⁴⁷(DUARTE, 1985: 246-247).

¹⁴⁵ Eduardo Morais abordou que a construção da cultura nacional através do modernismo introduziu o nacionalismo como um processo de renovação, a idéia dos modernistas é que só participaremos do universo cultural se houver a contribuição do coeficiente brasileiro de nacionalidade. Mário de Andrade explicou que “[...] abrasileiramento do brasileiro não quer dizer regionalismo nem mesmo nacionalismo. O Brasil pros brasileiros não é isso, significa só que o Brasil, pra ser civilizado artisticamente, entrou no concerto das nações que hoje em dia dirigem a civilização da terra, tem de concorrer pra esse concerto com a sua parte pessoal, com o que o singulariza e individualiza, parte essa única que poderá enriquecer e alargar a civilização” (MORAIS, 1978: 71). No entanto outros estudos que abordam o Modernismo, como o de Saliba, apontam o movimento como nacionalista e indicam que o regionalismo foi abafado por um paulistino, pois o regionalismo dava uma conotação muito provinciana ao movimento (SALIBA, 2002: 205-206).

¹⁴⁶ Em carta direcionada ao editor do livro de Marcellin Boule em 25/11/1952, Paulo Duarte se definiu como: “[...] um simples estudioso de Antropologia da América Latina” (DUARTE, 1960: 76), fato que confirma os estudos sobre a origem não mais direcionada ao nacional e sim num contexto ampliado da América. Tal mudança metodológica da pesquisa deve-se à idéia de que as fronteiras e os países são criações humanas e que na pré-história a ocupação não se adequava a essas barreiras geográficas, tal proposição confirma as discussões de Anderson ao interpretar a nação como uma comunidade politicamente imaginada. Para aprofundamento sobre nacionalismo, racismo e colonialismo ler Anderson, Benedict. *Comunidades Imaginadas*, México: Fondo de Cultura Econômica, 1993.

¹⁴⁷ Essa resposta constou da carta de Mário de Andrade enviada a Paulo Duarte em 07/08/1942. No âmbito destas discussões Mário de Andrade atribuiu a Paulo Duarte a incompreensão do que é nacional e a valorização da cultura européia, tal observação não era descabida, pois o afastamento pelo exílio fez com que Duarte

A esta divergência Paulo Duarte, entre outras coisas, respondeu que: “[...] é êste peculiar da arte e da ciência brasileira que me desagradava, porque êsse ‘peculiar’ melhor se chamaria se chamasse falsificação. Não é o primitivismo que eu repilo é o primitivismo safado”¹⁴⁸ (DUARTE, 1985: 250).

Essa transformação do Nacionalismo para o Humanismo foi enfatizada por Paulo Duarte na afirmação de que: “[...] o mundo está dividido como sempre o foi e como sempre o será, até quando a luz da razão afugentar universalmente as trevas das paixões e até quando o sentimento lógico e natural de ‘humanidade’ triunfar do sentimento provisório e artificial de nacionalidade” (REVISTA ANHEMBI, 1951b: 511) e complementou: “[...] nação é uma etapa vencida da evolução humana, seus intêresses têm que sotopor-se aos intêresses universais [...]” (DUARTE, 1950: 7).

Portanto, a primazia estabelecida foi a compreensão do Homem, enquanto elemento universal e onde seriam consideradas as diferentes contribuições humanas, posteriormente, utilizar-se-ia este conhecimento em prol do desenvolvimento de cada nação, tal idéia foi apresentada em texto com base em Jean Maxence, onde Ronald de Carvalho afirmou que: “Nossas experiências são o prosseguimento de experiências anteriores. Não devemos romper as cadeias da fidelidade. [...] mas é necessário, antes entender-se sobre o homem, para depois entender-se sobre o Estado”¹⁴⁹ (RONALD DE CARVALHO, s.d., apud SEVCENKO, 1992: 311).

Outras questões das décadas de 20 e 30 permaneceriam nos conceitos de Paulo Duarte como, por exemplo, a responsabilidade da *Intelligentsia* na condução dos processos de estabelecimento da dignidade humana através da educação orientada pela intervenção da pesquisa científica e desenvolvimento cultural (PECAULT, 1994), bem como o papel do museu enquanto meio de comunicação de massa, responsável pela pesquisa, vulgarização e popularização do conhecimento para público amplo e variado, idéia compartilhada com Mário de Andrade e comprovação da sua eficácia nas experiências obtidas com o Museu do Homem.

Após a libertação de Paris em 1944, Paul Rivet retomou o seu lugar no Musée de l’Homme e recomeçou sua atividade política reassumindo o seu posto de Conselheiro Municipal, perdido com a ocupação da França. Em seguida foi eleito deputado constituinte e

valorizasse “o ar espiritual” da Europa, o intelectual achava que a América teria muito a aprender à partir das experiências européias com o intuito de desenvolver a civilização. No entanto, quando este olhar voltava ao passado esta opinião se transformava e havia a valorização das diversas culturas, ponto de convergência com as idéias de Paul Rivet.

¹⁴⁸ Carta de Paulo Duarte a Mário de Andrade em 04/09/42.

¹⁴⁹ Ronald de Carvalho. Caderno de imagens da Europa, s.d., pp. 23-24.

por último deputado da Assembléia Nacional. Mesmo antes de retornar à Paris, Rivet enviou para Paulo Duarte um telegrama com um convite para que o jornalista voltasse para a França e trabalhasse no Museu do Homem¹⁵⁰ (Fig. 10). Nos anos seguintes Duarte dividiu sua estadia entre a França e o Brasil desenvolvendo trabalhos nos dois países .



Figura 10 – Paulo Duarte e Paul Rivet no Musée de l’Homme (frente da vitrine com objetos indígenas brasileiros coletados por Claude Levi-Strauss).
Photothèque Musée de l’Homme - Col. Musée de l’Homme

Desta forma, a análise deste capítulo partiu do conjunto de transformações ocorridas no período de transição entre o século XIX e XX visando identificar as rupturas que imprimiram marcas às mentalidades de intelectuais responsáveis pelos mecanismos de produção cultural e científica e a partir de um contexto histórico direcionaram suas idéias para a reformulação de uma realidade que acreditavam poder transfigurar através da efetivação de condições de acesso ao conhecimento. O museu tradicionalmente vislumbrado como meio de comunicação, produção do saber científico e responsável pela salvaguarda do patrimônio cultural teria o seu papel ressaltando como forma de efetivação e exposição das novas

¹⁵⁰A carta de Paul Rivet, como conselheiro municipal, encaminhando Paulo Duarte para o Serviço de Estrangeiro aborda a solicitação de permissão de residência definitiva para Duarte em Paris. O documento de maio de 1945 está publicado em (DUARTE, 1960: 38).

abordagens que a cultura e a ciência desempenhariam no estabelecimento de uma nova ordem.

Com o fito de resolver e compreender os problemas colocados por aquele período de intensos acontecimentos a busca pelo passado e a origem denotou à Arqueologia, no âmbito da Antropologia, à responsabilidade de avaliação sobre a trajetória da humanidade, bem como a inserção das sociedades em um processo comum de desenvolvimento, pertencimento e reconhecimento identitário.

A avaliação histórica dos museus com o fito de perceber como se deu a institucionalização da ciência arqueológica foi o caminho escolhido para compreender o papel desempenhado pela Arqueologia ao longo do tempo e em que bases foram postas a sua transformação.

No âmbito deste objetivo pesquisar o histórico do colecionismo e dos contextos de implantação das instituições museais permitiram reconhecer, ao longo do tempo, as implicações das diferentes formas da Musealização da Arqueologia como reflexo de uma determinada compreensão da função dos estabelecimentos preservacionistas na condução das aspirações de cada sociedade e a par delas o direcionamento dos estudos arqueológicos.

A conjunção de processos políticos que influenciaram cientistas, artistas e intelectuais promoveram a transformação dos paradigmas científicos e museológicos e desencadearam uma série de ações que pretendiam a valorização da diversidade cultural, dos diferentes segmentos patrimoniais, do redimensionamento das questões nacionais e universais, bem como a popularização e aplicabilidade dos conceitos.

Os museus firmados como estratégias de comunicação dos novos elementos ideológicos seriam empregados como mecanismos de mediação de significados e conhecimentos disponibilizados por uma série de reformulações técnico-científicas museológicas que permitiriam ressaltar as potencialidades patrimoniais. As funções da instituição museológica como popularizadora e produtora de conhecimento exigiriam informações específicas de profissionais que atuariam na produção científica nos vários campos do conhecimento antropológico, bem como uma nova postura em relação aos aspectos museológicos. Sendo fundamental a divulgação dos experimentos científicos não mais como método de produção de conhecimento, mas a utilização cotidiana do saber tornava-se necessário refletir sobre a forma e contextualização de apresentação dos objetos, disponibilização de informações e sistematização de dados, procedimentos para salvaguardar, pois, a cultura material adquirindo status de documento através da etnografia requeria novos

cuidados com a sua preservação, portanto, a cadeia operatória museológica também foi vislumbrada como área de reflexão para a comunicação dos estudos etnográficos (Tabela 3).

Dessa forma, o museu como mediador entre a ciência e a sociedade também se transmutou em plataforma de resistência, combate, materialização e reflexo dos anseios da sociedade.

Nesse contexto a Musealização da Arqueologia mais do que abrigar as referências patrimoniais dos estudos arqueológicos será responsável pelo desenvolvimento de noções de identidade e pertencimento, compreensão e respeito mútuo, cooperação e construção humanitária. Os estudos arqueológicos até então voltados para a construção dos “nacionalismos” adquiriram uma nova dimensão relacionada com o aperfeiçoamento humano.

Portanto, as conclusões deste capítulo demonstraram a importância dos estudos das estruturas institucionais culturais e preservacionistas para a avaliação das mudanças de mentalidades e processos que influenciaram na produção de conhecimento científico. A identificação do impacto dos contextos históricos para a reformulação da compreensão cultural e científica somou-se ao intrincado universo de aproximação intelectual e relações pessoais que imprimiram aos estudos científicos e culturais, conduzidos pela intelectualidade, a responsabilidade de intervenção no desenvolvimento social.

TABELA 3*
TRANSFORMAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA NA IMPLANTAÇÃO DO MUSÉE DE L'HOMME DEFININDO NOVOS PARÂMETROS PARA A MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA NO ÂMBITO DOS ESTUDOS ANTROPOLÓGICOS

| Perfil da Musealização da Arqueologia no âmbito da Antropologia (física e cultural) no Musée de l'Homme | Cadeia operatória museológica | Procedimentos museológicos de salvaguarda e comunicação | Realidade arqueológica | Recorte patrimonial | Gerenciamento e administração da memória | Preservação de bens patrimoniais | Noções de identidade e pertencimento |
|---|--|--|--|---|--|--|---|
| Objetivos: - Identificação da realidade arqueológica a partir das transformações teórico-metodológicas desenvolvidas por Paul Rivet e relacionadas às Ciências do Homem. - Perceber os mecanismos de salvaguarda e comunicação implementados (identificação das potencialidades patrimoniais e ações museológicas correspondentes). | Desenvolvimento de processos técnico-científicos presentes no histórico de composição do Musée de l'Homme nas formas de implementação do acervo institucional e nas práticas de pesquisa, documentação, salvaguarda e comunicação. | <u>Salvaguarda:</u> - pesquisa, coleta de acervo etnográfico e arqueológico. - Formação profissional no Musée de l'Homme. - Reformulação institucional. <u>Comunicação:</u> educação – o Museu funcionária tanto para a formação da sociedade como para os processos de resistência política. - Reformulação expográfica enfatizando o caráter social do museu e da pesquisa científica. | - Transformação institucional implementada por Rivet contribuindo para a pesquisa e novas formas de Musealização da Arqueologia no âmbito do Musée de l'Homme. | - A Arqueologia como um dos pontos de sustentação das teorias desenvolvidas por Paul Rivet. - Implementação de acervos e coleções através da pesquisa científica e inclusão de acervo arqueológico coletado na América (maior valorização deste segmento patrimonial e das diferentes culturas). - Transformação de vertente na composição dos acervos até então voltados para a Antropologia Física. Os estudos de origem do Homem Americano a partir do acervo valorizam a questão da civilização (social) e não a análise física (raça), a composição dos acervos e coleções também foram direcionadas para essa mudança de contexto científico que tinha por finalidade a transformação social. | - Mudança dos paradigmas da memória institucional (Rivet – transformação dos moldes institucionais). - Análise do perfil geossócio-cultural, político e temporal. | Musealização etnográfica e arqueológica. | Idéia de pertencimento à Humanidade através da origem comum (perspectiva humanista responsável pelo desenvolvimento de outras instituições e países, portanto, transformação internacional a partir da parceria e ajuda francesa). Museu: Resistência e implementação de mudanças sociais. |

* Reflexão elaborada à partir de BRUNO, M. C. O. Musealização da Arqueologia: alguns subsídios. Texto para orientandos 2007.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.



Figura 11 – Acervos do Brasil e do México no Musée de l'Homme
 Photothèque Musée de l'Homme - Col. Musée de l'Homme

A minha terrível experiência impõe-me a conclusão de que ainda é extemporâneo pensar em coisas altas, fazer concorrência ao pequeno interesse ou à orientação de pequeno porte daqueles que raciocinam dentro de estreitos âmbitos locais.

(Paulo Duarte - carta ao governador Carlos A. Carvalho Pinto - 1959).

CAPÍTULO 3

O MUSEU DO HOMEM E A REDE DE AÇÕES NA AMÉRICA LATINA

3.1 - *Desilusão Franco-Brasileira e a derrocada do projeto latino americano: O Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros*

No período do pós-guerra Duarte relatou que as dificuldades do Museu do Homem eram imensas, pois, faltava tudo, tanto na Instituição como na França inteira e o órgão estava ameaçado de parar suas atividades devido à falta de material de trabalho. Após oito anos de exílio e o enfraquecimento da ditadura militar brasileira Paulo Duarte pôde voltar ao Brasil¹⁵¹ por cinco meses e conseguiu através de amigos doações para o Museu francês. Esta prática se daria algumas vezes em período posterior quando da tentativa de manutenção das instituições brasileiras, principalmente arqueológicas, criadas pelo jornalista.

Antes da partida para o Brasil, Duarte retomou os seus trabalhos e aproximou-se de Paul Rivet através das conversas sobre o Museu do Homem, a respeito das pesquisas e até projetos individuais. Paulo Duarte comentou que:

[...] Rivet, um dia, depois do jantar, me chamou no seu gabinete naquele apartamento no alto do Palais de Chaillot, para comunicar a sua decisão de me dar uma situação estável a seu lado. Vamos fundar, disse êle, o instituto de altos estudos brasileiros, que será o paradigma de outros ligados aos principais países da América Latina, com os quais a França tem que estreitar contatos. Mas vamos fundá-lo como um departamento do Museu. Você se incumbirá de desenvolver no Museu a parte etnográfica brasileira que já é importante. Para isso

¹⁵¹ Com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, o governo federal brasileiro (Getúlio Vargas) foi obrigado a retomar o processo político democrático eleitoral, o Estado Novo terminou no final de outubro de 1945. Paulo Duarte retornou ao Brasil, mas voltou logo à França porque sua vida estava estabelecida lá (DUARTE, 1960). Em alguns documentos Paulo Duarte afirmou: “A minha primeira vinda, depois da longa ausência do exílio foi em início de 1947”. No entanto, em outra entrevista Duarte narrou que participou de todo o processo de devolução do jornal “O Estado de São Paulo” para os Mesquita em 1945. Em atas de reunião do Instituto Franco Brasileiro também há referências de viagens de Paulo Duarte ao Brasil em 1945. Provavelmente, quando o jornalista citou a volta ao Brasil em 1947 falou de um período mais longo em que ficou no país, apesar de voltar pela primeira vez em 1945. Cf. documentos: a) Unicamp – CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História – Correspondência (1960-1965) - Pasta 131 – Processo relativo ao pedido de vencimentos como diretor e professor do Instituto de Pré-História. b) Unicamp – CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricargo Guedes em 13/04/1977, pp. 3. c) Unicamp – CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História – Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros (1945 – 1951) - Pasta 276 – Ata de Reunião do Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros em 13/06/1946.

toda a galeria do subsolo e mais um grande salão ao lado do departamento da África Branca ficará a sua disposição. Assim nasceu o Institut Français des Hautes Etudes Brésiliennes, do qual fui nomeado secretário geral, sendo Rivet o presidente (Duarte, 1960: 38, grifos nossos).

A narrativa de Duarte sobre a comunicação da fundação do Instituto apontou que o interesse no Brasil decorreria da possibilidade dos estudos científicos no país colaborarem com a compreensão da América. O espaço cedido para o novo departamento e a ala de etnografia brasileira denotou a importância que Paul Rivet atribuía ao país como paradigma para o continente latino-americano, interpretação corroborada pelas várias citações de como Rivet via no Brasil um exemplo de convivência no que tangia à miscigenação. A incumbência também apontou a confiança de Rivet em Paulo Duarte para materializar as idéias que compartilhavam.

A implementação de um instituto não era idéia nova para Paul Rivet. Ele mesmo havia participado da organização do Instituto de Etnologia da Universidade de Paris cujos objetivos eram coordenar, organizar e desenvolver os estudos etnológicos, especialmente os que interessavam às colônias francesas, bem como formar pesquisadores (DUARTE, 1980: 264, (SOULIER, 2003).

Quando exilado na Colômbia, com o apoio do presidente Eduardo Santos, Rivet fundou o Instituto de Etnologia Nacional de Bogotá em 04 de julho de 1941. Apesar de fundá-lo neste momento de exílio, a idéia era anterior ao período da sua demissão e fuga do Museu do Homem. Laurière comentou que Paul Rivet ampliando o horizonte histórico da compreensão da civilização, inclusive pela teoria difusionista, valorizou os povos indígenas através dos conhecimentos e do “*knowhow*” destes grupos que deixaram como prova o seu legado material à humanidade. Tal atitude tinha por finalidade combater a prática do racismo e da incompreensão destas sociedades, portanto, a fundação do Instituto colombiano tinha por objetivo valorizar o lugar do índio no país, que até então, priorizava o passado arqueológico na tentativa de aproximação com as civilizações andinas desprezando os indígenas que faziam parte da sociedade daquele momento, ou seja, os índios das “terras baixas” (LAURIÈRE, 2007).

Cristiana Barreto confirmou esta valorização do patrimônio arqueológico na América Latina motivado, na maioria das vezes, pelo seu caráter monumental, contudo, avaliou que o resgate arqueológico nesta perspectiva teve influência no estabelecimento da identidade cultural das populações no presente (BARRETO, 1999-2000).

No entanto, como alertaram Rotman e Castells, inúmeras vezes, a instituição das identidades culturais esteve associada às questões do Estado-Nação e as formas de construção patrimonial funcionaram como recurso de unificação, fato que relacionou a seleção patrimonial com os interesses dos Estados e com a hegemonia das classes sociais. As autoras afirmaram que: “Tal fato ocorreu na maioria dos Estados latino-americanos, que sendo nações com produções culturais heterogêneas, vêm excluindo parte das mesmas, privilegiando um patrimônio cultural dominante” (RUTMAN; CASTELLS, 2007: 59). Funari complementou esta idéia ao afirmar que: “A homogeneidade é um conceito originário dos movimentos nacionalistas e capitalistas, em oposição direta a uma abordagem internacionalista. As culturas, assim como as nações, foram vistas pela ideologia burguesa como entidades homogêneas e delimitadas[...]”¹⁵², (FUNARI; OLIVEIRA, 2006: 124)¹⁵³. Desta forma, a orientação internacionalista de Paul Rivet tentava evitar a homogeneização patrimonial, bem como dirimir contendas entre povos e culturas e foi a partir desta perspectiva que Paul Rivet orientou a fundação do Instituto colombiano.

Rivet avaliava que a valorização indígena colombiano baseada na aproximação com as sociedades andinas e a ideologia indigenista não contribuía para uma nação multicultural à

¹⁵² Esta forma de compreender cultura e nação ressaltada por Funari foi identificada em texto de Herbert Baldus que afirmou que a “cultura etnológica” é: “A harmonica expressão total do sentir, pensar e querer, poder, agir e reagir de uma unidade social, expressão que nasce de uma combinação de fatores hereditários, físicos e psíquicos, com fatores coletivos morais, e que, em união como o equipamento civilizador, como por exemplo, instrumentos, armas, etc., dá á unidade social a capacidade e a independência necessárias para sustentar a luta material e espiritual pela vida” (BALDUS, 1935: 155, grifos nosso). Tal conceituação enfatizou a compreensão do caráter nacional e Baldus caracterizou as peculiaridades nacionais denotadas aos brasileiros pela transmissão cultural dos povos primitivos com o intuito de contribuição para a humanidade. Tal pensamento adequou-se às propostas modernistas de identificação do nacional a partir da valorização das especificidades locais e conseqüente contribuição para o universal a medida que Baldus afirmou: “[...] estudamos etnologia brasileira para conhecer a continuação de tais culturas no caráter nacional brasileiro” (BALDUS, 1935: 162, grifo nosso). Desta forma, o modernismo buscou justapor a integração e a mobilização através do sertanejo, símbolo de homogeneidade nacional constituído pela formação da diversidade étnica indígena, ao patrimônio colonial, ou seja, houve uma revalorização patrimonial que não evidenciou os conflitos na perspectiva de encontrar a identidade nacional ou “o caráter nacional brasileiro” justapondo as manifestações culturais nacionais indígenas às coloniais.

Paul Rivet também tentou esta justaposição patrimonial na perspectiva de valorização de outros povos e culturas, sem, contudo, menosprezar, lesar ou favorecer qualquer herança cultural, fossem elas, espanhola, crioula ou indígena (LAURIÈRE, 2007). O conceito de cultura etnológica definido por Baldus encontrou similaridade no conceito de cultura arqueológica definido por Funari no âmbito do contexto nacionalista como: “Complexos materiais, fechados e homogêneos são interpretados como o produto de grupos do passado porque, se diz, dentro de tais grupos as pessoas compartilham um conjunto de normas prescritivas de comportamento que eram aprendidas na mais tenra idade e, por isso, produziam uma cultura comum”.

Texto original: “Complejos materiales cerrados y homogéneos son interpretados como el producto de grupos del pasado porque, se dice, dentro de tales grupos las personas compartían un conjunto de normas prescritivas de comportamiento que eran aprendidas en la más tierna edad y, por lo tanto, producían una cultura común (FUNARI, 2006: 124).

¹⁵³ Texto original: “La homogeneidad es un concepto originario de los movimientos nacionalistas y capitalistas, en oposición directa a un abordaje internacionalista. Las cultura, así como las naciones, fueron vistas por la ideología burguesa como entidades homogéneas y delimitadas [...]”.

medida que na primeira hipótese havia a valoração apenas das sociedades dos Andes e nenhuma aproximação com os indígenas vivos e no segundo caso, não existia um programa de interferência na realidade dos nativos, pois, a ideologia indiginista procurou uma melhor integração dos autóctones à sociedade aproximando-o do camponês sem levar em conta suas especificidades culturais¹⁵⁴ (LAURIÈRE, 2007).

Com o fito de mudar esta situação, a implantação do Instituto de Etnografia Nacional de Bogotá teria por objetivo, portanto, o ensino da etnologia geral, americana e colombiana formando pessoal capacitado para trabalho de campo, investigação etnológica de todo o território nacional, a publicação de trabalhos, o desenvolvimento da solidariedade entre os povos, especificamente no âmbito da sociedade colombiana como uma forma de combater o racismo e o complexo de inferioridade destes povos, sentimento corroborado pelo discurso de que o atraso do país devia-se a tais populações, principalmente, pela anarquia física (LAURIÈRE, 2007).

A relação estabelecida entre o atraso da nação e a existência indígena não foi exclusividade colombiana. No Brasil era expressão constante nos discursos naturalistas do século XIX, inclusive no caso de Hermann von Ihering, quando a ele foi atribuída a idéia de defesa do extermínio dos indígenas que atravancavam o progresso, bem como nos textos de Silvio Romero que destacaram em vários momentos a inaptidão do povo brasileiro devido à história, raça e cultura afirmando que: “O povo brasileiro, pelo seu estado de cultura, por seus antecedentes étnicos e históricos, por sua educação, por seu caráter, por suas tendências, não era e nem é apto para esse federalismo que lhe coseram aos ombros” (ROMERO, 1911: 132).

Na Colômbia, as primeiras expedições de campo organizadas pelo Instituto ocorreram nos anos de 1941 e 1942 e neste período, houve o enriquecimento das coleções etnológicas e arqueológicas¹⁵⁵ do país. Ao deixar a região em 1943, quando do término do seu contrato,

¹⁵⁴ Laurière avaliou que este posicionamento de Paul Rivet seria interpretado principalmente pelos indiginistas como uma neutralidade política que não levava em conta a marginalidade social que se encontravam as populações indígenas. Para Langebaek a influência de Paul Rivet e da escola boasina reforçou o paradigma dos estudos arqueológicos calcados na corrente teórica histórico-cultural predominante na arqueologia colombiana contribuindo para a ausência do desenvolvimento da arqueologia marxista no país. Contudo, para o autor, a presença de Rivet também cooperou com o distanciamento das idéias racistas que poderiam engendrar-se no discurso histórico-cultural (Laurière, 2007; Langebaek, 2006). O histórico do desenvolvimento das correntes teóricas arqueológicas foi tratado de forma mais detalhada na conclusão desta dissertação.

¹⁵⁵ Para Paul Rivet a perspectiva do patrimônio arqueológico seguiria as idéias de Marcel Mauss que orientava “recolher” os documentos etnográficos que representassem “[...] sobretudo as manifestações médias de uma cultura antes que as suas manifestações prodigiosas ou marginais (grosseiramente, colher antes que a jóia), a distinção entre a parte superior e a parte inferior da cultura é abandonada; tudo, numa cultura, merece ser recolhido e passa a ser ‘documento’ (DEBAENE, 2002). Artigo disponível em URL: <http://revuelabyrinth.org/document1209.html>. Consultado em 28 de agosto de 2007.

Rivet não acreditava mais no sucesso da instituição colombiana pela exigüidade de pessoas interessadas na etnografia e pela falta de recursos. Rivet alertava para a necessidade de que os estudiosos capacitados não se perdessem em atividades de ensino e trabalhassem em campo. Toda a situação do Instituto havia piorado com a saída do ex-presidente Eduardo Santos do país, o governante possibilitara a implantação do órgão por Rivet. Para o adequado funcionamento do instituto colombiano, o americanista também havia pensado em uma rede de museus regionais e institutos “satélites”. Ao tentar sanar a deficiência orçamentária, antes de sua saída, Rivet propôs a fusão do Serviço de Arqueologia Nacional e o Instituto Etnológico colombiano. No entanto, segundo Laurière, Paul Rivet priorizou a etnografia. A autora afirmou que no relatório final sobre os dois anos de funcionamento do Instituto, o americanista ressaltou que a investigação arqueológica viria apenas em segundo lugar, porque era menos prioritária: as pedras e os esqueletos poderiam esperar (LAURIÈRE, 2007).

Esta informação é interessante, pois se sabe que Rivet deu total apoio às pesquisas pré-históricas no Brasil e sempre nas suas proposições denotou grande importância aos conhecimentos arqueológicos, os quais possibilitavam a compreensão do Homem através de suas realizações passadas. Contudo, na prática das suas atividades estes estudos estavam associados aos etnográficos, lingüísticos, antropológicos entre outros. A constatação de Laurière permitiu compreender que a ação de Paul Rivet também se adequou às peculiaridades locais. No caso da Colômbia interessava mais urgentemente as pesquisas etnográficas, que dariam maiores frutos àquele tipo de realidade retirando o foco da arqueologia monumental, a qual foi destacada por carta de Gerardo Reichel- Dolmatoff a Rivet como um tipo de pesquisa ligada ao prestígio científico, orgulho da nação colombiana pela suntuosidade dos grandes arquitetos pré-históricos e dos preciosos objetos de ouro que figurariam com maior esplendor nas vitrinas de um museu¹⁵⁶.

Em contrapartida, no Brasil, o apoio de Rivet a Paulo Duarte centrou esforços nos estudos pré-históricos que não podiam esperar devido à destruição dos sítios arqueológicos. Herbert Baldus abordou o interesse “[...] que Rivet sempre mostrou pela pré-história deste país, seja publicando, já em 1908, um trabalho referente a ‘race de Lagoa Santa’, seja colaborando, até os últimos anos, com Paulo Duarte na organização sistemática da pesquisa

Texto original: « [...] surtout les manifestations moyennes d’une culture plutôt que ses manifestations monstrueuses ou marginales (grossièrement, la cuiller plutôt que le bijou), la distinction entre le haut et le bas de la culture est abandonnée ; tout, dans une culture, mérite d’être recueilli et de devenir « document ».

¹⁵⁶ Carta de Gerardo Reichel- Dolmatoff a Paul Rivet em 01/09/1944 - Fundos Rivet, arquivos BMH, 2 AP 1 C. Citada por Christine Laurière, « Paul Rivet (1876-1958), Le savant et le politique », *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Número 7 – 2007. Artigo disponível em URL: <http://nuevomundo.revues.org/document3365.html>. Consultado em 28 de agosto de 2007.

sôbre os sambaquis [...]”(BALDUS, 1958: 469). Herbert Baldus também citou a participação e o papel desempenhado por Rivet como presidente no XXX Congresso dos Americanistas em 1954, na cidade de São Paulo, onde a ajuda do cientista francês foi fundamental para a efetivação da escavação de um sambaqui no litoral paulista, cujos resultados das pesquisas foram apresentados no Congresso. Luis A. León também chamou a atenção para o fato de que vários campos do saber foram valorizados e utilizados por Rivet: “Nas suas mãos a paleontologia, a arqueologia, a etnologia, a lingüística, as ciências biológicas e ainda a medicina tem entrado [nos estudos da origem] em função do homem americano”¹⁵⁷ e complementou abordando a importância destas pesquisas para a formação de coleções que “[...] procedentes do Equador, do Peru e de outros países da América foram adquiridas graças às gestões do doutor Rivet [...]”¹⁵⁸. O autor ressaltou ainda que as coleções enviadas para o antigo Museu do Trocadero demonstraram “[...]ricas e valiosas manifestações da cultura do homem americano¹⁵⁹” (LÉON, 1958: 306). Adolfo de Hastos abordou a importância dos pesquisadores europeus e norte-americanos na exploração do passado da América Latina salientando os serviços de Paul Rivet neste campo (HASTOS, 1958: 93, grifo nosso).

No caso da Colômbia a proposta do Instituto perdeu o sentido com o novo governo de Laureano Gomes que enfatizava a culpa das populações autóctones pelo atraso do país¹⁶⁰. Após a saída da Colômbia, Rivet fundou o Instituto Francês da América Latina no México em 1943. De caráter diferenciado dos institutos etnográficos, os institutos de altos estudos franceses em parceria com outros países visavam estudos em qualquer campo do saber, inclusive o etnográfico, sobre o passado ou atualidade, e não estavam ligados especificamente à etnografia ou áreas desenvolvidas no âmbito das pesquisas etnográficas como a lingüística, a arqueologia entre outras. O Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros caracterizou-se pelo conhecimento cultural e científico amplo, inclusive o pré-histórico no horizonte do etnográfico.

Além dos institutos, empreendimentos como as expedições etnológicas também concorreram para a exploração científica de vários países latino-americanos. No período de

¹⁵⁷ Texto original: “En sus manos la paleontología, la arqueología, la etnología, la lingüística, las ciencias biológicas y aún la medicina han entrado en función del hombre americano”.

¹⁵⁸ Texto original: “[...] procedentes del Ecuador, del Peru y de otros países de América fueron adquiridos gracias a las gestiones del doctor Rivet [...]”.

¹⁵⁹ Texto original: “[...] ricas y valiosas manifestaciones de la cultura del hombre americano”.

¹⁶⁰ Para maiores informações sobre o contexto de derrocada do Instituto de Etnografia Nacional de Bogotá consultar Christine Laurière, « Paul Rivet (1876-1958), Le savant et le politique », *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Número 7 – 2007. Artigo disponível em URL: <http://nuevomundo.revues.org/document3365.html>. Consultado em 28 de agosto de 2007 ou LAURIÈRE, Christine. *Paul Rivet (1876-1958), Le savant et le politique*. Tese de doutorado apresentada à École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2006.

1947 a 1952, Henry Reichlen participou da missão etnológica francesa no Peru organizada por Paul Rivet. Em 1940 Reichlen era responsável, temporário, pelo departamento de América Latina do Museu do Homem e conservou o cargo até 1947. Durante este período reinstalou as salas de exposição da América, da Oceania e dos povos árticos, bem como reorganizou as coleções arqueológicas do Peru, pertencentes ao departamento que era responsável (FAUVET-BERTHELOT, 2001).

No caso brasileiro, as expedições etnográficas promovidas por Levy-Strauss e Vellard ocorreram em parceria com a França desde o tempo do Departamento de Cultura e com a colaboração do mesmo órgão. Segundo Duarte, Paul Rivet revelou como lhe interessava a união com o Brasil para a promoção destas missões:

Uma coisa que, a meu ver, produziria excelentes frutos, dizia ele, seria uma colaboração permanente entre o Brasil e a França, por exemplo. Facílma de ser organizada já sob a forma de missões mistas como foi a missão Lévi-Strauss-Veillard¹⁶¹ [sic] tão bem compreendida pelos estudiosos do Departamento de Cultura de São Paulo, já pelo envio regular de um pesquisador francês que, sob a direção de especialistas brasileiros iria colher elementos para uma tese, numa população indígena determinada de comum acordo com o Museu do Homem. Essa colaboração existe, desde há dez anos, com o México. Nem pode calcular o êxito dela; e ia ser estabelecida nas mesmas bases com a Colômbia se a guerra não estalasse. Apenas um atraso de ano, penso eu pois espero vê-la funcionar em 1941. Por que não se tentar ligação semelhante com o Brasil onde o interesse etnográfico é tão grande? (DUARTE, 1980: 265, grifos nossos).

A partir das afirmações de Rivet foi possível perceber como o Museu do Homem estabeleceu parcerias de pesquisas etnográficas em vários países da América Latina (Fig.12) desde a década de 1930, inclusive na Colômbia e no México, onde havia um projeto de colaboração em missões mistas que em face da Segunda Guerra ganharam maior dimensão devido à acolhida do americanista resultando na fundação dos Institutos já aqui mencionados. O número de visitas que Rivet fez a estes dois países até 1948 tornando esses territórios os mais visitados da América Latina neste período confirmaram este planejamento científico¹⁶².

Essas informações também sustentaram os argumentos apresentados no editorial de 05/07/1947 do “El Tiempo”, de Bogotá, o qual abordou “[...] o lucro que a guerra trouxera aos países americanos permitindo que sábios e professôres viessem como portadores de cultura e

¹⁶¹ Conforme Duarte, Jean Vellard também pesquisou a região paraguaio-argentina para estudo dos Guaiaguais (DUARTE, 1970: 379). No caso da missão brasileira empreendida por Lévi-Strauss com o auxílio do Departamento de Cultura, Duarte afirmou que a coleção doada para São Paulo desapareceu após a saída dos seus organizadores da Instituição e que o prefeito ligado ao Estado Novo assinou um despacho afirmando que: “[...] dora em diante, a Prefeitura só poderá interessar-se por etnologia municipal!” (DUARTE, 1970: 379-380).

¹⁶² Cf. dados que constam da Tabela 4, a seguir.

grandeza intelectual [...]” (DUARTE, 1960: 22). Para Paulo Duarte, “Infelizmente o Brasil não pensou assim. Os seus governantes preferiram vender vistos de entrada de modo que a seleção se fêz pelo dinheiro e não pelo saber” (DUARTE, 1960: 22).



Figura 12 – Sala de exposição com acervos da América Latina – Musée de l’Homme
Photothèque Musée de l’Homme - Col. Musée de l’Homme

TABELA 4*
MISSÕES DE PAUL RIVET NA AMÉRICA LATINA (1901 A 1955)

| | Visitas realizadas nos anos de referência | | | | | | | | | | | | | | Total de visitas |
|--------------------------|---|------|------|------|------|------|-----------|-----------|------------------------------------|------|------|------|------------------------------------|------|------------------|
| | 1901-1906 | 1928 | 1929 | 1930 | 1938 | 1939 | 1941-1943 | 1943-1944 | 1947 | 1948 | 1951 | 1952 | 1954 | 1955 | |
| Países da América Latina | | | | | | | | | | | | | | | |
| Antilhas | | | | | 1 | | | | | | | | | | 1 |
| Argentina | | | | | | 1 | | | | | | | | | 1 |
| Bolívia | | | | | | 1 | | | | | 1 | | 1 | | 3 |
| Brasil | | 1 | | | | 1 | | | | | 1 | 1 | 1 (Congresso dos Americanistas) | | 5 |
| Chile | | | | | | | | | | | | 1 | 1 | | 2 |
| Colômbia | | | | | 1 | | 1 | | | 1 | | | | | 3 |
| Costa Rica | | | | | | | | | | | | | | 1 | 1 |
| Cuba | | | | | | | | | | | 1 | | | | 1 |
| El Salvador | | | | 1 | | | | | | | | | | | 1 |
| Equador | 1 | | | | | | | | | | 1 | 1 | | | 3 |
| Guatemala | | | | 1 | | | | | | | 1 | 1 | | | 3 |
| Honduras | | | | | | | | | | | | 1 | | 1 | 2 |
| México | | | 1 | 1 | 1 | | | 1 | 1 (Conferência Geral da Unesco) | | 1 | 1 | | 1 | 8 |
| Panamá | | | | | | | | | | | 1 | | | | 1 |
| Peru | 1 (1906) | | | | | 1 | | | | | 1 | 1 | | | 3 |
| Uruguai | | | | | | | | | | | | | 1 (Conferência Geral da Unesco) | | 1 |

* Tabela elaborada a partir de dados constantes da obra *Miscellanea Paul Rivet, Octogenario Dicata*, Vol.1, pp.LIV-LV.

As análises dos dados das missões de Paul Rivet à América Latina¹⁶³, a partir dos anos 50, demonstraram que o cientista viajou para países que até então não havia visitado ou retornou às localidades pelas quais passou no período de 1906 a 1948, aumentando e concentrando o número das viagens realizadas pela América. Esta prática foi verificada em missões efetuadas na Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Cuba, Equador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Peru e Uruguai. Além do interesse político, não se pode descartar o interesse científico à medida que o pesquisador francês tentou estabelecer amplas relações a partir das características arqueológicas que uniam zonas de ocupação com técnicas primitivas que poderiam correlacionar-se. Conforme destacou Lines a:

Costa Rica pertence segundo a mais moderna classificação arqueológica, ao complexo metalúrgico que inclui nosso próprio país com os vizinhos Panamá, Colômbia e Equador. Os metais usados nesta subdivisão são o ouro, o cobre e ligas de ouro e cobre, ou seja, a já designada, desde os tempos hispânicos de “tumbaga”. A tipologia dos objetos desta ampla zona metalúrgica guarda certa coesão morfológica, com técnicas e metais idênticos (LINES, 1958: 574, grifos nosso).

Assim, as missões realizadas à Costa Rica, ao Panamá e ao Equador não se configuram somente como coincidência política. As viagens apresentaram, sobretudo, uma compreensão arqueológica da região. O interesse científico desta parte do globo terrestre foi ressaltado por Bosch-Gimpera quando chamou a atenção para a necessidade do conhecimento dos sambaquis do território latino-americano:

Quando conhecermos melhor a evolução das culturas primitivas americanas e sua cronologia nas distintas regiões, como o conjunto de suas misturas será acaso possível uma explicação satisfatória do mosaico de povos americanos já complicado desde o princípio. Para ele [Paul Rivet] é preciso acorrer aos resultados de arqueólogos, antropólogos, etnólogos e lingüistas. Somente quando puderem coordenar seus resultados se chegará a uma solução (BOSCH-GIMPERA, 1958: 72, grifos nosso).

O mesmo autor em publicação dos II Encontros Intelectuais de São Paulo em 1964 ressaltou a importância de países como Chile, Brasil, Colômbia, Guianas e Venezuela para o estudo dos sambaquis (BOSCH-GIMPERA, 1964: 116). Parece curioso, que dentre as regiões evidenciadas por BOSCH-GIMPERA, somente o Chile e Brasil receberam a visita do

¹⁶³ Idem.

americanista nos anos 50. As pesquisas aprofundadas e posteriormente efetuadas nos sambaquis destes lugares desenvolveram-se com o apoio de Paul Rivet e realizaram-se através do trabalho do arqueólogo Joseph Emperaire indicado pelo próprio cientista francês. Paul Rivet acrescentou à esta lista de países importantes para as pesquisas arqueológicas relacionadas aos sítios sambaquieiros o Uruguai, que recebeu o americanista em 1954.

No ano seguinte, Paul Rivet comentou com Duarte seus planos de pesquisa para estas três regiões (Brasil, Chile e Uruguai):

Acho que Emperaire e sua mulher, depois do Brasil poderão prosseguir as suas pesquisas no Uruguai e no Chile, onde também existem sambaquis a serem explorados. A meu ver sua missão duraria vários anos, por conta do governo francês, com auxílio dos governos americanos, o que seria sobretudo um apoio moral e uma colaboração que desejo tão estreita quanto possível com os cientistas de cada país interessado. Parece-me que foi sempre assim que apresentei o meu plano e creio que você estará de acôrdo¹⁶⁴ (DUARTE, 1960: 107, grifo nosso).

Portanto, além de políticas as visitas sucedidas não se abstiveram do caráter científico. Cabe aqui ressaltar que mesmo após a saída do Museu do Homem, Rivet ainda tinha grande influência política, principalmente, por ter abraçado a causa do governo francês em relação à Argélia, tal fato levava inclusive à possibilidade de financiamento francês para as pesquisas na América Latina. Paul Rivet conhecia as dificuldades econômicas da região e pretendia que o apoio dos governos americanos fosse mais de caráter moral do que monetário.

Os países latino-americanos mais visitados nesta segunda fase¹⁶⁵ de viagens realizadas por Paul Rivet foram México e Brasil. No primeiro caso, a aproximação deve-se a longa trajetória de colaboração entre o país e o americanista na execução dos trabalhos científicos e culturais, bem como o seu exílio neste local culminando com a fundação do Instituto Francês da América Latina. Desde 1929, as ausências de Paul Rivet detectadas nas visitas constates ao México corresponderam ao período de reformulação do Museu do Homem, as dificuldades enfrentadas pela II Guerra e os problemas em face da sua aposentadoria. Com exceção destas fases, quase que anualmente, foram realizadas missões de Paul Rivet àquele país, o americanista ressaltou os resultados positivos dos empreendimentos culturais no México. Em

¹⁶⁴ Carta de Paul Rivet a Paulo Duarte em 08/06/1955 publicada na obra acima citada.

¹⁶⁵ Cf. tabela 4 dividi as Missões de Paul Rivet à América Latina em dois blocos. O primeiro compreendeu o período de 1901 a 1948 enquanto que o segundo encontra-se delimitado pelas barreiras cronológicas estabelecidas entre 1951 a 1955. O primeiro conjunto de viagens correlaciona-se com as atividades científicas do americanista anteriores e no âmbito da Segunda Guerra Mundial, enquanto que o segundo bloco foi pautado pelo período Pós-guerra, por suas relações políticas e pela saída do Museu do Homem desde 1950.

relação ao Brasil, apesar de visitas anteriores foi a partir dos anos 50 que o cientista retornou ao país por mais vezes. A aproximação entre Rivet e Paulo Duarte no Museu do Homem encetou projetos que iniciados no Brasil serviriam de paradigma para a América Latina. A amizade com Duarte também explicou o número de viagens ao território brasileiro, em 1956, Rivet passou rapidamente pelo Brasil com a única finalidade de visitar o amigo Paulo Duarte.

As relações firmadas por Rivet no México e no Brasil estabeleceriam uma proximidade científica entre estes países, mesmo após a morte do americanista. Os eventos realizados por Paulo Duarte contaram com a participação e apoio de cientistas mexicanos como Pedro Bosch-Gimpera, Juan Comas e Eusébio Dávalos-Hurtado que seguiram linhas de pesquisas arqueológicas voltadas para a compreensão da origem do homem americano. A importância que Rivet delegou a esses dois países na busca de respostas sobre as origens foi o fator que levou Bosch-Gimpera a afirmar que o: “[...] inolvidável Paul Rivet, cujo espírito está sempre presente, quando se trata de americanismo, e especialmente quando se está no Brasil e no México[...] (II Encontros..., 1964: 29)”.

Neste período, alguns países latino-americanos não fizeram parte do roteiro científico e político realizado por Paul Rivet. A ausência do americanista, por exemplo, em território colombiano chamou a atenção devido às várias alusões à sua importância no contexto dos estudos do “complexo metalúrgico” citado por Lines, bem como nas pesquisas sambaqueiras referenciadas por BOSCH-GIMPERA. No primeiro momento, as tentativas não tão bem sucedidas de valorização da pesquisa etnográfica com o Instituto Etnológico Colombiano, no tempo do exílio do americanista, talvez pudessem explicar a causa provável da falta do interesse de Rivet nas visitas ao país, no entanto, além da Colômbia outros lugares citados como importantes para os estudos arqueológicos como Venezuela e Argentina também não receberam o cientista nos anos 50. As questões políticas destes países explicam a ausência de Rivet. Compostas por governos ditatoriais, simpatizantes do nazi-facismo e alternâncias de golpes militares foram os motivos que fizeram com que tais nações não possibilitassem, naquele momento, a pesquisa arqueológica compreendida no plano científico humanista de Paul Rivet. No entanto, esse quadro no início dos anos 60 apontou para um contexto inicial de mudanças onde se reconhecia, pelo menos, a importância dos sítios pré-históricos de caráter diferenciado daqueles ligados à arqueologia monumental. Nos II Encontros Intelectuais de São Paulo, Bosch Gimpera, na sessão plenária do dia 22/08/1961, em sua comunicação sobre “A Pré-História e as Origens do Homem Americano” abordou as várias tipologias dos sítios

arqueológicos e a diversidade das culturas pré-históricas em inúmeras regiões da América Latina e apesar de ressaltar a incapacidade de conhecimentos amplos a respeito de muitos destes locais demonstrou que os países já tinham a dimensão da importância dos diferenciados tipos de estudos para o conhecimento das Origens do Homem Americano (BOSCH-GIMPERA, 1964). Essa consciência levou Duarte a afirmar que:

Todos os países cultos do mundo, desde muito antes da primeira guerra dão uma atenção especial as jazidas pré-históricas porventura existentes em seus territórios. Mesmo na América do Sul, só não cogitaram disso, com exceção do Brasil, aqueles onde não existem jazidas prehistoricas conhecidas.

Assim as nações da América Central, sem exceção, a Colômbia, a Venezuela, o Peru, o Equador, o Chile, a Argentina, todos, possuem serviços especializados com amparo numa legislação eficiente e severa que permite a preservação, a defesa e a pesquisa científica dos depósitos arqueológicos [...]

Só a Bolívia faz par com o Brasil pelo desinteresse e indiferença com que permite a destruição dessas jazidas preciosas e insubstituíveis pelo vandalismo comercial que não respeita nada¹⁶⁶.

Desta forma, como apontou Duarte, as regiões latino-americanas de uma forma geral, pelo menos, tinham legislações que permitiam a defesa dos sítios. Contudo, a legislação preservacionista destes países não impediu os equívocos ocorridos na pesquisa:

A indiferença dos governos faz com que todo conhecimento neste campo seja superficial. Além disso, os pesquisadores sul-americanos são patriotas e fantasistas demais; o autodidatismo, a vaidade e o patriotismo atrapalhará muitíssimo a ciência sul-americana. E um pouco também a norte americana, pois muitos pesquisadores dos Estados Unidos fazem questão de ignorar tudo quanto se tem feito na Europa no campo americanista com referência ao sul. A prova mais notável é o que se passou com Ameghiano, cujo nativismo o levou a afirmar que o homem tivera origem ali por perto de Buenos Aires.

Quanto aos norte-americanos, Rivet, pouco antes de sua morte na última edição de 'Origens do Homem Americano', protestou contra a omissão da contribuição européia, importantíssima, esplendida, mas que se procura silenciar nos Estados Unidos. Passando-se por cima dessas bobagens e ainda com a colaboração do carbono 14, a verdade aparece aos poucos¹⁶⁷.

¹⁶⁶ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 4 – sub-pasta: IPH – Especiais. Texto de Duarte abordando a necessidade de uma legislação preservacionista nacional.

¹⁶⁷ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: (curso 1960) - Pasta 285 – Recorte de jornal com a reportagem: Introdução a Pré-História geral – O homem dos sambaquis teria sido destruído por um invasor mais avançado. Folha de São Paulo, São Paulo, 19/11/1960.

Neste contexto, a tentativa de implantação por Paulo Duarte de uma arqueologia humanista e universalista, em contraposição, aos nacionalismos despontaria quase que como uma exceção em um quadro sul-americano voltado muitas vezes para um modelo de arqueologia norte-americana, fato que corroborava a expectativa de Rivet de transformar o Brasil em paradigma para os estudos das origens calcado no direcionamento universalista proposto pelo americanista francês. A intenção do desenvolvimento de tal viés arqueológico por Duarte não impediu que várias regiões brasileiras seguissem a linha norte-americana de pesquisa arqueológica através da implantação do Projeto Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) instituído pela parceria entre o SPHAN e o Smithsonian Institution (PROUS, 1992; FUNARI, 1994).

Ao voltar o foco de análise para o caso brasileiro no período inicial das pesquisas, verificou-se que o histórico da parceria entre França e Brasil remontou a 1935 com as missões mistas brasileiras desenvolvidas por Levi-Strauss. O aluno de Rivet já defendia para a Universidade de São Paulo, fundada em 1934, a criação de um Instituto de Antropologia Física e Cultural.

Levi-Strauss abordou a necessidade da vinculação do Instituto à Universidade justificando a reciprocidade que se poderia estabelecer entre estas instituições, bem como a especificidade de cada uma delas¹⁶⁸. Para Claude Levi-Strauss o Instituto com base nas experiências francesas seria organizado para abranger conhecimentos específicos, interdisciplinares e de caráter técnico, os quais não existiriam nos departamentos da Universidade onde os estudos estariam ordenados em conjuntos mais gerais da disciplina e voltados para o ensino, enquanto que os institutos se responsabilizariam pelo progresso científico provendo a necessidade de novos cursos e disciplinas, demasiado técnicos ou especializados. O Instituto também teria por fim preparar especialista e jovens pesquisadores e revelar-se um órgão de pesquisa (LEVI-STRAUSS, 1935: 247-263).

As idéias de Levi-Strauss para o Instituto de Antropologia Física e Cultural eram as idéias de Paul Rivet, Marcel Mauss e Lucien Lévy Bruhl implantadas no Instituto de Etnologia da França e seriam sobre estes pilares que Paulo Duarte implantaria e tentaria sustentar o Instituto de Pré-História¹⁶⁹ fundado no final dos anos 50 no Brasil. No momento da proposta de um Instituto de Antropologia Física e Cultural, Claude Levi-Strauss já

¹⁶⁸ Para maiores detalhes ver: LEVI-STRAUSS, Claude. Em prol de Instituto de Antropologia Física e Cultural. IN: Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. São Paulo, 1935, vol. XVIII. Ano II.

¹⁶⁹ Assunto desenvolvido no capítulo 4 desta dissertação.

explicava o sistema de funcionamento do Instituto de Antropologia com exemplos voltados tanto para a Arqueologia como para a Lingüística. O próprio Instituto orientaria os alunos para os departamentos que apresentassem cursos mais generalizados e proporia novos cursos de caráter mais técnico, como: “[...] Geologia e a Paleontologia Quaternárias, a Prehistória comparada, a psico-fisiologia comparada do homem com a do macaco, etc...” (LEVI-STRAUSS, 1935: 251).

Portanto, as convergências destas mentalidades, no que tange à pesquisa e à organização das instituições, levaram à implantação do Instituto de Altos Estudos Brasileiros na França em 28 de julho de 1945. Ainda em Lisboa, durante o exílio, Duarte escreveu a Paul Rivet informando a sua pretensão de colocar em prática uma velha idéia: a execução de um instituto de estudos brasileiros em Paris e quiçá no Museu do Homem. O jornalista confessou que Levi-Strauss sabia dessa aspiração também conhecida por Laugier e Bonnet¹⁷⁰.

Desta forma o desejo de Paulo Duarte conjugado aos anseios de Rivet levou à materialização da Instituição¹⁷¹. No discurso de inauguração, o americanista abordou o motivo da criação do Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros calcado na perspectiva do conhecimento mútuo de ambos os países, principalmente, o do Brasil pela França. Para Rivet poucas pessoas na Europa estudavam as repúblicas americanas e especificamente o Brasil. A idéia geral era de que um continente novo não era complexo e o americanista ressaltou o caráter multifacetário do país a partir da perspectiva étnica, cultural, econômica e social. Ao narrar sobre a relação histórica entre Brasil e França, Rivet alertou que não só o passado do Brasil despertava interesse, mas também o seu futuro, pois, tanto no Brasil como na maior parte dos países latino-americanos constituíam-se elementos étnicos originais advindos da

¹⁷⁰ A idéia de que o Instituto franco-brasileiro partiu da sugestão de Duarte está presente na carta de 11/07/1944 publicada em (DUARTE, 1960: 35). Em correspondência de Paulo Duarte a Mário Guimarães em 27/12/52, o intelectual afirmou que: “[...] levado apenas pelo amor que tenho à cultura francesa e à minha terra, consegui que o governo francês fundasse um Instituto de Cultura brasileira em Paris”. Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História – Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros (1945-1953) - Pasta 278 – Carta de Paulo Duarte a Mário Guimarães em 27/12/52.

A proposta era compartilhada com companheiros do Museu do Homem entre eles Laugier que participou da fundação do Instituto franco-brasileiro como Diretor Geral do Serviço de Relações Culturais e posteriormente, representou a França na Unesco e Georges Etienne Bonnet que foi do Partido Radical Socialista, participou da oposição nazista e tinha formação em ciência política na Sourbonne (Duarte, 1960).

¹⁷¹ Paulo Duarte narrou que na solenidade de inauguração apareceram representantes das organizações de alta cultura: Sorbonne, Instituto de Etnologia da França, Collège de France, Museum d’Histoire Naturelle e Louvre (DUARTE, 1960: 38).

mistura entre negros, índios e brancos e a partir desta miscigenação apareceria um novo tipo físico e uma cultura original. A etnologia era atraída por estas características no Brasil¹⁷².

O presidente do Instituto também falou sobre a importância que a França exerceu culturalmente nos povos da América e que o Instituto pretendia abrir suas portas para os melhores estudantes brasileiros de todas as classes sociais e não somente a classe privilegiada, desta forma se objetivaria a ampliação de bolsas de estudo. Desejava-se implantar um programa amplo de difusão cultural onde os trabalhos de escritores, artistas, mestres, de qualquer especialidade, seriam expostos e haveria divulgação da língua portuguesa quer em traduções ou publicações do pensamento brasileiro em variados domínios do saber¹⁷³.

O contraponto também seria a meta, Rivet queria enviar estudantes franceses ao Brasil para a realização de teses em diversos aspectos da vida brasileira, bem como mestres franceses que colaborassem de forma duradoura com os mestres do pensamento brasileiro e por fim, colocar à disposição popular produções de qualidade e de vários campos do saber, cuja realização poderia pertencer aos cientistas, artistas, escritores, médicos e pesquisadores franceses¹⁷⁴.

Cabe ressaltar que as atividades realizadas no Instituto também visavam a popularização da cultura, ou seja, o acesso da população à produção científica e cultural, principalmente, o produto da cultura francesa, que até então encontrava-se restrito às classes abastadas. Essa tônica apareceu de forma constante tanto nas ações de Paul Rivet como nas de Paulo Duarte. Em relação a Rivet surgiu, primeiramente, na reformulação do Museu de Etnografia do Trocadero e no caso de Paulo Duarte nas empreitadas desenvolvidas com Mário de Andrade no Departamento de Cultura enfatizando as responsabilidades científica e cultural em prol das sociedades. Estes aspectos marcaram mais uma vez a aproximação das mentalidades destes intelectuais, bem como apontaram o direcionamento estabelecido por estes estudiosos para a mudança da realidade aplicando a “teoria da ação”¹⁷⁵.

¹⁷² Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros (1945-1951) – Pasta 276 - Publicação sobre a sessão inaugural do Institut Français Des Hautes Études Brésiliennes – 28/07/1945.

¹⁷³ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros (1945-1951) – Pasta 276 - Publicação sobre a sessão inaugural do Institut Français Des Hautes Études Brésiliennes – 28/07/1945.

¹⁷⁴ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros (1945-1951) – Pasta 276 - Publicação sobre a sessão inaugural do Institut Français Des Hautes Études Brésiliennes – 28/07/1945.

¹⁷⁵ Expressão utilizada por JAMIM (1993: 165) que abordou que muitas vezes as ações em prol da popularização e integração científicas e culturais tinham uma caráter hegemônico principalmente ao que se refere as colônias francesas.

Também vale lembrar que o instituto franco-brasileiro voltado para a cultura em geral recebeu de Rivet, conjugando os trabalhos, uma galeria no Museu do Homem. Esta seção brasileira de etnografia permitiria a exposição de acervos etnográficos e arqueológicos brasileiros.

Paulo Duarte como secretário geral do Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros impulsionou várias atividades com o fito de conseguir realizar os objetivos estabelecidos nos estatutos da Instituição, inclusive com a colaboração de brasileiros. Entre os anos de 1945 a 1949, Duarte empreendeu três viagens ao Brasil e trabalhou nos dois países em prol do Instituto, bem como continuou como redator chefe do jornal “O Estado de São Paulo¹⁷⁶” até 1950, mas afirmou que desde 1946 deixou claro para Julio de Mesquita Filho que “[...] não pensava mais em voltar trabalhar à noite, porque eu estou orientado noutro campo, no Museu do Homem. Eu precisava aproveitar meu tempo na Antropologia, e não mais no jornalismo”¹⁷⁷. Neste período também traduziu para o português o livro “Lês Origines de l’Homme Americaine” (DUARTE, 1960; HAYASHI, 2001).

A partir deste momento, o jornalista transformara-se em “estudioso de Antropologia da América Latina”¹⁷⁸, mais especificamente e no âmbito dos estudos antropológicos, em pré-historiador.

Os trabalhos no Instituto começaram com a organização de pessoal¹⁷⁹ e posteriormente, Paulo Duarte tentou conseguir com amigos e órgãos governamentais brasileiros, de várias instâncias, ajuda financeira e doações. Pressupunha-se a instalação de algumas seções como as de Literatura, História e Geografia, Artes, Ciências Matemáticas e

¹⁷⁶ A partir de 1940 a redação do jornal “O Estado de São Paulo” foi tomada pelo governo de Getúlio Vargas e devolvida somente em 1945 após negociações que contaram com a participação de Paulo Duarte ajudando os Mesquita na recuperação do jornal. Para maiores detalhes ver: (HAYASHI, 2001:25-26) ou documento encontrado em Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricargo Guedes em 13/04/1977, pp.9.

¹⁷⁷ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricargo Guedes em 13/04/1977, pp.9.

¹⁷⁸ Cf. carta direcionada ao editor do livro de Marcellin Boule em 25/11/1952. (Duarte, 1960: 76).

¹⁷⁹ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Museu do Homem da França (1944-1947) – Pasta 275 – sub-pasta: Instituto (1945-1946) - Carta de Paulo Duarte (Secretário Geral do Instituto de Altos Estudos Brasileiros) à Yolanda Leite em 12/08/1945.

Físicas e também havia previsão de um programa inicial de cinco bolsas de estudo instituídas pelo governo francês¹⁸⁰.

O fato de conhecer as instâncias brasileiras de poder, bem como a sua organização facilitava o acesso de Duarte aos poderes públicos e ao solicitar ajuda para o instituto franco-brasileiro demonstrou as vantagens que a instituição poderia oferecer ao país e as estruturas governamentais. No caso da prefeitura, apesar do declínio das atividades das seções do Departamento de Cultura, Paulo Duarte tentou convencer ao prefeito do município de São Paulo, Dr. Abrahão Ribeiro, de que os departamentos municipais seriam beneficiados com as informações e conhecimentos fornecidos pelo Instituto. Com Paul Rivet, o intelectual conseguiu a promessa de futura inauguração de um curso de língua portuguesa e outro de cultura brasileira dividido em duas partes: cultura intelectual e etnologia¹⁸¹.

O interesse de Duarte em obter um grande volume de doações, tanto em dinheiro como em livros, tinha por objetivo impressionar o governo francês e demonstrar que o Brasil também atribuía importância à Instituição. O intelectual desejava montar uma biblioteca de cultura brasileira em Paris, pois segundo Duarte, não havia nenhuma do gênero. A empreitada com várias cartas encaminhadas aos “homens ricos e inteligentes”¹⁸² como autores, intelectuais e editores rendeu um montante de quatro mil volumes, mas Duarte insistia na tarefa, pois, acreditava que as aquisições não eram suficientes¹⁸³ (Fig.13) , até porque, Paul Rivet e Paulo Duarte pretendiam que o Instituto fosse paradigma para outras Instituições implantadas posteriormente, as quais seriam centros de cultura latina abarcando tanto os povos da Europa como da América, imaginava-se a instalação de núcleos em Roma, Madrid, Lisboa, México, Bogotá, Montevideo e Buenos Aires e os fundos se destinariam:

[...] a manter, por enquanto em Paris, depois naquelas outras capitais, logo que a situação permitir, cursos de língua e literatura brasileiras, a publicar documentos existentes nos arquivos principalmente de Paris,

¹⁸⁰ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Museu do Homem da França (1944-1947) – Pasta 275 - sub-pasta: Instituto (1945-1946) - Carta de Paulo Duarte (Secretário Geral do Instituto de Altos Estudos Brasileiros) a A. de Almeida Jr. (Secretário de Educação). Sem data.

¹⁸¹ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Museu do Homem da França (1944-1947) – Pasta 275 - sub-pasta: Instituto (1945-1946) - Carta de Paulo Duarte (Secretário Geral do Instituto de Altos Estudos Brasileiros) ao Dr. Abrahão Ribeiro (prefeito do município de São Paulo) em 11/01/1946.

¹⁸² As cartas foram enviadas para Roberto Simonsen, Samuel Ribeiro, Silvio Penteadado, Armando Penteadado, José Ermírio de Moraes e Cintra Godinho. - Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Museu do Homem da França (1944-1947) – Pasta 275 - sub-pasta: Instituto (1945-1946) - Carta de Paulo Duarte (Secretário Geral do Instituto de Altos Estudos Brasileiros) a Heracio Lafer em 12/02/1945.

¹⁸³ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Museu do Homem da França (1944-1947) – Pasta 275 - sub-pasta: Instituto (1945-1946) - Carta de Paulo Duarte (Secretário Geral do Instituto de Altos Estudos Brasileiros) a Heracio Lafer em 12/02/1945.

do Vaticano, de Gênova, de Madrid e de Lisboa, documentos êsses de interesses para a história e para a vida brasileira¹⁸⁴.



Figura 13 – Paulo Duarte e Paul Rivet com os livros doados para a biblioteca do Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros. Photothèque Musée de l'Homme - Col. Musée de l'Homme

A mudança do foco nacionalista para o humanista ocorrida na mentalidade de Paulo Duarte foi vislumbrada através práxis institucional estabelecida para este órgão e manter-se-ia nos anos 50 e 60 no momento da implementação das instituições de caráter arqueológico no Brasil. Os estudos abrangeriam o Homem Americano e apesar das pesquisas acontecerem em território nacional elas tinham o fito de contribuir para a América estabelecendo uma rede de relações intercontinentais que confirmariam a origem humana. Paulo Duarte justificou a sua postura nos vários pedidos de verba para a implantação do Museu do Homem Americano

¹⁸⁴ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Museu do Homem da França (1944-1947) – Pasta 275 - sub-pasta: Instituto (1945-1946) - Carta de Paulo Duarte (Secretário Geral do Instituto de Altos Estudos Brasileiros) a Chiquinho em 18/03/1946 (provavelmente Francisco de Mesquita).

através da explicação de que as ocupações humanas não obedeciam às fronteiras nacionais, idéia que embasava cientificamente o humanismo defendido por Paulo Duarte e Paul Rivet¹⁸⁵.

A aquisição de acervo foi outra ação implementada por Duarte a partir da incumbência de desenvolver no Museu do Homem a parte de etnografia brasileira e com esse intuito o pré-historiador entrou em contato com o Museu Nacional a fim de poder adquirir duplicidade de material etnográfico. Duarte solicitou da diretora do museu brasileiro, Heloisa Alberto Torres, as duplicatas do acervo para início da coleção. O Museu do Homem cederia o material que possuía em duplicidade, algumas peças, inclusive, incorporadas ao Museu pelas expedições realizadas no Brasil por Levi-Strauss, mas o número de objetos não era suficiente para o desenvolvimento da seção. Paulo Duarte também consultou a diretora a respeito da possibilidade de ministrar um curso de alguns meses sobre qualquer assunto etnológico. Como de costume, Duarte também tentou demonstrar como o Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros poderia prestar importantes serviços para o Museu Nacional adquirindo peças “antropográficas”¹⁸⁶ e etnográficas para o órgão do Brasil¹⁸⁷.

O empenho de Paulo Duarte na organização, divulgação, valorização e tentativas de desenvolvimento de mecanismos para sobrevivência do Instituto foi de fundamental importância para a continuidade desta Instituição na França. No entanto, por parte do Brasil ao que tudo indica, a instituição não despertou grandes interesses. O socorro das instâncias governamentais, instituições privadas e a ajuda de particulares foram angariados devido às relações pessoais, fato que no âmbito das ações de Paulo Duarte permitiu a viabilização de projetos culturais que se efetivaram devido à tenacidade do intelectual. O relato de Duarte abordou a dimensão desta questão:

Na realidade, só as relações pessoais poderão influir a favor de uma solução satisfatória. Foi exatamente disso que me vali, há quase dois anos, para fazer constar, na França aquela ‘importantíssima contribuição do Brasil’ a favor do Instituto Frances de Altos Estudos Brasileiros. De fato aconteceu essa coincidência feliz: á testa do governo de São Paulo, da prefeitura da capital paulista, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Exterior, achavam-se velhos amigos

¹⁸⁵ Este assunto é abordado no capítulo 4 devido à tentativa de melhor organizar o trabalho cronologicamente, pois, as ações em prol do Museu do Homem Americano começaram a partir dos anos 50.

¹⁸⁶ Denominação utilizada por Paulo Duarte em carta direcionada a Heloísa Alberto Torres. Unicamp – Arquivo Paulo Duarte – Museu do Homem da França (1944-1947) – Pasta 275 - sub-pasta: Instituto (1945-1946) - Carta de Paulo Duarte (Secretário Geral do Instituto de Altos Estudos Brasileiros) à Heloísa Alberto Torres do Museu Nacional em 30/06/1947.

¹⁸⁷ Unicamp – Arquivo Paulo Duarte – Museu do Homem da França (1944-1947) – Pasta 275 - sub-pasta: Instituto (1945-1946) - Carta de Paulo Duarte (Secretário Geral do Instituto de Altos Estudos Brasileiros) à Heloísa Alberto Torres do Museu Nacional em 30/06/1947.

meus. Depois de bater inutilmente às portas oficiais, fui bater á Casa desses amigos¹⁸⁸ (grifos nossos).

Outro aspecto preponderante aventado pela afirmação de Duarte foram os imbricamentos estabelecidos com as instâncias de poder administrativo, neste caso, o sucesso parcial das investidas do intelectual deveu-se às coincidências entre a ocupação de cargos políticos e a sua boa relação com os seus ocupantes. A importância deste aspecto na continuidade ou ruptura dos processos de implantação das instituições científicas e culturais desenvolvidas por Paulo Duarte foi relevante no êxito ou malogro das suas realizações, pois o intelectual há muito já havia percebido “[...] como era importante a gente ser amigo de um homem importante [...]” (DUARTE, 1975: 250, HAYASHI, 2001: 13). O contrário também abortou muitos projetos, as contendas políticas de Duarte muitas vezes foram as responsáveis pela derrocada de alguns empreendimentos. No caso dos “homens ricos” a contrapartida também procedeu, pois, a sua aproximação com grupos nos quais inseriam-se homens de posse permitiu a viabilização de planos que foram apoiados devido às relações de amizade.

No campo das conquistas para o Instituto franco-brasileiro, Duarte apontou como entraves os interesses pessoais sobrepostos aos assuntos culturais e revelou “[...] a vergonha que sentia de aparecer em Paris levando apenas algumas centenas de livros que particulares haviam oferecido, sem a menor manifestação oficial de que o Brasil compreendia o alcance daquele centro genuinamente brasileiro, em Paris [...]”¹⁸⁹. Alguns amigos de Duarte, ocupantes de cargos políticos¹⁹⁰ auxiliaram financeiramente o Instituto e Duarte pode justificar na França a criação da Instituição em nome do Brasil. O intelectual se utilizou de outro golpe de sorte que permitiu a valorização das doações devido à situação cambial. Tal sucessão de fatos possibilitou que Duarte apresentasse a “importantíssima contribuição do Brasil” triplicada pela transformação de cruzeiros em francos e desta forma ultrapassou a subvenção do governo francês. Esta estratégia permitiu a obtenção de verba do governo da França na mesma proporção concedida no instante da fundação do órgão¹⁹¹.

¹⁸⁸ Unicamp – Arquivo Paulo Duarte – Museu do Homem da França (1944-1947) – Pasta 275 - sub-pasta: Instituto (1945-1946) - Carta de Paulo Duarte (Secretário Geral do Instituto de Altos Estudos Brasileiros) a Raul Fernandes em 20/08/1947.

¹⁸⁹ Idem.

¹⁹⁰ Macedo Soares, Abrahão Ribeiro, Gastão Vidigal e João Naves de Fontoura.

¹⁹¹ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Museu do Homem da França (1944-1947) – Pasta 275 - sub-pasta: Instituto (1945-1946) - Carta de Paulo Duarte (Secretário Geral do Instituto de Altos Estudos Brasileiros) a Raul Fernandes em 20/08/1947.

Portanto, o empenho na obtenção de recursos durante os dois primeiros anos de vida do Instituto, mais do que possibilitar o desenvolvimento de outros projetos na Instituição devia-se à necessidade de manutenção e sobrevivência do órgão. Apesar de todas as dificuldades:

O Instituto tornou-se logo conhecido e havia diariamente grande número de estudantes e estudiosos freqüentando a sua biblioteca. Informações sobre o Brasil eram solicitadas todos os dias por institutos culturais e organizações outras como ministérios, repartições, entidades da indústria e comércio francês (DUARTE, 1960: 40).

Os problemas do Instituto franco brasileiro começaram com a proximidade de 1950, momento da aposentadoria compulsória de Paul Rivet. A disputa sucessória da direção do Museu do Homem foi influenciada por questões decorrentes do período da Resistência, do exílio de Rivet e da retomada do órgão. A eleição para o novo diretor era decidida pelo Conselho do Museum. Segundo Duarte, a indicação de um substituto pelo próprio Rivet talvez fosse acatada se o americanista não tivesse aguçado o desejo de vingança por parte dos conselheiros, os quais motivados pelas ações de Rivet davam preferência, no processo sucessório, a Henri Vallois cuja orientação científica diferia daquela impetrada pelo cientista francês (DUARTE, 1960).

Como narrou Duarte, devido ao passado de lutas e resistências de Paul Rivet relacionadas com a ocupação francesa, o cientista não poupou membros do Conselho que não tiveram a mesma atitude. Rivet condenava essas pessoas publicamente nos discursos proferidos pela imprensa. Desde 1947 Rivet assumiu a presidência do conselho superior da Rádio-Televisão francesa (DUARTE, 1960; SOUSTELLE, 1976).

Dentre esses inimigos de Rivet estava Henri Vallois, diretor do Instituto de Paleontologia Humana por muitos anos, que havia substituído Paul Rivet na direção do Museu do Homem no período em que o cientista fugiu da Gestapo e fôra demitido pelo governo de Pétain. Quando reassumiu a direção do Museu, o americanista não deu nenhuma justificativa a Vallois, que não se manifestara contra os ocupantes no momento anterior. Quando Paul Rivet fundou o Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros e atribuiu a Paulo Duarte a responsabilidade de desenvolver a parte de etnografia brasileira cedeu ao intelectual o espaço da galeria e do salão onde Vallois montara o seu laboratório de Antropologia (DUARTE, 1960).

Além desta desavença somava-se a discordância de orientação científica entre ambos e segundo Duarte, o americanista temia que Vallois transformasse o Museu em um “[...] gabinete de Antropologia Física, tirando-lhe o caráter de laboratório de sociologia [...]”, orientação que Rivet imprimiu ao órgão (DUARTE, 1960: 43).

Neste contexto, Duarte afirmou que sempre manteve uma relação amistosa com o futuro diretor do Musée¹⁹² (DUARTE, 1960). No entanto, não se podia negar as proximidades científicas, ideológicas e afetuosas entre Duarte e o americanista. Esses fatos, muito provavelmente, contribuíram para o tratamento que Vallois deu ao Instituto franco brasileiro, posteriormente.

A análise sobre a proximidade das mentalidades entre Paulo Duarte e Paul Rivet também encontraram base na aproximação contextual das instituições que eles criaram e que avançaram ou retrocederam devido às questões políticas. Os dois intelectuais partícipes de partidos políticos e enfronhados nas questões da época não se eximiram de inserções em revoluções, guerras, embates ideológicos gerando inimigos que, no poder, interfeririam nos processos de criação de instituições culturais e preservacionistas. O contrário também ocorreu, as amizades conquistadas em todas àquelas instâncias muitas vezes contribuíram para o desenvolvimento institucional. No caso do Museu do Homem, a contenda política de Rivet associada ao direcionamento científico influenciou na derrocada do processo museológico de intensa dimensão social que após treze anos de implementação estagnava e chegava ao fim.

O Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros foi mais um exemplo de instituição que não avançou por motivos políticos. Em meio às questões de sucessão do Museu do Homem, Paulo Duarte resolveu voltar a sua pátria independentemente da proposta de Henry Laugier, pois quando “[...] soube que eu já podia voltar para o Brasil, me procurou e disse que, como eu já me tinha revelado com um espírito mais universal do que nacional, ou de bairro, ele se lembrou de me dar uma posição na Unesco”¹⁹³ (grifo nosso) ou na ONU, pois,

¹⁹² As possíveis candidaturas apoiadas por Paul Rivet no processo eletivo da direção do Museu do Homem eram as de dois antigos alunos do americanista: Claude Levi-Strauss e Jacques Soustelle. O primeiro mediante a análise do contexto e a possível inviabilidade da sua indicação não apresentou sua candidatura. Soustelle, arqueólogo de prestígio havia perdido visibilidade científica por conta do afastamento da ciência e da sua aproximação com a política. Vallois ao contrário continuava dedicado inteiramente à ciência (DUARTE, 1960).

¹⁹³ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricargo Guedes em 13/04/1977, pp.2.

conforme Duarte o lugar oferecido por Laugier possibilitaria que o primeiro exercesse a função de político ou de homem de cultura em qualquer um dos dois organismos¹⁹⁴.

Apesar da oferta Duarte afirmou que era “[...] um exilado político, de modo que eu abandonar a oportunidade de ir para o Brasil, para continuar a luta, seria, por assim dizer, uma deserção. Não posso absolutamente deixar meus companheiros lá, por uma posição pessoal. Aliás, vou dizer mais: me atrai muitíssimo, me dá vontade trair”¹⁹⁵.

Nesta decisão apareceu a ambigüidade de Duarte, até então desiludido com a política recusou um posto na Unesco para continuar a luta no Brasil. Hayashi abordou a posição do intelectual no terreno político e concluiu que apesar da promessa em deixá-lo dedicando-se à cultura não foi esse o ocorrido e o cientista brasileiro atuou nos dois campos¹⁹⁶ (HAYASHI, 2001: 25). Mesmo porque Duarte não dissociava estas questões, para ele o Brasil só teria sucesso através de transformações culturais que seriam implementadas por atitudes políticas. Esse pensamento avaliado muitas vezes como dicotômico interferiu, posteriormente, no seu reconhecimento enquanto cientista. Nos trabalhos arqueológicos as referências a Paulo Duarte, normalmente, ocorrem no âmbito da legislação preservacionista e mais raramente, fala-se do seu papel enquanto pesquisador do período pré-histórico (pré-colonial) e promotor do conhecimento científico através de congressos, publicações, palestras entre outros.

Ao longo do desenvolvimento profissional de Duarte, várias situações ocorreram acarretando a sua desqualificação científica deixando marcas que se externariam nas futuras gerações de arqueólogos que normalmente, avaliaram Duarte como um importante intelectual preservacionista, mas não um profissional da área. Dentre esses fatores de desqualificação científica pode-se destacar três episódios: a) formação profissional em outro contexto histórico, onde o universo científico internacional não estava atrelado somente às especificidades dos estudos arqueológicos e o detentor do conhecimento não atuava de forma estanque e compartimentada inserido em barreiras acadêmicas; b) disputa da autoridade científica entre o mestre e os discípulos e c) contenda e dissensões ideológicas e políticas que culminaram com a tentativa de desmoralização profissional (HAYASHI, 2001).

O primeiro aspecto relaciona-se ao novo contexto de produção científica onde a formação universitária era um novo elemento de legitimação do intelectual. O segundo tópico origina-se das contendas ocorridas entre Paulo Duarte e as pesquisadoras do IPH que

¹⁹⁴ Idem.

¹⁹⁵ Idem.

¹⁹⁶ Cf. Hayashi (2001) para maiores detalhes sobre as incursões políticas de Paulo de Duarte.

estudaram no exterior e voltaram com novo arcabouço científico teórico-metodológico entrando em conflito com a prática profissional de Duarte culminando com o questionamento da autoridade científica do pesquisador e o último elemento diz respeito às dissensões políticas que se corporificaram nas relações institucionais universitárias. Hayashi narrou que no processo sofrido por Paulo Duarte no âmbito das discussões ocorridas entre o intelectual e o Conselho Universitário da USP, “[...] a comissão processante ironizou o fato de Duarte não ter incluso no processo seu título de professor universitário do Brasil, dos Estados Unidos e da França, locais onde afirmava ter lecionado” (HAYASHI, 2001: 165).

A formação científica de diversas áreas de conhecimento ocorrida no âmbito universitário, que o próprio Duarte criou, foi motivo de desqualificação do arqueólogo que enfrentou a partir dos anos 60 críticas em face da implementação de novos métodos científicos¹⁹⁷.

Apesar das diferenças histórico-contextuais da formação arqueológica do intelectual, cuja inserção ocorreu atrelada ao conhecimento etnográfico, o pesquisador acomoda-se na denominação de arqueólogo profissional. Para Adolfo de Hostos, as pessoas ou grupos responsáveis pela reunião e conservação dos vestígios indígenas abrangem cinco categorias: os indígenas sobreviventes, as pessoas não interessadas na sua coleta e que vivem acidentalmente em contato com os vestígios, os dedicados à coletá-las para tirar-lhes proveito material, os que as tem conservado meramente como peças interessantes, curiosas ou artísticas e os que recolhem para estudá-las. Neste último grupo estão os arqueólogos, classificados segundo o autor em: a) aficionados e b) profissionais ou arqueólogos científicos. Estes últimos: “[...] promoveram um importante papel, junto aos aficionados, na tarefa de obter dos seus respectivos governos os fundos necessários para a conservação e exposição das antiguidades”¹⁹⁸ [...], bem como prestaram “[...] seus serviços às entidades oficiais, ligaram-se a planos, orientações e objetivos científicos”¹⁹⁹ (HOSTOS, 1958: 89). Paulo Duarte pertencia a este último grupo não somente pelas ações de salvaguarda e comunicação, mas também pela

¹⁹⁷ A mudança de parâmetros científicos e questionamento a respeito da qualificação e formação profissional de Duarte foram constatadas pela própria auto-denominação do intelectual: em carta de 25/11/1952 ao Sr. Masson (editor do livro de Boule), Paulo Duarte se identificou como “um simples estudioso de Antropologia da América Latina” (DUARTE, 1960: 76). No entanto, em 1961, na seção de 21 de agosto ocorrida no II Encontro de Intelectuais de São Paulo, Duarte ponderou que: “Nós, os verdadeiros arqueologistas de S. Paulo [...] (II ENCONTROS...,1964:16), tal frase demonstrou as implicações das mudanças contextuais científicas sofridas por Duarte.

¹⁹⁸ Texto original: “[...] han jugado un importante papel, junto a los aficionados, en la tarea de obtener de sus respectivos gobiernos los fondos requeridos para la conservación y exhibición de las antigüedades”.

¹⁹⁹ Texto original; “[...] sus servicios a entidades oficiales, se han ceñido a planes, orientaciones y objetivos científicos”.

atuação e promoção de mecanismos que possibilitaram o desenvolvimento científico, cujos objetivos abarcavam a responsabilidade social através da divulgação científica.

No momento em que chegara ao Brasil, confirmando a atuação política, Duarte já tinha a sua candidatura a deputado oficializada, pois a lei brasileira permitia que grupos políticos pudessem efetivá-la. Paulo Duarte a exemplo da sua primeira eleição em 1934 não fez propagandas e nem participou de comícios políticos e apesar de não eleito obteve a posição de segundo suplente de Deputado Federal²⁰⁰.

No caso da luta cultural houve intensa continuidade, pois Duarte prosseguiu trabalhando pelo instituto franco-brasileiro quando voltou definitivamente ao seu país.

Antes de sua partida em fins de março de 1950, Duarte esteve no Instituto de Paleontologia Humana com Vallois conversando sobre o futuro da instituição franco-brasileira e o da seção de etnografia brasileira no Museu do Homem. O futuro diretor garantiu a sua boa vontade para com o órgão, mas ressaltou que só poderia discutir o seu posicionamento quando fosse nomeado. No entanto, quatro meses depois Rivet informou a Duarte sobre a difícil vicissitude enfrentada: [...] Como eu supunha, a situação, aqui, em vez de melhorar, não fêz senão piorar, e pensei que a minha presença à testa do Instituto [Francês de Altos Estudos Brasileiros] só poderia agravar as coisas. Apresentei de novo pois a minha demissão e tenho motivos para crer que o meu sucessor foi nomeado”²⁰¹ (DUARTE, 1960: 52).

Apesar da promessa de Vallois, diversas vezes e por fontes variadas, Duarte recebeu a notícia de campanha contra o Instituto por parte do novo diretor, mesmo assim escreveu a Rivet encorajando-o a prosseguir na batalha em prol do órgão franco-brasileiro comunicando que conseguira uma nova subvenção do governo do Brasil. Duarte avisou que em breve voltaria à França e que continuava trabalhando em um material que possibilitaria a publicação, em 1951, do primeiro volume da coleção França-Brasil e assim o Instituto inauguraria uma nova fase da sua vida (DUARTE, 1960).

²⁰⁰ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricargo Guedes em 13/04/1977, pp. 3.

²⁰¹ Paul Rivet abordou um novo pedido de demissão da presidência do Instituto franco brasileiro porque já havia ocorrido um primeiro pedido. Ainda no Museu do Homem, Paulo Duarte discutira com Rivet e ameaçou pedir demissão. Mediante o anúncio de Paulo Duarte o presidente do Instituto e então diretor do Museu do Homem também realizou o seu pedido de destituição sendo dissuadido por Duarte. No momento da carta (17/07/1950) afastado do Museu do Homem pela sua aposentadoria e diante da situação com Vallois achava que seria melhor demitir-se novamente. O Conselho concedeu-lhe um afastamento e encaminhou Souza Dantas para substituí-lo provisoriamente. Devido a este motivo, Paulo Duarte tinha a esperança de conseguir encaminhar novamente as atividades do Instituto, contudo deixou claro que não concordava com a demissão de Rivet (DUARTE, 1960).

Contudo, no final de 1951, Duarte novamente enfrentaria problemas políticos internos que interfeririam no Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros. O intelectual, um pouco antes da referida data, ainda lutava pela Instituição estabelecendo contatos governamentais na tentativa de adquirir uma nova sede para o órgão, devido aos problemas com Vallois, bem como uma nova subvenção. Estas negociações teriam surtido efeito com a promessa do Ministro João Neves de fornecer crédito para a compra de um novo local para a instalação do órgão, bem como a comunicação, pelo mesmo ministro, de subvenção do Instituto pelo governo do General Eurico Gaspar Dutra²⁰². No entanto, as verbas faltavam e da última vez, sob um novo governo, um funcionário da embaixada transmitiu censura à Instituição com a acusação de pouca produtividade. Paulo Duarte escreveu prestando esclarecimentos ao Chefe da Divisão Cultural do Itamarati com o fito de tranqüilizar o poder público²⁰³ e inclusive, comunicar que se houvesse qualquer prevenção em relação a sua pessoa, o intelectual afastar-se-ia da instituição franco-brasileira para não prejudicá-la²⁰⁴.

Mas, o esclarecimento do Ministro Mário Guimarães sobre as dificuldades para com o Instituto, devido às “informações más”, trouxe a Duarte a desconfiança de que desejavam tomar conta da Instituição para colocá-la a serviço da própria vaidade. Nesta situação, Paulo Duarte comunicou que deixaria oficialmente o órgão e sugeria para substituí-lo o nome do próprio difamador. O cientista brasileiro bradava contra a falta de verificação das informações, pois, segundo ele, qualquer consulta aos relatórios enviados sanariam as desconfianças²⁰⁵:

Ora, tais informações, só podem vir dos despeitados, mas o fato é que as informações verdadeiras ai se acham arquivadas no Itamarati e se o Itamarati duvida delas, mande verificá-las por pessoa de confiança mentalmente idôneo, não um interessado ou na destruição ou na posse do Instituto. Não acha você, Mário Guimarães que a situação é clara e eu tenho toda a razão de vir a você neste apelo à lucidez que sempre lhe reconheci para desfazer mal entendidos e chamar a sua atenção contra a nuvem de fumaça que certos malvados querem manter diante de seus olhos?²⁰⁶

²⁰² Duarte no período de exílio já havia estabelecido contato com o general Eurico Gaspar Dutra, Ministro de Guerra do governo Vargas, devido a uma passagem clandestina pelo Brasil para comunicar suposto plano de invasão alemã. Nesta mesma visita Duarte pediu a restauração do Forte de Bertioga (DUARTE, 1946, 1985).

²⁰³ É necessário lembrar que no ano de 1951 Getúlio Vargas voltou ao poder e que Paulo Duarte foi exilado, anteriormente, durante o Estado Novo implantado por Vargas.

²⁰⁴ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História – Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros (1945 – 1953) - Pasta 278 - Carta de Paulo Duarte (Secretário Geral do Instituto de Altos Estudos Brasileiros) a Mário Guimarães em 27/12/1952.

²⁰⁵ Idem.

²⁰⁶ Idem.

Reais ou não, as desconfianças de Duarte não eram de todo descabidas. Até então, não fôra posta em dúvida a idoneidade do Instituto, a mudança política começava a trazer problemas que impediam as ações culturais, ocorrência semelhante viria a acontecer com os projetos arqueológicos. As alterações governamentais se refletiriam em cada atividade voltada para a Arqueologia nos anos 50 e 60. Outro ponto a destacar é àquele relacionado à inserção de Duarte nos meandros políticos. A proximidade com os ministros e a facilidade de reclamar e solicitar se devem ao período político anterior ao seu exílio, Mário Guimarães fora chefe de polícia no governo de Armando Salles de Oliveira.

A tentativa de promover mecanismos de sustentação para o Instituto devia-se ao fato de que a subvenção do governo brasileiro fôra cortada em 1951 e a do governo francês em 1952²⁰⁷. Em 1954, Paulo Duarte ainda lutava para dar ao Instituto “[...] uma séde definitiva no ‘Quartier Latin’ perto da Sorbonne onde estará muito mais a mão dos estudantes e professores”²⁰⁸. Duarte continuava com a estratégia de tentar convencer sobre a importância do Instituto abordando a doação de crânios pré-históricos das coleções do Museu do Homem cedidas por instituições culturais francesas e remetidas para a Universidade São Paulo e a Faculdade de Filosofia do Paraná, bem como ressaltou a doação de mil teses oferecidas pela Sorbonne²⁰⁹.

A coleção enviada ao Brasil e retirada de acervo duplicado revelou o fato de que no âmbito das coleções etnográficas estavam inseridas as pré-históricas. As referências à etnografia não excluíam os outros campos de saber, o próprio Rivet abordou esta questão:

Os estudos etnológicos tem lugar marcado no ensino superior ao lado de tudo quanto seja ciência natural. Devem abranger os estudos de Etnografia, Lingüística, Geografia Humana, Antropologia Somática, Geologia, Paleontologia dos tempos quaternários, Psicofisiologia do homem e dos antropóides, Fisiologia comparada das raças. Ah! É preciso não esquecer ainda uma: Pré-História (DUARTE, 1980: 263).

²⁰⁷ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História – Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros (1945 – 1953) - Pasta 278 – Relatório sobre o histórico e as atividades do Institut Français des Hautes Études Brésiliénnes de Paris enviado ao Ministro Vicente Rao.

²⁰⁸ Idem.

²⁰⁹ Idem.

Essa questão não deve suscitar confusões devido a terminologia, pois, no próprio relato da fundação do Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros, o americanista Paul Rivet afirmou que deixaria a cargo de Paulo Duarte a seção de etnografia brasileira. E Duarte explicou em entrevistas que quando Paul Rivet se apercebeu das riquezas das jazidas pré-históricas do Brasil criou uma seção de etnologia e pré-história dedicada exclusivamente ao país no Museu do Homem em Paris²¹⁰.

Enquanto Duarte enfrentava os problemas políticos e tentava meios para manter o Instituto, Paul Rivet sofria ante o desmoronamento do seu projeto museológico, o qual implementado no Museu do Homem ruía conjuntamente com o instituto franco-brasileiro:

No museu, a situação continua a mesma. Um trabalho de sapa contra a obra que tanto trabalho me deu para pôr em pé. O pessoal desgostoso, em vez de se revoltar ou pelo menos reagir, prefere refugiar-se no imobilismo. Nada sai desses serviços dotados por mim de todos os meios de trabalho. Pouco a pouco, os visitantes classificados deixam de vir ao museu. A queda do número de entrada é catastrófica. E ainda me reclamam um aluguel pela sala do Instituto de Etnologia depois de haverem despejado o centro de ‘Hautes Études Brésiliennes’! Seja qual fôr o lado para que me volte, só vejo motivos de inquietações²¹¹ (DUARTE, 1960: 125).

Rivet ainda abordou que a última esperança perdida para “[...] recomeçar a obra que Vallois comprometeu [...]” seria a volta de Soustelle. Contudo, o americanista não acreditava mais nessa possibilidade devido à candidatura do cientista a deputado e continuidade dos trabalhos políticos como governador da Argélia (Duarte, 1960: 125). Rivet queria “[...] um museu de sociologia e não um depósito de ossos velhos” (DUARTE, 1960: 142).

No ano de 1956 Paulo Duarte reafirmou a Rivet a sua velha idéia de instalar em Paris “[...] um verdadeiro centro de estudos brasileiros [...]” também colocava Paul Rivet a par da negativa de passar a biblioteca do instituto franco-brasileiro para outra organização conforme consultado pelo reitor da Universidade de Paris Jean Sarrailh²¹² (DUARTE, 1960: 128).

Em correspondência, Paulo Duarte tentava informar Paul Rivet sobre as suas ações em prol do Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros. Neste período, o americanista empreendia viagens principalmente aos países da América Latina divulgando a França em

²¹⁰ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História III (1959 – 1960) - Pasta 284 – Recorte de jornal com reportagem: Homens já viviam em Santos há 5 mil anos antes de Cristo. Folha da Tarde, São Paulo, 20/03/59.

²¹¹ Carta de Paul Rivet a Paulo Duarte em 18/12/1955 publicada em (DUARTE, 1960: 125).

²¹² Carta de Paulo Duarte a Paul Rivet em 31/01/1956 publicada em (DUARTE, 1960: 128).

nome do governo e tentando reverter a imagem negativa do país que tratava com violência o movimento de independência da Argélia.

A saída do Museu do Homem e a função política afastaram Paul Rivet do instituto franco brasileiro, no entanto, o americanista aproximara-se de Paulo Duarte na tentativa de fundar um Instituto de Pré-História e Etnologia no Brasil, bem como o Museu do Homem Americano²¹³. Desta forma, Duarte estabeleceu com outras pessoas ligadas ao instituto franco-brasileiro uma rede de comunicações sobre a situação da Instituição e as medidas que tomava na tentativa de reerguê-lo.

Com o intuito de colocar a par Rivet dos seus objetivos, Duarte comunicou ao americanista que Roger Bastide, o então vice-diretor do instituto franco-brasileiro receberia informações sobre os seu plano²¹⁴, que consistia em: conseguir um local para o órgão no segundo andar da Casa de Comte através de conversa e acordo estabelecido com Paulo Carneiro²¹⁵. O intelectual brasileiro esperava que esta solução fosse temporária, pois aguardava os resultados de novas investidas na obtenção de recursos para a instalação de uma sede definitiva no Quartier Latin. Duarte também informava que tentou obter recursos para a reforma da casa de Conte e que Paulo Carneiro estava encarregado de procurar Paul Rivet e Roger Bastide para a avaliação da viabilidade do projeto. Paulo Duarte mostrara-se muito animado ante a nova possibilidade²¹⁶ (DUARTE, 1960: 136).

Ainda empenhado na fundação do Museu do Homem Americano no Brasil e estabelecendo maiores contatos com Rivet sobre esse assunto, Paulo Duarte comunicava a sua pretensão de voltar a Europa em 1956 para reorganizar o instituto franco-brasileiro com a finalidade de firmar bases definitivas para a instituição²¹⁷ (DUARTE, 1960: 136).

No entanto, no final deste mesmo ano (1956), Duarte ainda recebia carta da França reclamando sobre os caixotes de livros entulhando o espaço do local de um outro Instituto

²¹³ Temática analisada no quarto capítulo desta dissertação.

²¹⁴ Carta de Paulo Duarte a Paul Rivet em 31/01/1956 publicada em (Duarte, 1960: 128).

²¹⁵ Segundo resenha de Maria Amélia M. Dantes, No período de 1946-1950 Paulo Carneiro foi representante do Brasil na Unesco. O cientista, no período da carta de Duarte, empenhava-se na salvaguarda do patrimônio da casa de Auguste Comte. Cf. DANES, Maria Amélia M. "Acompanhando os caminhos de Paulo Carneiro, um brasileiro universal", História, ciências, saúde - Manguinhos, v.13, n.4, Rio de Janeiro, out/dez.2006. Artigo disponível em URL: <http://www.scielo.br/scielo.php>. A par destas informações é possível constatar, mais uma vez, as mentalidades deste período que contextualizadas pelo pós-guerra tentavam o desenvolvimento científico a serviço do Humano, da solidariedade entre os povos e aproximação de ideais, possibilitando realizações numa rede ampla de cooperação entre os cientistas de diversos campos do saber. Os interesses pelas questões de salvaguarda patrimonial também foi um elo de aproximação entre os intelectuais.

²¹⁶ Carta de Paulo Duarte a Paul Rivet em 25/04/1956 publicada em (DUARTE, 1960: 136).

²¹⁷ Idem.

onde estavam guardados²¹⁸. O intelectual pediu a ajuda de Roger Bastide para a Instituição e ainda falava da esperança na obtenção de um subsídio eficaz, pelo menos do Brasil. O projeto de Paulo Duarte era doar a sua biblioteca brasileira ao órgão franco-brasileiro. Segundo Duarte, a sua biblioteca contava com aproximadamente dez mil volumes que englobavam História, Literatura, Sociologia que acrescentada aos livros do organismo torna-lo-ia “um verdadeiro centro de estudos brasileiros”²¹⁹ ou mesmo “sul-americano”²²⁰.

Duarte confessou que maturara há alguns anos a idéia de doação da sua biblioteca e tal devia-se ao receio da repetição de uma situação que culminasse um novo exílio assemelhado aos de 1932 e 1937 e acaso o fato se efetivasse teria uma forma de viver na França. “Nisso está uma das razões de todos os passos no sentido de consolidar o instituto e impedi-lo de ser oficializado pelo govêrno brasileiro, porque então cairia nas mãos de diplomatas estéreis que logo o reduziriam a uma lerda burocrática”²²¹ (DUARTE, 1960: 146).

Diante desta incerteza, Rivet sempre confirmou que o lugar de Paulo Duarte estava guardado e a este fato o jornalista atribuiu sua disposição para o combate no Brasil: “[...] isso me dava uma segurança que a instabilidade e mesmo a displicência dos meus amigos e companheiros de luta nunca me delinearam” (DUARTE, 1960: 108).

Obviamente que Paulo Duarte buscava uma certa segurança através da manutenção dos contatos na Europa, no entanto, a sua disposição em defesa da instituição franco-brasileira não se deve somente a este fato, pois esta mesma tenacidade foi encontrada na condução de outros processos como: a instalação do Instituto de Pré-História e Etnologia e a passagem desse órgão para a USP como Instituto de Pré-História. A implantação destas instituições ocorreu com peleja e firmeza mesmo após a morte de Rivet, ou seja, independente do fim do amparo que o americanista representava para o jornalista, o combate ocorreu. A luta pela implantação das organizações explica-se pelo interesse cultural e científico e principalmente, pela crença que somente a cultura e a ciência poderiam modificar a situação através da difusão e educação dos povos.

Praticamente um ano antes da morte de Rivet, Paulo Duarte dava-lhe notícias da continuidade do seu esforço para com as causas do Instituto e o americanista mesmo doente

²¹⁸ Não se obteve informação sobre este instituto, desconfia-se que seja o “Institut des Hautes Études de l’Amérique Latine”, fundado em 1954, pois em 1957 Rivet tranquilizava Duarte sobre a guarda da biblioteca brasileira neste instituto, aí sim com a denominação confirmada. Cf. cartas de Paulo Duarte a Paul Rivet (19/11/1956) e de Paul Rivet a Paulo Duarte (11/03/1957) publicadas em (DUARTE, 1960:144/148).

²¹⁹ Carta de Paulo Duarte a Paul Rivet em 07/01/1957 publicada em (DUARTE, 1960: 145).

²²⁰ Idem, pp.146

²²¹ Idem, pp.146.

preocupava-se em informar-lhe dos livros abrigados no Instituto de Altos Estudos da América Latina em Paris²²² (DUARTE, 1960: 148-149).

O instituto franco-brasileiro foi o elo que ligou Paul Rivet a Paulo Duarte no primeiro ano em que o jornalista voltou para o Brasil. No entanto, a aproximação por conta de novos projetos relacionados diretamente à Pré-História (pesquisa e divulgação) permitiu o estabelecimento de sólida amizade que culminou com intensa parceria entre ambos. Contudo, Rivet voltado também para outros planos relacionados com a política não apresentou o mesmo empenho pela reorganização do Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros, que ao que tudo indica não despertava mais tanto interesse. O assunto tratado por Rivet com Duarte a respeito da instituição franco-brasileira só teve continuidade pelo mesmo motivo que Hayashi atribuiu à algumas relações de Paulo Duarte com os Mesquita: [...] O engajamento intelectual é muitas vezes o resultado da preponderância do sentimento e da afetividade sobre a razão” (HAYASHI, 2001: 10).

Ao contrário, a idéia do Instituto de Pré-História e Etnologia mereceu maior atenção do cientista francês porque a possibilidade de implantação de um futuro Museu do Homem Americano apresentaria mecanismos mais efetivos para a concretização das expectativas de Paul Rivet. O americanista pensava que, de alguma forma, poderia ligar a instituição pré-histórica brasileira ao Museu do Homem quando Vallois deixasse a direção do órgão dentro de quatro ou cinco anos²²³. Segundo Paulo Duarte, Paul Rivet afirmou: “[...] a segunda coisa que quero ver ainda, antes de morrer, é o Instituto de Pré-História de São Paulo²²⁴, intimamente ligado ao ‘Musée de l’Homme’” (DUARTE, 1960: 142).

Portanto, a persistência de Duarte em reorganizar o instituto franco-brasileiro estava na crença de que: “[...] Sendo os países jovens mais receptores do que doadores de cultura, é evidente que o Brasil, mais que a França, seria beneficiado pelo novo organismo, sem esquecer também que as nossas elites se têm formado sob a égide do pensamento

²²² Carta de Paul Rivet a Paulo Duarte em 11/03/1957 e carta de Paulo Duarte a Paul Rivet em 03/04/1957 publicadas em (DUARTE, 1960: 148-149).

²²³ Conforme Duarte, Rivet ainda lutava para arrancar Soutelle da política. O americanista acreditaria pela narrativa de Duarte que o contato de Soutelle com o Museu do Homem “[...] fa-lo-á perder a ilusão da extrema-direita, como perdeu a da extrema-esquerda, e o reintegrará definitiva nos quadros da ciência [...]” (DUARTE, 1960: 142), e era a partir desta esperança que Rivet pensava na integração do futuro Instituto de Pré-História ao Museu do Homem, fato que nunca ocorreu.

²²⁴ Rivet somente fez referência ao projeto do Instituto de Pré-História, pois, a Instituição somente seria organizada depois da sua morte. Este episódio foi narrado por Paulo Duarte ao descrever uma passagem de Paul Rivet ao Brasil onde esteve por curto tempo em um encontro com Duarte no Rio de Janeiro em 21/09/1956 (DUARTE, 1960).

francês[...]²²⁵ ou seja, o instituto franco-brasileiro para o jornalista era uma possibilidade de transformação da realidade brasileira. Mesmo mediante as perspectivas do estabelecimento de novas organizações, o exemplo da cultura francesa era para Duarte fundamental e seria possibilitado pelos objetivos fixados pelo próprio estatuto de fundação do Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros: “[...] criar um laço permanente entre o mundo intelectual brasileiro e o francês, fazer conhecer em França o movimento intelectual brasileiro e, no Brasil, o movimento intelectual francês” [...] ²²⁶, portanto somente o estabelecimento desta reciprocidade intelectual permitiria o desenvolvimento da nação e da humanidade contribuindo para a civilização, pois, para Duarte, além da educação popular, a preparação da elite política era fundamental para os novos rumos do país.

A morte de Rivet acabaria com esta esperança de transformação a partir das ações desenvolvidas no instituto franco-brasileiro e o foco seria direcionado para a fundação do Instituto de Pré-História. Depois do Departamento de Cultura, O Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros era a segunda desilusão na tentativa de mudança do país, entendido naquele momento, no âmbito da pretendida transformação universal e assim Duarte lamentava: “[...] O destino de nosso instituto abandonado pôr ambos os governos [...]” e complementava “[...] mas que podíamos fazer, a não ser lastimar, diante da incompreensão dos poderes públicos pelas coisas do espírito? Se até na França acontecia que dirá no Brasil” (DUARTE, 1960: 136).

Sem solução para este caso Duarte continuou na luta pela fundação do Instituto de Pré-História e Etnologia.

3.2 - Paradigma para os estudos pré-históricos: A Missão Científica Franco-Brasileira

Quando Paulo Duarte voltou definitivamente ao Brasil nos anos 50 chegou com a tarefa de desenvolver um centro de estudos pré-históricos em São Paulo. Segundo o jornalista, Rivet queria fundá-lo devido a importância dos sambaquis e grutas para o desenvolvimento do

²²⁵ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História – Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros (1945 – 1953) - Pasta 278 – Relatório sobre o histórico e as atividades do Institut Français des Hautes Études Brésiliennes de Paris enviado ao Ministro Vicente Rao.

²²⁶ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Museu do Homem da França (1944-1947) – Pasta 275 - sub-pasta: Instituto (1945-1946) - Carta de Paulo Duarte (Secretário Geral do Instituto de Altos Estudos Brasileiros) a A. de Almeida Jr. (Secretário de Educação). Sem data.

tema sobre a origem do Homem Americano. O valor dos sambaquis para a abordagem das origens já fôra corroborado por Rivet desde sua visita ao Brasil em 1928 quando constatou a destruição destes documentos arqueológicos. Para justificar a montagem de um centro científico era necessário implementar uma pesquisa sistemática dos sambaquis²²⁷.

Paulo Duarte ficou encarregado de organizar a Missão Científica Franco Brasileira de estudos dos sambaquis ligada ao Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros e, portanto, ao Museu do Homem. No ano de 1936, no âmbito da Campanha Contra o Vandalismo e o Extermínio, Duarte já criticara o poder público por não custear nenhuma missão que estudasse os sambaquis. Após dez anos, outubro de 1946, o jornal já noticiava em que consistiria a Missão que seria dirigida por Paul Rivet. A Missão Científica Franco Brasileira deveria desenvolver trabalhos durante um ano e iniciar-se-ia em março de 1947. Organizada nos mesmos moldes das várias missões implementadas em vários países da América Latina pelo Museu do Homem teria o seu início em São Paulo, mas havia a perspectiva científica de pesquisar o litoral brasileiro²²⁸. Do lado francês integrariam o projeto além de Paul Rivet e Paulo Duarte, Leroy-Gourhan (vice-diretor do Museu) e um técnico especialista em escavações pré-históricas, não determinado ainda naquele momento²²⁹.

As missões desenvolvidas conjuntamente entre a França e o país onde se realizavam caracterizavam-se pela associação entre cientistas de ambas nacionalidades e a exemplo da França unia-se a um instituto ou à Universidade dos países pesquisados. Do lado francês a Missão estaria ligada ao Museu do Homem, instituto do Museum d'Histoire Naturelle da Universidade de Paris. No caso de São Paulo estaria unida à Universidade de São Paulo, mais especificamente, a faculdade de Filosofia da Universidade²³⁰ e acrescida de integrantes de outras instituições brasileiras como o Museu Nacional do Rio de Janeiro e o Museu Paulista. O fruto das pesquisas seria destinado ao Museu Nacional do Rio de Janeiro, a Universidade

²²⁷ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História – Correspondência (1960-1965) - Pasta 131 – Processo relativo ao pedido de vencimentos como diretor e professor do Instituto de Pré-História.

²²⁸ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Missão Franco Brasileira – Ata de reunião da “Comissão científica Franco-Brasileira” de 23/12/46

²²⁹ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Missão Franco Brasileira - Recorte de jornal com reportagem: Ramon d’Alderete. Uma importante Missão Científica Franco-Brasileira. O Estado de São Paulo, São Paulo, 26/10/1946.

²³⁰ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História – Correspondência (1960-1965) - Pasta 131 – Processo relativo ao pedido de vencimentos como diretor e professor do Instituto de Pré-História.

de São Paulo, à seção brasileira do Museu do Homem (Instituto franco-brasileiro) e as duplicatas destinadas às outras instituições científicas do país²³¹.

A Missão voltada para os estudos arqueológicos confirmou a hipótese já aventada, de que as pesquisas científicas priorizavam a especificidade do país. Devido à destruição dos sambaquis brasileiros a pesquisa seria calcada nos estudos pré-históricos.

No entanto, como era padrão a ênfase em um campo do saber não impossibilitava pesquisas mais amplas. A carta destinada a José Loureiro Fernandes convidando-o para integrar a Comissão brasileira informava que a Missão “[...] deverá efetuar, no Brasil, estudos pré-históricos, antropológicos e etnográficos”²³².

Segundo Duarte, desde o início de 1947, o jornalista expôs o assunto ao interventor J. C. Macedo Soares, bem como comunicou a reserva orçamentária francesa disponível para a Missão: “um milhão de francos”. Macedo Soares também colocou à disposição do evento científico 600 contos de reis e em prosseguimento aos trabalhos formou-se uma Comissão da Faculdade de Filosofia²³³. Neste ínterim, Macedo Soares deixou a interventoria e foi substituído por Adhemar de Barros, que além de baixar um decreto incentivando a exploração comercial e industrial das jazidas deixou o legado do sumiço da verba no período do seu governo. A falta do montante brasileiro impossibilitou a realização da Missão.

Sobre este período e episódio há alguns registros bibliográficos²³⁴ e documentais que apresentaram contradições que necessitam de esclarecimento.

Realmente, José Carlos de Macedo Soares dispôs verba²³⁵ para as despesas da Missão oficializando o empreendimento em março de 1947²³⁶. No entanto, Marli Hayashi (2001) ao

²³¹ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Missão Franco Brasileira - Recorte de jornal com reportagem: Ramon d’Alderete. Uma importante Missão Científica Franco-Brasileira. O Estado de São Paulo, São Paulo, 26/10/1946.

²³² MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) -Pasta 3 – sub-pasta: Missão Franco Brasileira – Carta de José Anthero Pereira Junior (Secretario Geral da Comissão Científica Franco-Brasileira) ao Dr. José Loureiro Fernandes em 26/12/1946.

²³³ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História – Correspondência (1960-1965) - Pasta 131 – Processo relativo ao pedido de vencimentos como diretor e professor do Instituto de Pré-História.

²³⁴ Os registros bibliográficos sobre a Missão são encontrados em: DUARTE (1964: 20-21; 1968:35; 1970: 349-350;) e HAYASHI (2001:123), que não aborda especificamente a Missão mas faz ilações equivocadas a respeito de fatos que dizem respeito a esta proposta de pesquisa científica.

²³⁵ Consta em documento de 12/03/1947 que a verba autorizada foi de CR\$ 500.000, 00 (Quinhentos mil cruzeiros). É preciso lembrar que a quantia aparece citada de forma diferenciada em outro documento, processo, sem data específica, mas que podemos situá-lo nos anos 60, como 600 contos de reis. A quantia, provavelmente, é a mesma e a mudança de denominação refere-se às mudanças monetárias de duas décadas. Cf. MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Missão Franco Brasileira – São Paulo. Decreto Lei, número 17.118 de 12 de março de 1947. Dispõe sobre o criação do Quadro da Universidade de São Paulo e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 13

desenvolver a hipótese de que não haveria nenhum indício de disponibilização de verbas e ao tecer comentários sobre o Museu do Homem Americano e o decreto de nº 17.468-B, alertando sobre as divergências políticas entre Adhemar de Barros e Duarte²³⁷, cometeu uma série de equívocos referentes a episódios diferenciados, ocorridos em tempos distintos, Hayashi afirmou que:

Mesmo declarando ter uma verba de um milhão de francos o projeto do Museu [do Homem Americano] teria fracassado porque o governo, acusou o jornalista, ao tomar conhecimento de seu interesse em preservar jazidas neolíticas, assinou um decreto autorizando a destruição e exploração comercial das mesmas. Não me parece que a acusação de Paulo Duarte tenha sido leviana. De fato, no dia 31 de julho de **1947**, o governo estadual criou o decreto nº 17.468-B, constituindo uma comissão para a proteção dos sambaquis do estado de São Paulo. No entanto, o decreto deixava claro que, respeitados os interesses científicos, os sambaquis possuíam uma finalidade econômica, sendo necessário reduzir o tempo de pesquisas ou interdição nessas fontes. Vale lembrar que o governador de São Paulo nesse período era Adhemar de Barros, com quem Duarte sempre teve divergências políticas. Quanto a questão financeira parece que essa verba de um milhão de francos nunca existiu para esse fim. Tomando por base uma carta de Paul Rivet ao jornalista, de 02 agosto de **1953**, o pesquisador francês havia conseguido incluir, *naquele ano*, no orçamento da comissão de escavações das Relações Culturais de seu país uma soma do mesmo valor. O dinheiro seria destinado à pesquisas de sambaquis brasileiros. E, ao que tudo indica, esses estudos seriam feitos durante o XXXI Congresso de Americanistas, como já foi mencionado anteriormente.

De qualquer maneira, durante o governo de Lucas Nogueira Garcez, sucessor de Adhemar, a situação tornou-se mais favorável à causa de Duarte (HAYASHI, 2001: 123, grifos nosso).

Em primeiro lugar Hayashi afirmou que o jornalista (Paulo Duarte) declarou que mesmo com uma verba de um milhão de francos o projeto do Museu do Homem fracassou porque o governo instituiu um decreto autorizando a destruição das jazidas neolíticas e a sua exploração comercial. Com base no documento citado por Hayashi para estas asserções,

mar. 1947 e Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História – Correspondência (1960-1965) - Pasta 131 – Processo relativo ao pedido de vencimentos como diretor e professor do Instituto de Pré-História.

²³⁶ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Missão Franco Brasileira – São Paulo. Decreto Lei, número 17.118 de 12 de março de 1947. Dispõe sobre o criação do Quadro da Universidade de São Paulo e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 mar. 1947.

²³⁷ Marli Guimarães Hayashi faz uma ampla análise das contendas políticas entre Paulo Duarte, representante do grupo do jornal “O Estado de São Paulo, e Adhemar de Barros relacionando este fato com a interferência de alguns eventos (HAYASHI, 2001).

Revista *Veja* de 1974, verificou-se que Paulo Duarte não fez tais declarações. O intelectual afirmou que:

[...] quando pude regressar ao Brasil, o Rivet me disse; ‘Chegou a sua oportunidade. Você vai fundar um museu do Homem no Brasil. Arranji-lhe uma verba de um milhão de francos para você fazer as primeiras pesquisas’. Ao voltar para cá, consegui até criar uma comissão na Faculdade de Filosofia para iniciar a pesquisa. Mas o governo quando soube do nosso interesse na preservação das jazidas neolíticas, baixou um decreto ajudando a destruição dessas jazidas e permitindo a sua exploração comercial²³⁸.

Ou seja, Duarte afirmou que conseguiu verba de um milhão de francos para a realização das primeiras pesquisas e não para o projeto do Museu do Homem, desta forma, por um outro caminho Hayashi acertou ao dizer que: “Quanto a questão financeira parece que essa verba de um milhão de francos nunca existiu para esse fim [projeto do Museu]”. Realmente nunca existiu, o próprio jornalista afirmou que as verbas seriam utilizadas para os estudos científicos, os quais conforme sabemos seriam realizados pela Missão fraco-brasileira e posteriormente dar-se-ia a fundação do Museu do Homem, pois conforme já discutido neste capítulo, Duarte ressaltou que “Para justificar a montagem de um centro científico [no caso o Museu do Homem] era necessário implementar uma pesquisa sistemática dos sambaquis”²³⁹.

Com base em carta de Paul Rivet para o cientista brasileiro em 02 de agosto de 1953²⁴⁰, Hayashi contrapôs às afirmações de destinação de verba ao Museu do Homem Americano, interpretações equivocadas da autora e atribuídas a Paulo Duarte, aventando a hipótese que o pesquisador francês conseguira no orçamento da comissão de escavações das Relações Culturais de seu país uma soma do mesmo valor destinada às pesquisas de sambaquis brasileiros, cujos estudos seriam realizados no XXXI Congresso dos americanistas e, portanto não ao Museu. Tais suspeitas são procedentes, mas não pelas conjecturas apontadas pela autora e sim porque existiram duas subvenções orçamentárias do mesmo valor: um milhão de francos em 1947 e outro em 1953, ambos direcionados às pesquisas pré-históricas nos sambaquis brasileiros em períodos diferenciados e ações diversas. As pesquisas

²³⁸ Declaração de Paulo Duarte na página 6 da entrevista titulada: Paulo Duarte: um Quixote democrático da Revista *Veja*. São Paulo, Editora Abril, (328): 3-8, 18/12/1974, consultada na Biblioteca da ECA-USP. Col. Especial: obras raras.

²³⁹ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História – Correspondência (1960-1965) - Pasta 131 – Relatório histórico de processo relativo ao pedido de vencimentos como diretor e professor do Instituto de Pré-História. alterar todos relatório histórico.

²⁴⁰ Cf. Carta de Paul Rivet a Paulo Duarte em 02/08/1953 publicada em (DUARTE, 1960: 87- 88).

de 1947 , no âmbito da Missão franco brasileira, foram abortadas porque faltou verba do lado brasileiro e a de 1954 foi bem sucedida iniciando as pesquisas sambaqueiras em São Paulo neste período apoiadas pelo governador Lucas Nogueira Garcez. Assim, a autora confundiu duas missões científicas arqueológicas diferenciadas que foram planejadas em contextos diversos.

Em nenhum momento da entrevista Duarte responsabilizou o governo de 1947 pelo fracasso do projeto do Museu do Homem Americano através do decreto nº 17.468-B. O cientista afirmou que essa legislação permitiu a exploração comercial e ajudou na destruição das jazidas. O intelectual, de forma mais explícita em outro momento do depoimento, atribuiu a Adhemar de Barros o malogro da criação da cadeira de Pré-História na USP em contexto diversificado e em face de uma nova eleição do político em 1962. Duarte narrou o fato da seguinte forma:

Foi uma luta que empreendemos para sua conservação, mas uma luta da qual só pude ter a primeira vitória com o governo Garcez (1951-1954), que me deu a primeira lei protetora das jazidas do Brasil e me nomeou diretor da Comissão de Pré-História. Mas essa vitória e o projeto de se criar uma cadeira de pré-história na USP logo foram soterradas quase dez anos depois, com a reeleição de Adhemar de Barros, em 1962. Ora, Adhemar de Barros não podia nem fazer idéia do que fosse pré-história, já que era um governo que ignorava tudo. Adhemar de Barros é típico daquele governo não de primitivos, mas de primários. Porque o primitivo guarda tabus a que obedece como se fosse uma constituição inflexível. Já o primário esta entre o primitivo e o civilizado, de modo que perdeu os tabus e o ‘ethos’ do primitivo, mas não adquiriu ainda a consciência do civilizado: são perfeitos marginais políticos e sociais²⁴¹.

Nesta entrevista Duarte não fez comentários acerca do sumiço da verba e nem do malogro da Missão, em outro documento Duarte afirmou: “os 600 contos²⁴² concedidos para a

²⁴¹ Declaração de Paulo Duarte na página 6 da entrevista titulada: Paulo Duarte: um Quixote democrático da Revista **Veja**. São Paulo, Editora Abril, (328): 3-8, 18/12/1974, consultada na Biblioteca da ECA-USP. Col. Especial: obras raras.

²⁴² Consta em documento de 12/03/1947 que a verba autorizada foi de CR\$ 500.000, 00 (Quinhentos mil cruzeiros). É preciso lembrar que a quantia aparece citada de forma diferenciada em outro documento, processo, sem data específica, mas que podemos situá-lo nos anos 60, como 600 contos de reis. A quantia, provavelmente, é a mesma e a mudança de denominação refere-se às mudanças monetárias de duas décadas. Cf. MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Missão Franco Brasileira – São Paulo. Decreto Lei, número 17.118 de 12 de março de 1947. Dispõe sobre o criação do Quadro da Universidade de São Paulo e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 mar. 1947 e Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História – Correspondência (1960-1965) - Pasta 131 – Processo relativo ao pedido de vencimentos como diretor e professor do Instituto de Pré-História.

nossa pesquisa desapareceram misteriosamente com a facilidade com que desaparece dinheiro público no Brasil”²⁴³ e complementou: “E tudo malogrou! E perdeu-se a oportunidade esplêndida, favorecida pelo único gesto lúcido até então partido de governos nacionais em relação às jazidas do Brasil. Só nós protestamos, mais ninguém. Nem a Faculdade de Filosofia da Universidade atingida também pela selvageria oficial²⁴⁴ (DUARTE, 1970: 350).

Apesar do amplo e importante quadro que Hayashi configurou sobre Paulo Duarte, no caso da Missão franco-brasileira fazia-se necessário tais esclarecimentos, pois são poucas as referências sobre essa tentativa de pesquisa dos sambaquis e certamente a Missão serviu de parâmetros para a futura organização de trabalhos desenvolvidos na Comissão de Pré-História, no âmbito da qual a verba de 1953 seria destinada para os estudos arqueológicos apresentados no XXXI Congresso dos americanistas²⁴⁵.

Outra citação relevante sobre o assunto foi encontrada em Erasmo Garcia Mendes, em biografia de Paulo Duarte o autor afirmou que: “Em fins de 1945, de volta ao país após a restauração democrática conseguiu [Duarte], na interventoria de Macedo Soares, dois feitos de grande importância: a criação, junto à Casa Civil do interventor, do Instituto de Pré-História precipuamente devotado ao estudo dos sambaquis [...]” (MENDES, 1994: 190, grifos nosso).

Nas pesquisas realizadas não foi encontrada nenhuma referência a respeito da criação de um Instituto de Pré-História em 1945. Neste ano fundou-se o Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros e os mecanismos de obtenção de verba foram descritos neste capítulo no item “Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros” e o quê Paulo Duarte conseguiu na interventoria de Macedo Soares foi verba para a Missão Científica Franco-Brasileira, frustrada pelos motivos expostos. O Instituto de Pré-História e Etnologia foi oficializado em

²⁴³ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História – Correspondência (1960-1965) - Pasta 131 – Processo relativo ao pedido de vencimentos como diretor e professor do Instituto de Pré-História.

²⁴⁴ Em outro artigo da Revista Anhembi sobre os sambaquis Duarte acusou Adhemar explicitamente, fato que não ocorreu na Revista Veja: “Os cientistas franceses já estavam prontos para embarcar, quando assumiu o governo de São Paulo o sr. Adhemar de Barros, de acordo com as suas normas de desonestidade administrativa, desviou a verba destinada à pesquisa científica que foi empregada não se sabe como em coisas de interesse de sua política e tudo malogrou. A Comissão não pôde embarcar, apesar de vultosas despesas feitas pelo Museu do Homem e por aquele Instituto, [Francês de Altos Estudos Brasileiros] que tiveram assim mais um documento da desorganização e da falta de idoneidade dos governos sul-americanos, por estas e outras justamente desmoralizados no exterior. Há mesmo quem afirme que isso se executou para facilitar a organização de uma indústria destinada a locupletar-se com o mineral precioso de que são ricos os sambaquis (cálcio), indústria essa de que é maior interessado próprio sr. Adhemar de Barros! Sim ou não, o fato é que o decreto foi baixado (decreto 17.468-B, e 31-7-1946) e enviado para a região de Cananéia um funcionário da Indústria Animal com a missão de estudar a melhor maneira de aproveitamento econômico dos sambaquis!” (DUARTE, 1951: 207).

²⁴⁵ Estes assuntos serão abordados no capítulo 4.

21/03/1959 apesar das discussões ocorridas para a sua efetivação em fins de 1958. Esta instituição englobou a Comissão de Pré-História fundada em 1952. Posteriormente, o Instituto de Pré-História e Etnologia passou para a USP com a denominação de Instituto de Pré-História e a Comissão de Pré-história ficou extinta. Sendo assim, não foi encontrado nenhum documento que embasasse a afirmação do referido autor.

Portanto, as primeiras tentativas de Paulo Duarte de organizar a cultura e os estudos científicos no âmbito da Arqueologia são muitas vezes desconhecidas ou confundidas com as realizações de período posterior, onde os conflitos e as ambigüidades de datas e situações apresentam uma imagem distorcida do período impossibilitando uma interpretação apropriada sobre a correlação de fatos implicando nos desconhecimento das mentalidades do período que foram impressas aos estudos arqueológicos.

No retorno da análise da primeira Missão franco-brasileira evidenciam-se as especificidades de Paulo Duarte para a organização da Missão: secretário geral do instituto franco-brasileiro e responsável pela ala de etnografia brasileira no Museu do Homem, Duarte adquiriu conhecimentos em Etnologia e Pré-História por meio dos cursos freqüentados no Museu de Paris, bem como pela prática cotidiana. Acrescentam-se a estes fatores o conhecimento das autoridades políticas e o fato de haver colaborado na fundação da Universidade, inclusive indicando os professores, portanto, o cientista brasileiro teria todas as facilidades para organizar a Missão.

Duarte, antes de voltar a Paris para acertar o seu retorno definitivo ao Brasil empreendeu uma grande campanha de divulgação da pesquisa, de ênfase pré-histórica, através da imprensa de vários estados do país, bem como através de conferências na Biblioteca Municipal e no Clube dos Artistas. Esta ampla divulgação registrou a pretensão da Missão, por meio do Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros, em oferecer livros e peças antropológicas para a Universidade de São Paulo, bem como publicar *fac-similes* fotográficos de documentos inéditos dos diversos museus franceses que seriam doados a Biblioteca Nacional²⁴⁶. Em contrapartida também levaria filmes científicos e biográficos para o instituto franco-brasileiro.

²⁴⁶ Em relação as questões de reprodução de acervos no que concerne aos museus é interessante observar as duas posturas de intelectuais que partilharam mentalidades com Paulo Duarte: Mário de Andrade acreditava que a popularização dos acervos em exposições museológicas no interior das cidades ocorreriam mediante a reprodução de material, pois o acesso as obras seria difícil numa longa itinerância porque as instituições não ficariam tanto tempo sem os seus acervos e no Departamento de Cultura, Mário de Andrade e Paulo Duarte fizeram contatos com museus do interior pedindo réplicas. Paul Rivet também era a favor da reprodução, mas

Assim, os objetivos do Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros eram contemplados no que concernia à questão de intercâmbio cultural.

Em reunião com a Comissão da Missão, Paulo Duarte já abordava a urgência de legislação protecionista para os sambaquis e afirmou que anteriormente ao período da Missão Rivet já pensara na obtenção desta legislação²⁴⁷.

A Missão Científica Franco Brasileira não se concretizou pelos motivos já abordados e em outubro de 1947, Paul Rivet fornecia notícias ao diretor das relações culturais da França sobre a importância da Missão que exploraria os sambaquis brasileiros até então nunca estudados metodicamente e justificou que a expedição não pôde concretizar-se por “razões de ordem técnica²⁴⁸”.

Provavelmente, estes problemas de ordem técnica diziam respeito aos problemas abordados por Paulo Duarte como o sumiço da verba brasileira e a própria aprovação do decreto de 1947 que diminuiu o tempo das pesquisas científicas em prol da exploração comercial dos sambaquis.

Apesar de malograda e pouquíssimo comentada esta Missão foi a base das ações para as pesquisas pré-históricas implementadas posteriormente por Duarte em São Paulo. A partir desta experiência o cientista brasileiro confirmou a necessidade de um órgão responsável pelo desenvolvimento dos trabalhos, uma legislação adequada que combatesse o decreto de 1947, a carência de apoio governamental e institucional. São estes elementos que Duarte começou a organizar a partir de 1952, inclusive com o apoio de Paul Rivet que pensava iniciar as ações para o XXXI Congresso dos Americanistas em 1954 com uma segunda Missão Franco-Brasileira que desenvolveria uma pesquisa metódica nos sambaquis de São Paulo²⁴⁹.

E definindo-se como “[...] um simples estudioso de Antropologia da América Latina” (DUARTE, 1960: 76, grifo nosso), Paulo Duarte iniciou os processos desenvolvidos nas pesquisas e na salvaguarda do patrimônio arqueológico pautando-se pelo modelo museológico desenvolvido por Paul Rivet no Museu do Homem, pois segundo Duarte foi na Instituição francesa que os projetos de pesquisa arqueológica foram pensados para o Brasil:

contrário a itinerância, pois temia pela salvaguarda do patrimônio. Desta forma acreditava que a reprodução era a solução para a divulgação e acesso dos acervos sem danificá-los (DUARTE, 1985; RIVET, 1948). Neste caso optou-se pela reprodução dos documentos.

²⁴⁷ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Missão Franco-Brasileira – Ata de reunião da “Comissão Científica Franco Brasileira” em 23/12/1946.

²⁴⁸ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Missão Franco Brasileira – Carta de Paul Rivet ao Diretor das Relações Culturais da França em 31/10/1947.

²⁴⁹ Carta de Paul Rivet a Paulo Duarte em 29/12/1952 publicada em (DUARTE, 1960: 78-79).

[...] subíamos ao grande terraço do “Palais de Chaillot” onde, depois de lançar os olhos sobre aquela paisagem inigualável de ‘vingt siècles d’Histoire’ começávamos a trocar idéias sobre estudos e planos futuros. Foi aí que êle me incumbiu de traduzir ‘Les Origines de l’Homme Américain’, foi aí que estruturamos o ‘Institut Français des Hautes Études Brésiliennes’, combinamos o desenvolvimento de uma seção etnográfica brasileira que pela primeira vez ocuparia tôda a comprida galeria de baixo. Aí também sonhamos pela primeira vez com um Instituto de Pré-História, com um Museu do Homem Americano em São Paulo (DUARTE, 1960: 139).

Portanto, o intuito deste capítulo foi demonstrar que os processos de pesquisa, musealização e salvaguarda arqueológicos iniciados nos anos 50 e 60 por Paulo Duarte em São Paulo tiveram como base o modelo institucional empreendido por Paul Rivet a partir do Museu do Homem em toda a América Latina, desde a década de 30, com pesquisas etnográficas e pré-históricas em alguns países da região.

As missões científicas contavam com especialistas do Museu do Homem e adequavam-se às peculiaridades locais dedicando-se ao campo do saber que mais caracterizava o território, por exemplo, no Brasil e no Peru a ênfase foi voltada para os estudos pré-históricos enquanto que na Colômbia enfatizaram-se os estudos etnográficos. No entanto, independente do viés da pesquisa dado pela missão, não foram abandonadas outras áreas do saber como a Lingüística, a Antropologia, a Geologia, a Paleontologia entre outros.

Os estudos nos países latino-americanos visavam contribuições para as questões da Origem do Homem Americano, a inclusão das populações latinas num quadro de contribuições universais para a humanidade, o estabelecimento de noções de pertencimento e identitárias e ainda parcerias científicas que ajudassem os países latino-americanos no desenvolvimento a partir da França.

Assim, as missões emprenderiam a pesquisa e a coleta de documentos, os quais analisados permitiriam a formulação científica que deveria popularizar-se implementando a instrução e a transformação da realidade.

Os institutos colaborariam também com as missões e ensejariam uma série de ações que possibilitaria a integração cultural entre o país latino-americano e a França. Todo conhecimento produzido seria comunicado pelos museus. A cultura material coletada era encaminhada para o Museu do Homem e para os museus dos países onde se desenvolviam as pesquisas, como constam da Tabela 5.

O Brasil poderia funcionar como paradigma para a América Latina à medida que apresentava algumas condições peculiares como: interesse e formação de Paulo Duarte no Museu do Homem, mentalidade que convergia com as ações de Paul Rivet, conhecimentos pessoais e políticos que poderiam facilitar a implantação dos processos culturais e científicos e experiências anteriores na viabilização de projetos com o Departamento de Cultura. Por estes motivos as teorias de materialização das crenças de Paulo Duarte e Paul Rivet avançaram para a idealização do Instituto de Pré-história e o Museu do Homem Americano.

O malogro de alguns empreendimentos na América Latina deveu-se principalmente às questões orçamentárias e o desinteresse pelas propostas culturais que não eram formuladas pelos próprios países e sim aplicadas pelo Museu do Homem muitas vezes conflitando com os interesses políticos da região onde eram desenvolvidos, por exemplo, o caso colombiano.

No caso brasileiro, apesar da derrocada do Instituto e da não concretização da Missão, os dois empreendimentos permitiram posteriores parcerias com Paul Rivet e forneceram bases de estruturação para a implementação de instituições responsáveis pela pesquisa e salvaguarda dos sítios arqueológicos em São Paulo.

TABELA 5*
IMPLANTAÇÃO DA LINHA TEÓRICO-METODOLÓGICA DO MUSÉE DE L'HOMME NOS PROCESSOS DE MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA NA AMÉRICA LATINA

| Mudança da realidade arqueológica, museológica e cultural (ênfase na responsabilidade social científica) | Cadeia operatória museológica | Procedimentos museológicos de salvaguarda e comunicação | Realidade arqueológica | Recorte patrimonial | Gerenciamento e administração da memória | Preservação de bens patrimoniais | Noções de identidade e pertencimento |
|--|--|---|---|---|--|--|---|
| <p>Objetivos:</p> <p>- Implementação de missões científicas e instituições científico-culturais e preservacionistas por Paul Rivet e Paul Duarte nos países latino-americanos.</p> | <p>- Organização de instituições e missões científicas cujo produto seria exposto nos museus (existentes ou na perspectiva de futura organização).</p> <p>- Formação de coleções pela aquisição e coleta de acervo através das missões científicas, bem como pelas trocas, de coleções em duplicidade, entre instituições preservacionistas.</p> | <p><u>Salvaguarda:</u></p> <p>-preservação do acervo através da Musealização da Arqueologia.</p> <p><u>Comunicação:</u></p> <p>- Popularização científica e exposição do acervo através da comunicação museológica (Ex. ala de etnografia do Museu do Homem).</p> | <p>- Ausência de pesquisa científica em sítios arqueológicos latino-americanos.</p> <p>- Destruição dos sítios.</p> <p>- Condução das pesquisas arqueológicas pautadas pela valorização estética do artefato arqueológico latino-americano.</p> | <p>- Acervo arqueológico no âmbito da Antropologia (Física e Social).</p> <p>- Valorização de outro segmento patrimonial arqueológico latino-americano como mecanismo de mudança da realidade social.</p> | <p>- Implantação de novos paradigmas teórico-metodológicos e institucionais responsáveis pela seleção patrimonial.</p> <p>- Observação das especificidades locais para o desenvolvimento do planejamento museológico, cultural e arqueológico.</p> | <p>- Pesquisa científica.</p> <p>- Musealização da Arqueologia</p> | <p>- Pertencimento à Humanidade pela origem comum.</p> <p>-Cooperação francesa no fomento as pesquisas e instituições culturais na perspectiva de desenvolvimento social.</p> <p>- Estabelecimento de novos parâmetros para as identidades culturais na tentativa de promoção da auto-estima modificando a percepção social do indígena.</p> <p>- Enfoque sobre o continente americano evidenciando a importância social e política da região.</p> <p>- Inclusão social com projetos voltados para classes sociais distintas.</p> |

* Reflexão elaborada à partir de BRUNO, M. C. O. Musealização da Arqueologia: alguns subsídios. Texto para orientandos 2007.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.

“Não nos movermos, pois, pelas ‘coisas’ que desenterramos, mas pelas ‘gentes’ que temos a pretensão de saber colocar por detrás delas”

Luis Raposo

“Por medio de los objetos el pasado se acerca al presente, con los objetos, el pasado viaja al presente y con ellos la cultura fluye.”

Josep Ballart



Figura 14: Paulo Duarte e os objetos de sua história.
Máscara mortuária de Mário de Andrade, desenho de Paul Rivet por Flávio de Carvalho para o IPH, retrato da mãe de Paulo Duarte e o Jornal “A Folha de São Paulo”.
Agência Estado.

CAPÍTULO 4

PRÉ-HISTÓRIA DO BRASIL: ESSA GRANDE DESCONHECIDA²⁵⁰

4.1 - Ações, Instituições e Legislações: combate à incompreensão e à destruição

4.1.1 - Comissão de Pré-História

Com a volta definitiva de Paulo Duarte ao Brasil e após a experiência mal sucedida da Missão Franco-Brasileira, o intelectual empreendeu a tarefa delegada por Paul Rivet cujo objetivo centrava-se na efetivação de medidas para a implementação das pesquisas científicas arqueológicas com o intuito de justificar a fundação do Museu do Homem Americano.

Estas metas correlacionavam-se com outras semelhantes cobiçadas por Duarte desde os tempos do Departamento de Cultura e consistiam na implantação do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico de São Paulo no âmbito do planejado Instituto Paulista de Cultura e a finalidade principal era a preservação, inclusive do patrimônio arqueológico.

O pretendido Instituto Cultural também previa englobar outras instituições municipais e estaduais e entre elas o Museu Paulista, foco desde os anos 30 de propostas de reformulações idealizadas por Duarte e Mário de Andrade. Esta Instituição comporia com outros museus um complexo museológico responsável pelo desenvolvimento social. A idéia fundante destas propostas previa a transformação da nação a partir de definições de modernidade e identificação da particularidade, estabelecendo a mediação entre o futurismo tecnológico e o nacionalismo conservador (HARDMAN, s.d.: 294).

No período do Departamento de Cultura ocorreu a cooperação entre esses intelectuais: Paul Rivet, Mário de Andrade e o próprio Duarte. A convergência de mentalidades proporcionou parcerias entre as experiências desenvolvidas pelo Museu do Homem e o Departamento. O primeiro exílio de Duarte também colaborou com as extensas relações entre esses intelectuais cuja diferença de pensamento concerniu à questão da brasilidade.

Mediante o segundo exílio e o contato com Paul Rivet no Museu do Homem, as propostas para um patrimônio cultural amplo ganharam um recorte direcionando os interesses de Duarte para o patrimônio arqueológico. As experiências de descrença política, exílio,

²⁵⁰ Título baseado em frase de Paulo Duarte (FUNARI, 1994).

guerra, nacionalismos com exacerbação de preconceitos levaram Duarte a repensar a perspectiva nacional para um viés universalista, agregando às ideologias iniciais uma visão que estabelecia a compreensão do país a partir da Humanidade e de contextos regionais mais vastos como, por exemplo, a América Latina.

Para Duarte “[...] políticos e países têm que pensar e agir universalmente, porque os homens cada dia ficam mais cidadãos do mundo do que de pequenas pátrias – e todas as pátrias são pequenas – e estas se transformam em meras províncias de uma única pátria terrestre” (DUARTE, 1950: 6-7). As novas reflexões sobre nacionalidade, territorialidade, guerra, humanidade e organizações políticas fizeram o intelectual concluir que os fatores primários de formação do Estado seriam substituídos pelo humano. Desta forma, Duarte acreditava que:

A guerra é mais uma origem de uma disciplina imposta, necessária ao primitivo, pois para o civilizado a disciplina é aceita e não imposta. A ligação estreita e a cooperação exigidas pela guerra só se obtém com o comando único, e este leva facilmente a ditadura.

De outro lado a guerra leva à conquista, e esta é sempre um roubo. Com ela a consangüinidade cede lugar a territorialidade com base na organização política e dela, da territorialidade nasce o conceito de nacionalidade. Assim, a agricultura, a escravatura e a territorialidade são fatores primários de formação do Estado, o que demonstra que a guerra, até esse momento constitui uma necessidade para as instituições sociais humanas, desde a horda até a nação.

Mas neste momento que vivemos, tudo indica que a nação começa a decair para ser substituída pelo humano, e este dispensa a guerra²⁵¹.

Portanto, as finalidades explícitas de valorização do humano, luta contra a guerra e os nacionalismos, responsáveis pelo desencadeamento de preconceitos, revestiram a missão cultural e científica de Paulo Duarte de aspectos transformadores relacionados à liberdade humana, cidadania, dignidade e civilização, compreendidas como o afastamento do estado primário, responsável pela suplantação e domínio de povos por outros considerados superiores e desencadeados pelas organizações políticas ditatoriais de esquerda ou direita (DUARTE, 1950).

A idéia sustentava-se na crença de que tal quadro de coisas somente seria revertido pelo desenvolvimento intelectual e científico através da implantação de sistemas educativos e

²⁵¹ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: (curso 1960) – Pasta 285 - Recorte de jornal com reportagem onde não consta o título. Folha de São Paulo, São Paulo, 19/10/1960.

culturais adequados²⁵² que livraria a nação de um “desenvolvimento inferior”, pois, Duarte concebia que sem informação não se poderia resolver nenhum problema social, pois a estruturação da sociedade vinha pela cultura²⁵³. No Departamento de Cultura, o grupo ligado a Armando de Salles Oliveira tinha exatamente tentando resolver algumas questões sociais pela implantação de mecanismos culturais tendo por base dados empíricos obtidos pela condução de ações pautadas pelos conhecimentos científicos²⁵⁴.

Em 1951, sustentado por estas idéias, Duarte recomeçou suas atividades em prol do conhecimento científico através de ações de informação e divulgação sobre a importância do patrimônio arqueológico brasileiro focando seus estudos nos sambaquis. Pela Faculdade de Filosofia, Paulo Duarte conseguiu do então diretor, professor Euripedes Simões de Paula, uma verba para que Paul Rivet viesse a São Paulo ministrar um curso sobre as origens do Homem. Segundo Duarte, o curso de Paul Rivet despertou grande interesse²⁵⁵ e foi publicado pela Revista Anhembi²⁵⁶ e pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP²⁵⁷.

O intelectual brasileiro fundara a Revista Anhembi em 1950. Definida como uma publicação voltada para a cultura surgiu, inicialmente, com o apoio monetário de alguns amigos de Duarte. O periódico contou com artigos de renomados cientistas, intelectuais e artistas, nacionais e internacionais, dentre os quais constavam grandes nomes da cultura universal com os quais Duarte manteve contato no seu tempo de exílio, inclusive fora da França.

No entanto, a Revista foi atingida pela posição política do ex-jornalista. As críticas direcionadas a Getúlio Vargas e Adhemar de Barros ocasionaram a falta de anunciantes que temiam associar a imagem das suas empresas e indústrias às tendências políticas de Paulo Duarte. Segundo a narrativa do intelectual, representantes da Associação Comercial de São Paulo e da Federação das Indústrias e do Comércio o procuraram com a proposta de financiamento da Revista desde que Paulo Duarte interrompesse as críticas aos

²⁵² MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de nova organização) – Pasta sem identificação. Carta de Paulo Duarte aos diretores do Jockey Club de São Paulo, sem data.

²⁵³ Unicamp – CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricargo Guedes em 12/04/1977, pp. 48.

²⁵⁴ Análise realizada no capítulo 1 desta dissertação.

²⁵⁵ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História – Correspondência (1960-1965) - Pasta 131 – Relatório histórico de processo relativo ao pedido de vencimentos como diretor e professor do Instituto de Pré-História.

²⁵⁶ RIVET, Paul. “As origens do Homem”. In: Revista Anhembi. São Paulo, separatas 24-25. Nov/dez-1952.

²⁵⁷ RIVET, Paul. “As origens do Homem”. In: Col. Cursos e Conferências 2. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Seção publicações, 1952.

governantes²⁵⁸. “Aí, eu disse para eles: ‘Bem, em conclusão, vocês estão me propondo a prostituição da minha filha. Nesse caso, prefiro matá-la’. Eles saíram muito desapontados, e eu matei a Anhembi em 1963²⁵⁹”.

Curiosamente, as análises dos treze anos de publicação da Anhembi revelaram pequena abordagem sobre a Pré-História ou ações de Duarte neste campo. Salvo alguns editoriais, os artigos sobre o tema concentram-se nos anos 1961 e 1962, período correspondente aos cursos de extensão universitária e implantação do Instituto de Pré-História na Universidade de São Paulo. Paul Rivet colaborou com vários artigos para a Revista e recebeu a notícia do surgimento da publicação em carta enviada por Duarte: “[...] aparecerá em São Paulo uma nova revista de alta cultura sob a minha direção. Naturalmente uma revista será um novo instrumento de aproximação cultural franco-brasileira²⁶⁰” (DUARTE, 1960: 56).

A parceria entre Duarte e Paul Rivet continuou em 1952 quando o último retornou ao Brasil e foi recebido pelo governo estadual Lucas Nogueira Garcez, professor universitário que estabeleceu ligação política com Paulo Duarte²⁶¹. Em almoço com o americanista, acompanhado pelo intelectual brasileiro, Garcez ouviu as abordagens dos problemas referentes aos sambaquis. Os cientistas apresentaram a proposta de uma Comissão de Pré-História que “[...] vigilasse pelas jazidas e iniciasse a pesquisa científica²⁶²”.

Nesta visita, Paul Rivet também participou de investigações arqueológicas realizadas conjuntamente com Paulo Duarte em um sambaqui de Cananéia à margem do Rio Jacob. Durante este período os cientistas elaboraram os projetos para o futuro Instituto de Pré-História conforme narrativa do próprio Duarte:

Flávio [de Carvalho] lhe fez dois retratos de que Rivet gostou imensamente por causa das côres e da expressão. Um destes retratos

²⁵⁸ Nesta entrevista Paulo Duarte colocou que criticava Getúlio Vargas e Adhemar de Barros e que a pressão dos anunciantes era para que findasse a crítica a ambos. No entanto, no período da pressão narrada por Duarte, Getúlio Vargas já havia morrido. Não é possível saber se o entrevistado somente quis enfatizar que também criticava Vargas no início da Revista e por isso não tinha tantos anunciantes ou se mesmo após a morte de Getúlio, os anunciantes não admitiam críticas ao antigo presidente já que é possível perceber na Revista que mesmo após a morte de Vargas, a crítica continuava ao mesmo e ao período que governou.

²⁵⁹ Unicamp – CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História – contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricargo Guedes em 13/04/1977, pp.15.

²⁶⁰ Carta de Paulo Duarte a Paul Rivet em 30/07/1950 publicada em (DUARTE, 1960: 56).

²⁶¹ Sobre o processo de rompimento de Lucas Nogueira Garcez com Adhemar de Barros e a articulação política de Paulo Duarte na aproximação de Garcez com a UDN consultar (HAYASHI, 2001: 32-33).

²⁶² Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História – Correspondência (1960-1965) - Pasta 131 – Relatório histórico de processo relativo ao pedido de vencimentos como diretor e professor do Instituto de Pré-História.

ficou com Rivet e o outro Flávio o reservou ao futuro Instituto de Pré-História que projetamos aqui Rivet fez ainda comigo uma viagem a Cananéia onde ficamos uma semana, fazendo pesquisas no sambaqui à margem do rio Jacob. (Fig.15)

Atravessava êle, nesse momento, uma das suas crises de artrite obliterante que o impedia quase de andar. Assim, levávamos para o sambaqui uma cadeira de lona, sêntado na qual ele orientava a escavação. Ao surgir porém qualquer coisa interessante, quando viamos, Rivet havia deixado a sua cadeira e estava ao nosso lado participando diretamente da investigação [...]

Trouxemos de lá três crânios, ossos e vários instrumentos líticos encontrados no sambaqui (DUARTE, 1960: 69-70).



Rivet e P. Duarte no Sambaquí "Maria Rodrigues", quise totalmente explorado para fins comercisis (adubo e alimento de animais).



Figura 15 – Pesquisa arqueológica no sambaqui Maria Rodrigues, Cananéia. Arquivo Paulo Duarte

Conjunto de documentos iconográficos – referente Visita de Paul Rivet ao Brasil em 1952.

Portanto, as missões de Rivet ao Brasil tinham o objetivo de estruturar juntamente com Duarte a instituição científica, promover a pesquisa arqueológica e viabilizar os projetos, não só financiando-os, mas também exercendo com sua presença de cientista renomado uma pressão sobre a autoridade governamental. Pois, o americanista já alertara Duarte que pretendia o “[...]auxílio dos governos americanos, o que seria sobretudo um apoio moral e

uma colaboração que desejo tão estreita quanto possível com os cientistas de cada país interessado”²⁶³ (Duarte, 1960: 107).

No caso brasileiro, a pressão exercida pelos intelectuais funcionou à medida que Lucas Garcez criou a Comissão de Pré-História e definiu suas atribuições em 19/12/1952 pelo decreto n. 21.935. Conforme a análise dos artigos do documento, e mediante a afirmação de que Paulo Duarte foi redator²⁶⁴ deste decreto, foi possível identificar nas disposições legais as concepções que o autor imprimiu à legislação. No artigo 1º foram estabelecidas duas funções precípuas da Comissão: proteção e interesse científico dos sambaquis²⁶⁵. Desta forma não só a preservação estava contemplada, mas também a pesquisa arqueológica.

O artigo 2º definiu a quantidade de membros da comissão e acrescentou que os integrantes seriam escolhidos preferencialmente entre especialistas de quaisquer ramos científicos de interesse: pré-histórico, etnológico, antropológico, paleontológico, arqueológico ou geológico²⁶⁶. A indicação destas áreas de conhecimento contemplou as idéias de Rivet, compartilhadas por Duarte, de que as pesquisas pré-históricas englobavam estudos interdisciplinares que pretendiam a melhor compreensão do Homem. Este não se dividia em compartimentos estanques. As divisões científicas somente foram criadas pela grande quantidade de tarefas que os cientistas deveriam abranger e desta forma os diversos campos do conhecimento antropológico seriam contemplados²⁶⁷ (RIVET, 1948a: 112).

Quanto ao parágrafo segundo, do mesmo artigo, que optou pela não remuneração dos integrantes da Comissão²⁶⁸, o próprio Duarte explicou:

A nomeação em caráter efetivo destina-se a dar estabilidade à Comissão que deve viver completamente alheada do interesse partidário. A gratuidade do cargo afasta as pretensões das centenas de candidatos a emprego, permitindo dar o posto apenas aos dedicados à

²⁶³ Carta de Paul Rivet a Paulo Duarte em 08/06/1955 publicada na obra acima citada.

²⁶⁴ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de nova organização) – Pasta 4- sub-pasta: Processos Paulo Duarte – contagem de Serviço Público. Curriculum Vitae de Paulo Duarte. Carimbo do processo com a data de 1964.

²⁶⁵ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de nova organização) – Pasta 2- sub-pasta: Decretos, leis, pareceres e portarias. Transcrição do Decreto nº 21.935, de 19 de dezembro de 1952. Altera o decreto 17.468-B, de 31 de julho de 1947, para instituir a Comissão de Pré- História destinada à proteção dos sambaquis, grutas e lapas, situados em território estadual. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, 20 dez. 1952. pp.1.

²⁶⁶ *Ibidem*, pp.1.

²⁶⁷ Esta condução teórico-metodológica está analisada no capítulo 2 desta dissertação.

²⁶⁸ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de nova organização) – Pasta 2- sub-pasta: Decretos, leis, pareceres e portarias. Transcrição do Decreto nº 21.935, de 19 de dezembro de 1952. Altera o decreto 17.468-B, de 31 de julho de 1947, para instituir a Comissão de Pré- História destinada à proteção dos sambaquis, grutas e lapas, situados em território estadual. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, 20 dez. 1952. pp.1.

pesquisa científica. Sendo funções efetivas, tem o regulamento que prever os casos de destituição dos membros²⁶⁹.

Apesar de não revelar este fato, as experiências no Departamento de Cultura, muitas vezes tumultuadas por interesses partidários e de candidatos a emprego, provavelmente, contribuiriam para a inclusão deste item na legislação de 1952.

Dentre as atribuições da Comissão ressaltavam-se a efetivação: do tombamento voluntário ou compulsório dos sítios sambaquieiros e de outras tipologias (lapas e grutas) no território do Estado, que oferecessem interesse científico digno da proteção do mesmo, bem como a realização da sua exploração científica preservando e conservando o material encontrado²⁷⁰ (art. 3º, dispositivo “a”)²⁷¹.

Neste caso, o tombamento compulsório previa as resistências dos exploradores de sambaquis. Ao estendê-lo para outras tipologias de sítios arqueológicos, Duarte ampliou a defesa de documentos pré-históricos com características diferenciadas que também poderiam contribuir para a compreensão da Origem do Homem Americano. Quanto à relação estabelecida entre tombamento e “interesse científico digno da proteção do Estado”, talvez a legislação pudesse deixar lacunas para a interpretação estatal sobre a existência ou inexistência da “dignidade” da proteção, possibilitando a valorização de alguns sítios em detrimento de outros. Esta idéia poderia ocorrer, mesmo mediante a proposta científica de Rivet baseada em Mauss que ressaltava a importância de qualquer expressão cultural, onde tudo seria recolhido e documentado (DEBAENE, 2002). Portanto, qualquer zona de ocupação arqueológica seria digna de proteção do Estado e de interesse científico. Tal ambigüidade na legislação apareceu em decorrência da tentativa de se estabelecer que o “interesse científico digno de proteção” estava correlacionado com pesquisas orientadas por cientistas e não pelos amadores, pois “Qualquer curioso julga-se com o direito de excavar um sambaqui até encontrar o primeiro crâneo e depois abandonar a jazida parcialmente inutilizada²⁷²”, portanto o dispositivo legal tinha por finalidade acabar com a exploração parcial do sambaqui, já que

²⁶⁹ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de nova organização) – Pasta 2- sub-pasta: Decretos, leis e pareceres. Justificação artigo por artigo. Sem data, pp.5.

²⁷⁰ Redação realizada e resumida por mim com base nos dispositivos do Decreto nº 21.935.

²⁷¹ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de nova organização) – Pasta 2- sub-pasta: Decretos, leis, pareceres e portarias. Transcrição do Decreto nº 21.935, de 19 de dezembro de 1952. Altera o decreto 17.468-B, de 31 de julho de 1947, para instituir a Comissão de Pré- História destinada à proteção dos sambaquis, grutas e lapas, situados em território estadual. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, 20 dez. 1952. pp.1.

²⁷² MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de nova organização) – Pasta 2- sub-pasta: Decretos, leis e pareceres. Justificação artigo por artigo. Sem data, pp.5.

Duarte considerava que “Uma jazida pré-histórica pode ser completamente inutilizada por uma pequena escavação feita fóra das normas técnico-científicas. Em todo o mundo, as leis sobre o assunto adotaram êste texto²⁷³”.

Ao evidenciar o outro lado da questão da legislação preservacionista, André Prous afirmou a impossibilidade de formação de tantos profissionais no período e denotou importância aos amadores devido ao trabalho de coleta de material. Ao abordar o caso da legislação protecionista do Paraná, o autor ressaltou que a nova lei de preservação impediu essas atividades ocasionando a destruição do patrimônio arqueológico (PROUS, 1992: 12). Desta opinião já compartilhava, desde o XXXI Congresso Internacional dos Americanistas em 1954, José Loureiro Fernandes, que atuando em prol da preservação do patrimônio arqueológico daquele estado acreditava que era preferível obter uma amostragem ao invés de perder os vestígios arqueológicos pela destruição dos sítios, mesmo porque muitas vezes as coletas se faziam em sambaquis já destruídos onde não era mais possível a recuperação do registro arqueológico, como por exemplo, o sambaqui de Matinhos, onde o pesquisador empreendera uma coleta. Para Loureiro Fernandes:

Na impossibilidade de um trabalho sistemático de arqueólogo, procurando salvar algum material antropológico do sambaqui que vinha sendo destruído tivemos um entendimento com o Departamento Estadual [...]

Achados esses que não merecem maiores pormenores pois, êstes estratos foram revolvidos pela enxada de antigos e atuais moradores, uma vez que o sambaquis de Matinhos, durante muitos anos foi lugar de eleição para plantio de roças de milho e feijão.

Na época da exploração, a vegetação era de pequeno porte, o exame do tronco das árvores assegurava-lhes uma existência de pouco mais de um decênio. Aliás o proprietário do terreno nos confirmou que há cêrca de 15 anos havia feito uma grande roça no local.

Não obstante, essas raízes penetravam a mais de 70 centímetros, atingindo as ossadas humanas dos estratos superiores da camada média como deixamos documentado no caso do sepultamento número 5 (FERNANDES, 1955: 582-584).

Loureiro Fernandes, diretor do Museu Paranaense e da seção de Antropologia da instituição, de 1936 a 1947, alertava para a inexistência, no órgão, de arqueólogo e verba para custeio de pesquisas científicas. Desta forma restava a opção de coleta de material, principalmente ósseo, que em sua maioria encontrava-se em péssimas condições de conservação. Por esse motivo, o material de melhor condição era “[...] gessado em bloco e

²⁷³ Ibidem, pp.2.

depositado no Museu Paranaense, para que do sambaqui em destruição permanecesse algum documentário sobretudo dos tipos de sepultamento, permitindo futuros estudos comparativos” (FERNANDES, 1955: 587-588).

Apesar do conhecimento desta questão, os integrantes da Comissão de Pré-História em São Paulo enfatizavam outras situações, onde o desmonte do sambaqui acontecia contemporaneamente, por curiosos e colecionadores. Esse grupo chamava a atenção para a coleta de material, sem método científico, totalmente desprovida de valor porque inviabilizava a recuperação de informações advindas do contexto em que se encontravam os documentos arqueológicos. Duarte afirmou que:

A primeira fase a vencer no entanto não se circunscreve ao incremento às pesquisas mas sim na defesa das jazidas, defesa contra o amadorismo, contra os simples colecionadores que devastam sambaquis para colher peças as quais, identificadas cientificamente, isto é, não só pelo que significam mas a camada e o local exatos em que são encontradas nas jazidas, sem essas informações nenhum valor têm (DUARTE, 1955: 613).

Assim, Duarte informava a importância da utilização de métodos científicos que proporcionariam informações sobre os sambaquis e que eram totalmente desconhecidos pelos amadores, pois era inexistente até mesmo “A precaução elementar de limpar-se inteiramente o sambaqui da camada vegetal que o envolve, na qual até árvores centenárias existem, e que têm que ser estudadas, como auxílio ao cálculo da idade[...]” (DUARTE, 1955: 614). Em discussão realizada ainda com base na metodologia científica arqueológica, Duarte comentou:

O professor Loureiro Fernandes falou há pouco na necessidade de não se permitir a destruição dos sambaquis sem uma cuidadosa coleta de material arqueológico encontrado. Conheço bem o pensamento deste ilustre professor, por isso quero esclarecê-lo, no sentido de não ser mal interpretado, pois a simples coleta não basta. Um sambaqui só pode ser desmontado por um especialista, as diversas câmaras tem que corresponder a uma planta na qual se vão assinalando a posição de cada objeto ou ossada descobertas, porque um esqueleto ou um instrumento solto, sem essa identificação nada significam para o estudo das culturas que os sambaquis têm que revelar a quem souber interrogá-lo. Como sei que este é o pensamento do professor Loureiro Fernandes, que tão bem conheço pelo convívio e amizade que mantenho com o ilustre professor de Curitiba, quero deixá-lo claro para evitar possíveis equívocos. Além do mais a investigação tem que ser feita lentamente aos pouquinhos e o único instrumento que a Comissão de pré-história está usando nas suas pesquisas em Maratuá, por meio do sr. Joseph Emperaire, cuja comunicação impressionou pela sua profundidade e minúcia científica embora nenhuma

conclusão se possa tirar ainda delas, é uma pequena trolha e uma peneira pela qual está sendo passado todo o sambaqui de milhares de metros cúbicos! A morte à pá e ao enxadão ou à picareta tem que ser um lema da pesquisa científica dos sambaquis” (DUARTE, 1955: 615).

O diretor do Museu Nacional, representante do Rio de Janeiro, Luis de Castro Faria suscitou outra questão relacionada com a pesquisa profissional que desprezava os elementos culturais nos estudos arqueológicos. Castro Faria lembrou que os primeiros estudos em sambaquis estavam ligados à Antropologia Física e à craniologia, áreas de estudos que desviavam a atenção dos pesquisadores para o material ósseo. O cientista acrescentou que este fato juntamente com o pequeno interesse dedicado aos elementos culturais, devido à pobreza e valor estético dos artefatos, bem como a semelhança dos mesmos, fez com que os sambaquis fossem, quase sempre, tratados pelos antropólogos físicos dentro do conceito de uniformidade e exclusão dos aspectos culturais (FARIA, 1955: 575).

Além destes problemas, José Anthero Pereira Júnior, outro integrante da Comissão de Pré-História de São Paulo, chamava a atenção principalmente para os colecionadores e a falta de acesso aos artefatos coletados:

Devemos frisar contudo que esta tendência de arrecadar e de amontoar antiguidades seja quais forem, com a ausência parcial ou total de um espírito científico, é mais comum do que parece, e isso de certa forma, vem prejudicando certos estudos com relação ao índio antigo. De fato, achados de importância ficam às vezes desconhecidos dos especialistas e jazidas valiosas são revolvidas por quem de todo desconhece o método a ser seguido em tais atividades [PEREIRA JR, 1955: 71).

No entanto, estas discussões ocorreram no âmbito do XXXI Congresso Internacional dos Americanistas (1954) e foram posteriores à implantação da Comissão de Pré-História (1952). No Decreto nº 21.935, Duarte antecipando a relevância de tais questões para os estudos científicos tentava coibir a atuação dos amadores.

Para acabar com a dúvida sobre a expressão “interesse científico digno de proteção do Estado” pode-se recorrer a outro dispositivo legal constante do Decreto estadual que atribuiu a Comissão de Pré-História a função de:

elaborar seu regimento interno e propor anteprojeto em que fiquem consubstanciadas as medidas legislativas, autônomas ou supletivas da legislação federal, de proteção aos bens referidos neste decreto e, eventualmente, a outros bens de interesse público, que por sua vinculação a fatos memoráveis da história pátria ou do Estado, quer

por seu excepcional valor prehistórico, arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico, inclusive aos monumentos naturais, bem como sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (art. 3º, dispositivo “g”, grifo nosso)²⁷⁴.

Este texto constante do Decreto estadual encontrou similaridade com o Art.1º do Decreto-Lei federal nº 25²⁷⁵ e de certa forma solucionava a questão ambígua sobre o “interesse científico digno da proteção do Estado”, em discussão até este momento. A análise deste dispositivo permitiu vislumbrar, que ao contrário da possível análise errônea de exclusão de qualquer tipo de cultura ou sítio, a expressão “interesse científico digno de proteção do Estado” tinha na realidade o fito de incluir aspectos pré-históricos, arqueológicos, etnográficos, bem como paisagens diversificadas dotadas de caráter notável pela natureza ou pelo Homem. Portanto, o trecho pretendia incluir na proteção uma maior quantidade de aspectos culturais, como orientavam Rivet e Mauss e que até então não foram considerados dignos (BRUNO, 1991; FUNARI, 2002). Também cabe ressaltar que Duarte previu na redação do Decreto de Criação da Comissão de Pré-História outros artigos²⁷⁶ que complementavam as idéias do texto original e que não foram inclusos na publicação final gerando, portanto, esta contradição e possibilidade de interpretação ambígua.

Os últimos elementos do dispositivo legal relacionados à exploração científica, à preservação e à conservação contemplaram a pesquisa arqueológica, bem como a cadeia operatória museológica²⁷⁷ (art. 3º, dispositivo a).

²⁷⁴ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de nova organização) – Pasta 2- sub-pasta: Decretos, leis, pareceres e portarias. Transcrição do Decreto nº 21.935, de 19 de dezembro de 1952. Altera o decreto 17.468-B, de 31 de julho de 1947, para instituir a Comissão de Pré- História destinada à proteção dos sambaquis, grutas e lapas, situados em território estadual. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, 20 dez. 1952. pp.2.

²⁷⁵ BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, 06 dez. 1937. Decreto-Lei Artigo disponível em URL: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del0025.htm> . Consultado em 28 de agosto de 2007.

O Artigo 1º, § 2º deste Decreto-Lei determinou que: “Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana”.

²⁷⁶ Cf. texto “justificação artigo por artigo” em MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de nova organização) – Pasta 2- sub-pasta: Decretos, leis e pareceres. Pp.1-6

²⁷⁷ Decreto nº 21.935. MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de nova organização) – Pasta 2- sub-pasta: Decretos, leis, pareceres e portarias. Transcrição do Decreto nº 21.935, de 19 de dezembro de 1952. Altera o decreto 17.468-B, de 31 de julho de 1947, para instituir a Comissão de Pré- História destinada à proteção dos sambaquis, grutas e lapas, situados em território estadual. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, 20 dez. 1952. pp.1

Ainda em relação às atribuições da Comissão, ressaltava-se a necessidade de entendimento com o Departamento Nacional de Produção Mineral (Ministério da Agricultura) na obtenção de que fosse consignada nos decretos de autorização de pesquisa e lavra, disposição pela qual o Estado promoveria, sem prejuízo da exploração econômica das jazidas, as pesquisas ou investigações científicas, cabendo-lhe a propriedade do material científico encontrado, que seria protegido²⁷⁸ (art. 3º, dispositivo “b”).

Em relação a esta disposição, Duarte estabeleceu exaustivos contatos com o Departamento Nacional de Produção Mineral e o Ministério da Agricultura, órgãos federais responsáveis pelas autorizações de pesquisa e lavra das jazidas minerais, a fim de conseguir melhores resultados do Decreto estadual (nº 21.935) em relação à preservação dos sítios sambaquieiros. A ligação dos sambaquis a estes organismos federais sucedeu de legislação, anterior a este período, que não atentou para a especificidade de um detalhe na definição correta de jazida: o seu caráter natural. A grande parte da problemática da preservação dos sambaquis aconteceu em decorrência da exclusão deste termo nos textos legislativos.

Conforme esclareceu Duarte, a constituição de 1937 estabeleceu que as minas e demais riquezas do subsolo eram consideradas de propriedades distintas das que constituíam o solo, no que tangia a exploração ou aproveitamento industrial. Mesmo de propriedade privada, o aproveitamento industrial dependeria de autorização federal. A mesma Carta Constitucional determinou que a nacionalização de minas, jazidas minerais, quedas d'água ou outras fontes de energia teria regulação por um decreto específico para as minas, desta forma, em 25 de janeiro de 1940 instituiu-se o Código de Minas pelo Decreto-lei nº 1985. A constituição de 1946 não alterou o que foi disposto anteriormente²⁷⁹ e a regulamentação da exploração das jazidas continuou em conformidade com o Código de Minas de 1940. Tal Código definiu jazida mineral como: “[...] toda massa de substância mineral ou fóssil, existente no interior ou na superfície da terra e que apresente valor para a indústria”. E como mina, “[...]a jazida em lavra, entendido por lavra o conjunto de operações necessárias á

²⁷⁸ Redação realizada e resumida por mim com base nos dispositivos do Decreto nº 21.935. Ibidem, pp.1.

²⁷⁹ O Art. 152 da Constituição de 1946 estabeleceu que: “As minas e demais riquezas do subsolo, bem como as quedas d'água, constituem propriedade distinta da do solo para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial” e o Art. 153 afirmava que o: “O aproveitamento dos recursos minerais e de energia hidráulica depende de autorização ou concessão federal na forma da lei”. BRASIL. Constituição (1946). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Senado, 1946. Constituição disponível em: URL: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/De10025.htm> . Consultado em 28/85/2007.

extração industrial de substâncias minerais ou fósseis da jazida” (art.1º, § 1º)²⁸⁰. Com base nessas definições o arqueólogo afirmou que a legislação deveria fazer referência a: “[...]toda massa de substância mineral ou fóssil, de **origem natural** [...]”²⁸¹.

Desta forma, esta legislação não atenderia o caso do sambaqui, cuja origem é artificial. Sendo assim, a exploração dos sítios sambaquieiros, constituídos por massa de substância mineral e fóssil (calcáreo de conchas) e a de outros sítios arqueológicos como as grutas pesquisadas por Lund em Minas Gerais, ficou condicionada ao mesmo tipo de regulamentação das jazidas naturais e não se atentou para a questão da pesquisa científica arqueológica²⁸².

Esse problema legislativo impulsionou a destruição dos sambaquis, os quais mutilados desde o século XVI, porém de forma lenta, adquiriu uma exploração industrial contando com a concessão do Ministério da Agricultura. Duarte, ainda salientou, que este fato não era um problema de implicações somente nacionais, mas que atingia a ciência mundial, pois, [...] os sambaquis são fontes de pesquisa insubstituíveis. Sem o seu estudo não será mais possível determinar as origens do homem americano nem tão pouco estudar-se a prehistoria do continente” (DUARTE, 1951: 208).

Conforme estas inquietações pode-se verificar que Duarte imprimiu aos estudos científicos a sua mentalidade humanista. A preocupação com o sítio arqueológico brasileiro não era mais nacional e sim universal, pois as pesquisas arqueológicas do Brasil, mais especificamente de São Paulo, não pretendiam somente desenvolver o país através do conhecimento, instrução e desencadeamento de sentimentos de identidade e pertença, mas resolveriam a questão da origem do homem americano, tema que contribuiria para equiparar a importância do continente com outros povos no que tangia à cooperação para o desenvolvimento da Humanidade, promovendo desta forma a solidariedade entre as nações. Portanto, o conhecimento científico viria pautado pela identificação da responsabilidade social e política da ciência arqueológica.

²⁸⁰ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 2 – sub-pasta: Decretos, leis, pareceres e portarias – Transcrição: BRASIL. Decreto-Lei nº 1985, de 29 de janeiro de 1940. Código de Minas. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 30 jan.1940 – retificado em 03 fev. 1940.

²⁸¹ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – A preservação dos monumentos arqueológicos e pré-historicos. O Estado de São Paulo, São Paulo, 02/03/1958

²⁸² MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – A preservação dos monumentos arqueológicos e pré-historicos. O Estado de São Paulo, São Paulo, 02/03/1958.

Esta perspectiva na Arqueologia brasileira, totalmente inovadora para a época, encontraria ecos futuramente, ampliando a sua dimensão através da chamada Arqueologia Pública, resultante de mudanças de quadros teórico-metodológicos que desencadeariam o engajamento científico na busca do resgate arqueológico, inclusive, da história dos excluídos e das denominadas “minorias” implementando ações positivas em prol destas populações (MERRIMAN, 2004; FUNARI, 2004; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2006).

Este posicionamento da Arqueologia Pública adveio de um longo percurso de transformações das correntes teóricas, onde os estudos arqueológicos relacionados aos contextos histórico e social através da corrente teórica denominada de histórico-cultural, estabeleceram aproximações das noções de nação desenvolvidas no século XIX, calcadas em definições de: povo (grupo étnico biologicamente definido), território delimitado e cultura (língua e tradições sociais homogêneas). Em decorrência destes elementos surgiu o conceito de cultura arqueológica, pautado por conjuntos de artefatos semelhantes e contemporâneos e com ocupação em território demarcado. O surgimento deste modelo teve sua inserção no contexto de tentativa de identificação das origens pré-históricas dos povos europeus. Esta corrente teórica é pautada pela idéia de que a cultura de um povo é homogênea e transmitida pelas gerações (FUNARI, 2003).

Contrária à corrente acima descrita, surgiu na década de 60 a Arqueologia Processual, também conhecida como New Archaeology e tinha por base a Arqueologia Antropológica norte-americana. A condução teórica desta linha criticava a busca de eventos e culturas singulares propostos pelo histórico-culturalismo. A Arqueologia Processual pregava que a existência das regularidades no comportamento humano levava à maximização dos resultados e a minimização dos custos. Com base no contexto capitalista enfatizava o aspecto materialista sem levar em conta as diversidades culturais (FUNARI, 1990).

Em oposição a estas idéias a partir da década de 80 surgiu na Inglaterra a Arqueologia Pós-Processual, a qual firmou alguns pontos em comum com a Arqueologia Social redimensionando sua ligação com a História (FUNARI, 1990; SCHIFFER, 2000). O estabelecimento da relação passado-presente com a função crítica e de compreensão da atualidade intensificou a ligação desta corrente com a dimensão política da disciplina arqueológica. No âmbito destas discussões, a preocupação com a responsabilidade social da Arqueologia ganhou maior dimensão no World Archaeological Congress (Congresso Mundial de Arqueologia) em 1986, focando as relações de poder na sociedade e reconhecendo a

necessidade de engajamento científico conduzindo ao ativismo da ciência arqueológica nos anos 90 culminado com o crescimento da chamada Arqueologia Pública, compreendida como uma Arqueologia disponibilizada para o público (FUNARI, 1990, 2003; CALI, 2005). Portanto, entendida como “[...] o relacionamento entre a pesquisa e o manejo de bens culturais com os grupos sociais interessados, de forma a promover a participação da sociedade na gestão de seu patrimônio arqueológico e histórico” (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2006: 64).

Vários autores afirmam que os arqueólogos transitam entre as correntes teóricas em conformidade com as necessidades tipológicas de cada estudo (FUNARI, 2006; LANGEBAEK, 2006). Schiffer ressaltou que muitos profissionais ainda resistem ao conhecimento teórico de certas correntes da Arqueologia Social por não se adequarem às especificidades dos seus objetos de pesquisa e propõe que os arqueólogos estabeleçam pontes entre as diversas teorias (SCHIFFER, 2000).

Os apontamentos sobre o histórico de tais correntes teóricas possibilitaram a identificação dos diversos tipos de discurso científico construídos através das idéias infundidas ao conhecimento da ciência, bem como ressaltaram, resumidamente, o caminho percorrido pela Arqueologia. Temporalmente afastado destas discussões, Duarte denotou à Arqueologia brasileira uma mentalidade humanista inovadora que permitiu a identificação de similaridades com alguns pressupostos de cidadania, intervenção social, promoção e gestão do patrimônio arqueológico encontrados posteriormente na Arqueologia Pública, que originária do pós-guerra refletiu o contexto histórico vivido por Duarte e Rivet. As experiências de exílio, guerra e preconceitos vividos por estes cientistas deixaram profundas marcas na concepção científica e imprimiram à Arqueologia da época uma mentalidade de engajamento político e social responsável pela transformação da sociedade através do conhecimento arqueológico, por este motivo a destruição dos sítios sambaquieiros ganhou, pela interpretação científica de Duarte, uma dimensão não mais nacionalista, mas universalista. Portanto, constituindo-se como um problema da Humanidade, já que os sambaquis brasileiros ajudariam na compreensão das Origens do Homem Americano e teriam implicações para a Civilização. Paul Rivet não mediu esforços na colaboração com Duarte tentando salvar o patrimônio da Humanidade. E por este motivo Duarte concluiu: “Se houvesse uma polícia internacional só o que está acontecendo com os sambaquis do norte, de São Paulo, de Santa Catarina e do Paraná, principalmente justificaria uma intervenção. Porque o povo que não

compreende estas coisas tem que ser coagido a, pelo menos, respeitá-las” (DUARTE, 1951: 208).

E em consonância com os desejos de Duarte, a Carta de Nova Delhi de 1956, definiu alguns princípios internacionais que deveriam aplicar-se às pesquisas arqueológicas:

Estimando, que a garantia mais eficaz de conservação dos monumentos e obras do passado reside no respeito e dedicação que lhes consagram os próprios povos e certa de que tais sentimentos podem ser enormemente favorecidos por uma ação apropriada, inspirada na vontade dos Estados Membros de desenvolver as ciências e as relações internacionais,

Convencida de que os sentimentos que dão origem à contemplação e ao conhecimento das obras do passado podem facilitar grandemente a compreensão mútua entre povos e que, para isso, é preciso beneficiá-los com uma cooperação internacional e favorecer por todos os meios a execução da missão social que lhes cabe,

Considerando que, se cada Estado é mais diretamente interessado nas descobertas arqueológicas feitas em seu território, toda a comunidade internacional participa, entretanto, desse enriquecimento,

Considerando que a história do homem implica no conhecimento das diferentes civilizações; que é preciso, portanto, em nome do interesse comum, que todos os vestígios arqueológicos se inspirem em determinados princípios comuns aferidos na experiência e na prática dos serviços arqueológicos nacionais,

Estimando que, se o regime das pesquisas diz respeito, antes de tudo, à competência interna dos Estados, é preciso, entretanto, conciliar este princípio com o de uma colaboração internacional amplamente concebida e livremente aceita [...]” (grifos nosso)²⁸³

As determinações da Carta de Nova Delhi estabelecidas em 1956, e, portanto após as ações implementadas por Duarte e Rivet, iniciadas em 1947, e em consonância com a mentalidade desses intelectuais, não denotaram a capacidade de premonição dos cientistas, mas a ação dos mesmos para o estabelecimento de normas internacionais eficazes na condução da pesquisa e da preservação do patrimônio arqueológico.

A Unesco instituída em 1945 no contexto do pós-guerra, sob a condução do norte-americano Mac Leish e do francês Leon Brum tinha por objetivo: “[...]dedicar-se a melhoria de suas atividades à cooperação livre dos espíritos e das forças do pensamento criador, ao

²⁸³ Carta de Nova Delhi, de 05 de novembro de 1956. Recomendação que define os princípios internacionais em matéria de pesquisas arqueológicas. **Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura.** Nova Delhi, 06 nov. de 1956 In: BASTOS, R. L.; TEIXEIRA, A. Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico - Org. Haroldo Gallo, Rossano Lopes Bastos e Marise Campos de Souza – São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2005, pp. 65-76.

serviço da cultura universal e da paz [...]” (DUARTE, 1955: 446-447). Com estes objetivos os países membros da organização internacional identificaram na utilização cultural e científica um mecanismo de transformação universal. Proclamador destes princípios, Rivet participou em várias reuniões do órgão internacional nas delegações francesas.

No ano de 1955, em ato de protesto contra a instrução para aprovação da entrada da Espanha no órgão internacional, o americanista abandonou a delegação francesa. No entanto, em 1956, participou como delegado da França na Assembléia Geral da Unesco em Nova Delhi e eis o motivo da proximidade entre as asserções da Carta de Nova Delhi e as atribuições da Comissão de Pré-História em São Paulo.

Em artigo para Anhembi em 1951, Henri Laugier²⁸⁴ reafirmou o espírito com que se deveria encarar o trabalho das associações das Nações Unidas: “O primeiro dever de todos é sentir profundamente a unidade real, a solidariedade real de todos os homens no mundo, quaisquer que sejam as divisões que os separam, as ambições ou os antagonismos que os dividam” (LAUGIER, 1951: 5). Assim, os princípios estabelecidos para a pesquisa arqueológica eram decorrentes das mentalidades destes intelectuais que organizaram instituições de caráter internacional com o fim de transformar a realidade social através da ciência e da cultura²⁸⁵.

As ações desenvolvidas por Paulo Duarte e Paul Rivet no âmbito da ciência arqueológica certamente anteviam o conjunto de ações positivas implementadas pela Unesco a fim de combater os conflitos da humanidade desencadeados pela II Guerra e que tiveram tônica nas proposições racistas.

O Ato Constitutivo da Unesco promulgado em 1945 colocava a questão da interpretação dada para raça, até aquele momento, como principal chaga social e o dever da instituição em combatê-lo, declarando em seu estatuto que: “[...] a grande e terrível guerra que terminou há pouco tornou-se possível pelo renegamento do ideal democrático de dignidade, igualdade e respeito da pessoa humana e pela vontade de substituí-lo, explorando a ignorância e o preconceito, pelo dogma da desigualdade das raças e dos homens”.

²⁸⁴ Ex-diretor geral do serviço de relações culturais da França e ex-secretário adjunto das Nações Unidas, também compartilhou com Duarte da idéia de criação do Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros, bem como propôs um cargo no órgão para o intelectual brasileiro.

²⁸⁵ Duarte alertou para a mudança de mentalidade da Unesco a partir do episódio da entrada da Espanha totalitária no órgão internacional através da pressão exercida às delegações por parte de países que apoiavam interesses norte-americanos e ingleses. Duarte chamou a atenção para o fato da Unesco encaminhar-se para a situação de um organismo submetido à política de governos donos da situação internacional através “[...] de forças de persuasão amigavelmente autoritárias! [...]” (DUARTE, 1955: 447).

(DUARTE, 1951: 332). Desta forma na luta contra o preconceito racial, a Resolução do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, na seção de 1948, solicitou que se pesquisasse a possibilidade ‘[...]de propor e recomendar a adoção geral de um programa de difusão de fatos científicos destinados a fazer desaparecer o que se convencionou chamar de ‘preconceitos de raça’ (DUARTE, 1951: 332).

Duarte narrou que em 1949, a Conferência Geral da Unesco aprovou três resoluções ligadas à pesquisa e à difusão dos “[...] ‘dados científicos relativos às questões de raça’, e enfim, ‘a preparação de uma campanha de educação baseada nesses dados’” (DUARTE, 1951: 332).

Mediante estas proposições, Rivet e Duarte viram na pesquisa e na difusão do conhecimento arqueológico uma plataforma de atendimento das resoluções da Unesco à medida que o estudo das populações autóctones tinha como fito demonstrar as miscigenações e a contribuição de todos os povos para a humanidade, desta forma, exterminando preconceitos. Como afirmou Ballart: “Sob a tripla divisa de conservação, estudo e difusão, os bens do patrimônio cultural deviam contribuir ao progresso ético, cívico e material da cidadania²⁸⁶” (BALLART, 1997: 232). Para o autor, esta visão ocasionou um movimento de institucionalização patrimonial, primeiramente, no âmbito dos Estados regulados por formulações jurídicas e legais e na segunda metade do século XX atingiu proporções internacionais com o reconhecimento da existência de um patrimônio da humanidade:

Este reconhecimento da existencia de um legado histórico e conseqüente atribuição de um alto valor ao mesmo que se produziu em todas as normas legais nacionais da categoria foi assumida na segunda metade do século XX pela legislação de âmbito internacional. Para a UNESCO e para toda a legislação internacional que do alto organismo depende existem bens que tem um caráter especial porque estão investidos de um valor universal atemporal, dito em outras palavras, que existe um patrimônio comum da humanidade. A UNESCO, por meio de diversas Recomendações ou Convenções tem se pronunciado em distintas ocasiões a favor da salvaguarda do patrimônio cultural da humanidade e se tem insistido aos Estados para se implementar medidas protecionistas²⁸⁷ (BALLART, 1997: 56).

²⁸⁶ Texto original: “Bajo la triple divisa de conservación estudio y difusión los bienes del patrimonio cultural debían contribuir al progreso ético, cívico y material de la ciudadanía”.

²⁸⁷ Texto original: “Este reconocimiento de la existencia de un legado histórico y la consiguiente atribución de un alto valor al mismo que se produce en todas las normas legales nacionales de rango es asumida en la segunda mitad del siglo XX por la legislación de ámbito internacional. Para la UNESCO y para toda la legislación internacional que del alto organismo depende existen unos bienes que tienen un carácter especial porque están investidos de un valor universal intemporal; dicho en otras palabras, que existe un patrimonio común de la humanidad. La UNESCO, por medio de diversas Recomendaciones y Convenciones se ha pronunciado en

Cabe ressaltar, no entanto, que este direcionamento da Unesco para as questões científicas já encontrara abrigo nas reformulações instituídas por Paul Rivet no Museu do Homem, onde a ciência e a divulgação através da Comunicação Museológica tinham por finalidade principal o fim do preconceito. Também é necessário lembrar que no período da II Guerra Mundial, antes da criação da Unesco, Paul Rivet no Instituto de Etnologia Nacional de Bogotá, fundado em 1941, conduziu pesquisas Etnográficas no sentido de dirimir contendas raciais no interior da sociedade colombiana que desvalorizavam o indígena e imputavam-lhe culpa pelo atraso nacional. Desta forma, a criação de instituições como a Unesco, por intelectuais que compartilhavam da mentalidade de Paul Rivet, tinham por objetivos a implementação de ações de responsabilidade social transformadoras da realidade, gerando principalmente, a compreensão mútua entre os povos através de mecanismos científicos e culturais e no caso brasileiro, a arqueologia demonstrava total requisito para este fim. Distante dos estudos centrados em uma arqueologia monumental latino-americana e com o apoio e tenacidade de Duarte serviria como paradigma para um projeto latino-americano.

Assim, muitas das disposições presentes na Carta de Nova Delhi ganharam proximidade com dispositivos encontrados no Decreto-Lei de criação da Comissão de Pré-História, que apesar de implementados quatro anos antes das disposições internacionais, demonstraram as mentalidades do contexto histórico daquele momento responsável pelas idéias infundidas à ciência arqueológica.

A Carta de Nova Delhi, em relação aos bens protegidos, recomendou a conservação de qualquer vestígio arqueológico que apresentasse interesse público do ponto de vista da história ou da arte, onde cada estado membro adotará os critérios apropriados para a determinação do interesse público dos vestígios em seu território. Devem submeter-se a presente recomendação os monumentos, móveis ou imóveis, que apresentam interesse amplo para a Arqueologia²⁸⁸.

distintas ocasiones a favor de la salvaguardia del patrimonio cultural de la humanidad y ha instado a los Estados a implementar medidas proteccionistas”.

²⁸⁸ Carta de Nova Delhi, de 05 de novembro de 1956. Recomendação que define os princípios internacionais em matéria de pesquisas arqueológicas. **Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura**. Nova Delhi, 06 nov. de 1956 In: BASTOS, R. L.; TEIXEIRA, A. Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico - Org. Haroldo Gallo, Rossano Lopes Bastos e Marise Campos de Souza – São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2005. Resumo e redação realizada por mim com base nos dispositivos da Carta, pp.67.

A disposição sobre a proteção de bens na Carta de Nova Delhi encontrou similitude com o Decreto estadual de Criação da Comissão de Pré-História, principalmente, com o dispositivo que estabeleceu o tombamento em face do “interesse digno da proteção do Estado” (art. 3º, dispositivo “a”), bem como as disposições legais sobre a proteção de bens de interesse público caracterizado por fatos memoráveis da história pátria ou do Estado e valor excepcional prehistórico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico, inclusive monumentos naturais, bem como sítios e paisagens de feição notável (dotados pela natureza ou pela indústria humana) que se importe conservar e proteger (art. 3º, dispositivo “g”)²⁸⁹. Estes elementos já aqui discutidos inseriram-se com plenitude nas recomendações do documento de Nova Delhi.

Em relação aos princípios gerais que fizeram referência à proteção do patrimônio arqueológico, a Carta determinou que: cada Estado Membro deveria garantir a proteção do seu patrimônio arqueológico, submeter as explorações e as pesquisas arqueológicas ao controle e à prévia autorização da autoridade competente, obrigando quem quer que tenha descoberto vestígios arqueológicos a declará-los, o mais rapidamente possível. Aplicar sanções aos infratores, determinar o confisco dos objetos não declarados, precisar o regime jurídico do subsolo arqueológico e, quando esse subsolo for propriedade do Estado, indicá-lo expressamente na legislação entre outros²⁹⁰.

Quanto a este princípio da Carta que encontrava paralelo no Decreto estadual no dispositivo que previa o entendimento com o Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério da Agricultura (art. 3º, dispositivo “b”), como já vimos, Duarte centrou os seus maiores esforços, pois devido às peculiaridades locais e o desconhecimento científico a exploração dos sambaquis ficara sob a jurisdição destes órgãos responsáveis pela exploração comercial de jazidas naturais. A implantação da mentalidade de pesquisa científica e preservação tiveram que vencer liames burocráticos e concessões de destruição permitidas pelo próprio órgão federal, já que as disposições da Carta de Nova Delhi (1956) com

²⁸⁹ Decreto nº 21.935. MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de nova organização) – Pasta 2- sub-pasta: Decretos, leis, pareceres e portarias. Transcrição do Decreto nº 21.935, de 19 de dezembro de 1952. Altera o decreto 17.468-B, de 31 de julho de 1947, para instituir a Comissão de Pré-História destinada à proteção dos sambaquis, grutas e lapas, situados em território estadual. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, 20 dez. 1952. pp.1-2. Resumo realizado por mim com base nesse Decreto estadual.

²⁹⁰ Carta de Nova Delhi, de 05 de novembro de 1956. Recomendação que define os princípios internacionais em matéria de pesquisas arqueológicas. **Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura**. Nova Delhi, 06 nov. de 1956 In: BASTOS, R. L.; TEIXEIRA, A. Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico - Org. Haroldo Gallo, Rossano Lopes Bastos e Marise Campos de Souza – São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2005. Resumo realizado por mim com base nos dispositivos da Carta, pp.67-68.

similitude no Decreto de 1952 eram seguidas por órgão estadual e não federal e, portanto, entravam em confronto com algumas disposições da legislação nacional. O próprio Duarte em carta ao Diretor Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Dr. Avelino Ignácio de Oliveira, reclamava:

Daí a necessidade de uma campanha intensiva dos homens lúcidos do Brasil a favor dos sambaquis. É tremendamente triste vermos estas fontes insubstituíveis de pesquisa sobre a origem do homem americano serem devastadas não só com a indiferença mas também até com a cumplicidade do governo brasileiro ao dar as concessões de exploração sem pensar nas necessárias reservas a favor do aproveitamento científico das jazidas.

A mentalidade cheia de lucidez, que encontrei agora no Ministério da Agricultura, dá um ânimo novo para esta proeza que estamos dispostos a realizar²⁹¹.

As boas relações com o Ministro da Agricultura, João Cleophas, no entanto, não impediam que o Departamento Nacional de Produção Mineral continuasse expedindo permissão para a exploração das jazidas, mesmo mediante os esforços de Duarte e dos contatos estabelecidos com o próprio Ministério. Duarte insistia para que se incluíssem nas futuras concessões um texto com a exigência de estarem os concessionários em dia com a legislação estadual. O intelectual ressaltava que este amparo federal era essencial para a defesa dos sambaquis²⁹². Além da insistência junto ao Diretor Geral do DNPM, o arqueólogo também apelava para o Ministro: “É-me indispensável o texto de sua portaria incluindo nas concessões a serem dadas a obrigatoriedade de obediência à legislação estadual subsidiária, para que possamos agir com autoridade naquele sentido”²⁹³.

Em maio de 1953, o Dr. Avelino Ignácio de Oliveira (DNPM) solicitava ao Ministro da Agricultura a aprovação do texto que apareceria no corpo dos decretos de autorização de pesquisa ou de lavra, no entanto, a condição só apareceria nos pedidos expedidos para a área do território do Estado de São Paulo, nem pela lei os sambaquis dos outros estados estavam protegidos. O texto autorizado pelo Ministro João Cleophas em 28/05/53 determinava que:

‘O autorizado tem expresso conhecimento e obriga-se a seguir os preceitos do Decreto do Governo do Estado de São Paulo de nº

²⁹¹ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História (Governo Federal) – Carta de Paulo Duarte ao Dr. Avelino em 29/05/1953.

²⁹² MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História (Governo Federal) – Carta de Paulo Duarte ao Dr. Avelino em 13/07/1953.

²⁹³ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História (Governo Federal) – Carta de Paulo Duarte a João Cleophas (Ministro da Agricultura) em 29/05/1953.

21.935, de 19 de dezembro de 1952, especialmente no que toca à defesa do material científico existente na jazida que constitui objeto da presente autorização²⁹⁴

As sanções aos infratores, também previstas pela Carta, constaram de documento anterior ao oficial, mas não foram observadas pelo Decreto estadual, que não fez nenhuma referência às medidas punitivas. O dispositivo que não entrou na legislação final previa uma multa pesada, apesar de não determinar o valor. Duarte justificou a sanção com base nos elevados interesses comerciais dos concessionários. Além disso, a penalidade também incluía a possibilidade de interdição e desapropriação da jazida. Paulo Duarte pensara em ação mais radicalizada que consistia na declaração de utilidade pública de todos os sambaquis e desapropriação dos mesmos por parte do Estado, mas reconhecia que tais medidas trariam dificuldades políticas e conseqüente prejuízo “[...] da defesa científica dos monumentos, o que constitui a providência mais urgente, dada a ameaça de desaparecimento dessas insubstituíveis fontes de pesquisa científica”²⁹⁵.

No entanto, no decreto estadual previa-se a proposição de utilidade pública de sambaquis, grutas, lapas e outras jazidas contendo vestígios paleontológicos, quando não fossem do domínio da União e quando julgado conveniente ou quando os proprietários colocassem obstáculos à ação da Comissão²⁹⁶ (art. 2º, dispositivo “e”).

Portanto, as considerações estabelecidas na Carta de Nova Delhi sobre a proteção do patrimônio arqueológico foram efetivadas por Duarte, em período anterior, às condições pré-estabelecidas em documento internacional.

Das disposições que constaram na Carta relativas aos “órgãos de proteção”, considerava-se, principalmente, que: no impedimento para a atuação uniforme do exercício das atividades administrativas relativas às pesquisas, devido à diversidade de tradições e desigualdades de recursos, orientavam-se alguns princípios comuns a todos os organismos nacionais. As diretrizes estabeleciam que os serviços de pesquisa arqueológica deveriam,

²⁹⁴ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História (Governo Federal) – Carta de Avelino Inácio de Oliveira (Diretor do DNPM0 ao Ministro da Agricultura João Cleophas. Sem data.

²⁹⁵ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de nova organização) – Pasta 2- sub-pasta: Decretos, leis e pareceres. Justificação artigo por artigo. Sem data, pp.6.

²⁹⁶ Decreto nº 21.935. MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de nova organização) – Pasta 2- sub-pasta: Decretos, leis, pareceres e portarias. Transcrição do Decreto nº 21.935, de 19 de dezembro de 1952. Altera o decreto 17.468-B, de 31 de julho de 1947, para instituir a Comissão de Pré-História destinada à proteção dos sambaquis, grutas e lapas, situados em território estadual. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, 20 dez. 1952. pp. 2. Resumo realizado por mim com base nesse Decreto estadual.

sempre que possível, contar com administrações centrais do Estado, ou pelo menos, organizações que dispusessem por força de lei, de meios que lhes permitissem adotar medidas de urgência indispensáveis. Essa instituição deveria promover conjuntamente com os institutos de pesquisas e universidades, o ensino de técnicas de escavação arqueológicas e criar uma documentação central com mapas que se referissem aos seus monumentos móveis ou imóveis, assim como uma documentação junto a cada museu importante, de acervos cerâmicos, iconográficos, etc. Os recursos financeiros seriam disponibilizados com o bom andamento dos órgãos e a execução de um plano de trabalho proporcional à riqueza arqueológica do país e fariam parte deste programa as publicações científicas, a fiscalização das descobertas fortuitas e a manutenção das escavações e monumentos. Finalmente, cada Estado Membro deveria considerar a conveniência de manter intactos, total ou parcialmente, determinado número de sítios arqueológicos de diversas épocas com o fito de que a exploração futura possa beneficiar-se dos progressos da técnica e do avanço dos conhecimentos arqueológicos. Também propugnava reservar testemunhos. Se o terreno assim o permitisse seriam preservadas porções do sítio para um controle da estratigrafia, bem como da composição do meio arqueológico²⁹⁷.

Os primeiros dispositivos da Carta, no que concernem aos órgãos de proteção, foram contemplados pela Comissão de Pré-História, a qual subordinada ao governo do Estado de São Paulo manteve contatos que permitiram adotar medidas de urgência em relação à fiscalização através da repressão policial, vigilância das jazidas, vistoria através de transporte oferecido por entidade governamental entre outros. Durante o governo Garcez, a Comissão contou com o apoio de diversas instâncias estatais para a manutenção dos empreendimentos iniciais. Os elementos pertinentes à colaboração com as universidades e institutos de pesquisa foram vinculados aos próprios membros da Comissão, cuja composição contaria com integrante da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, um do Museu Paulista, um do Instituto Geográfico e Geológico e um da Assessoria Técnico Legislativa do Estado (art. 2º, § 1º)²⁹⁸.

²⁹⁷ Carta de Nova Delhi, de 05 de novembro de 1956. Recomendação que define os princípios internacionais em matéria de pesquisas arqueológicas. **Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura**. Nova Delhi, 06 nov. de 1956 In: BASTOS, R. L.; TEIXEIRA, A. Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico - Org. Haroldo Gallo, Rossano Lopes Bastos e Marise Campos de Souza – São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2005. Resumo realizado por mim com base nos dispositivos da Carta, pp.68-69.

²⁹⁸ Decreto nº 21.935. MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de nova organização) – Pasta 2- sub-pasta: Decretos, leis, pareceres e portarias. Transcrição do Decreto nº 21.935, de 19 de dezembro de

Quanto ao ensino de técnicas das escavações arqueológicas, um dispositivo regulamentar que não integrou o texto final do Decreto-Lei, previa a:

[...] oportunidade a todos os estudiosos brasileiros de trabalharem nas pesquisas pré-históricas, tirando o aspecto odioso de um privilegio ao alcance de alguns apenas. Ademais, facilitará a criação de uma escola científica através dos estudiosos e principalmente alunos da Universidade que fazem os cursos de Etnologia, Antropologia, Paleontologia, Paleontologia [sic] e Antropologia [sic]. Finalmente, preparará um quadro de pesquisadores e futuros elementos que garantam a continuidade científica da Comissão de Pré-história²⁹⁹ (artº 17: 5).

Além da inexistência de indícios sobre a forma da realização desta proposição, o Decreto-Lei nº 21.935 não contemplou o elemento legislativo descrito acima. No entanto, nas práticas desenvolvidas pela Comissão existiu a tentativa de agregar estudantes, por diversas vezes, aos trabalhos de campo implementados³⁰⁰. As propostas de ensino ganharam maior profundidade com a criação do Instituto de Pré-História e Etnologia ligado à Comissão e posteriormente, o Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo, órgãos que serão discutidos mais adiante. No entanto, o parágrafo único do Decreto estadual estabeleceu que a Comissão estava autorizada a solicitar o concurso de cientistas e técnicos, alunos universitários e pessoal habilitado para a melhor execução das atribuições³⁰¹. A manutenção das escavações e as publicações ficaram restritas pela falta de verba, motivo pelo qual, Duarte voltou-se mais enfaticamente para a fiscalização e defesa das jazidas promovendo um conjunto de ações que culminariam com a preservação do patrimônio arqueológico. Apesar do destaque da atuação enérgica no campo da preservação, Paulo Duarte não desconsiderou as pesquisas científicas, principalmente com o auxílio de Paul Rivet que ajudou na subvenção de

1952. Altera o decreto 17.468-B, de 31 de julho de 1947, para instituir a Comissão de Pré- História destinada à proteção dos sambaquis, grutas e lapas, situados em território estadual. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, 20 dez. 1952. pp.1. Resumo realizado por mim com base nesse Decreto estadual.

²⁹⁹ Cf. texto “justificação artigo por artigo” em MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de nova organização) – Pasta 2- sub-pasta: Decretos, leis e pareceres. pp.5.

³⁰⁰ Previa-se para o Congresso dos Americanistas (1954) a pesquisa científica do sambaqui Maratúá. Em 1953, Duarte escreveu a Loureiro Fernandes convidando-o para as pesquisas e solicitando que ele conseguisse “[...] dois bolsistas para virem praticar em São Paulo nesse primeiro sambaqui a ser metodicamente estudado”. MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – Correspondência enviada – Carta de Paulo Duarte a Loureiro Fernandes em 29/10/1953.

³⁰¹ Decreto nº 21.935. MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de nova organização) – Pasta 2- sub-pasta: Decretos, leis, pareceres e portarias. Transcrição do Decreto nº 21.935, de 19 de dezembro de 1952. Altera o decreto 17.468-B, de 31 de julho de 1947, para instituir a Comissão de Pré- História destinada à proteção dos sambaquis, grutas e lapas, situados em território estadual. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, 20 dez. 1952. pp.2. Resumo realizado por mim com base nesse Decreto estadual.

pesquisas arqueológicas desenvolvidas para o XXXI Congresso Internacional dos Americanistas, portanto Duarte atendeu em ambos os campos, pesquisa e preservação, as proposições da Carta de Nova Delhi em consonância com o Decreto-lei estadual nº 21.935.

No que toca à documentação, a Comissão organizou um cadastro das jazidas e tentaria, posteriormente, desenvolver um instituto ligado a Pré-História e a Etnologia, o qual contemplaria o Museu do Homem Americano. Outras ações no campo das reformulações museológicas seriam estendidas ao Museu Paulista.

Quanto aos blocos testemunhos, em vários eventos científicos, Duarte ressaltou a necessidade de reserva de sítios para pesquisas futuras com melhores condições tecnológicas e profissionais capacitados. Segundo Duarte, a ausência de: aparelhamento científico, instalações pela medição de Carbono 14, especialistas em várias áreas de conhecimento como “zoólogos”, “geomorfologistas”, “malacologistas” entre outros impossibilitava a adequada pesquisa arqueológica, naquele momento.

Em sã consciência, diante da nossa precariedade técnica e incapacidade científica, mercê do abandono em que vive a cultura, graças à indiferença dos governos pelas Universidades, freqüentemente até usadas como instrumento de política partidária, às vezes até hostilizadas por êles ao ponto de professores ultimamente terem servido de boa matéria-prima para povoar prisões ou dar assunto a inquéritos revolucionários, em sã consciência pois, o nosso verdadeiro dever de homens de pensamento, de professores, de pesquisadores está menos em incentivar uma pesquisa pré-histórica, que só podemos realizar imperfeita e incompleta, com a destruição de elementos insubstituíveis, do que preservar as jazidas a fim de serem convenientemente aproveitadas num futuro melhor armado cientificamente para essa missão esplendida [...] (DUARTE, 1968: 29).

Assim, a determinação de reserva de blocos testemunhos contida na Carta foi focada por Duarte devido às peculiaridades locais que conduziam à restrição de pesquisas pela grande número de causas descritas pelo arqueólogo.

O Documento de Nova Delhi propugnava em relação à “constituição de coleções centrais e regionais” as seguintes orientações: ao considerar a Arqueologia uma ciência comparativa e no intuito de facilitar o trabalho de comparação, fica estabelecida a necessidade de criação e organização de museus e das coleções (centrais, regionais e locais) procedentes de pesquisas. Esta disposição tentava evitar pequenas coleções dispersas e com acesso restrito. Orientava-se a criação de estabelecimentos com organização administrativa e

corpo técnico suficiente para assegurar a boa conservação dos objetos. Previa-se também a criação de um pequeno organismo de caráter educativo, eventualmente um museu, junto aos sítios arqueológicos importantes. A organização deveria permitir que o visitante compreendesse melhor o interesse dos vestígios apresentados³⁰².

Apesar de não constar nenhuma referência explícita sobre o assunto no Decreto nº 21.935, as disposições estaduais estabeleciam o entendimento com o órgão responsável pela proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (SPHAN) “[...] no sentido de os sambaquis, grutas e lapas, que oferecem interêsse científico, serem incluídos entre os bens que devam ser protegidos, na forma estabelecida pelo Decreto-lei 25, de 30 de novembro de 1937, quando não os possa alcançar a proteção prevista neste decreto”³⁰³ (art. 3º, dispositivo “c”).

Assim os museus estavam contemplados, pois a legislação nacional sobre o patrimônio (Decreto-lei nº 25) incluía no âmbito das ações de proteção, de responsabilidade da União: “[...] a conservação e a exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, tantos outros museus nacionais quantos se tornarem necessários, devendo outrossim providenciar no sentido de favorecer a instituição de museus estaduais e municipais, com finalidades similares”³⁰⁴ (Capítulo V, art. 24, grifo nosso).

Apesar do artigo explicitar que a conservação e a exposição relacionavam-se às obras históricas e artísticas o patrimônio arqueológico estava, de certa forma, contemplado, pois conforme afirmava Duarte: “É evidente que, dentre monumentos e documentos de valor

³⁰² Carta de Nova Delhi, de 05 de novembro de 1956. Recomendação que define os princípios internacionais em matéria de pesquisas arqueológicas. **Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura**. Nova Delhi, 06 nov. de 1956 In: BASTOS, R. L.; TEIXEIRA, A. Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico - Org. Haroldo Gallo, Rossano Lopes Bastos e Marise Campos de Souza – São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2005. Resumo realizado por mim com base nos dispositivos da Carta, pp. 69.

³⁰³ Decreto nº 21.935. MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de nova organização) – Pasta 2- sub-pasta: Decretos, leis, pareceres e portarias. Transcrição do Decreto nº 21.935, de 19 de dezembro de 1952. Altera o decreto 17.468-B, de 31 de julho de 1947, para instituir a Comissão de Pré- História destinada à proteção dos sambaquis, grutas e lapas, situados em território estadual. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, 20 dez. 1952. pp.1. Resumo realizado por mim com base nesse Decreto estadual.

³⁰⁴ BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, 06 dez. 1937. O dispositivo citado encontra-se no Capítulo V, disposições gerais, art. 24. Decreto-Lei artigo disponível em URL: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/De10025.htm> . Consultado em 28 de agosto de 2007.

histórico se acham incluídos os de valor prehistórico, pois a Prehistória³⁰⁵ é a base da História, constituindo a fase histórica da humanidade que não deixou documentos escritos”³⁰⁶.

Independentemente dos preceitos legislativos, as instituições museológicas sempre foram contempladas nas ações culturais de Paulo Duarte. Basta lembrar as atividades implementadas pelo Departamento de Cultura em prol do desenvolvimento dos museus, inclusive os regionais³⁰⁷. Os organismos preservacionistas foram discutidos de forma mais ampla na elaboração do Decreto-Lei nº 25, por Mário de Andrade e Duarte, mas as vastas análises e proposições não entraram no texto final da legislação, ocasionando a reduzida referência existente no Decreto Nacional, ou como afirmou Miceli: [...] a “generosidade etnográfica” da proposta andradina revelou-se descompassada das circunstâncias daquele momento, ao passo que a entronização do barroco firmou-se como a pedra de toque da política preservacionista” (MICELI, 1987: 44). Mário Chagas complementou a informação:

Em verdade, a conceituação de bem cultural de Mário de Andrade foi rejeitada, a explicitação de Mário de Andrade em relação à origem do bem cultural a ser preservado foi mascarada, o seu projeto museológico foi postergado. Com estas afirmações, convém esclarecer, não pretendemos desvalorizar o decreto-lei nº 25, mas apenas destacar o distanciamento existente entre ele e o anteprojeto de Mário de Andrade, onde está incluída a proposta de adoção de quatro livros de Tombo: arqueológico e etnográfico, histórico, das belas-artes, e das artes aplicadas e tecnologia industrial, e de quatro museus correspondentes ao referidos livros de tombo. (CHAGAS, 1999: 78).

Portanto, vários aspectos relacionados com essa ótica patrimonial museológica, mesmo no que diz respeito ao tombamento dos bens culturais, que previa uma série de exigências de inventariação como registro fotográfico, sonoro, reproduções manuscrita, enfim vasta documentação que comporia os acervos museológicos não foram contemplados, ou seja, além da ausência de registro na legislação, a metodologia não foi desenvolvida pela SPHAN (AZEVEDO, 1987). Tal fato escamoteou a importância que estes intelectuais atribuíram aos museus.

Novamente, no Decreto-Lei estadual, os museus não tiveram abordagem explícita, mas também foram alvos das ações de Duarte na tentativa de organização do Museu do Homem

³⁰⁵ Cf. discussão sobre o assunto no capítulo 1 desta dissertação.

³⁰⁶ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de nova organização) – Pasta: Decretos, leis, pareceres e portarias. Texto de Paulo Duarte abordando legislação e destruição de sambaqui.

³⁰⁷ Cf. discussão sobre o assunto no capítulo 1 desta dissertação.

Americano e na proposta de reformulação do Museu Paulista. Portanto, mais um tópico da Carta de Nova Delhi já integrava o Decreto-lei nº 21.935.

Alguns esclarecimentos são necessários em relação à eficácia parcial do Decreto-Lei nº 25 no que diz respeito ao patrimônio arqueológico. Apesar de incluir as referências patrimoniais no âmbito da proteção do patrimônio histórico e artístico³⁰⁸, o Decreto Nacional determinou no artigo 17 que: “As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado”³⁰⁹. Essa disposição propugnava que o sítio fosse tombado e, portanto, era de interesse para a preservação arqueológica, mas dificultava a pesquisa, que acarretava mutilação ou destruição. Por outro lado, apesar do dispositivo do Decreto Nacional nº 25³¹⁰ (art 1º, Capítulo I) permitir pela abrangência das definições, a salvaguarda dos sítios sambaquieiros, a legislação protecionista confrontava-se com o Código de Minas, implantado posteriormente (1940) e que determinava que as jazidas estavam sob a sua jurisdição³¹¹ (art.12). Como, erroneamente, não foi destacado o fato da competência jurídica incidir sobre as jazidas naturais, os sítios sambaquieiros também ficaram sob a guarda do DNPM. Em contrapartida um Decreto-Lei de 1942³¹² abordava que a extração de espécimes fósseis dependia de autorização do DNPM, mas que independiam destas fiscalizações os museus nacionais e estaduais e os estabelecimentos congêneres, devendo neste caso somente haver prévia comunicação da pesquisa ao órgão federal. Esta lei pretendia atender os vários reclamos de estudiosos do Museu Nacional e vários outros institutos científicos e culturais, inclusive internacionais que afirmavam que a destruição de fontes de investigação científica não condiziam com o progresso cultural do país. No entanto, essa

³⁰⁸BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, 06 dez. 1937. O dispositivo citado encontra-se no Capítulo I, Do patrimônio histórico e artístico nacional, art.1. Disponível em URL: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del0025.htm>. Consultado em 28 de agosto de 2007.

³⁰⁹Ibidem. Capítulo III, Dos efeitos do Tombamento, art. 17.

³¹⁰Ibidem. Capítulo I, Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, art. 1º : “Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

³¹¹MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 2 – sub-pasta: Decretos, leis, pareceres e portarias – Transcrição: BRASIL. Decreto-Lei nº 1985, de 29 de janeiro de 1940. Código de Minas. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 30 jan.1940 – retificado em 03 fev. 1940. art.12.

³¹²MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 2 – sub-pasta: Decretos, leis, pareceres e portarias – Transcrição: BRASIL. Decreto-Lei nº 4146, de 07 de março de 1942. [Depósitos fossilíferos]. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 08 mar. 1942. art. 1º, § único.

legislação mostrou-se ineficaz porque o DNPM concedia indiscriminadamente as concessões³¹³.

Em todas estas legislações também se misturavam instâncias de jurisdição, no caso do Decreto-Lei nº 25 havia a possibilidade de transferência dos bens tombados de uma entidade para outra, mesmo sendo eles pertencentes à União, aos Estados ou aos Municípios, enquanto que no Código de Minas e no Decreto-Lei de 1942 a autorização dependia de instância federal.

Assim, havia conflito entre jurisdição e ambigüidade nas definições que englobavam o mesmo objeto de proteção e/ou exploração. As abordagens diferenciadas dificultavam as medidas de preservação. O próprio decreto de constituição da Comissão de Pré-História usou a lacuna do Decreto-Lei de 1942 para não necessitar de autorização prévia para pesquisa³¹⁴, no entanto, o mesmo Decreto estadual 21.935 que tentava impedir a exploração dos concessionários confrontava-se com a lei nacional impedindo a ação preservacionista, pois os exploradores usavam da brecha da legislação na justificativa de que o estabelecimento das condições de concessão era de competência da União, fato que diminuía o poder da lei estadual. O próprio Duarte reconhecia: “O Garcez compreendeu bem o problema: fez uma lei provisória, por que o assunto é de competência federal [...]”³¹⁵. Conclusão, o único decreto que poderia legislar sobre a proteção dos sambaquis em âmbito nacional (Decreto-Lei nº 25) tinha validade limitada devido à implantação do Código de Minas³¹⁶. No entanto, neste

³¹³ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – A preservação dos monumentos arqueológicos e pré-historicos. O Estado de São Paulo, São Paulo, 02/03/1958.

³¹⁴ No dispositivo “c” do artigo 3º do Decreto-Lei nº 21.935, institui-se que a Comissão deve: “explorar os depósitos fossilíferos, nos termos do parágrafo único do artigo 1º do Decreto-lei 4.146, de 7 de março de 1942, fazendo a devida comunicação ao Departamento Nacional de Produção Mineral e impedir as explorações que não tenham a autorização do mesmo Departamento, solicitando o auxílio das autoridades locais, se necessário para o cumprimento dessas atribuições”. MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 2 – sub-pasta: Decretos, leis, pareceres e portarias – Transcrição: BRASIL. Decreto-Lei nº 1985, de 29 de janeiro de 1940. Código de Minas. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 30 jan.1940 – retificado em 03 fev. 1940. (art. 3º, dispositivo “c”).

³¹⁵ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – Instituto de Pré-História. Carta de Paulo Duarte a Herbert. Sem data.

³¹⁶ Nenhum documento isolado possibilitou estas análises, mas sim o conjunto de documentos sobre legislação. A documentação do Instituto de Pré-História apresentou alguns indícios destas questões, mais enfaticamente os documentos encontrados em: MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – A preservação dos monumentos arqueológicos e pré-historicos. O Estado de São Paulo, São Paulo, 02/03/1958 e MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – Instituto de Pré-História. Carta de Paulo Duarte a Herbert. Sem data. A publicação da mesa-redonda: Patrimônio Arqueológico. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN/Pró-Memória, 1987, nº 22. pp. 193-205, bem como MENESES, Ulpiano T. B. de. Para uma política Arqueológica do SPHAN. IN: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN/Pró-Memória, 1987, nº 22. pp. 206-209 também contribuíram para as análises aqui desenvolvidas.

mesmo Código havia um dispositivo que poderia impedir a destruição do sítio arqueológico em regime de urgência, o qual determinava que: “A autorização será recusada se a lavra fôr considerada prejudicial ao bem público ou comprometer interesse que superem a utilidade da exploração industrial, a juízo do Governo”³¹⁷ (art.36). Apesar deste dispositivo, parece que os interesses econômicos evitavam o uso deste artigo. Então, a atuação da Comissão de Pré-História dependia da habilidade em mover-se neste emaranhado legislativo, cujo êxito fôra alcançado devido à formação de Duarte como advogado e o auxílio do assistente jurídico da Comissão, bem como o conhecimento científico do arqueólogo que possibilitava suscitar questões específicas do arcabouço teórico da disciplina, por exemplo, a compreensão de que os sambaquis eram jazidas artificiais e não naturais, e portanto, não caberiam naquele tipo de definição do Código de Minas. E por este motivo, Duarte alertava para a ineficácia da legislação existente. Tanto a que abordava o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, bem como a que regulava a proteção dos depósitos fossilíferos, concluindo: “[...] não podem de forma alguma, satisfazer aos reclamos de uma ação ampla, coordenada e eficaz e que deve versar simultaneamente, sobre os dois termos capitais do problema: a proteção das jazidas e a regulamentação das escavações arqueológicas e pré-históricas”³¹⁸, ou seja, para as duas funções precípua da Comissão: a preservação e a pesquisa.

Quanto ao “Regime das pesquisas e colaboração internacional” estabelecido na Carta de Nova Delhi não há nenhum paralelo na legislação estadual, mas é importante focar alguns dispositivos que são interessantes para a identificação das mentalidades de Paul Rivet e o seu grupo na composição dos parâmetros internacionais para a pesquisa arqueológica. O texto sobre colaboração internacional considerou que era dever dos Estados Membros: “[...] estimular as pesquisas executadas, seja por missões mistas compostas por equipes científicas de seu próprio país e por arqueólogos que representem instituições estrangeiras, seja por missões internacionais”³¹⁹. Também abordou a necessidade do representante do Estado conceder um arqueólogo capaz para ajudar a missão e colaborar com ela³²⁰ (grifos nosso).

³¹⁷ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 2 – sub-pasta: Decretos, leis, pareceres e portarias – Transcrição: BRASIL. Decreto-Lei nº 1985, de 29 de janeiro de 1940. Código de Minas. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 30 jan.1940 – retificado em 03 fev. 1940. art.36.

³¹⁸ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – A preservação dos monumentos arqueológicos e pré-históricos. O Estado de São Paulo, São Paulo, 02/03/1958.

³¹⁹ Carta de Nova Delhi, de 05 de novembro de 1956. Recomendação que define os princípios internacionais em matéria de pesquisas arqueológicas. **Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura**. Nova Delhi, 06 nov. de 1956 In: BASTOS, R. L.; TEIXEIRA, A. Normas e

Parece significativo que as disposições da Carta de Nova Delhi tenham encontrado tantos paralelos com o Decreto-Lei nº 21.935, que constituiu a Comissão de Pré-História quatro anos antes do Documento Internacional. O fato de Paul Rivet participar como delegado da França na Assembléia Geral da Unesco em Nova Delhi apresentou-se como um forte indício da sua influência no que tange à contemplação de algumas especificidades locais na Carta. Muito provavelmente, a Assembléia e o Documento de Nova Delhi, refletiram a mentalidade e a experiência do americanista, compartilhada com o seu grupo intelectual e científico, e a cooperação com Paulo Duarte em um contexto que proporcionou a diversidade e especificidade de algumas asserções presentes na Carta. É necessário lembrar que além do empenho de Rivet junto ao governo Garcez para a instituição da Comissão de Pré-História, a cooperação do cientista francês foi fundamental para a realização do XXXI Congresso Internacional dos Americanistas. Neste Encontro realizou-se visita ao sambaqui Maratuá e foram apresentadas as pesquisas desenvolvidas por Joseph Empeaire, arqueólogo indicado pelo próprio Paul Rivet. Portanto, o americanista acompanhou detalhadamente os problemas enfrentados pela Comissão e estas questões também foram observadas na Carta de Nova Delhi, pois, nem mesmo a legislação francesa de 1941³²¹ apresentava alguns elementos que apareceram na Carta. As incursões de Paul Rivet pela América Latina também contribuíram para o conhecimento das diversidades contextuais.

Desta forma, é possível em linhas gerais estabelecer três tópicos principais na disposição da Carta:

O primeiro relacionado diretamente à mentalidade de Paul Rivet, compartilhada com o seu grupo científico e intelectual, refletidas em asserções da Carta que visavam - desenvolver a ciência e as relações internacionais, a compreensão mútua entre os povos e a cooperação

Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico - Org. Haroldo Gallo, Rossano Lopes Bastos e Marise Campos de Souza – São Paulo: 9ª SR/IPHAN. pp.71.

³²⁰ Ibidem. pp.71. A carta também apresentou uma grande quantidade de aspectos relacionados à cooperação internacional que não cabem no âmbito desta dissertação, mas para conferi-los consultar a obra referenciada.

³²¹ Um documento de 27/09/1941 que abordou a Regulamentação das escavações arqueológicas na França foi encontrado entre a documentação de Duarte com grifos no que tange ao dispositivo de punição em caso de não cumprimento das deliberações (art. 21). Somente este artigo interessou para Duarte, pois as outras determinações do documento francês apresentaram um contexto relacionado às questões nacionais da França e não serviram como paradigma para o caso brasileiro. Em relação a este documento vale lembrar que foi expedido no momento em que o General Pétain estava no governo francês, quando da ocupação alemã e, portanto, não havia nenhuma influência de Paul Rivet. Desta forma, a legislação estadual paulista não foi induzida pela legislação francesa e muito provavelmente não foi nela que Paul Rivet se pautou para a Assembléia de Nova Delhi. A respeito desta abordagem. Cf. Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Concessões, Pareceres, Criação da Comissão de Pré-História, Criação do Instituto e Sambaquis - Pasta 273 – Extrait du numéro du 15 Octobre 1941. Journal Officiel de L'État Français. Réglementation des fouilles archéologiques, Paris, 15/10/1941.

entre as nações com vistas à finalidade de missão social, compreender a história do Homem através do conhecimento das civilizações e desenvolver a colaboração internacional nas pesquisas³²².

O segundo fez referências às disposições mais generalizadas encontradas no conjunto das legislações de vários países, principalmente europeus, não só normatizando o gerenciamento do patrimônio arqueológico, mas a diversidade do patrimônio histórico e artístico. Tais dispositivos apresentaram-se na forma de: penalidades contra a destruição, órgãos de inspeção, desapropriação por utilidade pública, restrição de direito à propriedade, proteção de bens móveis e imóveis, sítios pitorescos, belezas naturais e paisagens³²³ (DUARTE, 1938).

O último tópico abordou algumas especificidades, com as quais, as experiências brasileiras juntamente com outras práticas de Rivet puderam contribuir. Dentre elas a orientação de que: a exploração e a pesquisa arqueológica deve submeter-se ao controle e prévia autorização da autoridade competente, bem como, a determinação da obrigatoriedade de declaração de vestígios arqueológicos. Estas normas relacionaram-se com os casos brasileiros de destruição dos sítios arqueológicos e a atuação de amadores e colecionadores na coleta de material ou os próprios concessionários na destruição dos mesmos. Também se dispôs no Documento Internacional a necessidade de precisar o regime jurídico do subsolo arqueológico, item refletido pelo caso brasileiro tendo em vista a profusão de legislação e enganos em alguns dispositivos legislativos. A Carta também atentou para a promoção de ensino de técnicas de escavação arqueológicas promovidas conjuntamente com institutos de pesquisa e universidades. Neste caso, além de seguir um modelo francês implantado por Paul Rivet no Museu do Homem, que evidenciava a participação interdisciplinar nas pesquisas, o dispositivo baseava-se na experiência brasileira de necessidade de profissionais especializados.

³²² Cf. dispositivos na Carta de Nova Delhi In: BASTOS, R. L.; TEIXEIRA, A. **Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico**. Gallo et al (orgs). São Paulo: 9ª SR/IPHAN. p.65-76.

³²³ Paulo Duarte no livro *Contra o Vandalismo e o Extermínio* abordou diversas legislações pertencentes à diferentes países que focaram tais questões. O estudo cronológico de Duarte que aparece nesta obra (DUARTE, 1938: 116-119) foi realizado para a discussão sobre a criação da lei de proteção do patrimônio histórico e artístico de São Paulo e provavelmente a lei nacional, já que Paulo Duarte fez constar em Curriculum Vitae nos anos 1936-1937 a atividade de “redator com Mário de Andrade, da Lei de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico do Brasil”. MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de nova organização) – Pasta 4- sub-pasta: Processos Paulo Duarte – contagem de Serviço Público. Curriculum Vitae de Paulo Duarte. Carimbo do processo com a data de 1964.

Previa-se também na Carta a criação de documentação central com mapas para identificação dos monumentos móveis ou imóveis, publicações científicas, manutenção das escavações e monumentos e blocos testemunhos intactos. Tais asserções encontram parâmetro em algumas ações de Paul Rivet como publicação e implementação de pesquisa científica e principalmente, nas necessidades brasileiras de conhecimento de região ampla onde estavam dispostos os sambaquis. Em relação a este caso a Comissão de Pré-História contatou o Diretório Regional de Geografia comunicando o empenho do órgão na preservação dos sambaquis paulistas e a utilidade dos mapas dos municípios de Cananéia e Iguape. “Para essas viagens de inspeção, e para fins de estudo sobre a existência e localização de outros sambaquis, faz-se sentir agudamente a necessidade de um mapa dos municípios onde são essas jazidas encontradas”³²⁴. A disposição sobre publicações científicas encontrava respaldo na experiência brasileira, principalmente, pela quase ausência de mecanismos de difusão científica nessa área de conhecimento possibilitando o intercâmbio das experiências de estudiosos das diversas regiões do país. No que tange à questão da manutenção das escavações, o exemplo brasileiro foi característico, pois a dificuldade de verba para o desenvolvimento das pesquisas implicou na ênfase preservacionista que assinalou a Comissão paulista. A disposição sobre os blocos testemunhos, necessários em qualquer pesquisa arqueológica, eram fundamentais na experiência brasileira, pois, a ausência de condição técnico-científica e econômica expressa pela falta de profissionais capacitados, aparelhamento adequado e verba inviabilizavam as condições da pesquisa científica. Por fim, a recomendação de museus de caráter educativo contemplando coleções centrais, regionais e locais encontraram nas necessidades brasileiras, modelos teóricos museológicos desenvolvidos por Mário de Andrade e Paulo Duarte, com metodologia que propugnava e atendia os ideais de popularização científica com a finalidade de compreensão mútua, conhecimento das civilizações, instrução, cidadania, desenvolvimento das identidades e do sentimento de pertença. As coleções centrais, regionais e locais preencheriam o requisito de abarcar a diversidade nacional. Ainda neste dispositivo, as experiências de Paul Rivet no Museu do Homem demonstravam o êxito das instituições museológicas para a mediação e desenvolvimento da implementação de processos preservacionistas que contemplavam a

³²⁴ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 1 – sub-pasta: Governo do Estado - Comissão de Pré-História. Carta Jayme Alípio de Barros (Encarregado do Serviço de Expediente) pa ra o Secretário do Diretório Regional de Geografia em 30/12/1953.

responsabilidade social da ciência arqueológica. O próprio depoimento de Rivet, apesar de crítico, demonstrou que a discussão museológica ocorreu na Assembléia Geral de 1956:

E, no entanto foi em Nova Delhi, por ocasião de uma conferência da UNESCO, que me foi dado ouvir um secretário de estado francês, apanhado no turbilhão da demagogia anticolonialista, proclamar que, de volta a Paris, mandaria abrir um museu destinado a revelar ao nosso povo os tesouros da cultura da Ásia. Como se não tivéssemos um museu Guimet e um Museu Cernuschi, como se não tivéssemos o Museu do Homem, como se não tivéssemos tido centenas de pesquisadores que contribuíram para revelar a êsses mesmos povos as origens e as tradições de que eles hoje se orgulham. E como se não existissem na Índia museus em condições de mostrar a imensa contribuição da cultura ocidental [...] ³²⁵ (Duarte, 1960: 164).

Além dos museus, discutiu-se a necessidade de arqueólogo capaz para a ajudar a missão (mista ou internacional), esta asserção encontrava em Paulo Duarte o modelo eficaz para o desenvolvimento dos estudos científicos arqueológicos, pois possuía conhecimentos científicos, jurídicos e políticos necessários à organização das missões científicas arqueológicas.

Portanto, a cooperação entre estes cientistas no desenvolvimento de mecanismos de pesquisa e preservação foi importante não somente para o desenvolvimento da Arqueologia em São Paulo, mas, inclusive, para o estabelecimento de parâmetros para a arqueologia internacional, no que concerne às especificidades locais, justificando a esperança de Paul Rivet de que o Brasil servisse de paradigma para a América Latina e pelo visto, o modelo não serviu somente a este continente.

Além de todas estas questões, o Decreto-Lei nº 21.935 também visava a alteração do decreto 17.468-B de 31 de julho de 1947, o qual Duarte responsabilizou pelo fracasso da primeira Missão Franco-Brasileira ³²⁶ à medida que permitiu a exploração comercial dos sambaquis e segundo o cientista destituiu a Comissão formada pelo Museu do Homem e pela Faculdade de Filosofia, patrocinada pelo jornal “O Estado de São Paulo”. Conforme opinião de Duarte, por prevenções políticas, ocorreu a destituição dessa Comissão do Museu do

³²⁵ Entrevista concedida por Paul Rivet a Gilles Martinet do jornal “France Observateur” em março de 1958, um pouco antes da sua morte e reproduzida em (DUARTE, 1960: 164-165).

³²⁶ Projeto de pesquisa científico-arqueológico organizado pelo Museu do Homem e pelo Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros cuja abordagem encontra-se no capítulo 3 desta dissertação.

Homem e nomeou-se outra que nada fazia³²⁷. Duarte afirmava que este fato além da politicagem também ocorrera por interesses econômicos.

Esta situação levou o arqueólogo a redigir com o deputado federal Plínio Barreto, em setembro de 1947, um projeto de lei federal destinado à proteção das jazidas paleontológicas. O deputado federal Aureliano Leite relatou o projeto no mesmo ano, mas, para o intelectual, os interesses comerciais suplantaram a proposta. Duarte narrou o caso de “Um chefe político da situação, de Cananéia chegou a dizer-nos, um dia, naquela cidade, que era inútil qualquer esforço, pois o Governo de S. Paulo faria abortar a tentativa” (DUARTE, 1970: 350). E o projeto ficou parado na Câmara dos Deputados. Assim, a destruição dos sambaquis ocorria em várias regiões, motivadas por demandas diversas que englobavam desde as necessidades de pavimentação (Fig. 16), até os interesses econômicos: “[...] as estradas não asfaltadas, pavimentadas com as suas conchas, drenam facilmente as águas e consolidam os leitos. No Paraná e Santa Catarina construíram estradas inteiras com material dessas jazidas. As ruas de Cananéia eram, até há alguns anos, pavimentadas com restos de sambaquis [...]” (DUARTE, 1968: 20).



Figura 16 – Ruas em Cananéia com pavimentação de conchas de sambaquis.

Em outro exemplo, Duarte narrou um mercado para a venda dos sítios sambaquieiros onde ocorriam exigências em relação ao produto:

Um sambaqui composto de grande quantidade de berbigão, por exemplo, não tem o mesmo valor representado por outro composto de

³²⁷ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de nova organização) – Pasta 2- sub-pasta: Decretos, leis e pareceres. Justificação artigo por artigo. Sem data, pp.1.

ostras ‘puras’. A farinha fabricada com carapaças de berbigão não é muito apreciada por ser um tanto salgada e não poder ser dada discricionariamente à criação doméstica. Já a obtida de ostras é preferida, por ser doce e poder ser dada sem qualquer restrição, às aves. O comprador japonês, por exemplo, tomou por hábito fazer uma espécie de prova gustativa do material trincando-o entre os dentes, antes de entrar em negociações.

Dada a grande procura de farinha de ostras, tanto em Santos como em São Paulo, sobretudo no interior dêste, os produtores da região fazem previsões otimistas a respeito dos fornecimentos. Informaram-nos que esperam poder dispor mensalmente, de 700 a 4000 toneladas de matéria-prima, sendo 500 de material britado! (DUARTE, 1951c: 209-210).

Esta narrativa apresentou a dimensão conflituosa entre os interesses econômicos e culturais relacionados à preservação dos sambaquis. Além da importância científica, Duarte tentava apelar para argumentos morais com o intuito de findar a exploração:

Os sambaquis são também cemitérios de épocas longínquas. Estão cheios de esqueletos e ossadas humanas, que aparecem no material daí originário. Essa falta de respeito por si só não justificaria uma ação enérgica contra os energúmenos ganhadores de dinheiro? Que se diria amanhã de quem pretendesse explorar um velho cemitério com o fito de explorar cálcio oriundo de restos humanos? É exatamente o que estão fazendo os demolidores dos sambaquis brasileiros (DUARTE, 1951c: 210).

As justificativas de Duarte compreendiam uma gama diversificada de argumentos que tentavam convencer um vasto público a respeito da importância do patrimônio arqueológico. O cientista necessitava aproximar da sua causa o poder estatal e com esta finalidade utilizava o discurso da missão social e a dimensão internacional dos sítios para os diversos povos, servindo-se da cooperação do cientista francês. Também procurava agregar pesquisadores e estudantes a sua causa abordando a relevância do tema sobre as Origens do Homem e por fim, para o público mais generalizado, estabeleceu a proximidade entre passado-presente incitando o reconhecimento de continuidade entre as populações desaparecidas e a da atualidade, empregando a tática de despertar um sentimento de oposição aos concessionários. As ações de Duarte, portanto, consistiam primeiramente, em apresentar a desconhecida Pré-História brasileira para um público diversificado, ou seja, no primeiro momento, torná-la pública na perspectiva de transformar a realidade de destruição dos sítios arqueológicos. E com este espírito Duarte comunicou a aprovação do Decreto estadual e a criação da Comissão de Pré-História para Paul Rivet:

Fique tranqüilo a respeito dos sambaquis. O governador transformou em lei projeto que lhe apresentei quando do almoço em que também esteve presente. Ele não mudou uma letra, os membros da comissão são exatamente os mesmos, e o presidente sou eu. Vamos começar logo a trabalhar. Estou de pleno acordo: é preciso fazer uma pesquisa metódica para o Congresso de 1954. Assim que a verba estiver pronta escrever-lhe-ei.

Estou me batendo agora pela criação do Instituto do Homem Americano, que compreenderá primeiro os seguintes departamentos: Pré-história, Geologia, Paleontologia, Fotografia e Cinema, Antropologia, Etnologia, Lingüística. Se um dia êsse belo sonho se realizar teremos evidentemente necessidade de um homem como o senhor³²⁸ (DUARTE, 1960: 80).

Por essa carta percebe-se a continuidade da parceria entre o cientista francês e brasileiro na condução da viabilização dos estudos e da preservação dos sambaquis, bem como na continuidade da idéia da constituição de uma instituição responsável pela pesquisa e divulgação científica com base em diversas áreas do conhecimento.

Em 04 de agosto de 1953, na perspectiva de concretização destes projetos, o governo de São Paulo, impulsionado por Duarte, instituiu um novo Decreto-Lei (nº 22.550) que reservava para pesquisas, de diversos ramos de conhecimento, os sambaquis existentes no território paulista. Os estudos ficaram a cargo da Comissão de Pré-História, que poderia solicitar a colaboração de institutos universitários e órgãos culturais e científicos com interesse em pesquisas de natureza pré-histórica, paleontológica, arqueológica e antropológica³²⁹.

³²⁸ A referência à necessidade de um homem como Rivet para concretização do sonho do Instituto do Homem Americano devia-se, principalmente, ao fato da disponibilização da vinda do cientista francês para o Brasil. Finalizado o trabalho na direção do Museu do Homem exigiam a desocupação do local onde morava e o americanista pretendia vender sua biblioteca, pois, não teria condições de preservá-la fora daquele espaço. “Caso minha biblioteca passasse para São Paulo, eu gostaria de segui-la, isto é, iria de boa vontade terminar meus dias no Brasil como professor, se me quiserem, a fim de organizar o Centro de Etnologia e Lingüística, cujo projeto fizemos. Eu assumiria com prazer um contrato de um, dois anos, ou mais, à vontade da Universidade” (DUARTE, 1960: 80). Percebe-se que as contingências vividas por estes intelectuais também influenciavam na estruturação das instituições. Outro fato que chamou a atenção na abordagem de Rivet foi a necessidade de criação de um órgão que não se tinha certeza, naquele momento, do tipo de instituição. O americanista denominou um Centro de Etnologia e Lingüística, enquanto Duarte pensava em um Instituto do Homem Americano em outros cartas apareceram Instituto de Pré-História e Lingüística e Instituto de Pré-História Americana, que contaria com um departamento de Lingüística. Apesar da diferença de nomenclatura as finalidades institucionais eram as mesmas e abrangeriam várias áreas de conhecimento. Cf. carta de Paulo Duarte a Paul Rivet em 10/01/1953, carta de Paul Rivet para Paulo Duarte, sem data, recebida pelo último em 03/01/1953 e carta de Paulo Duarte a Paul Rivet em 31/03/1953. Todas publicadas em (DUARTE, 1960: 80).

³²⁹ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 2 – sub-pasta: Decretos, leis, pareceres e portarias – Transcrição: São Paulo. Decreto-Lei nº 22.550, de 4 de agosto de 1953. Reserva para fins de pesquisa os sambaquis existentes no território paulista. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, 05 ago. 1953. Resumo realizado por mim com base nesse Decreto estadual.

Essa luta pela pré-história mobilizou estudiosos de outros estados que também estabeleceram mecanismos na tentativa de defesa dos sítios arqueológicos da sua região. Anterior ao Decreto-Lei estadual que constituía a Comissão de Pré-História em São Paulo, Loureiro Fernandes conseguiu do governador do Paraná Bento Munhoz da Rocha o Decreto-Lei nº 1.346³³⁰ (29/06/1951) reservando para fins de pesquisa de proto-história, os sambaquis existentes no litoral paranaense e o Decreto nº 5.405³³¹ (09/05/1952) determinando que a exploração das jazidas existentes no litoral daquele estado seriam requeridas na Divisão do Patrimônio, Histórico e Artístico Cultural do Paraná (P.H.A.C.P), mediante concessão fornecida pelo DNPM. A divisão paranaense examinaria o valor do sambaqui para as pesquisas e se o fosse considerado “pobre” a licença poderia ser concedida sem nenhuma outra formalidade, por outro lado, se o sambaqui fosse avaliado como “rico” a demolição ficava subordinada à Assistência técnica da Divisão do P.H.A.C.P. O Decreto determinava que as custas e a manutenção do técnico devido ao exame dos sambaquis correriam por conta do interessado e previa multa como punição na ausência de atendimento as disposições legislativas. Estes dois últimos dispositivos, apesar da hipótese de inclusão aventada por Duarte, não constavam de legislação estadual paulista. Em relação aos decretos paranaenses Duarte comentou: “Antes da lei paulista apareceu uma leizinha paranaense que contorna o caso federal e está dando resultados lá”³³².

Apesar de determinar um número de tópicos bem menores que a lei de São Paulo, a legislação do estado do Paraná cumpriu o seu papel. No entanto, com os mesmos problemas de contradição com as instâncias federais não contou em período posterior com o apoio de Bento Munhoz da Rocha. Segundo Duarte, o ex-governador quando ministro da agricultura mostrara-se indiferente à defesa dos sambaquis. A constatação do crescimento da destruição das denominadas jazidas em outros estados acarretou um novo apelo em 1952 para que o projeto de legislação nacional parado na Câmara dos deputados fosse aprovado (DUARTE, 1970).

³³⁰ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 2 – sub-pasta: Decretos, leis, pareceres e portarias – Transcrição: Curitiba. Decreto-Lei nº 1.346, de 29 de maio de 1951. Reserva para fins de pesquisa os sambaquis existentes no litoral paranaense. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, 30 de jun. 1951.

³³¹ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 2 – sub-pasta: Decretos, leis, pareceres e portarias – Transcrição: Curitiba. Decreto-Lei nº 5.405, de 09 de maio de 1952. Dispõe sobre legislação e licença para exploração das jazidas calcáreas. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, 10 de mai. 1952.

³³² MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – Instituto de Pré-História. Carta de Paulo Duarte a Herbert. Sem data.

A solicitação consistia no convencimento da importância internacional do patrimônio arqueológico brasileiro. Noticiava-se no documento que o próximo congresso dos americanistas realizar-se-ia em São Paulo e que os países adiantados disputavam a sede do evento, que graças à influência e apoio de Paul Rivet aconteceria no Brasil. Assim, interessava “[...] em 1954, apresentar os primeiros resultados científicos de uma investigação que, além do mais, mostraria o índice elevado de nossa cultura, através do esforço abnegado de especialistas brasileiros”³³³.

Dois anos antes do XXXI Congresso Internacional dos Americanistas, Paul Rivet e Paulo Duarte organizavam os preparativos do evento. O americanista comunicava ao brasileiro que cuidaria do projeto do Instituto de Pré-História e Linguística e questionava sobre a quantidade de verba necessária para a implementação de um ano de pesquisa em sambaqui brasileiro. Rivet abordou a possibilidade de enviar um pesquisador e conseguir verba do governo francês para a realização do intento de formar uma segunda Missão Franco-Brasileira³³⁴ (DUARTE, 1960: 79).

Em agosto de 1953 Rivet comunicava o êxito na obtenção de verbas, pela Comissão de Escavações das Relações Culturais da França, para as pesquisas de sambaquis brasileiros e reiterava seus esforços na tentativa de conseguir recursos para a fundação do Instituto de Pré-História, pois considerava que a “[...] ocasião é magnífica para a França firmar-se de novo, graças a você. Não aproveitá-la seria loucura. Fique certo de que não a perderei de vista [...]” (DUARTE, 1960: 87-88).

A partir destas afirmações verifica-se que o americanista conjugava interesses científicos e políticos em relação ao Brasil, bem como em outros países da América Latina³³⁵. Além das implicações científicas, Rivet tinha a missão delegada pelo governo francês de realizar propaganda em prol da França e a afirmação do americanista evidenciou esse objetivo. Por este motivo, seduzia-lhe mais a fundação do Instituto de Pré-História no país, unindo estes dois interesses (científico e político), do que o emprego de esforços para a manutenção do Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros. Um Instituto de Pré-História no Brasil teria maior visibilidade no processo de reabilitação da França do que permitiria um Instituto de Altos Estudos Brasileiros em seu país. O objetivo inicial da fundação do Instituto

³³³ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 2 – sub-pasta: Decretos, leis, pareceres e portarias. Cópia de documento enviado à Câmara Federal com características de abaixo-assinado. Sem data e sem assinaturas.

³³⁴ Carta de Paul Rivet a Paulo Duarte em 29/12/1952 publicada em (DUARTE, 1960: 79).

³³⁵ Cf. discussão desenvolvida no Capítulo 3 desta dissertação.

Brasileiro em 1945 perdera sentido em face dos novos objetivos políticos de propaganda francesa devido ao caso argelino.

Concomitantemente à tentativa de conseguir verba para o XXXI Congresso Internacional dos Americanistas, Duarte negociava com a colônia francesa em São Paulo recursos para a fundação do Instituto de Pré-História e já pensava no estabelecimento de Cadeiras de Pré-História e Antropologia com professores franceses. No entanto, a falta de colaboração levou Duarte a afirmar que:

Não importa, com ou sem a ajuda francesa e mesmo, se isso acontecesse, contra a própria França, continuarei a defender os interesses da sua cultura no Brasil, porque, na minha opinião, o Brasil tem necessidade do espírito francês. E, nesse sentido, estou em contato com o governador de S. Paulo para a organização do Instituto do Homem Americano aqui. (DUARTE, 1960: 89).

Neste período Rivet comunicava que estava confirmada a vinda da pesquisadora Henriette Alimen para os estudos científicos em sambaquis brasileiros, posteriormente foi enviado Joseph Empereire e Duarte afirmou que não sabia o motivo da mudança dos profissionais. Em relação ao apoio incondicional de Duarte a França, apesar de não concordar com a posição do país em relação à Argélia, o brasileiro fez referencia ao apoio cultural. Ele acreditava que os povos jovens necessitam do “espírito francês”. No caso do americanista, o mesmo abordou a sua missão política determinada pela França “[...] aceitei, a pedido de Guy Mollet e Cristian Pineau, a tarefa de advogar, em tôdas as repúblicas sul-americanas e depois nos corredores da ONU, a causa do gôverno francês”³³⁶ (DUARTE, 1960: 164). Apesar disso Rivet afirmava que acreditava na promessa de solução do problema pelas autoridades francesas e por isso relatou: “Fiz, em nome deles, aos governos sul-americanos, promessas que êles jamais tiveram intenção de cumprir – e só percebi tarde demais”³³⁷ (DUARTE, 1960: 164).

Apesar de ambígua, a posição de Rivet não era só política e nem somente científica, até porque entendia que a ciência teria como missão a transformação da sociedade, portanto, era explícita a dimensão política no seu pensamento científico. Contudo, quando o americanista afirmou que a fundação do Instituto de Pré-História era uma ocasião magnífica para que a França se firmasse novamente, não me parece apenas uma preocupação científica.

³³⁶ Entrevista concedida por Paul Rivet a Gilles Martinet do jornal “France Observateur” em março de 1958, um pouco antes da sua morte e reproduzida em (DUARTE, 1960: 164-165).

³³⁷ Ibidem.

Também é preciso lembrar que a parceria cultural entre Paul Rivet e o Brasil aconteceu na década de 30 e os propósitos científicos não se perderam, posteriormente. No entanto, nesse momento de transição entre a ênfase na proposta científica e a oficialização do projeto político, optou pela justaposição de interesses que conduziram Rivet na abordagem do governo francês para o financiamento de pesquisas arqueológicas brasileiras em 1954. Este posicionamento não traía o ideal do americanista de transformação social, pois, propugnava a harmonia e cooperação entre os povos e não a crítica ou dissensões por preconceitos ou prerrogativas de desprezo cultural para nenhum dos lados do conflito.

De qualquer forma, o fato se concretizou na ajuda financeira francesa para o Congresso Internacional. Em carta enviada ao Paulo Duarte, Rivet comunicou a prática do profissional escolhido para a tarefa de examinar cientificamente um sambaqui paulista [...] [Joseph Empeaire] estudou as populações do extremo sul da América e possui uma experiência tãda especial de pesquisas em sambaquis”³³⁸ (DUARTE, 1960: 93). O americanista também abordou o conhecimento das dificuldades financeiras enfrentadas pela Comissão do IV Centenário e concluiu: “Desculpe-me pedir me esclareça sôbre essa situação que [Paulo] Carneiro me definiu como bastante séria. Ficaria desolado se vocês renunciassem ao Congresso dos Americanistas, cuja importância é capital para o Brasil e para a França”³³⁹ (DUARTE, 1960: 93, grifo nosso).

A idéia de sediar o XXXI Congresso Internacional dos Americanistas ocorreu no âmbito das comemorações do IV Centenário da cidade de São Paulo e Duarte era responsável por três eventos: o Congresso Internacional de Escritores, os Encontros Intelectuais da Unesco e o Congresso Internacional dos Americanistas (BALDUS, 1955; HAYASHI, 2001). Apesar das dificuldades da Comissão organizadora do evento³⁴⁰ os projetos coordenados por Duarte não sofreram alteração.

Antes do Congresso, Empeaire realizava a pesquisa no sambaqui de Maratúá (Fig. 17) e Duarte abordava o plano de prorrogar no Brasil a estadia do arqueólogo até o primeiro impulso do Instituto de Pré-História, que seria segundo Duarte, o núcleo do futuro Instituto do Homem Americano, “[...] criado a imagem e semelhança do ‘Musee de l’Homme’ (o de Rivet e não o de Vallois)”³⁴¹ (Duarte, 1960: 96). Também com o fito de desenvolver as atividades

³³⁸ Carta de Paul Rivet a Paulo Duarte em 23/03/1954 publicada em (DUARTE, 1960: 93).

³³⁹ Ibidem.

³⁴⁰ Para maiores detalhes sobre as dissensões existentes na Comissão de Organização do IV Centenário e da posição de Duarte nesses eventos cf. (HAYASHI, 2001: 111-118).

³⁴¹ Carta de Paulo Duarte a Paul Rivet em 29/06/1954 publicada em (DUARTE, 1960: 96).

de campo, a Comissão de Pré-História organizou equipes de trabalho com a colaboração da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (cadeiras de Etnologia, Antropologia, Geologia e Paleontologia), o Museu do Ipiranga e a Escola de Sociologia e Política e destes institutos foram selecionados alunos e professores interessados em participarem das pesquisas³⁴².



Figura 17 – J. Empeaire, Paulo Duarte e Paul Rivet no Sambaqui de Maratuá – 1954
Arquivo Paulo Duarte.

Em apresentação intitulada “Informations preliminaires sur les sambaquis du littoral de S. Paulo” no XXXI Congresso Internacional dos Americanistas foram comunicadas partes dos estudos desenvolvidos e coordenados por Joseph Empeaire, o qual somado ao discurso de Herbert Baldus proferido na solenidade de abertura configurava o impulso que São Paulo recebia no campo das pesquisas arqueológicas. O apoio de Paul Rivet foi essencial para que a

³⁴² MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 1 – sub-pasta: Governo do Estado – Comissão de Pré-História. Relatório de atividades da Comissão de Pré-História encaminhado ao Governador do Estado de São Paulo em 1954, referente às atividades de 1953.

cidade se transformasse em anfitriã do evento. Herbert Baldus (presidente da Comissão Organizadora) ressaltou a importância de Paulo Duarte e Jairo Ramos na obtenção de verbas particulares e governamentais para a realização do Congresso Internacional:

O fato de estarmos aqui reunidos para realizar em São Paulo o XXXI Congresso Internacional de Americanistas não significa, apenas, que esta cidade, por ocasião das comemorações do IV Centenário de sua fundação possa se dar ao luxo de convidar tantos e tão eminentes cientistas de numerosos países do Velho e do Novo Mundo. É antes demais nada a confirmação de que São Paulo se tornou um centro de estudos do homem americano. (...) não estamos certos de que o nosso convite fôsse aceito. A aceitação devemos, principalmente, à intervenção do Sr. Prof. Paul Rivet, representante da França (...). (...) tivemos, na Consultoria Técnica de Congressos da Comissão do IV Centenário, dois companheiros que defenderam intransigentemente a nossa verba, tornando-se, assim, credores da gratidão dos americanistas: são eles o Sr. Prof. Jairo Ramos e o Sr. Dr. Paulo Duarte.” (Baldus, 1955: xlv, xlv, xlvi).

O mesmo orador evidenciou os objetivos do XXXI Congresso Internacional dos Americanistas que transcendiam ao “[...] estudo histórico e científico das duas Américas e seus habitantes, mas também [focavam] o combate incessante a qualquer ideologia que procure falsear ou suprimir os conhecimentos antropológicos a fim de justificar discriminações raciais e preconceitos etnocêntricos” (BALDUS, 1955: xlvii).

O XXXI Congresso Internacional dos Americanistas proporcionou a divulgação das pesquisas arqueológicas, a troca de informações entre os estudiosos de estudos pré-históricos e áreas afins e permitiu a discussão de métodos, questões preservacionistas e proposição de hipóteses de trabalho decorrentes do desenvolvimento dos estudos científicos realizados³⁴³.

Ao final das discussões, as moções IV e V relacionadas com a Pré-História dispuseram sobre: a importância do valor científico das jazidas, a necessidade de acabar com a destruição das mesmas, a urgência de legislação de âmbito nacional, agregando uma lei especial que assegure a proteção e outra geral com o estabelecimento das exigências mínimas para as escavações arqueológicas e pré-históricas. E mediante a necessidade de desenvolver os estudos adequadamente no Brasil e nos países americanos interessados, com pesquisadores preparados adequadamente, solicitava a criação da cadeira de Arqueologia e Pré-História junto às Faculdades de Filosofia das Universidades brasileiras (BALDUS, 1955: lxxiii).

³⁴³ Cf. discussões, apresentações de pesquisa, encaminhamento das seções em (BALDUS, 1955).

Portanto, como no Decreto-Lei estadual de constituição da Comissão de Pré-História, as moções centraram-se na necessidade de formação especializada e de legislação adequada coibindo a destruição por interesses econômicos ou o amadorismo e o simples colecionismo. Elementos também contemplados, posteriormente, na Carta de Nova Delhi.

Além das possibilidades dos conhecimentos científicos, o Congresso Internacional dos Americanistas permitiu a divulgação do trabalho da Comissão de Pré-História de São Paulo, exercendo junto às autoridades mais uma demonstração da importância do estado paulista neste campo de estudos. Desta forma o objetivo de defender e divulgar “[...] um patrimônio de que talvez 90 por cento dos nossos homens públicos não têm a mínima idéia [...]”,³⁴⁴ pelo menos no governo Garcez, fora coroado com êxito devido à dimensão internacional que adquiriu. A participação de tantas autoridades científicas de diversas localidades no Congresso demonstrou a necessidade de mensurar o grau de importância do evento em um estado que destruía os seus sítios arqueológicos, onde inexistia a pesquisa acadêmica no campo de estudo e somava-se a este estado de coisas a quase total ausência de condições técnicas, de formação profissional, de aparato legislativo adequado para a regulamentação, nenhum grande projeto institucional para esse tipo de estudo e desconhecimento público desta área, quase que generalizado. Portanto, após dois anos de atividade com a colaboração efetiva de Paul Rivet, a transformação da cidade em sede do evento internacional comprovava a importância das ações de Duarte para a divulgação dos estudos pré-históricos.

No entanto, o resultado do Congresso era fruto de uma ação diária de transposição de dificuldades de todos os tipos enfrentadas pela Comissão. Desde junho de 1953 os trabalhos do órgão foram iniciados com a instalação dos serviços na sede do Instituto Geográfico e Geológico, espaço oferecido pelo seu diretor que também integrava a Comissão³⁴⁵. Em seguida, veiculou-se pelos jornais a necessidade de comparecimento dos concessionários

³⁴⁴ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta sem denominação. Carta de Paulo Duarte ao presidente da República Juscelino Kubitschek em 06/12/1958.

³⁴⁵ A Comissão de Pré-História era integrada por: Paulo Duarte (eleito presidente), Frei Reginaldo de Sá (arqueólogo Dominicano e tesoureiro), Egon Schaden (professor de Antropologia da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo), Herbert Baldus (Diretor do Museu Paulista e professor de sociologia da Escola de Sociologia e Política), Waldemar Lefèvre (Diretor do Instituto Geográfico e Geológico do Estado), José Anthero Pereira Jr. (arqueólogo), Manuel J. de Albuquerque Lins Neto (assistente jurídico da Comissão e membro da Assessoria Técnica do gabinete do governador e encarregado da elaboração de projetos de leis suplementares para a consolidação da Comissão. MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 1 – sub-pasta: Governo do Estado – Comissão de Pré-História. Relatório de atividades da Comissão de Pré-História encaminhado ao Governador do Estado de São Paulo em 1954 referente às atividades de 1953.

paulistas à sede do organismo para regularização e o tombamento voluntário dos sambaquis em conformidade com o Decreto-lei estadual³⁴⁶.

Após esta medida a Comissão de Pré-História iniciou as atividades de fiscalização das empresas exploradoras e para a otimização dos resultados contatou o Ministério da Agricultura e as secretarias estaduais de Segurança Pública, bem como solicitou a cooperação das prefeituras municipais da região onde se encontravam os sambaquis. A infinidade de ofícios, viagens, esclarecimentos aos ministros e diretores de órgãos estaduais e federais, bem como o contato direto com o governador solicitando providências diretas no encaminhamento de várias questões burocráticas resultaram em ação coordenada promovendo a cooperação entre órgãos federais, estaduais e municipais, os quais até então trabalhavam isoladamente impossibilitando qualquer ação em prol da preservação dos sambaquis. Assim, os contatos com João Cleophas (Ministro da Agricultura), Avelino Inácio de Oliveira (Diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral) e Rodrigo de Melo Franco (Diretor do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) tinham a finalidade de estabelecer a compreensão da dimensão de cada um dos órgãos na responsabilidade de preservação dos sambaquis, bem como direcionar de forma cautelosa qualquer decisão destes organismos que implicaria na salvaguarda ou destruição dos sítios³⁴⁷.

Com as prefeituras municipais, responsáveis por regiões que provavelmente possuíam sambaquis, o Presidente da Comissão de Pré-História firmou contato solicitando a colaboração na tarefa de fiscalização das empresas exploradoras e informações de contribuintes dos impostos de indústrias e profissões com o intuito de identificar atividades relacionadas com a extração, transporte, moagem e venda de conchas calcáreas. A parceria ocorreu com as prefeituras de Santos, Guarujá, São Vicente, Pedro de Toledo, Ilha Bela, Itariri, Jacupiranga, Eldorado Paulista, Jujuiá, Ubatuba, São Sebastião, Cananéia, Miracatu, Iguape, Cubatão, Caraguatatuba, Registro e Itanhaem³⁴⁸. Muitas vezes algumas prefeituras não respondiam às solicitações de Paulo Duarte e algumas eram acusadas, pelo Presidente da Comissão, de tentar burlar a lei de proteção das jazidas. Para Duarte alguns prefeitos estavam

³⁴⁶ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 1 – sub-pasta: Governo do Estado – Comissão de Pré-História. Relatório de atividades da Comissão de Pré-História encaminhado ao Governador do Estado de São Paulo em 1954, referente às atividades de 1953.

³⁴⁷ Idem

³⁴⁸ Idem.

acostumados com a destruição dos sambaquis para a pavimentação de ruas³⁴⁹. O episódio da prefeitura de Cananéia foi ilustrativo, pois Duarte comunicava ao governador Jânio Quadros em 1955, que sob fiscalização o município demonstrou total desrespeito as legislações e solicitava do governador a notificação do prefeito pela autoridade policial e pedia que o governador ordenasse a ida do próprio presidente da Comissão ao local para apurar responsabilidades³⁵⁰. Em resposta a este pedido, o governador Jânio Quadros encaminhava ordens ao general Pradel para que recebesse Paulo Duarte e colocasse a sua disposição a autoridade policial, inclusive, com instruções às autoridades de Cananéia para defender pela força o patrimônio histórico e cultural que representavam os sambaquis³⁵¹. Neste caso, é interessante perceber como Paulo Duarte induzia as ações dos governadores para atitudes que considerava necessárias para o andamento dos trabalhos. As solicitações conduziram em muitos casos as ações do governo Garcez e posteriormente, também a do seu substituto Jânio Quadros para decisões relacionadas ao patrimônio arqueológico.

Paulo Duarte promoveu contatos com Elpídio Reale (Secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública) solicitando a cooperação de autoridades policiais para o trabalho da Comissão. O Secretário expediu circulares aos delegados de polícia com instruções e providências relacionadas aos exploradores de sambaquis. A pressão policial levou muitos dos exploradores, especialmente de Iguape, a regularizarem a situação em conformidade com os decretos estaduais de proteção aos sambaquis³⁵².

O Presidente da Comissão também estabeleceu contatos com a Divisão de caça e pesca da Secretaria da Agricultura com a finalidade de requerer auxílio dos inspetores e fiscais deste órgão para o envio de informações relativas à existência e localização de sítios como sambaquis, casqueiros, conheiros ou grutas, bem como notificação sobre a exploração industrial. Com esta atitude a Comissão recebeu dados desconhecidos sobre a existência de

³⁴⁹ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 1 – sub-pasta: Governo do Estado – Comissão de Pré-História. Carta de Paulo Duarte ao Governador Jânio Quadros em 02/03/1955.

³⁵⁰ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 1 – sub-pasta: Governo do Estado – Comissão de Pré-História. Carta de Paulo Duarte ao Governador Jânio Quadros em 09/03/1955.

³⁵¹ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 1 – sub-pasta: Governo do Estado – Comissão de Pré-História. Carta do Governador Jânio Quadros ao General Pradel em 18/03/1955.

³⁵² MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 1 – sub-pasta: Governo do Estado – Comissão de Pré-História. Relatório de atividades da Comissão de Pré-História encaminhado ao Governador do Estado de São Paulo em 1954, referente às atividades de 1953.

sambaquis em regiões como São Sebastião, imediações de Porto Novo e Enseada, litoral norte do estado, onde são menos comuns a ocorrência deste tipo de sítio³⁵³.

E com a Secretaria da Fazenda (diretor Raphael Giusti) Duarte solicitou ajuda aos serviços de fiscalização onde obteve dados sobre cada empresa exploradora como: posição frente a legislação federal e estadual, início das atividades de venda de material de sambaquis, movimento das empresas entre outras que possibilitaram o conhecimento da situação das companhias responsáveis pela exploração³⁵⁴.

A relação com os concessionários foi iniciada de forma tensa, mesmo porque provocaria transformações não somente nas mentalidades, que concebiam àquele tipo de jazida somente como bem econômico e eram induzidas para um novo vislumbre do sítio de exploração como bem cultural, mas principalmente, pelas conseqüências econômicas dessa mudança.

No entanto, por conta das medidas extremadas tomadas por Duarte, muitas vezes, a transformação da mentalidade, por parte dos concessionários, foi efetivada por força policial. Duarte narrou, que a má vontade inicial de alguns foi afastada e com o desenvolvimento dos trabalhos da Comissão, o órgão contou “[...] com a boa vontade de empresas exploradoras, a quem a firmeza de propósitos da administração estadual conseguiu definitivamente convencer, obtendo sua colaboração”³⁵⁵.

A parceria com as empresas no intuito de preservação das jazidas teve início no momento do tombamento voluntário. A Comissão procurada pelas diversas companhias, que operavam legalmente ou não, recebia o comunicado da existência de sambaquis desconhecidos e inexplorados. Em um dos casos, um proprietário de sambaqui em Cubatão (sítio Cotiapará) que atendeu ao edital de tombamento, colaborou com o estudo e a preservação das jazidas colocando à disposição da Comissão condução, guiando pessoalmente os membros do órgão estatal até o local. Em outro exemplo, uma companhia que iniciou de forma cordial os contatos que evoluíram para uma relação tensa, cooperou com os trabalhos colocando à disposição da Comissão operários e materiais para as pesquisas realizadas nos sambaquis visitados. Algumas vezes os entendimentos estabelecidos entre a Comissão e os

³⁵³ Ibidem.

³⁵⁴ Ibidem.

³⁵⁵ Ibidem.

proprietários impediam o desmonte do sambaqui, iniciado somente com a assistência dos membros da Comissão de Pré-História³⁵⁶.

Porém, avolumaram-se situações geradas por tensões entre os concessionários e a Comissão. A cobrança de um posicionamento da Secretaria de Segurança Pública em flagrantes de desrespeito à legislação revelou o confronto: no primeiro caso, o proprietário que não atendera voluntariamente o edital de tombamento fôra cientificado pessoalmente por membros da Comissão à respeito da impossibilidade legal da destruição de um sambaqui no município de Cubatão e recebendo mal o representante da Comissão afirmava “[...] que desmontaria os sambaquis situados em sua propriedade quando e como quisesse³⁵⁷”. Ao final de todas as tentativas de acordo, em visita de inspeção à região, se verificou a total destruição do sambaqui³⁵⁸. A utilização de subterfúgios também era freqüentemente constatada: o proprietário de uma fábrica de adubos em Cubatão conseguiu uma permissão para pesquisa e empreendia a exploração comercial. Para evitar os questionamentos da Comissão de Pré-História, o proprietário recorreu ao Ministério da Agricultura declarando tratar-se de pesquisa em calcáreo fosfato, depósito natural e não conchas calcáreas, que compõem os sambaquis³⁵⁹. Esse caso especificamente chamou a atenção porque a Comissão juntamente com a Polícia de São Paulo elaboravam justamente um inquérito sobre esse proprietário em relação a exploração clandestina. Segundo Duarte, a coleta de indícios da ilegalidade advinda de trabalho longo e penoso estava próxima da conclusão, confirmando a culpa do proprietário, quando este conseguiu a concessão do órgão federal, perdendo-se assim todo o trabalho realizado³⁶⁰. Ainda somam-se aos exemplos situações em que o concessionário interpelado a respeito do procedimento de exploração apresentava concessão anterior ao decreto estadual explicando que ao buscar informação junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral sobre uma nova legislação fôra informado de que “não haviam tomado conhecimento de qualquer lei ou decreto estadual sôbre sambaquis e que poderia continuar trabalhando. Mais,

³⁵⁶ Ibidem.

³⁵⁷ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 1 – sub-pasta: Governo do Estado – Comissão de Pré-História. Carta de Paulo Duarte (Presidente da Comissão de Pré-História) ao Secretario de Segurança Pública (General Honorato Pradel) em 25/04/1955.

³⁵⁸ Ibidem.

³⁵⁹ Ibidem.

³⁶⁰ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – Correspondência enviada. Carta de Paulo Duarte (Presidente da Comissão de Pré-História) a Avelino Inácio de Oliveira (Diretor do DNPM) em 04/08/1953.

que o Departamento concederia quantas autorizações de pesquisa e lavra fossem solicitadas³⁶¹”.

Por fim, outras situações de casos de maior violência e conflito entre concessionários e a Comissão em meio a imensas disputas e contendas poderia, por descuidos burocráticos, levar o descrédito a Comissão, perdendo-se todo o trabalho estruturado. Um caso ilustrativo deste processo decorre de comunicado de Rodrigo de Melo Franco (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico de São Paulo) a Paulo sobre a possibilidade de ganho de causa para um interessado na exploração do sambaqui devido à ausência de notificação de tombamento:

Sua carta me deixou estatelado. Pelo que tem de Brasil! Então, depois de um esforço medonho para dar uma lição exemplar, cujo eco bate ainda em violência nos ouvidos dos vândalos, estamos arriscados a perder todo o trabalho, inclusive os riscos que fiz correr e corri pessoalmente expondo-nos às represálias que chegaram a manifestar-se da parte desses ganhadores de dinheiro e seus capangas? Não é possível Rodrigo. É preciso que o advogado do Patrimônio dê duro, converse com os juizes, mostre-lhes o interêsse público envolto nisso, e sobretudo repare o erro da falta de notificação para o tombamento . Ponha-se a culpa no correio, procure-se uma saída, o que não é possível é criarmos um ambiente de ânimo a todos os miseráveis que são o nosso pesadelo. Entretanto, eu vejo um bom recurso: mesmo não seja válido o tombamento, há o decreto lei n. 4.146, de 4 de março de 1942 (Federal) que dispõe sobre a proteção dos depósitos fossilíferos . Baseado nele, o govêrno de São Paulo baixou o decreto n. 22.550, de 4 de agosto de 1953, reservando todos os sambaquis existentes no território paulista para fins de pesquisa, encarregando a Comissão de Pré-História da sua execução. Ora, Athanzio Hernandez foi intimado, cientificado e isso está documentalmente provado nos autos. Por êste lado, talvez possamos suprir a falta do Patrimônio que comeu mosca no caso de tombamento. Isso na eventualidade do advogado dele acordar a tempo e alegar a nulidade do tombamento, o que ainda não aconteceu mas pode acontecer. Assim, necessário se faz muito silêncio em torno do caso para que a lebre não seja levantada. Em última instância, há o processo de desapropriação. O sambaqui é de importância arqueológica enorme, não é admissível que não façamos tudo para salvá-lo!

Essa advertência impressionante para os interessados na exploração dos sambaquis desaparecerá totalmente com a desmoralização do que fizemos. Se, amedrontados pela ação, eles chegaram a armar gente para nos esperar e se nada fizeram foi porque enfrentamos a

³⁶¹ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – Governo Federal. Carta de Paulo Duarte (Presidente da Comissão de Pré-História) a Bento Munhoz da Rocha (Ministro da Agricultura) em 04/07/1955.

capangada com uma fingida bravura que os amedrontou, que não farão se a Justiça os proteger agora?³⁶²

A problemática deste caso resumiu as várias dificuldades apresentadas na ação de preservação. Os confrontos com os concessionários, inclusive com riscos físicos, a luta entre os complexos burocráticos e as várias instâncias de poder evidenciando a colisão de mentalidades e interesses, a tentativa de apresentar a importância de algo desconhecido, mesmo que o convencimento se desse às custas de pressão policial, e por fim os embates legislativos utilizados por ambos os lados na verdadeira guerra que se travava em defesa da Pré-História.

A estes fatos somavam-se toda sorte de dificuldades, desde o roubo das anotações de seis meses de trabalho de Emperaire, quando assaltado o acampamento do sambaqui de Maratua³⁶³ até os problemas financeiros que levaram à dedicação quase exclusiva da Comissão ao terreno da preservação. Ao longo de toda existência do órgão, Duarte tentava alertar para o problema de verba e a sua relação com o desenvolvimento das pesquisas que proporcionariam “[...] a cultura paulista a oportunidade de uma contribuição inestimável aos estudos sobre prehistória do Homem Americano”³⁶⁴. Duarte lembrava ao governador Garcez que a concretização do projeto de exploração científica dos sambaquis só teria êxito com a implantação de um centro científico auxiliar da Universidade de São Paulo, cuja verba fôra prometida e cujo ante-projeto estava em andamento: referia-se a organização do Instituto do Homem Americano³⁶⁵.

A luta por verba para as ações no âmbito da Arqueologia: pesquisa, preservação e divulgação esteve presente em toda a história da Comissão. Duarte chegou a afirmar em 1958, que o órgão só tivera um pequeno apoio econômico graças ao governo Jânio Quadros e que a Comissão era uma “enteadazinha do Governo”. Mesmo o governo Garcez, que criou a Comissão, não promoveu o adequado amparo econômico. Assim, Duarte mantinha o órgão com “[...] a caridade pública: o[jornal] Estado, o Matarazzo Sobrinho, o Chiquinho Matarazzo

³⁶² MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – Instituto de Pré-História. Carta de Rodrigo (Melo Franco de Andrade – Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) a Paulo Duarte (Presidente da Comissão de Pré-História) em 02/02/1959.

³⁶³ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 1 – sub-pasta: Governo do Estado - Comissão de Pré-História. Carta de Paulo Duarte (Presidente da Comissão de Pré-História) a Ignácio Costa Ferreira (Delegado Regional da Polícia de Santos) em 20/09/1954.

³⁶⁴ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 1 – sub-pasta: Governo do Estado – Comissão de Pré-História. Relatório de atividades da Comissão de Pré-História encaminhado ao Governador do Estado de São Paulo em 1954, referente às atividades de 1953.

³⁶⁵ Ibidem.

e Décio de Moraes Junior e outros abnegados que me têm auxiliado todos os anos com alguma coisa”³⁶⁶.

A amizade dos “homens ricos” que sempre amparou Duarte, desde o Departamento de Cultura, também se manifestou neste período voltado para a implementação e o desenvolvimento da Arqueologia em São Paulo. Colaborando principalmente com as ações de divulgação patrimonial e científica idealizadas pelo presidente da Comissão, as doações de particulares permitiam que a pequena verba governamental destinada à pesquisa científica não fosse desfalcada em ações destinadas à educação. Naquele momento (1955) Emperaire voltava ao Brasil, após um período de férias, para continuar as pesquisas na Ilha do Cardoso (litoral sul de São Paulo) já iniciadas no ano anterior na região do Canal de Bertiooga (Guarujá). O arqueólogo francês também assumiria um curso especial de Pré-História que seria ministrado na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo visando despertar o interesse dos universitários para a pesquisa científica e os trabalhos de campo. A estadia da sua permanência na cidade devia-se a cooperação de particulares³⁶⁷. Depois do término da pesquisa em São Paulo, Emperaire iniciaria os estudos no Paraná. Paul Rivet alertava Duarte para a questão do ensino:

Êle [Emperaire] vai suficientemente subvencionado para manter aí, com sua mulher que o seguirá, dentro de alguns meses, uma vida decente. Um e outro devem dedicar-se inteiramente à pesquisa, portanto, muito pouco tempo poderão dar ao ensino. Não me oponho, naturalmente, a que façam algumas conferências, receio no entanto que o título de professor visitante que você lhe deu acarrete interrupções do trabalho de campo, que prejudicariam o objetivo essencial da sua missão. Penso que nem devem residir em São Paulo, mas nas proximidades das escavações. Acho que Emperaire e sua mulher, depois do Brasil poderão prosseguir as suas pesquisas no Uruguai e no Chile [...] ³⁶⁸ (DUARTE, 1960: 107).

Independente da preocupação de Rivet, que Duarte compartilhava, a subvenção dos particulares permitiu que não fosse retirada verba da pesquisa e que as contribuições dos mesmos fossem direcionadas para a realização de uma película cinematográfica sobre os

³⁶⁶ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 1 – sub-pasta: Governo do Estado – Comissão de Pré-História. Carta de Paulo Duarte Francisco Vicente de Azevedo em 12/06/1958.

³⁶⁷ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – Correspondência enviada. Modelo de carta que seria enviada à vários colaboradores da Comissão de Pré-História: Ciccilo Matarazzo, Conde Matarazzo, “O Estado de São Paulo”, Hotel Esplanada e Fábio Prado. Sem data.

³⁶⁸ Carta de Paul Rivet em 08/06/1955 a Paulo Duarte publicada em (DUARTE, 1960: 107).

sambaquis. O “[...] filme sôbre nossas jazidas pré-históricas servirá amplamente para a divulgação entre nós do seu excepcional valor científico e cultural, alertando e prevenindo ainda melhor quaisquer tentativas de destruição clandestina. E, no exterior, poderá indicar o elevado nível atingido pela pesquisa científica”³⁶⁹.

Neste relato, além da colaboração de particulares para o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas em São Paulo, chamou a atenção a importância atribuída por Duarte às questões de instrução, formação e divulgação científica (nacional e internacional). As duas ações (filme e curso universitário) previam a abrangência de grande diversidade de público. A película funcionaria como um mecanismo de instrução à medida que informaria sobre a importância dos sambaquis, bem como seria uma ação preventiva de salvaguarda patrimonial. Somava-se a estas ambições, a perspectiva de transformar em modelos internacionais as pesquisas científicas desenvolvidas em São Paulo, retomando a idéia do Brasil como paradigma de estudos científicos arqueológicos para a América Latina.

Duarte também não descuidava da formação profissional, pois despertar o interesse dos estudantes universitários era uma forma de contar com novos profissionais que atenderiam as necessidades das especificidades brasileiras relacionadas com a prevenção contra os amadores e a ação nociva, segundo Duarte, que exerciam sobre os sambaquis. Por este motivo, o cientista brasileiro enfatizou também este aspecto, razão que levou Duarte a pensar na figura de Emperaire como um professor visitante, alvo de pequena divergência e esclarecimento por parte de Paul Rivet que, naquele momento, tinha interesses maiores na realização das pesquisas. Esta especificidade local na necessidade de formação de “arqueólogo capaz” seria observada na Carta de nova Delhi.

E foi exatamente o interesse pela formação que levou Duarte a propor em 1954 a criação do Instituto de Pré-História na Universidade de São Paulo. Conforme verificado, desde a primeira Missão Franco-Brasileira em 1947, Paulo Duarte voltou ao Brasil com a tarefa determinada por Paul Rivet de fundar um Centro de Estudos Pré-Históricos. Ao longo dos anos, conforme evidenciou a correspondência e as atividades dos dois cientistas, esse Centro de estudos ganhou denominações diferenciadas como: Instituto de Pré-História e Lingüística, Instituto de Etnologia e Lingüística, Instituto do Homem Americano e até

³⁶⁹ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – Correspondência enviada. Modelo de carta que seria enviada à vários colaboradores da Comissão de Pré-História: Ciccilo Matarazzo, Conde Matarazzo, “O Estado de São Paulo”, Hotel Esplanada e Fábio Prado. Sem data.

Instituto de Pré-História Americana, o qual teria um departamento de Lingüística³⁷⁰. Algumas vezes houve referência ao Museu do Homem Americano. Em nenhum momento esses cientistas levantaram polêmicas em relação às várias denominações da Instituição, portanto, independente do nome conheciam o objeto de referência, ou seja, um Instituto de pesquisas com ênfase na Pré-história e conforme discutido nesta dissertação, com abrangência em outras áreas de conhecimento como Etnografia, Antropologia, Lingüística, Etnologia entre outras. Claro que a denominação, provavelmente, estava relacionada com as tendências científicas dos estudiosos. No entanto, como a tendência não excluía as outras áreas, não modificaria o cerne do projeto. A outra questão relaciona-se a especificidade de cada país. Quando criou o Instituto de Etnologia na Colômbia, por exemplo, Rivet deu ênfase ao estudo etnológico, pois precisava valorizar o índio contemporâneo naquela sociedade. No caso brasileiro, os esforços concentraram-se no conhecimento arqueológico, pois, havia a destruição dos documentos pré-históricos, portanto, se não houvesse esse foco perder-se-ia a oportunidade de desvendar a Origem do Homem Americano, como alertou Duarte inúmeras vezes.

. Desta forma, o Instituto científico de orientação arqueológica teria departamentos de outras áreas do saber e previa-se um museu, o do Homem Americano. O projeto era sustentado pelo modelo desenvolvido no Musée de l'Homme e englobava vários laboratórios de diferentes disciplinas. Devido à dificuldade de implantação do empreendimento como um todo, Duarte enfatizou no final dos anos 50 a criação do Museu do Homem Americano à medida o Instituto de Pré-História já se configurava como realidade. Portanto, não havia idéia de separação institucional, o complexo cultural englobava museu, laboratórios científicos, auditórios entre outros.

Conforme verificado neste trabalho, a idéia de Instituto ligado à Universidade era um projeto do grupo científico ligado ao diretor do Musée de l'Homme. Rivet em 1925 com Marcel Mauss e Lucien Lévy Bruhl criou o Instituto de Etnologia vinculado à Universidade de Paris. Em 1934, Levi-Strauss já defendia a criação de um Instituto de Antropologia Física e Cultural na Universidade de São Paulo e o justificava explicando a especificidade e a reciprocidade do Instituto em relação à Universidade. Levy-Strauss também ressaltou, dentre outras coisas, a finalidade do Instituto na preparação de especialistas e jovens pesquisadores.

³⁷⁰ Cf. carta de Duarte a Paul Rivet em 31/03/1953: “[...] Como lhe disse o Instituto de Pré-história americana é um lindo projeto, mas não passa de projeto por enquanto [...]”. Caso o Instituto se torne realidade, não é preciso dizer que nêle haverá um posto digno do Sr. A sua ajuda nos seria particularmente preciosa na formação do Departamento de Lingüística” (Duarte, 1960: 86).

Enquanto as universidades eram voltadas para o ensino mais generalizado, o Instituto viabilizaria o progresso técnico-científico com cursos e disciplinas de caráter mais técnico e especializado. Portanto, os institutos, na concepção deste grupo, eram responsáveis pelo progresso científico provendo a necessidade de novos cursos e disciplinas, demasiado técnicos ou especializados³⁷¹ (Levi-Strauss, 1935). No decorrer das suas explicações, Levi-Strauss forneceu amplos exemplos voltados para a Arqueologia e para Lingüística. Não eram também estas áreas de conhecimento que possibilitariam desvendar a Origem do Homem Americano pela identificação de similaridades e traços comuns através de troncos lingüísticos monogênicos ou “uma unidade de evolução da indústria humana em tôdas as longitudes e latitudes? (LEVI-STRAUSS, 1935; RIVET, 1953: 7; OLYMPIO FONSECA, 1970; OTTENSOSER, 1970).

Portanto, a estruturação de um Instituto de Pré-História e Lingüística ou um Instituto de Etnologia e Lingüística, por vezes um Instituto do Homem Americano e ainda um Instituto de Pré-História Americana com um departamento de Lingüística, ressalvadas as denominações, compreendiam uma estruturação institucional de base teórico-científica, que englobava pesquisa, formação, avanço-técnico científico e principalmente, a abordagem multidisciplinar das origens. Para Duarte:

Neles [institutos] é que se revelam e acolhem a vocação dos jovens para a pesquisa, neles é que se formam os cientistas verdadeiros. Eles é que predominam numa verdadeira universidade, mais do que as faculdades, cuja missão primeira é o ensino e, secundariamente, a pesquisa, pois não há ensino sem pesquisa [...]³⁷²

E foi nessa perspectiva que Rivet e Duarte empreenderam conversas com o governador Garcez no que se referiu à fundação do Instituto de Pré-História, que seria o primeiro passo para o Museu do Homem Americano, pois segundo Duarte, Paul Rivet sonhava com um Instituto semelhante ao Musée de l’Homme na América Latina³⁷³.

A promessa de verbas para a criação do Instituto de Pré-História por parte do governo Garcez, bem como os contatos com amigos e entidades autônomas estabelecidos por Duarte induziam à conclusão de que em breve ocorreria a implantação do Instituto. No entanto,

³⁷¹ Cf. assunto abordado no capítulo 3.

³⁷² Unicamp - CEDAE-IEL – Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: Correspondências, portarias e recortes de jornais (1960-1965) – Pasta 288 – Carta de Paulo Duarte (Comissão de Pré-História) ao Reitor da Universidade em 15/06/1968.

³⁷³ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: Congresso, pareceres, criação da Comissão de Pré-História, Criação do Instituto, Sambaquis - Pasta 273 – Carta de Paulo Duarte (Comissão de Pré-História) a Alípio Correa Neto (reitor da USP) em 11/10/1955.

segundo um dos criadores da Universidade, uma preocupação de ordem moral levou à reflexão sobre a injustiça em fundar tal instituição fora da Universidade carente de estudos nessa área. “Como o meu intuito fosse exclusivamente cultural, sem nenhum objetivo pessoal ou em grupo, quando me veio essa preocupação não hesitei, procurei o governador Garcez, mostrando-lhe a conveniência de localizar-se o Instituto de Pré-História na USP”³⁷⁴.

Essa decisão impossibilitou a fundação do Instituto de Pré-História naquele momento. A entrada do projeto de lei na reitoria da Universidade em 05/08/1954 percorreria um longo caminho pelas comissões universitárias, pelas dissensões nas reuniões do Conselho Universitário através das desconfianças infundadas – segundo Duarte – de que o único objetivo daquele Instituto era o de possibilitar ao Presidente da Comissão de Pré-História a ocupação de um cargo na Universidade³⁷⁵. Transcorridos todos os prazos para a apresentação e aprovação do projeto na Assembléia Técnico-Legislativa e findo o mandato de governador de Lucas Nogueira Garcez, o último parecer do Conselho Universitário em 03/08/1955 concluía que:

[...] uma vez não se possa ainda pensar realização do Instituto, deveriam as Instituições atuais – as cadeiras acima referidas [Etnografia, Geologia, Antropologia e Paleontologia], mais o Museu Paulista – serem incumbidos de, em colaboração com a Comissão de Pré-história levar avante o estudo científico dos sambaquis e de outras jazidas de interêsse arqueológico e paleontológico existentes no Estado³⁷⁶.

Conforme ressaltou o próprio Duarte, esse parecer já estava contemplado nos decretos estaduais de 1952 e 1953. Mais especificamente o Decreto nº 22.550 (1953) que determinava³⁷⁷:

A organização dessas pesquisas ficará a cargo da Comissão de Pré-História, criada pelo Decreto nº 21.935, de 19 de dezembro de 1952, a qual poderá solicitar a colaboração dos institutos universitários e

³⁷⁴ Ibidem.

³⁷⁵ Para detalhes de todo o longo processo cf. (HAYASHI, 2001: 125) e Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: Congresso, pareceres, criação da Comissão de Pré-História, Criação do Instituto, Sambaquis - Pasta 273 – Carta de Paulo Duarte (Comissão de Pré-História) a Alípio Correa Neto (reitor da USP) em 11/10/1955.

³⁷⁶ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: Congresso, pareceres, criação da Comissão de Pré-História, Criação do Instituto, Sambaquis - Pasta 273 – Carta de Paulo Duarte (Comissão de Pré-História) a Alípio Correa Neto (reitor da USP) em 11/10/1955.

³⁷⁷ Ibidem.

outras entidades culturais e científicas interessadas em pesquisas dessa natureza³⁷⁸.

Desta forma a criação do Instituto de Pré-História ficou impossibilitada naquele momento. O objetivo, declarado por Duarte, de criar um ambiente que incentivasse “[...] a formação de técnicos e especialistas em assuntos pré-históricos em nosso meio universitário [...]”³⁷⁹ não obteve êxito. A tentativa de suprimir deficiências “[...] no que tange aos conhecimentos pré-históricos no Brasil e na América do Sul, cuidando com eficiência, desses assuntos entre nós um tanto abandonados, por falta de uma orientação segura e criteriosa para os efetuar [...]” não encontrou nenhum respaldo por parte dos membros da Universidade³⁸⁰.

Apesar da decepção de Duarte com os rumos tomados por este processo, o pré-historiador afirmava:

Como o meu entusiasmo não podia esmorecer com tão pouco, prossigo com a minha idéia: fora da Universidade poderá viver perfeitamente um Instituto de Prehistoria alheio aos embates de uma política mesquinha de concorrências pessoais. Assim prosseguirá também a luta pela defesa do nosso patrimônio prehistórico assaltado de todos os lados pelos destruidores de sambaquis e pelos ganhadores de dinheiro, sem que jamais um gasto tenha sido feito para defender êsse patrimônio insubstituível aqueles mesmos tão afeitos em abafar a idéia do Instituto de Prehistória³⁸¹.

E a luta continuou efetivamente, a destruição dos sambaquis mais aplacada em São Paulo permitiu que Duarte promovesse ações de preservação em prol dos outros estados, onde observava a devastação destes documentos pré-históricos. Em conformidade com as moções do XXXI Congresso Internacional dos Americanistas, Duarte iniciou suas ações requerendo do DNPM uma relação de concessionários que realizavam pesquisas e lavras em sambaquis em todo o território nacional para viabilizar uma ação comum entre os governos de diversos

³⁷⁸ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 2 – sub-pasta: Decretos, leis, pareceres e portarias – Transcrição: São Paulo. Decreto-Lei nº 22.550, de 4 de agosto de 1953. Reserva para fins de pesquisa os sambaquis existentes no território paulista. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, 05 ago. 1953. Resumo realizado por mim com base nesse Decreto estadual.

³⁷⁹ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: Congresso, pareceres, criação da Comissão de Pré- História , Criação do Instituto, Sambaquis - Pasta 273 – Processo nº 13133/54 sobre o projeto de lei que visa a criação do Instituto de Pré-História na USP . 09/02/1954.

³⁸⁰ *Ibidem*.

³⁸¹ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: Congresso, pareceres, criação da Comissão de Pré- História , Criação do Instituto, Sambaquis - Pasta 273 – Carta de Paulo Duarte (Comissão de Pré-História) a Alípio Correa Neto (reitor da USP) em 11/10/1955.

estados³⁸². Nesta nova etapa, o Presidente da Comissão de Pré-História era apoiado por Loureiro Fernandes da Universidade de Curitiba. Este estudioso também se empenhou na obtenção da legislação protecionista do Paraná e em muito cooperou com Duarte nas atividades de preservação junto aos outros estados do país. Em 1953 Duarte, realizou uma série de conferências no Paraná sobre Pré-História e o Homem Americano estreitando os contatos com o pesquisador paranaense. No I Congresso dos Reitores da Universidade do Brasil foi aprovada uma tese de Loureiro Fernandes que solicitava ao Ministro da Educação providencias para a preservação das jazidas brasileiras, especialmente os sambaquis³⁸³.

Em 1957 o governo federal designou uma Comissão³⁸⁴ de especialistas para o estudo de um anteprojeto de lei que atendesse as reivindicações destes cientistas. Este ato decorreu de um longo processo em que Paulo Duarte estabeleceu inúmeros contatos, com os ministros Clóvis Salgado (Ministério da Agricultura) e Mario Menegheti (Ministério da Educação), que culminou com a elaboração do projeto de lei federal encaminhado pelo Ministro da Agricultura Clóvis Salgado ao presidente da República Juscelino Kubitschek, que em reunião com Paulo Duarte ficou a par da situação de destruição das jazidas arqueológicas brasileiras³⁸⁵.

O presidente encaminhou a pauta para votação na Câmara Federal chegando rapidamente devido a ação do deputado da bancada paulista Lauro Gomes³⁸⁶, mas durante meses ficara parado nesta instância, mesmo após o parecer da Comissão de Educação e Cultura em 07/07/1958 que aprovou o texto e afirmou:

O projeto constitui sem sombra de dúvida, uma ousada tentativa de deslocamento da questão para um plano em que a preservação de

³⁸² MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – Governo Federal – Carta de Paulo Duarte (Presidente da Comissão de Pré-História ao Dr. Avelino (Diretor do DNPM) em 29/05/1953.

³⁸³ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 1 – sub-pasta: Governo do Estado – Comissão de Pré-História. Relatório de atividades da Comissão de Pré-História encaminhado ao Governador do Estado de São Paulo em 1954 referente às atividades de 1953.

³⁸⁴ Constituíram a Comissão: Dr. Benjamim de Campos, consultor jurídico do Ministério da Agricultura; Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; José Candido de Melo Carvalho, diretor do Museu Nacional; José Loureiro Fernandes, diretor do Instituto de Pesquisas, da Universidade do Paraná, Avelino Ignácio de Oliveira, diretor do Departamento de Produção Mineral do Ministério da Agricultura e Paulo Duarte, presidente da Comissão de Pré-História de São Paulo. Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: Congresso, pareceres, criação da Comissão de Pré-História, Criação do Instituto, Sambaquis - Pasta 273 – Adota o Governo Federal medidas de proteção aos sambaquis brasileiros. O Estado de São Paulo, São Paulo, 21/01/1957.

³⁸⁵ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: Congresso, pareceres, criação da Comissão de Pré-História, Criação do Instituto, Sambaquis - Pasta 273 – Adota o Governo Federal medidas de proteção aos sambaquis brasileiros. O Estado de São Paulo, São Paulo, 21/01/1957.

³⁸⁶ Ibidem.

jazidas fosseis atende simultaneamente os interesses mais imediatos da exploração econômica e os mais amplos, da investigação científica, na qual poderemos ter uma parte que o mundo esperou da inteligência brasileira³⁸⁷ (grifo nosso).

Ainda no início de 1960 a questão não fôra resolvida e os alunos de um Curso de Pré-História Geral, promovido pela “Folha de São Paulo”, apoiado pela USP e ministrado por Duarte, apelavam em um abaixo-assinado ao presidente da República pela aprovação e promulgação do projeto de lei nº 3537-A³⁸⁸.

A burocracia, no entanto, novamente levaria a pauta para diversas comissões sendo a última a Comissão Industrial³⁸⁹ que chamou os idealizadores do projeto para prestar esclarecimentos e exigir que constasse do texto original alguma indicação de que “[...] se respeitariam as concessões anteriores [...]” (DUARTE, 1970: 363). Mesmo com o Código Civil preservando o direito adquirido, conforme alertou Duarte, realizou-se a inclusão do artigo. Inúmeros contatos foram estabelecidos com o Presidente da Câmara Ranieri Mazzili, mas a aprovação do projeto aconteceria quando Juscelino Kubitschek já saíra do poder. O sucessor Jânio Quadros havia perdido a confiança do grupo com a promessa não cumprida de apoio financeiro aos Encontros Intelectuais, posteriormente patrocinados pela Unesco. Assim somente em 1961 o Senado enviou o projeto para a sanção presidencial de Jânio Quadros (DUARTE, 1970: 363).

Todavia, a lei não fôra regulamentada e a renúncia de Jânio Quadros complicava o processo, pois, segundo Duarte, João Goulart não recebeu o Presidente da Comissão de Pré-História devido o seu posicionamento político refletido na Revista Anhembi. Os novos governantes após a deposição de João Goulart também não recebiam o pré-historiador por não apoiar, posteriormente, o Movimento. Mediante o projeto de uma nova Constituição verificou-se que não havia nenhuma referência à preservação das jazidas. (DUARTE, 1970: 365).

O texto de uma pequena emenda incluso no artigo pela intervenção do deputado Adauto Lúcio Cardoso fez com que constasse da nova constituição o seguinte artigo:

³⁸⁷ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 1 – sub-pasta: 3537/57 – Lei de proteção das jazidas. Parecer ao projeto nº 3.537/57, que “Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos e dá outras providências” em 04/07/1958.

³⁸⁸ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: Cursos/artigos (1960) - Pasta 285 – Texto do telegrama enviado pelos alunos do Curso de Pré-História Geral em 1960.

³⁸⁹ O próprio Duarte apresentou dúvidas em relação à denominação desta Comissão com a expressão, “ou coisa que valha” (DUARTE, 1970: 363).

Artigo 172 – O amparo à cultura é dever do Estado.

Parágrafo único – Ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e locais de valor histórico e artístico, os monumentos e as paisagens notáveis, bem como as jazidas arqueológicas” (DUARTE, 1970: 365).

Desta forma, mesmo não regulamentada, a proteção das jazidas estava garantida pelo menos na Constituição e na Lei Federal nº 3.924/61 que tentava sanar problemas identificados na prática cotidiana da Comissão de Pré-História. A inoperância de conceitos científicos que já não cabiam naquela época (MENESES, 1987: 195:196) devia-se à tentativa de não confrontar leis díspares gerando os problemas enfrentados pela Comissão, bem como preservar alguns interesses já estabelecidos evitando intensos conflitos que evitaram por 14 anos a implantação de uma adequada legislação federal que garantisse a preservação e a pesquisa das jazidas. Com o fito de não jogar por terra todos os esforços, Duarte e os seus cooperadores tiveram que manter a posição de conciliação.

[...] o aspecto constitucional foi cuidadosamente preservado na elaboração do projeto, cercando-o de todas as garantias possíveis, inclusive o aproveitamento econômico das jazidas, como ficou estabelecido através do artigo 22³⁹⁰ do projeto agora submetido à Câmara. Da mesma forma, é defendido o aproveitamento científico sem outras restrições ao direito da propriedade além dos já estabelecidos pela Constituição, pelo Código de Minas e pela lei de desapropriações que é o Decreto-lei nº3365, de 21 de junho de 1941, também perfeitamente atualizado com a Constituição vigente de 1946. Além disso todas as sanções previstas no projeto acham-se já estabelecidas pelo Código Penal, artigos 163 e 167³⁹¹.

E assim, “Independente de suas limitações e falhas a lei 3924/61, foi e tem sido um poderoso instrumento na luta para a preservação arqueológica no Brasil” (BASTOS, TEIXEIRA, 2005: 12).

A aprovação da legislação em âmbito nacional foi mais uma conquista, pois possibilitava o planejamento de ações e realização de contatos científicos com a finalidade de compartilhar experiências nos estudos arqueológicos, bem como empreender ações de

³⁹⁰ Cf. Lei Federal nº 3924 (art.22, Capítulo VI): “O aproveitamento econômico das jazidas, objeto desta lei, poderá ser realizado na forma e nas condições prescritas pelo Código de Minas, uma vez concluída a sua exploração científica, mediante parecer favorável da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ou de órgão oficial autorizado”. BRASIL. Lei Federal Nº 3924. Dispõe sobre monumentos arqueológicos e pré-históricos. Brasília, DF: Senado, 1961. In: BASTOS, R. L.; TEIXEIRA, A. Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico - Org. Haroldo Gallo, Rossano Lopes Bastos e Marise Campos de Souza – São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2005, pp.4-13.

³⁹¹ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 1 – sub-pasta: Decretos, leis, pareceres e portarias. Texto sobre legislação e destruição de sambaquis. Sem data.

preservação em todo o território. Um cientista da Bahia expressou a necessidade de planejamento das pesquisas arqueológicas em âmbito nacional, lamentou a falta de conhecimento dos trabalhos realizados em outras localidades e chamou a atenção para este fato, que na sua opinião, prejudicava o desenvolvimento metódico e eficaz da arqueologia brasileira³⁹². Portanto, além da preservação, a lei nacional possibilitaria conjugar ações em várias regiões do país sem a desvantagem de uma legislação que não atendia às necessidades brasileiras de preservação e pesquisa.

Todo o processo de aprovação da legislação nacional chamou a atenção para a constante dificuldade de implantação de projetos científicos devido à burocracia e os meandros da política partidária, pois, a demora dos trâmites culminava com a saída de autoridades políticas, com as quais o pré-historiador estabelecera entendimentos, ocasionando sempre a necessidade de uma nova empreitada a cada novo governo. Esta dinâmica, inúmeras vezes, foi responsável pelo retrocesso de possíveis conquistas por oposições políticas oportunizando, inclusive, o incentivo à atuação dos exploradores: toda “[...] vez porém que a situação política assume rumos novos, os violadores de sambaquis tomam ofensiva na tentativa de destruir tão preciosos [sic] e insubstituíveis fontes de cultura [...]”³⁹³. Funari e Pelegrini atribuíram tal fato às “[...] políticas públicas devotadas à proteção patrimonial [que] tem cambiado de acordo com os conceitos de identidade nacional dos governos que se sucedem no poder” (FUNARI; PELEGRINI, 2006: 47). Contudo, no caso de Duarte, o contraposto também ocorreu, as amizades com autoridades promoveram avanços para o encaminhamento das reivindicações.

Até aqui, a legislação foi, muitas vezes, o fio condutor da análise sobre as ações da Comissão de Pré-História porque, inicialmente, a lei seria o mecanismo responsável pelo estabelecimento da conduta considerada adequada para a implementação dos planos de Rivet e Duarte, pois “[...] somos ainda países mais de progresso do que de civilização. Entre nós, o ganhador de dinheiro tem ainda prioridade sobre o homem de pensamento. Não podemos passar sem geladeira ou sem automóvel, mas podemos viver sem bibliotecas e sem laboratórios [...]” (DUARTE, 1964: 23). E como é mais difícil transformar as mentalidades,

³⁹² MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 1 – sub-pasta: Correspondência recebida. Carta de V. Calderon (Instituto de Ciências Sociais da Universidade da Bahia a Comissão de Pré-História em 07/08/1962.

³⁹³ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 1 – sub-pasta: Governo do Estado - Comissão de Pré-História – Carta de Paulo Duarte (Comissão Pré-História) ao governador Jânio Quadros em 02/03/1955.

Paulo Duarte não se intimidou em usar a força policial para a execução da legislação porque na opinião do intelectual: “[...] a lei é necessária e existe com o objetivo de coibir os indivíduos inconscientes ou inescrupulosos aos seus deveres morais de respeito social e individual [...]”³⁹⁴. Mesmo com a lei, Duarte reclamava que continuava a destruição dos sítios em âmbito nacional aplacada em São Paulo pela ação da Comissão:

Era de esperar que, com a lei, as jazidas ficassem em paz. Mas a lei, ora lei!, já disse um estadista famoso. A violação dos sambaquis prossegue em quase todo o Brasil. Em S. Paulo, a fiscalização exercida pelo Instituto de Pré-História fêz cessar o abuso. Alguns processos por êste movimento conseguiram a condenação de alguns violadores de sambaquis, o que intimidou os infratores recalcitrantes [...].

A última batalha de agora é para que a lei se cumpra em todo o Brasil. Contra isso aí estão ainda numerosíssimos políticos. Aliados a numerosíssimos homens de negócio. Todos com muita sensibilidade financeira, mas sem nenhuma sensibilidade cultural (DUARTE, 1968: 38).

No entanto, outros conjuntos de ações seriam enfatizados em um segundo momento. A educação, a instrução e a apresentação da Pré-História se fizeram por diversos mecanismos, desde congressos especializados, a realização de película com finalidade ampla, conversas com os concessionários convencendo-os a apoiar a Comissão, contatos com as autoridades para que percebessem a importância científica e tentativa de formação do público universitário. Apesar da diversidade e da abrangência do público, as primeiras ações, instituições e legislações configuraram a possibilidade de um novo quadro de compreensão humana a partir do passado, pois, para Duarte os conhecimentos pré-históricos tinham a finalidade de esmerar a humanidade porque “[...] o melhor elemento de aperfeiçoamento é conhecer o Homem e principia-se a conhecer o homem pela Pré-História” (DUARTE, 1964: 24).

Assim, a Comissão de Pré-História que, a principio, centrou suas atividades em mecanismos de preservação dos sítios e coibição da mentalidade voltada para a destruição dos documentos arqueológicos, bem como ações de instrução e convencimento sobre a importância da Pré-História, seria incorporada a um novo instituto que focava objetivos direcionados para as ações de divulgação e popularização do conhecimento pré-histórico, ou

³⁹⁴ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – Correspondência enviada. Carta de Paulo Duarte a Lúcia em 15/12/1962.

como afirmou Duarte, além das medidas de proteção “[,,,) não é menos certo que a ação oficial deve estender-se mais além, alcançando a importantíssima tarefa de aproveitamento cultural destas jazidas (grifo nosso)³⁹⁵”.

4.1.2 – Instituto de Pré-História e Etnologia

Conforme abordado, após a mal sucedida tentativa de criação do Instituto de Pré-História na Universidade de São Paulo, Duarte direcionou esforços na promoção de uma legislação de cunho nacional para evitar a destruição dos sambaquis. O projeto de constituição do centro científico pré-histórico ficou temporariamente parado, mas em setembro de 1956, no último encontro entre Paulo Duarte e Paul Rivet - no Rio de Janeiro - ambos conversaram sobre seus sonhos relacionados ao Instituto de Pré-História e ao Museu do Homem Americano. Neste encontro Rivet revelou seu desejo de ver, antes da sua morte, o Instituto de Pré-História de São Paulo ligado ao Musée de l’Homme. Os cientistas também pensavam em uma viagem de Duarte para realização de conferências em Paris e que tal intento seria um grande apoio europeu para o Museu do Homem Americano (DUARTE, 1960: 142).

Quando Rivet voltou para a Europa continuava a correspondência com Duarte e nas últimas cartas noticiava a debilidade de sua saúde. Mesmo o assim, o americanista, entre internações e cirurgias, ainda combinava o desenvolvimento de projetos com o amigo Paulo Duarte. O brasileiro soube por Roger Bastide que Rivet comentava muito sobre o Instituto de Pré-História e em 1957, Duarte enviou notícias sobre a possível concretização do projeto: “Encontro-me neste momento em pleno trabalho de organização dessa entidade. E a sua presença seria para mim não somente uma garantia de êxito, mas também uma grande alegria³⁹⁶” (DUARTE, 1960: 150).

Duarte, apesar da doença de Rivet, tentava animá-lo mencionando a estruturação da instituição ambicionada por ambos. O brasileiro relatava que em face das notícias da melhoria da saúde do americanista comunicada por Roger Bastide suscitava:

[...] a minha certeza de revê-lo aqui em S. Paulo (sem que isso me impeça de revê-lo em Paris), no ano que vem, para visitar o nosso

³⁹⁵ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – Governo Federal – Justificativa de como dever ser o Instituto de Pré-História, encaminhado por Paulo Duarte (Presidente da Comissão de Pré-História) ao Ministro da Educação e Cultura Clóvis Salgado. Sem data.

³⁹⁶ Carta de Paulo Duarte a Paul Rivet em 08/04/1957 publicada na obra referenciada.

Instituto do Homem Americano. Realmente espero obter, com o auxílio oficial e de algumas organizações privadas, os fundos necessários a uma fundação com esse nome muito inspirada no fenômeno “Musée de l’Homme” (o de Rivet, está claro). Para começar, creio poder contar com 20 milhões de cruzeiros (cêrca de 80 milhões de francos). De outro lado, a condessa de Périgny, cujo falecido marido fêz arqueologia na África e na América Central, pôs a minha disposição 1.500.000 cruzeiros destinados ao Instituto. Aconselhei-a a vincular essa quantia a uma bôlsa de estudos a ser concedida a um pré-historiador, obrigatoriamente francês, para pesquisa sôbre a pré-história brasileira. Esta medida foi concretizada em escritura pública para evitar a concorrência de outros países, e, tenho mesmo intenção de dar ao Instituto um cunho científico bem francês, pois não é a Pré-história uma ciência de Origem francesa? Espero inaugurar oficialmente esta nova instituição no próximo ano com a presença de Paul Rivet seu inspirador³⁹⁷ (DUARTE, 1960: 155).

Contudo, no ano seguinte (1958) ocorreu a morte de Paul Rivet. Paulo Duarte enfatizou que ao americanista devia “[...] a melhor parte da minha formação intelectual”. E com o espírito de realização do projeto idealizado por ambos ocorreu, em 21 de março de 1959, a fundação do Instituto de Pré-História e Etnologia (IPHE). No mesmo ano da morte de Rivet morria Joseph Emperaire que desenvolvia pesquisas no sul do Chile, quando explorava uma caverna³⁹⁸.

Conforme ata da reunião que deliberou a criação da Instituição o objetivo principal do órgão era “[...] prestar serviços notáveis tanto a São Paulo como ao Brasil”. Esta idéia, conforme abordada no início deste capítulo, retomava o projeto de constituição do Instituto Paulista de Cultura, o qual inicialmente criado no próprio estado tornar-se-ia um Instituto Brasileiro de Cultura, mediante a possibilidade do futuro mandato de Armando Salles de Oliveira. Previa-se a parceria do Instituto Brasileiro com a Universidade e englobaria museus e Departamentos do Patrimônio Histórico e Artístico (DUARTE, 1985:55).

Assim, as mentalidades que Duarte e Rivet imprimiam aos estudos arqueológicos de São Paulo eram relacionadas ao projeto científico desenvolvido no Departamento de Cultura e no Museu do Homem com uma nova caracterização que substituía os objetivos denotados ao caráter nacional do primeiro caso pelas finalidades universalistas no segundo.

³⁹⁷ Carta de Paulo Duarte a Paul Rivet em 10/08/1957.

³⁹⁸ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – Correspondência enviada – Carta de Paulo Duarte ao governador em 31/12/1958.

E foi com base nestas propostas que muitos nomes conhecidos da intelectualidade e ciência brasileira participaram da reunião que visava a fundação do IPHE³⁹⁹.

Com vistas a contribuir tanto para São Paulo como para o Brasil necessitava agir no âmbito de diferentes estágios. A Comissão de Pré-História implantara uma série de procedimentos em São Paulo que eram inexistentes em outros territórios. Nesta nova fase institucional de São Paulo, em que o IPHE englobara a Comissão de Pré-História, os esforços não estavam mais centrados na coibição, mas sim na educação. A ação de impor um outro tipo de comportamento de forma urgente, para evitar a destruição cedia lugar para as ações de educação com a compreensão da valorização dos estudos científicos, pois como alertara Rivet: era preciso justificar a implantação de um centro de pesquisas arqueológicas, Instituto que englobaria um museu, demonstrando a importância das pesquisas. Esse percurso foi realizado em São Paulo, no caso deste estado era preciso pensar nos museus. Quanto aos outros territórios brasileiros:

³⁹⁹ Estes participantes foram considerados sócio-fundadores do Instituto de Pré-História e Etnologia: Alipio Correa Neto, da Faculdade de Medicina; Anísio Teixeira, diretor do INEP, Antonio Brito da Cunha, da Faculdade de Filosofia da USP; Aristoteles Orsini, da Faculdade de Farmácia; Aziz ab'saber da Faculdade Católica de Campinas; Benedito Junqueira Duarte; Cantídio de Moura Campos, da Faculdade de Medicina; Cornélio Duarte; Darcy Ribeiro, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos; Fernando Altenfelder Silva, da Escola de Sociologia e Política; Flavio Pereira; Florestan Fernandes, da Faculdade de Filosofia de S. Paulo; Francisco Matarazzo Sobrinho, do Museu de Arte Moderna; Frank Goldman, da Faculdade de Filosofia de Rio Claro; Harald Schultz; Herbert Baldus, do Museu Paulista; Jaime Alipio de Barros; Jairo Ramos; da Faculdade Paulista de Medicina; J. Loureiro Fernandes, da Faculdade de Filosofia do Paraná; João de Paiva Carvalho, do Instituto Oceanográfico de São Paulo; José Anthero Pereira Junior, da Comissão de Pré-história de S. P.; José Candido de Carvalho, Diretor do Museu Nacional; José Reis, do Instituto Biológico de SP; Juanita Duarte; Lauro Travassos, do Instituto de Manguinhos; L. de Castro Faria, do Museu Nacional; Lucas Nogueira Garcez, da Escola Politécnica de S. Paulo; Otavio da Costa Eduardo, da escola de Sociologia e Política de SP; Oscar Ladmann; Oto Bier, da Faculdade Paulista de Medicina; Paulo Duarte, da Comissão de Pré-história de S. P.; Paulo Nobrega, Diretor do Instituto Biológico de SP; Reinaldo Saldanha da Gama, da Faculdade de Filosofia de SP; Renato Loccht, da Faculdade de Medicina de SP; Rodrigo de Melo Franco de Andrade, Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Rui Ribeiro Franco, da Faculdade de Filosofia de S. Paulo; Sergio Buarque de Holanda, da Faculdade de Filosofia de SP; Tagea K. S. Bjornberg, do Instituto Oceanográfico de SP; Valdemar Lefèvre, Diretor do Instituto Geográfico e Geológico do Estado de SP; Victor Sadowski, do Instituto Oceanográfico de SP; Wilma Chiara, do Museu Paulista, W. Besnard, Diretor do Instituto Oceanográfico de SP e Zeferino Vaz, Diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Algumas pessoas que não estavam na reunião, mas justificaram os motivos, bem como apoiaram a fundação também entraram na lista de sócios, foram eles: Claude Lévi-Strauss, da Sorbonne; Eduardo Galvão, do Museu Goeldi; Fernando Azevedo, da Faculdade de Filosofia de São Paulo; Heloísa Alberto Torres, do Conselho Nacional do Índio, João José Bigarella, do Paraná; Júlio de Mesquita Filho, diretor de "O Estado de São Paulo"; Maria Isaura Pereira de Queiroz, Faculdade de Filosofia de São Paulo; Marta Vanucci Miniucci, do Instituto Oceanográfico; Pierre Mombeig, Institut des Art et Metiers, de Paris; Roger Bastide, École des Hautes Études, de Paris. Também foram declarados membros fundadores os que contribuíram financeiramente para a fundação da Instituição: Francisco Matarazzo Sobrinho, conde Francisco Matarazzo, Cristiano Altenfelder Silva, Fábio Prado e José Ermírio de Morais. MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – Instituto de Pré-História. Descrição da reunião de Fundação do Instituto de Pré-História. Sem data.

“[...] ainda se impõe a criação de um instituto que possa dar a sua colaboração aos poderes públicos no momento de iniciar a necessária ação repressiva e protetora dos sambaquís, grutas e lapas, que constituem o grosso do patrimônio prehistórico brasileiro; que centenas dessas jazidas foram já inteiramente destruídas pela exploração comercial que ameaça o que ainda resta em todo o território do país [...]”⁴⁰⁰.

Portanto, o empreendimento de Duarte iniciado em prol da Pré-História em São Paulo não tinha dimensões somente no Estado, mas no Brasil e ampliava-se com ações e paradigmas para a América Latina de uma forma generalizada.

Como tarefa do Instituto também era prevista a formação de técnicos e especialistas nas pesquisas pré-históricas com universitários, principalmente, os licenciados das Faculdades de Filosofia para trabalho de campo e laboratório. Duarte enfatizava que para o bom andamento dos trabalhos era necessário um ambiente favorável, equipes especializadas e professores habituados às pesquisas em jazidas pré-históricas, pois o Instituto “[...] destina-se a ser assim uma organização auxiliar de todas as Universidades brasileiras, a suprir uma lacuna no terreno da especialização e da investigação científica voltada para o conhecimento dos problemas prehistóricos sul-americanos”⁴⁰¹.

A proposta de abrangência das atividades do Instituto em todo o território nacional levou à tentativa de obtenção de auxílio federal a medida que a cooperação para a fundação do Instituto foi promovida por particulares. Duarte ressaltava os benefícios institucionais no que concernia ao ensejo de pesquisa conjunta entre professores nacionais e estrangeiros e alunos universitários em atividades em cavernas e sambaquis. Todo este quadro, abordava Duarte, seria uma colaboração inestimável para a cultura brasileira e as instituições culturais e educacionais como universidades e museus seriam contemplados com elementos científicos que outros países não mediriam esforços para obter⁴⁰².

Finalmente, as pesquisas científicas realizadas por Emperaire justificavam, conforme perspectiva encetada desde a primeira mal sucedida Missão Franco-Brasileira, a criação de um Instituto de Pré-História e Etnologia, pois confirmava Duarte que: “[...]ficou provada a

⁴⁰⁰ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: Artigos e cursos - Pasta 284 – Ata da Assembléia Geral de Constituição do Instituto de Pré-História e Etnologia em 21/03/1959.

⁴⁰¹ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – Governo Federal – Justificativa de como dever ser o Instituto de Pré-História, encaminhado por Paulo Duarte (Presidente da Comissão de Pré-História) ao Ministro da Educação e Cultura Clóvis Salgado. Sem data.

⁴⁰² Idem.

importância do litoral paulista para as investigações sobre as Origens do Homem Americano, pois restos orgânicos encontrados em sambaquís dos arredores de Santos medidos pelo C14 deram uma antiguidade de cerca de oito mil anos⁴⁰³.

O planejamento museológico que seria implementado foi idealizado, inicialmente, no âmbito do Instituto de Pré-História e Etnologia, mas a primeira fase da sua concretização ocorreu no Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo.

Portanto, no final da década 50, com vistas à criação do Instituto de Pré-História e de um Museu Duarte contatou os poderes públicos e particulares. No caso dos últimos apresentou, em muitos momentos, de forma enfática a sua posição pela ciência e cultura, como acreditava que estes elementos promoveriam a melhoria e tentava demonstrar a necessidade de classes abastadas e suas instituições subsistirem apenas com uma justificativa humana em benefício do coletivo e dos direitos sociais argumentando que chegaria o momento da prestação de contas para a sociedade⁴⁰⁴. O pensamento de Duarte propugnava que:

[...] hoje só podem ter significado coletivo ou humano as obras sociais, dentre e à frente delas, as de cultura. A caridade foi ultrapassada pela justiça coletiva; a gratidão que, comumente humilha e recalca, desaparece para dar lugar ao reconhecimento público⁴⁰⁵.

Para Duarte a caridade cultural era tão importante quanto à física porque um povo culto saberia como agir para resolver o problema crucial da assistência médica ou outras carências, pois a ignorância seria a desencadeadora da miséria e o empobrecimento⁴⁰⁶.

E foi com este espírito de obra para a coletividade lutando pela disponibilização e acesso cultural e científico, visão do intelectual a respeito das necessidades da sociedade e do país, que Duarte iniciou as atividades em busca da divulgação e popularização dos estudos arqueológicos nas instituições que desenvolvia ou tentava criar.

⁴⁰³ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) – Pasta 2 – sub-pasta: Decretos, leis, pareceres e portarias – Elaboração de decreto de criação de instituições. Sem data.

⁴⁰⁴ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) – Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – Jockey Club. Carta de Paulo Duarte a Jaime Torres (membro da diretoria do Jockey Club) em 24/10/1957.

⁴⁰⁵ Idem.

⁴⁰⁶ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) – Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – Ofícios, atas e atestados. Ofício de Paulo Duarte (Diretor do Instituto de Pré-História da USP) ao sr. Batista Keutenedjian sem data.

4.2 - *Museum: o sonho revisitado e as perspectivas de popularização científica*

4.2.1 - *Os Museus*

A efetivação do Instituto de Pré-História e Etnologia levou Duarte a centralizar esforços no projeto de concretização do Museu do Homem Americano e reformulação do Museu Paulista.

As instituições preservacionistas foram alvo da atenção de Duarte e Mário de Andrade desde o tempo do Departamento de Cultura e a experiência do primeiro no Museu do Homem ampliou este olhar sobre o órgão enquanto mecanismo de transformação social através da divulgação científica.

Ainda no ano de 1953, no âmbito da Comissão de Pré-História, quando se pensava em um Instituto do Homem Americano vislumbrou-se que se criaria um museu auto-sustentável que promoveria a exploração dos sambaquis paulistas, cujos dividendos seriam aplicados nas despesas da Instituição⁴⁰⁷.

No projeto previa-se um museu configurado pelo paradigma dos Institutos Prehistóricos e Paleontológicos da Europa dentre eles: “[...] Musée de l’Homme, Institut de Paléontologie Humaine, Institutos Pré-Históricos e Etnográficos de Oslo, de Berlim, de Londres, de Roma, da Inglaterra (British Museum), da América do Norte (Museum of Natural History, de Nova York, de Chicago e Califórnia, Smithsonian Institution, de Washington), etc⁴⁰⁸”.

O órgão preservacionista não seria denominado de Museu do Homem Brasileiro porque, conforme afirmou Duarte, não se podia abordar cientificamente os povos pré-históricos pautados por limitações geográficas, mas o organismo seria constituído a partir da Pré-História e da Etnologia do Brasil⁴⁰⁹.

No intuito de fundar o Museu do Homem Americano, Duarte tentou por diversas vezes o contato e apoio do presidente Juscelino Kubitschek. O intelectual chegou a propor a criação do Museu em outros estados como Rio de Janeiro e Brasília⁴¹⁰. O cientista ressaltava a organização pedagógica da exposição pública que deveria voltar-se para a educação popular

⁴⁰⁷ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – atas de reunião. Ata da 8ª reunião da Comissão de Pré-História em 04/08/1953.

⁴⁰⁸ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – Governo Federal – Justificativa de como dever ser o Instituto de Pré-História, encaminhado por Paulo Duarte (Presidente da Comissão de Pré-História) ao Ministro da Educação e Cultura Clóvis Salgado. Sem data.

⁴⁰⁹ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – Instituto de Pré-História. Carta de Paulo Duarte a Danton em 03/06/1960.

⁴¹⁰ Idem.

com cursos permanentes como produto decorrente dos trabalhos em laboratórios científicos e atividades de campo⁴¹¹. O pré-historiador usava uma tática peculiar para o convencimento das autoridades: levava material didático, com forte apelo estético, e por outras vezes conduziu o próprio acervo proveniente das pesquisas arqueológicas para os gabinetes a fim de persuadir às autoridades sobre a importância do tema.

Paulo Duarte foi nomeado diretor do Museu Paulista em 1959 e compreendia que os museus deveriam proporcionar um real aproveitamento cultural e avaliava que a Instituição não se constituía desta forma. Para Duarte o museu não era uma simples exposição e nem um mero depósito. Havia necessidade de maior aproveitamento científico e educacional “[...] através de uma organização racional das exposições, juntamente com a promoção de cursos, conferências e exposições cinematográficas⁴¹²”.

O intelectual avaliava que as duas seções do Museu Paulista – História e Etnologia – estavam saturadas o que implicava na imobilidade das atividades de Comunicação⁴¹³. A falta de espaço era outro fator que interferia nos estudos científicos devido à inadequação de acondicionamento de material de estudos⁴¹⁴. Portanto, Duarte identificava vários problemas na cadeia operatória museológica que culminavam com a inoperância da popularização científica.

Duarte acreditava que o Museu Paulista parecia com um depósito de dois museus: um de História e outro de Etnologia. A reformulação pretendia mudar esta situação desdobrando a Instituição em dois órgãos: uma instituição seria voltada para a História e a outra para a Etnologia e a Pré-História. O governo estadual providenciaria um local apropriado ao Museu de Etnologia e Pré-História, contudo, o Museu Paulista continuaria “[...] no Palácio do Ipiranga, embora seu diretor considere o local inadequado, visto que o edifício não foi construído para essa finalidade, e a Museologia hoje em dia tem regras rígidas, com base científica”⁴¹⁵.

⁴¹¹ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – Instituto de Pré-História. Carta de Paulo Duarte a Auro em 12/06/1960.

⁴¹² Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: Pré-História: Artigos e cursos - Pasta 284 – Aprovado o plano de remodelação do Ipiranga.Folha da Tarde, São Paulo, 07/04/1959.

⁴¹³ Paulo Duarte não usou este termo, que atualmente abrange exposição e ação educativa, mas usa a designação exposição com o intuito de referir-se às ações voltadas para o público.

⁴¹⁴ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – Instituto de Pré-História. Rascunho de projeto de desmembramento do Museu Paulista e constituição de um novo museu. Sem data [1954].

⁴¹⁵ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: Pré-História: Artigos e cursos - Pasta 284 – Aprovado o plano de remodelação do Ipiranga.Folha da Tarde, São Paulo, 07/04/1959.

Em 1953, Herbert Baldus apresentou um plano de desmembramento do Museu Paulista. A Divisão de História compreenderia as seções de História Paulista, História Brasileira, Numismática, Lingüística e a Documentação Histórica, as quais dedicar-se-iam ao estudo da cultura luso-brasileira através de pesquisas bibliográficas. A Divisão de Antropologia contemplaria as seções de Etnologia, Arqueologia, Antropologia Física, Folclore e coleta de material e estudaria as questões relacionadas com o índio e o caboclo do continente (grifo nosso), no passado e no presente com pesquisas nas bibliotecas, mas também in loco (grifo do autor). O autor do projeto apresentou outro elemento de argumentação como sustentação da sua proposta: a divisão existente nas próprias publicações do Museu, que já eram separadas por estes dois temas. A metodologia teórico-científica também embasou a justificativa de cisão das divisões e estava fundamentada pela proximidade e conexões entre os ramos científicos e necessidade de ampliação da coleta de material, pois, as culturas brasileiras em vias de desaparecimento necessitavam desta separação para a otimização dos trabalhos ⁴¹⁶.

Este fato chamou a atenção porque a proposição de separação das Divisões do Museu Paulista foi foco de análise realizada por Mário de Andrade e Duarte, desde o Departamento de Cultura. Por volta de 1954 e no ano de 1959, quem propôs a divisão foi o próprio Duarte, no último período como diretor do Museu. No entanto, o autor do projeto em 1953 foi Herbert Baldus. Ao que tudo indica, já que Baldus fazia parte da Comissão de Pré-História e há rascunhos e propostas da remodelação nos arquivos de Duarte, o projeto foi apresentado em conformidade com as idéias do pré-historiador. No entanto, como diretor em exercício da Instituição, seria mais lógico que Baldus apresentasse o projeto. Porém, o objetivo desta estruturação como deixava claro o Diretor em exercício do Museu Paulista era: “[...] contribuir para o maior desenvolvimento do caráter científico do Museu”⁴¹⁷. Tal afirmação pode ter maior sentido se recorrermos ao histórico do Museu Paulista que se pautou mais pelo seu caráter científico do que educativo. Desde a fundação, a instituição manteve contatos com estudiosos no ramo das ciências naturais e talvez venha daí a necessidade de Baldus justificar, mais enfaticamente, por este ângulo. Este foi o único ponto que apresentou diferença em relação à proposta de Duarte que enfatizou a educação.

⁴¹⁶ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – Governo do Estado. Carta de Herbert Baldus (Diretor do Museu Paulista em exercício) ao Prof. J. Canuto Mendes de Almeida (Secretário de Estado dos Negócios do Governo) em 11/12/1953.

⁴¹⁷ Idem.

A idéia de Duarte era de criar futuramente o Museum: órgão integrado por um Conselho composto pelos diretores de cada uma das instituições preservacionistas e onde arquivos, bibliotecas e sessões de fotografia, utilizadas pelos dois organismos comporiam toda a organização instalada em um prédio no Parque do Ibirapuera, conforme prometido pelo próprio governador ⁴¹⁸. O prédio construído para o conjunto de Comemorações do IV Centenário da cidade de São Paulo denominado de Palácio da Agricultura, assim como o seu correlato, Palácio da Indústria destinava-se à Instalação de institutos culturais, principalmente museus conforme a previsão do projeto da Fundação Ibirapuera. O Museu de Arte Moderna e a Bienal de São Paulo já estavam instalados no Palácio da Indústria e pretendia-se instalar no Palácio da Agricultura o Museu do Homem Americano, que seria formado pelas coleções etnológicas do Museu Paulista e da Comissão de Pré-História, acervo guardado em depósitos devido à falta de espaço no prédio do Ipiranga ⁴¹⁹. Os planos de Francisco Matarazzo Sobrinho consistiam da utilização dos prédios para instalação de museus que seriam mantidos pela Feira de São Paulo e pelo Parque de Diversões ⁴²⁰.

A opção de Duarte por um Museum era, claramente, o projeto de Rivet. O tempo que ficou no Museu do Homem vivenciou a organização da Instituição implementada pelo americanista. A formulação do projeto museológico evidenciava o órgão como mecanismo de popularização científica através da expografia, realizada com elementos que tivessem valor educacional. A efetivação da cadeia operatória museológica culminaria com a disponibilização de serviços tanto para o especialista como para um público mais abrangente. Paulo Duarte também não escondeu quanto Rivet sonhava com uma instituição daquele tipo no continente americano. A derrocada do seu projeto museológico no Musée de l'Homme, afastando a obra dos caminhos propostos pelo seu idealizador, seria mais um elemento de motivação.

Portanto, o projeto museológico do Museum brasileiro era claramente educacional. Para Duarte o desenvolvimento humano somente seria acessível através da cultura e da ciência, assim o museu era a mediação entre a produção do conhecimento e a sua dimensão pública à medida que a Comunicação museológica interferiria na realidade social produzindo

⁴¹⁸ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: Artigos e cursos - Pasta 284 – Aprovado o plano de remodelação do Ipiranga.Folha da Tarde, São Paulo, 07/04/1959.

⁴¹⁹ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: Artigos e cursos - Pasta 284 – Relatório de atividades da Comissão de Pré-História apresentado ao governador referente ao ano de 1959.

⁴²⁰ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: Artigos e cursos - Pasta 284 – Reportagem: Rui Bloem.São Paulo e os museus. Folha da Manhã, São Paulo, 11/04/1959.

um sentimento de solidariedade, identificação e transformação dos povos, erradicação dos preconceitos e dos nacionalismos. Portanto, a Musealização da Arqueologia que culminaria com a divulgação do conhecimento científico era o veículo de transformação possibilitada pelo entendimento do passado pré-histórico e da compreensão da trajetória humana (RIVET, 1948a; DUARTE, 1950).

Essa ênfase no aspecto educacional dos museus já fôra discutida em Seminário Regional da Unesco em 1958, abordando a necessidade de formação profissional, de desenvolvimento de programas didáticos pelas instituições museológicas e exposição como importante mecanismo de estabelecimento de vínculo com a sociedade (TORAL, 1995: 8-10).

Da mesma forma que ocorreram debates sobre as necessidades de mudanças das correntes teóricas da Arqueologia, as discussões museológicas no decorrer dos tempos também se direcionaram para a questão da inserção social da Museologia. Vislumbrados como instrumentos de mudança social, tais organismos interfeririam diretamente no interior das comunidades onde estavam inseridos. O museu identificado como uma instituição a serviço da Humanidade onde o patrimônio cultural desempenharia um papel social importante resultou de proposições organizadas pelo Conselho Internacional de Museus ICOM/UNESCO, em 1972, na Mesa-Redonda de Santiago (VARINE, 1995: 17-19).

Na Declaração de Quebec em 1984 foram discutidas novas formas de Museologia como, por exemplo, os museus comunitários, os museus de vizinhança e ecomuseus. Estas novas proposições foram agrupadas e denominadas de Nova Museologia⁴²¹. O conhecimento interdisciplinar que integraria as exposições museológicas realizaria a formação permanente. Muito anteriormente, George Henri Rivière, no Museu do Homem, transformara a comunicação museológica com o objetivo de atingir de forma mais adequada o público. O aspecto facilitador da compreensão ocorreria através dos elementos expográficos e com estes objetivos Rivière foi contratado por Paul Rivet. O museólogo futuramente seria o proponente das idéias sobre museus comunitários alvo destas reflexões algum tempo depois (MOUTINHO, 1995: 26-29; RIVIÈRE, 1993; FERNANDÉZ, 2003).

Finalmente, a Declaração de Caracas em 1992 retomou as discussões anteriores procurando conceituar o museu em suas funções em face das novas realidades. Neste

⁴²¹ Atualmente, a denominação de Nova Museologia faz referência ao movimento organizado neste período, enquanto que o desenvolvimento teórico-metodológico e as ações neste campo são cunhados por Sociomuseologia. Informação verbal fornecida por Maria Cristina de Oliveira Bruno em São Paulo, em 2007.

documento foi discutida a importância do patrimônio cultural da América Latina para o estabelecimento de identidades. Na Declaração de Caracas foi resolvido que:

[...] o museu tem uma missão transcendental a cumprir hoje na América Latina. Deve constituir-se em instrumento eficaz para o fortalecimento da identidade de nossos povos e para o seu conhecimento mútuo [...] (DECLARAÇÃO DE CARACAS, 1995: 39).

Longe deste período, Duarte e Rivet já vislumbravam a importância desta integração através da associação entre os conhecimentos científicos arqueológicos e museológicos.

Tanto para o Museu do Homem Americano como para o Museu Paulista previa-se, segundo o projeto, a organização estabelecida em rígidos princípios científicos museológicos. A instituição preservacionista responsável por exposições também era um local de pesquisa, com laboratórios especializados, bibliotecas, outras instalações complementares e visitas acompanhadas de “conferencistas especializados” para o público, para estudantes de escolas, primárias, secundárias e superiores. Para Duarte os museus seriam institutos auxiliares das universidades e de educação popular⁴²².

O museu também compreenderia novos departamentos necessários aos cursos, às pesquisas e à documentação, eram eles: biblioteca, manuscritos, iconografia, fotografia, cinema, desenho, filatelia, numismática e coleções de objetos ligados à vida brasileira. As coleções seriam organizadas correspondendo aos séculos, bem como as conferências. Cada dia da semana seria dedicado a um período histórico, por exemplo, a segunda-feira seria reservada ao século XVI com cursos à tarde e visitas colegiais pela manhã com “guia-conferencistas especializados”. Nos sábados e domingos eram propostas visitas públicas com “conferências” de cunho popular com a abordagem do assunto de cada uma das seções. O museu seria aberto de terça a sexta-feira para a “visitação pública simples”,⁴²³

Em relação ao Museu de Etnologia e Pré-História também se propugnava o caráter didático para o ensino primário, secundário e superior. Previam-se serviços de laboratórios, conferências, documentação e publicação científica. Para as coleções, o projeto propôs uma organização “[...] de modo que o visitante, percorrendo-as, possa ir quase insensivelmente

⁴²² Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: Pré-História: Artigos e cursos - Pasta 284 – Estudos aprovados pelo governador – Será remodelado o Museu Paulista. A Gazeta, São Paulo, 07/04/1959.

⁴²³ Idem.

dando conta da evolução do Homem, desde o seu aparecimento, até o início das idades históricas”⁴²⁴.

A museografia previa o programa do museu em cinco grandes painéis murais, que incluíam mapas lingüísticos e etnográficos da América. O projeto ainda vislumbrava um laboratório para medição do Carbono 14 e guias-conferencistas encarregado de acompanhar o público, visitas estudantis entre outros. A seleção para esta atividade se daria dentre os “alunos mais dotados” das Faculdades de Filosofias, Ciência e Letras do país. O planejamento museológico ainda contemplava verba do governo federal para instalações materiais, compra de material científico e para a composição de recurso expográfico⁴²⁵.

Paulo Duarte afirmou em entrevista que a reformulação do Museu Paulista serviria de paradigma para todos os outros museus oficiais de São Paulo. O governo prometia remodelação em pouco tempo⁴²⁶.

A imprensa foi favorável à reorganização abordando a necessidade de mudança nos museus brasileiros, que muitas vezes colocavam os objetos como curiosidades e não como meio de compreensão da História. Houve elogio à idéia de um centro destinado aos museus e instituições culturais⁴²⁷. O crânio denominado de Miss Sambaqui, evidenciado em pesquisa arqueológica, fez sucesso nos jornais.

Além das afirmações diretas de Duarte de que o Museu do Homem Americano seria realizado à imagem e semelhança do Musée de l’Homme, outros dados comprovaram tais asserções: a própria denominação de Museum e as semelhanças em relação às proposições de tornar-se um organismo de educação popular. Duarte tentou seguir as orientações por parte do americanista no que concerniu à necessidade da linguagem acessível da expografia fazendo com que o público entendesse a ciência se pautando pela convicção de que o museu pertence ao público (RIVET, 1948: 68).

Paul Rivet em 1948 já ressaltava o papel social do museu demonstrando a importância das visitas com sentido pedagógico e especialistas que tornassem acessível o conhecimento. Os comentários sobre os elementos expográficos encontraram representação em várias

⁴²⁴ Ibidem.

⁴²⁵ Ibidem.

⁴²⁶ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: Pré-História: Artigos e cursos - Pasta 284 – Estudos aprovados pelo governador – Será remodelado o Museu Paulista. A Gazeta, São Paulo, 07/04/1959.

⁴²⁷ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: Artigos e cursos - Pasta 284 – Reportagem: Rui Bloem. São Paulo e os museus. Folha da Manhã, São Paulo, 11/04/1959.

passagens do projeto museológico de Duarte como: fotografias, murais, idéia de criação de espaço para cinema entre outros (RIVET, 1948: 69).

Nos esforços do pré-historiador também apareceram inovações para a expografia a respeito da divisão territorial não por fronteiras geográficas, mas por delimitações ligadas à realidade étnico-cultural (RIVET, 1948: 69).

No projeto do intelectual brasileiro a abrangência em relação às propostas de Rivet também foi contemplada, pois houve o vislumbre de bibliotecas, arquivos e a idéia do museu como centro de educação (RIVET, 1948: 111).

Cabe lembrar que no período da luta do cientista brasileiro para a implementação do Museu ocorreu no Rio de Janeiro (1958), conforme comentado, o Seminário Regional da Unesco que abordou a função educativa dos museus. O evento presidido por Georges Henri Rivière, que desenvolveu a expografia do Museu do Homem, também abordou aspectos educacionais, recursos expográficos, a relação entre monitoria e a necessidade de linguagem acessível (ARAÚJO; BRUNO: 1995).

Várias vezes ao dizer que a reformulação pretendida, que culminaria com a inauguração do Museum brasileiro, estava pautada por princípios modernos da Museologia, Duarte deixou claro que estava a par das discussões neste campo.

A idéia do Museum conforme planejada por Duarte não se concretizou. Os problemas com a liberação do prédio impediram a realização do projeto, apesar de todo anúncio para a imprensa das ações que seriam desenvolvidas. Novamente, os interesses pessoais não permitiriam a implantação de mais um sonho que fôra compartilhado por Rivet e Duarte. A pretensão de iniciar no Museu um curso de Etnologia ministrado por Herbert Baldus e outro de Pré-História, pelo próprio Duarte não foi implementada. O próprio intelectual na sua carta de demissão apontava para a batalha por recursos materiais que, inicialmente, já ocorrera e desta forma não vislumbrava a possibilidade de efetivação para o projeto. Assim, Duarte mais uma vez colocava termo a este sonho afirmando⁴²⁸:

Eu sou homem de luta, mas não é possível lutar completamente desarmado, cercado pela malícia, pelo primarismo e pela má vontade, pela incompreensão, principalmente certo de que estou sendo cozinhado em água fria [...]

Sei voar, quero voar, mas é preciso que não me decepem as asas.

⁴²⁸ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 4 – sub-pasta: IPH-Especiais. Carta de Paulo Duarte ao governador Carlos Alberto (Carvalho Pinto) em 02/06/1959.

Apesar da impossibilidade da implantação do projeto, naquele momento, a proposta para o desenvolvimento dos estudos arqueológicos e museológicos focado na responsabilidade social científica, que colocou a Museologia e Arqueologia em parceria com o fito de transformação social não perdeu o sentido. No âmbito do Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo (1962), não com a mesma grandiosidade do projeto anterior, Paulo Duarte implementou a primeira fase do Museu do Homem Americano (1967-1968), localizado no saguão do prédio da Zoologia. Conforme abordou Duarte, “[...] o material de alto interesse científico e pedagógico, aproveitando [sic] não só, para os cursos do Instituto, se não também por departamentos outros da Universidade [...]”⁴²⁹.

Através de documentos escritos e iconográficos podemos acompanhar, no ano de 1968, as ações de Duarte para as instalações do museu. O pré-historiador, somente com a ajuda de alguns colaboradores, somou as funções de museólogo e arqueólogo. Duarte encadeou informações dos cursos que ministrava e organizou através da ordenação dos fatos, elementos expográficos que didaticamente abordavam o percurso do Homem em períodos pré-históricos. Através de um texto da sua autoria podemos verificar como compôs cada um dos elementos didáticos calcados em elementos da linguagem escrita. Inicialmente, o texto abordou alguns teóricos chamados de precursores da pré-história e comentou o histórico de alguns deles⁴³⁰. A seguir abordou os sítios como documentos, a partir dos quais seria possível recuperar informações do homem pré-histórico. O elemento expográfico, provavelmente, utilizado para representar este momento foi o nicho onde seria colocada uma “sepultura arqueológica”⁴³¹. No decorrer do texto Duarte abordou a evolução do homem. Na exposição correspondeu a uma seqüência de esqueletos que representaram a idéia de evolução⁴³² (Fig.18).

⁴²⁹ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – Ofícios, atas e atestado. Texto de Paulo Duarte para o jornal “As Folhas de São Paulo” entregue em mãos do sr. Abrão Yagle em 18/04/1968.

⁴³⁰ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: 1956-1980 - Pasta 284 – Textos sobre Pré-História assinado por Paulo Duarte. Sem data. No momento desta análise sempre que abordar o texto que Duarte se baseou para compor o percurso da exposição faço referência a este documento.

⁴³¹ Em carta Paulo Duarte agradeceu a execução do trabalho, bem como o fornecimento do material sem despesas para o Instituto de Pré-História deixando vislumbrar as dificuldades orçamentários pelas quais passava a Instituição. MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 4 – sub-pasta: IPH - Ofícios. Carta de Paulo Duarte ao sr. Adalberto Mendes Santos (Fundo para a Construção da Cidade Universitária) em 08/08/1967.

⁴³² MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – Ofícios, atas e atestado. Texto de Paulo Duarte para o jornal “As Folhas de São Paulo” entregue em mãos do sr. Abrão Yagle em 18/04/1968.



Figura 18 – Composição expográfica com fios de nylon como realizado por G.H.Rivière no Musée de l’Homme. Arquivo Paulo Duarte.

Posteriormente, narrou as “linhas raciais” representadas no discurso expositivo pelas “[...] moldagens dos homens fosseis primitivos que viveram na Europa, Ásia e Africa desde há cêrca de dois milhões de anos”⁴³³. Um quadro com dados sobre os períodos pré-históricos que Duarte fez referência à “[...] idade aproximada de cada capítulo da História do nosso planeta”⁴³⁴ foi consubstanciado nos painéis expositivos (foto). No quadro que constava do texto encontravam-se, por exemplo, as informações: peixes – 420 milhões de anos, répteis – 220 milhões de anos, insetos – 310 milhões de anos entre outros. Tais dados compuseram painéis coloridos cuja produção Célia Portugal narrou da seguinte forma:

Ele [Duarte] idealizou o Museu do Homem Americano. Ele falava muito do Museu do Homem Americano [sic] na França e ele trouxe os dados necessários da evolução do Homem. Então ele colocou em

⁴³³ Idem.

⁴³⁴ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: 1956-1980 - Pasta 284 – Textos sobre Pré-História assinado por Paulo Duarte. Sem data.

rabiscos toda essa parte de documentação. Uns mapas grandes que ele tinha numa mesa grande e desenhou e nesses mapas ele chamou o Prof. Aziz Ab'Saber para datar as glaciações. As anotações das glaciações subiam (Fig. 19) colocadas conjuntamente com a evolução dos animais e suas ramificações. O professor Abrão de Moraes também ajudou na representação das datações e fizeram dois painéis e para ampliá-los convidaram o italiano [George] Nasturel, era um pintor, que deu vida aos animais, as cores, os tipos e origem destes animais -linhagens, como puxavam quase geneticamente. O painel passava para outra parede subindo até chegar ao homem, até chegar a esse quadro que todos nós conhecemos da evolução do homem⁴³⁵.

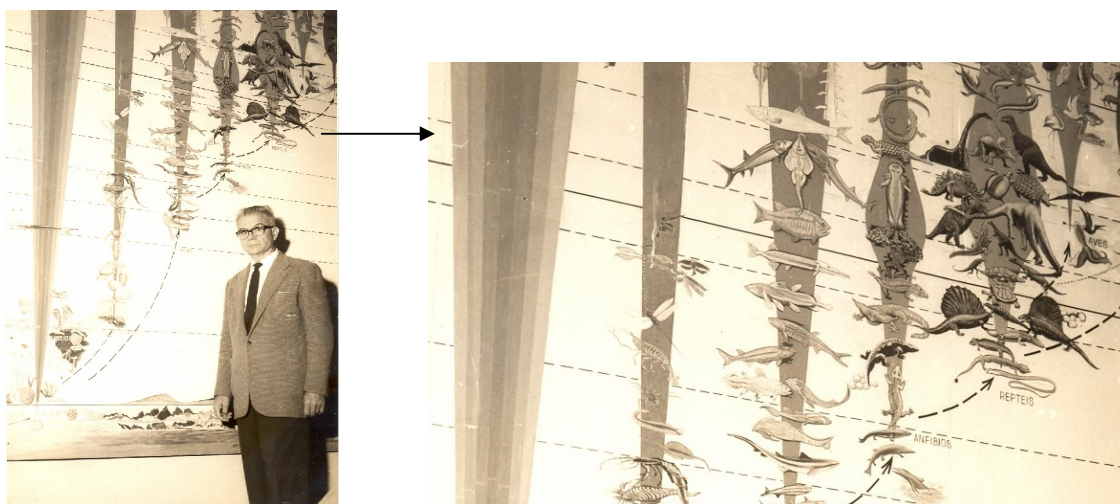


Figura 19 – Sr. Nasturel – pintor que materializou os painéis expográficos. Arquivo Paulo Duarte.

⁴³⁵ Entrevista a mim concedida por Célia Portugal Matta (ex-funcionária do Instituto de Pré-História da USP) em São Paulo em 24/01/2007.

Em outra vitrine estava a “Miss Sambaqui” (Fig. 20), que segundo Duarte tratava-se de “[...] um crânio e alguns ossos longos inteiramente fossilizados de uma mulher que constitui a peça mais interessante [sic] talvez do pequeno Museu do Instituto de Pré-História”⁴³⁶.



Figura 20 – Legado patrimonial do IPH. Em outro momento foi logotipo da Instituição e, posteriormente, apresentada em várias outras exposições do chamado novo MAE. Arquivo Paulo Duarte.

A produção de recursos expositivos citados até aqui como: ilustração, cenário nicho, moldagens dos homens fósseis entre outros revelou o trabalho museográfico de Duarte que compôs didaticamente uma apresentação com conteúdo linear, ou conforme Cury (2005: 167), o partido expográfico tradicional. Duarte com base no seu texto, sem rupturas, promoveu a passagem pelos períodos pré-históricos. A produção de suportes também não foi descuidada, encomendou numerosas vitrinas “[...]modernas, cuja fatura se inspirou na famosa revista “Museum” da UNESCO”⁴³⁷. Estas vitrines foram pensadas por Georges Henri Riviére e realmente vemos na concretização deste elemento as orientações ressaltadas por Falck (1948),

⁴³⁶ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – Ofícios, atas e atestado. Texto de Paulo Duarte para o jornal “As Folhas de São Paulo” entregue em mãos do sr. Abrão Yagle em 18/04/1968.

⁴³⁷ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 4 – sub-pasta: IPH - Especiais. Relatório de atividades apresentado pelo IPH-USP ao Vice-Reitor em exercício Helio Lourenço de Oliveira em 1968.

autor do artigo da revista “Museum”. Alguns elementos como fios de nylon, a referência de Duarte aos “dizeres esclarecedores” que o autor analisa, a iluminação, o fundo da vitrine e a disposição dos elementos evidenciaram a aproximação com a expografia do Musée de l’Homme (Fig. 21).



Figura 21 – Conjunto de imagens que apresentam semelhanças expográficas entre a vitrina do Musée de l’Homme (acima) e a vitrina do Museu do Homem Americano (abaixo). No último caso, a confecção da vitrina também seguiu orientações da Revista Museum. Photothèque Musée de l’Homme - Col. Musée de l’Homme e Arquivo Paulo Duarte.



Além dos murais existentes outros painéis estavam em elaboração. Estes recursos seriam colocados ao lado das vitrines para a maior compreensão das mesmas, Duarte solicitava a indicação do arquiteto e do desenhista que poderiam concretizar estes elementos, bem como o local para o texto científico que deveria figurar nos painéis⁴³⁸. Tais recomendações foram realizadas no artigo de Falck – que analisou as vitrinas de Georges

⁴³⁸ MAE -USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – Ofícios, atas e atestado. Carta de Paulo Duarte a Adalberto Mendes Santos (Diretor Executivo do Fundo de Construção da Cidade Universitária) em 20/05/1968.

Henri Rivière – e aproximaram as idéias expográficas de Paulo Duarte dos painéis do Musée de l'Homme (Fig.22).

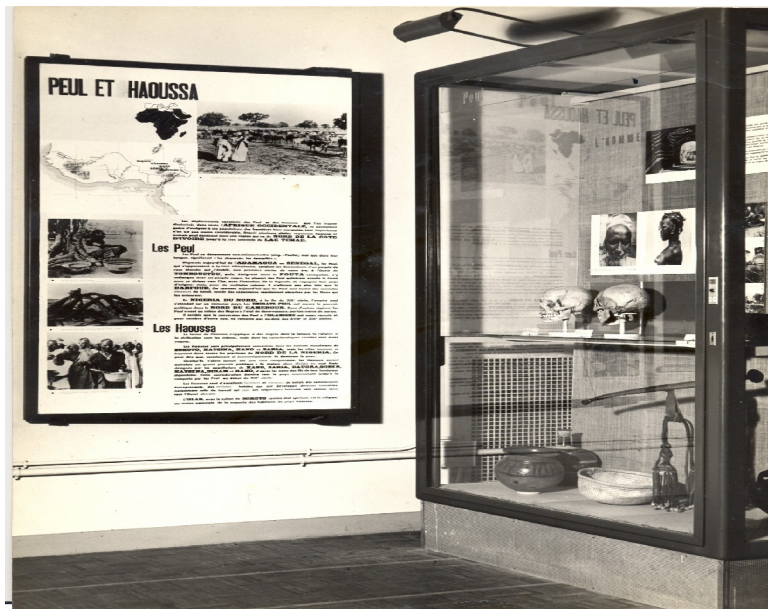


Figura 22 – Elementos científicos e didáticos da expografia do Musée de l'Homme, posteriormente, usados como modelo para o futuro Museu do Homem Americano.

Photothèque Musée de l'Homme - Col. Musée de l'Homme

Percebe-se que mesmo com as dificuldades do Instituto de Pré-História, na USP, Duarte tentava mecanismos para a continuidade da implementação da segunda fase do Museu. Em carta a uma funcionária Paulo Duarte comunicou o encaminhamento de verba para aquisição de material a ser utilizado nos recursos expográficos, a utilização da soma deveria ser empregada “[...] em peças e coleções: moldagens, principalmente de plástico, reproduções outras e peças ou coleções arqueológicas de que necessitamos, mas não pode ser empregada em instrumentos”⁴³⁹.

Sobre este episódio Célia Portugal narrou a dificuldade de trazer todo esse material fornecendo o quadro da dificuldade enfrentada pelo intelectual para executar esse sonho museológico:

Deram muito trabalho estas peças que vieram da França para se liberar, pois vieram de navio na alfândega de Santos, uma por causa da política que não era muito favorável a ele, então politicamente não

⁴³⁹ MAE -USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – Ofícios, atas e atestado. Carta de Paulo Duarte a Miya em 04/04/1968.

se conseguia desvincular aquilo e outro porque não se podia trazer esqueletos para o Brasil, as leis não davam. Olha foi um sufoco, então ele me determinou que eu fosse providenciar isso. Então eu sei que fui no Banco do Brasil, em presidência de alfândega, de tudo isso para desembaraçar os documentos, ao mesmo tempo tinha que pagar uma fortuna de armazenamento da alfândega, nos armazéns da alfândega e o instituto não tinha dinheiro para pagar, não tinha verba, não tinha orçamento porque o quê sustentava o instituto naquela época era o salário dele. Ele pegava o salário dele e depositava pra parte administrativa, para fazer as despesas administrativas porque o Gama e Silva não dava dotação para o Instituto e a briga dele com o Gama Silva, com o reitor, era porque não tinha verba para o Instituto⁴⁴⁰.

A falta de segurança no espaço museológico também foi outra dificuldade enfrentada por Duarte durante a implantação do museu. A reclamação do Diretor da Instituição sobre esse aspecto demonstrou os cuidados com a salvaguarda patrimonial:

Num período em que os guardas foram retirados, verificou-se um vultoso roubo no Instituto de Pré-História e outros furtos menores em dependências do edifício de Zoologia. Quer dizer que vamos ficar novamente expostos a êsses agravos, sem segurança, portanto, o patrimônio pertencente à Universidade a nós confiado.

Parece-nos que a guarda militar é quem deve receber ordens da Direção Universitária. Isso, pelo menos, é o que se afirma quando os militares agem contra os estudantes em greve ou que promovem agitações dentro do ‘campus’.

Entretanto, quando se trata de preservar os bens da Universidade contra malfeitores, o contrário é que se verifica. São as autoridades militares que a seu bel prazer estabelecem as regras de policiamento, desconhecendo os motivos que levaram ao pedido reiterado dele, com base nos interesses a serem preservados.

Queremos levar este fato a V. S. para as necessárias providências e para resguardo da nossa responsabilidade ou atentados futuros⁴⁴¹.

Assim, Duarte cuidava de toda a cadeia operatória museológica e do trabalho científico arqueológico, ou seja, fazia a pesquisa em campo, fiscalizava o trabalho de laboratório e pesquisa científica, cuidava da Salvaguarda do patrimônio arqueológico – conservação, prevenção e documentação – e por fim, implementava a museografia com vistas

⁴⁴⁰ Entrevista a mim concedida por Célia Portugal Matta (ex-funcionária do Instituto de Pré-História da USP) em São Paulo em 24/01/2007.

⁴⁴¹ MAE -USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: IPH – Ofícios administrativos, pastas e atestados. Carta de Paulo Duarte ao Sr. Adalberto Mendes dos Santos (Diretor do Fundo de Construção da Cidade Universitária em 29/08/1967.

à contemplar a Comunicação da Instituição. No âmbito da Comunicação, a ação educativa também não era desprezada:

Muita gente visitava, mas ele [Museu] não tinha sido divulgado amplamente. Mas quando a gente divulgava, fazia alguma nota alguma coisa para a imprensa em geral, vinha colégio visitar, tinha hora marcada, eu acompanhava os alunos. O Caio [Del Rio Garcia] acompanhava, mas o Caio dava as informações técnicas do que estava nas vitrinas. Mas quem atendia mais era ele [Paulo Durate]. Ele sempre dava explicação, ele adorava, quando ele começava a falar com você não tinha hora para acabar, não tinha hora para ir embora. Ele começava a falar, detalhar a pedra, “aquela pedra”, “aquilo ali”, “aquele machado”, aquilo, isso, ele tinha um conhecimento, uma cultura [...] ⁴⁴²

Portanto, a ação educativa também era contemplada pelo pré-historiador que tinha por ênfase a popularização científica. Silvia Piedade afirmou que Duarte realmente gostava de fazer monitoria, elas:

[...] eram envolventes e engraçadas e quando estava ocupado pedia para o grupo esperar um momento e ia atendê-los. Os alunos dos cursos dados por Paulo Duarte também visitavam o espaço expositivo e eram levados para aula prática em sambaquis, inclusive no da Cosipa ⁴⁴³.

O processo de implantação do Museu foi impulsionado pela proximidade do II Simpósio de Pré-História Americana e Arqueologia no âmbito do Programa da XX Reunião Anual da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC) ocorrido em julho de 1968 ⁴⁴⁴.

⁴⁴² Entrevista a mim concedida por Célia Portugal Matta (ex-funcionária do Instituto de Pré-História da USP) em São Paulo em 24/01/2007.

⁴⁴³ Entrevista a mim concedida por Silvia Cristina M. Piedade (naquela época bolsista do Instituto de Pré-História da USP) em São Paulo em 24/01/2007. No que diz respeito às visitas no sambaqui de Piaçaguera onde estava instalada a Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) há documentos que solicitam permissão para visita coletiva de professores e alunos do curso de Arqueologia ao sítio pré-histórico. Cf. a) MAE -USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – Ofícios, atas e atestados. Carta de Paulo Duarte ao Sr. Mário Lopes Leão (Presidente da Companhia Siderúrgica Paulista) em 22/05/1968; b) MAE -USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – Ofícios, atas e atestados. Carta de Paulo Duarte a Américo (Companhia Siderúrgica Paulista) em 22/05/1968 e c) MAE -USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – Ofícios, atas e atestados. Carta de Paulo Duarte ao Sr. Mário Lopes Leão (Presidente da Companhia Siderúrgica Paulista) em 22/04/1968.

⁴⁴⁴ MAE -USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – Ofícios, atas e atestados. Carta de Paulo Duarte ao Sr. Adalberto Mendes dos Santos (Diretor Executivo do Fundo de Construção da Cidade Universitária em 14/05/1968).

É curioso notar que toda ação desenvolvida em prol da pesquisa tinha o seu correlato na divulgação. As pesquisas implementadas nos sambaquis foram apresentadas ao público científico em congressos e simpósios como o XXXI Congresso dos Americanistas, o qual divulgou pesquisas do sambaqui de Maratuá, o II Encontros Intelectuais de São Paulo, Mar Casado e na XX Reunião da SBPC, Piaçaguera. Todos eles foram visitados durante os eventos científicos. Nesta atividade de apresentação da Pré-História as publicações, os cursos e o museu também foram meios utilizados para tornar públicas as ações científicas. Os diversos meios e contatos empregados para a fundação do Museu do Homem, tardiamente concretizados, revelaram essa dimensão pública do conhecimento arqueológico. Paulo Duarte tinha plena consciência da importância da Musealização da Arqueologia para a preservação, divulgação e transformação social, pois sabia que era:

[...] evidente que os estudos de laboratório feitos, por assim dizer, a portas fechadas, não podem ser conhecidos do público por falta de instalações adequada. Entretanto há até ali, também instalações, no saguão do Prédio de Zoologia, do 1º Núcleo do “Museu do Homem Americano”, cuja existência está prevista no Regulamento do Instituto mas até agora não levada a cabo devido à falta de local. Pois, o próprio Instituto funciona em locais de salas emprestadas não conseguindo da Universidade o apóio necessário no sentido de instalações condignas⁴⁴⁵.

Dessa forma, o Museu do Homem Americano sonhado por Rivet e Duarte não foi concretizado da forma imaginada, mas deixou vários elementos que permitiram verificar a importância que o intelectual denotou à instrução e à educação científica, bem como possibilitou vislumbrar suas ações no campo da Musealização da Arqueologia (Tabela 6).



Figura 23 – Outra técnica de montagem de painel expositivo que cruzou elementos fotográficos diversos. Arquivo Paulo Duarte.

⁴⁴⁵ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – Ofícios, atas e atestado. Texto de Paulo Duarte para o jornal “As Folhas de São Paulo” entregue em mãos do sr. Abrão Yagle em 18/04/1968.

TABELA 6
IMPLANTAÇÃO, POR PAULO DUARTE, DA LINHA TEÓRICO-METODOLÓGICA DO MUSÉE DE L'HOMME NOS PROCESSOS DE MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA NO BRASIL

| Mudança da realidade arqueológica, museológica e cultural (ênfase na responsabilidade social científica) | Cadeia operatória museológica | Procedimentos museológicos de salvaguarda e comunicação | Realidade arqueológica | Recorte patrimonial | Gerenciamento e administração da memória | Preservação de bens patrimoniais | Noções de identidade e pertencimento |
|---|---|---|--|--|--|---|---|
| <p>Objetivos:</p> <p>- Acabar com a destruição, principalmente dos sambaquis e criar mecanismos de pesquisa, preservação e divulgação científica.</p> | <p>- Organização de instituições e missões científicas arqueológicas e o acervo seria exposto no Museu do Homem Americano e no Museu Paulista que formariam o Museum</p> <p>- Formação de coleções, principalmente, pela pesquisa de campo e coleta em sítios já destruídos ou em fase de exploração.</p> | <p><u>Salvaguarda:</u> - preservação do acervo através da Musealização da Arqueologia, bem como por meio da legislação</p> <p><u>Comunicação:</u> - Popularização científica pelos cursos, difusão mais específica pelos Congressos e o público mais amplo teria acesso à informação por meio da Comunicação Museológica.</p> | <p>- Ausência de pesquisa científica em sítios arqueológicos</p> <p>- Destruição dos sítios.</p> | <p>- Acervo arqueológico e/ou antropológico.</p> <p>- Valorização do segmento patrimonial arqueológico brasileiro como propulsor de mudanças, nacional e internacionalmente.</p> | <p>- Implantação de novos paradigmas teórico-metodológicos e institucionais responsáveis pela seleção patrimonial.</p> <p>- Planejamento museológico, cultural e arqueológico, cujo projeto fôra pensado desde o tempo do Departamento de Cultura.</p> | <p>- Pesquisa científica.</p> <p>- Musealização da Arqueologia</p> <p>- Popularização científica.</p> <p>Legislação</p> | <p>- Pertencimento à Humanidade pela origem comum.</p> <p>- Cooperação francesa no fomento as pesquisas e instituições culturais na perspectiva de desenvolvimento social.</p> <p>- Estabelecimento de novos parâmetros para as identidades culturais na tentativa de promoção da auto-estima.</p> <p>- Enfoque sobre o continente americano evidenciando a importância social e política da região.</p> <p>- Inclusão social com projetos voltados para classes sociais distintas.</p> |

* Reflexão elaborada à partir de BRUNO, M. C. O. Musealização da Arqueologia: alguns subsídios. Texto para orientandos 2007.

4.2.2 Os cursos de Pré-História

Diante da impossibilidade de fundação do Museum, Duarte conseguiu outro meio de ministrar o curso de Pré-História que queria realizar no âmbito da instituição museológica com o fito de divulgação científica. Convidado pela “Folha de S. Paulo” promoveu um curso de sete meses, oficializado pela Universidade de São Paulo, desdobrado em duas turmas compostas por um público muito diverso que incluía bibliotecários, museólogos, universitários, militares, jornalistas, pintores, desenhistas, prendas domésticas, escriturários dentre muitas outras categorias profissionais. O interesse das pessoas de todas as classes sociais foi ressaltado por matéria na imprensa que demonstrava a diversidade do público presente⁴⁴⁶.

Essa curiosidade foi utilizada por Paulo Duarte para chamar a atenção para a Pré-História e os projetos que pretendia desenvolver. O sucesso de público para um tema desconhecido levaria à afirmação de Duarte de que: “[...] cerca de 800 pessoas a cada dia de aula no auditório da “Folha de São Paulo” é um teste definitivo do interesse popular pela cultura”⁴⁴⁷.

Duarte avaliou que a situação representava uma reação popular contra a frieza dos poderes públicos em relação aos assuntos culturais e que essa expressão partida de um movimento “de baixo para cima” mudaria a opinião dos governantes⁴⁴⁸.

Avolumaram-se as notícias de auditório superlotado, de convites de outros jornais para futuros cursos e a “Folha de S. Paulo” publicou síntese das aulas justificando que pretendia possibilitar o acompanhamento das palestras por aqueles que não conseguiram matriculas⁴⁴⁹.

Nos anos de 1961 e 1962 a Folha de São Paulo deu continuidade à promoção do Curso e neste momento apareceu a intenção de Duarte revelada pela própria reportagem:

O verdadeiro intuito, entretanto do curso de Paulo Duarte não é apenas satisfazer a imensa curiosidade cultural de uma parte de nossa mocidade das universidades e mesmo leiga, como demonstraram as inscrições do ano passado, e os pedidos deste ano, mas também chamar a atenção dos poderes oficiais e do público em geral para uma

⁴⁴⁶ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: artigos/cursos (1959-1960) - Pasta 284 – Matéria: Pré-História – Pitecantropo é grande atração. Visão. São Paulo, 08/07/1960.

⁴⁴⁷ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: artigos/cursos (1959-1960) - Pasta 284 – Matéria: Curso de Introdução Geral a Pré-História Geral a ser promovido por ‘A Tribuna’. A Tribuna. Santos, 10/07/1960.

⁴⁴⁸ Idem.

⁴⁴⁹ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: curso (1960) - Pasta 285 – Reportagem: Com o auditório superlotado Paulo Duarte inaugurou seu curso sobre Pré-História. Folha de São Paulo, São Paulo, 06/04/1960.

ciência praticamente desconhecida entre nós, esotérica, acessível apenas a um pequeno grupo especializado⁴⁵⁰.

Efetivamente, esse evento chamara a atenção para o tema, não só positivamente. A popularização desta área de conhecimento para o público também trouxe uma platéia de contrários às idéias apresentadas durante as palestras.

Duarte contou que muitos países atrasados não aceitaram as idéias desenvolvidas sobre Evolução divulgadas pelo Padre Teilhard de Chardin, inclusive a própria Companhia de Jesus da qual era membro. O intelectual conheceu o padre no Musée de l'Homme e nos cursos promovidos pela “Folha de São Paulo” abordou muitas das idéias daquele estudioso. Duarte contou que teve uma enorme oposição dos católicos e que um padre chegou a escrever um artigo dirigido aos leitores que dizia: “[...]um homem que vem pregar aqui que a origem do homem não está em Adão, está no macaco [...]”⁴⁵¹. Duarte abordou que não afirmara tal coisa, mas várias outras igrejas manifestaram-se acusando Duarte de divulgação de uma doutrina herética. Alguns alunos o questionavam sobre a idoneidade do padre Chardin que segundo seus confessores abandonara a batina. Toda essa promoção, positiva ou não, mais a ocorrência dos II Encontros Intelectuais de São Paulo com enfoque no tema das Origens chamou a atenção do reitor da Universidade de São Paulo, segundo as explicações do intelectual.

Ainda segundo o cientista, Antonio de Ulhôa Cintra assistiu a aula de encerramento do curso de Duarte em 1960 e propôs que fosse criada na Instituição uma cadeira de Antropologia Cultural. A recusa da proposta por parte do pré-historiador com a justificativa de que criara a Universidade e não podia aceitar uma cadeira como prêmio culminou com a contraproposta de um Instituto de Pré-História⁴⁵².

As versões de Paulo Duarte sobre o motivo que ocasionou a entrada do Instituto de Pré-História para a Universidade são díspares. Em outros documentos afirmou que um grupo de professores com 50 integrantes levou ao Conselho Universitário o pedido aprovado por unanimidade em todas as comissões⁴⁵³, devido à importância das pesquisas propôs a criação

⁴⁵⁰ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: Correspondência (1960-1965) - Pasta 288 – Recorte com reportagem sem título. Folha de São Paulo, São Paulo em 02/02/1961.

⁴⁵¹ Unicamp – CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricargo Guedes em 12/04/1977, pp.12.

⁴⁵² Idem. pp.12-16.

⁴⁵³ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 4 – sub-pasta: IPH-Especiais. Relatório de atividades apresentado ao IPH-USP em 1968.

do Instituto na Universidade. Em outro momento relatou que a visita do Reitor ao sítio de Mar Casado em 1962 e a observação dos trabalhos ali desenvolvidos fizeram com que Ulhôa Cintra levasse o Instituto de Pré-História para a Universidade⁴⁵⁴.

Ao certo não se sabe, o fato é que Duarte implementou uma série de ações que chamou a atenção da imprensa para a Pré-História: primeiro a grande veiculação da criação do Museum, posteriormente o curso com manifestação da opinião pública, grande procura e as polêmicas, seguidamente o II Encontros Intelectuais que contou com a presença de inúmeros cientistas, na seqüência a campanha de adesão promovida no âmbito do 60º aniversário do próprio Duarte, onde grande homenagem com publicidade na imprensa angariava adesões para um jantar. O intelectual declinou da homenagem e solicitou que as pessoas depositassem a quantia do evento em prol das pesquisas pré-históricas, uns referem-se à Comissão de Pré-História⁴⁵⁵, outros o Museu do Homem Americano⁴⁵⁶, enfim para as causas científicas. Somase a esses fatos a aproximação de Duarte com o próprio Ulhôa Cintra, convidado para encerrar o Curso de Pré-História em 1960 e a sua presença em Mar Casado em 1962. O fato é que em 17/12/1962, o Instituto de Pré-História entrava para a Universidade de São Paulo.

4.3 - O Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo

No Decreto 41.222, a Comissão de Pré-História foi extinta e o Instituto de Pré-História e Etnologia incorporado ao novo órgão. Contudo, não havia verba institucional a medida que o regimento interno ainda não fôra aprovado e o organismo era regido pelo estatuto anterior pelo qual a Instituição era organizada como sociedade civil. Tal situação durou até 1964⁴⁵⁷.

Duarte relatou que mesmo sem verba, o Instituto de Pré-História não parou as pesquisas que ocorreram até outubro de 1963 mantidas com o salário do próprio cientista. Em abril de 1963, o Reitor Ulhôa Cintra deixou a Instituição e assumiu Antonio da Gama e

⁴⁵⁴ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 4 – sub-pasta: IPH-Especiais. Relatório de atividades apresentado ao IPH-USP em 1968.

⁴⁵⁵ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: Contribuição para campanha (aniversário e outras) - Pasta 286 – Carta de Luis Nazareno de Assunção para Paulo Duarte em 12/04/1960.

⁴⁵⁶ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: Contribuição para campanha (aniversário e outras) - Pasta 286 – Carta de George Tresca para Paulo Duarte em 19/02 [1960].

⁴⁵⁷ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História – Correspondência (1960-1965) - Pasta 131 – Relatório histórico de processo relativo ao pedido de vencimentos como diretor e professor do Instituto de Pré-História.

Silva⁴⁵⁸. As relações se principiaram de forma cordial, mesmo com as divergências ocorridas entre ambos no âmbito do jornalismo, Gama e Silva trabalhou como redator do “Correio Paulista” e Duarte no “Estado de São Paulo”, órgãos opostos politicamente. Essa divergência política ficaria evidenciada na implantação do golpe de 1964 suscitando vários problemas para o Instituto de Pré-História e o seu diretor⁴⁵⁹.

Duarte atribuiu inúmeras causas para o fim da “camaradagem” entre ele e o Reitor, das quais ressalta-se: a divergência política, o apoio do “Estado de São Paulo” e do próprio intelectual ao Reitor anterior, tentando a permanência do último no cargo. Os constantes embates de Duarte com o Conselho Universitário, as denúncias e a cobrança, por parte intelectual, de um posicionamento de Gama e Silva para a defesa da Universidade quanto aos desmandos ditatoriais, as acusações anteriores ao governador daquele momento Adhemar de Barros, as brigas por verba e eventos outros ligados às posições políticas que influenciaram o acirramento das posturas entre o Diretor e o Reitor (DUARTE, 1967; HAYASHI, 2001).

A falta de Regimento ocasionou diversos problemas como a impossibilidade de promoção de cursos de extensão e a implantação do Curso de pós-graduação que acrescidas dos enfrentamentos constantes entre Duarte, o Reitor e o Conselho Universitário levaram à promoção de dois processos contra Duarte, sem no entanto, que fosse efetivada nenhuma sanção, motivo pelo qual o intelectual alegou a relação dos fatos com perseguições políticas⁴⁶⁰.

Desta forma a implementação dos trabalhos ficou prejudicada nos anos de 1966 e 1967, pois Duarte narrou que o empenho engavetado pela Reitoria impossibilitou a única publicação prevista para esse período, bem como o pagamento de peças pré-históricas, diapositivos e livros adquiridos no exterior. O atraso dos pagamentos tinha reflexo na entrega e execução dos serviços prejudicando o andamento da instituição⁴⁶¹.

Duarte explicou a estagnação do Instituto devido às questões de verba. As pesquisas pré-históricas necessitam de equipamento e em acordo com os outros institutos, Duarte conseguiu parcerias para a compra de equipamentos que seriam utilizados por estas

⁴⁵⁸ Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 4 – sub-pasta: IPH-Especiais. Relatório de atividades apresentado ao IPH-USP em 1968.

⁴⁵⁹ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História – Correspondência (1960-1965) - Pasta 131 – Relatório histórico de processo relativo ao pedido de vencimentos como diretor e professor do Instituto de Pré-História

⁴⁶⁰ Idem.

⁴⁶¹ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – ofícios, atas e atestado. Ofício sobre a situação do Instituto. Sem data.

instituições. No entanto, como nenhum instituto recebera verba havia a impossibilidade do adequado encaminhamento dos estudos científicos⁴⁶². Aliás, Duarte ressaltava que os institutos universitários eram até mesmo discriminados por causa da pesquisa:

Há uma mentalidade estranha da maioria dos dirigentes das faculdades, pela qual os Institutos são concorrentes das primeiras. Isso precisa desaparecer, as faculdades precisam ter consciência do que seja um Instituto de Pesquisa, uma entidade perfeitamente idêntica a elas, como partícipe da Universidade (art. 2 dos Estatutos) colaboradora e sócia na missão alta de elevar o nível universitário⁴⁶³.

Além das questões políticas, Duarte apresentou um problema fundamental. Várias vezes, o intelectual alertou para a ausência do espírito universitário. Essa mentalidade de concorrência e não de colaboração impedira a criação do Instituto de Pré-História na Universidade em 1954 e apesar de decorrido o tempo, a questão era focada ainda na falta de compreensão da proposta e mentalidade da qual Duarte era herdeiro e que percorrera todo o projeto institucional destes intelectuais. Essa incompreensão dificultava a implantação do projeto científico.

Apesar destas dificuldades muitos trabalhos no campo da pesquisa pré-histórica tiveram continuidade, pois, o próprio Duarte afirmou que a origem do Instituto de Pré-História remontaria ao decreto 21935 de 1952 (DUARTE, 1977), ou seja, a Instituição herdava os resultados das pesquisas desenvolvidas em Maratuá - Ilha de Santo Amaro, no Canal de Bertioga. Portanto, os acervos lítico, ósseo e os sepultamentos deste sambaqui através dos processos de musealização compuseram o acervo da Instituição⁴⁶⁴.

Iniciadas em 1961 as pesquisas no sambaqui de Mar Casado também, na Ilha de Santo Amaro, revelaram importante indústria óssea e importantes vestígios de atividade de caça. Em 1962 e 1963 foi a vez do sambaqui de Buracão - Canal de Bertioga, na Ilha de Santo Amaro. Nesta região foram encontrados adornos de conchas e vários sepultamentos⁴⁶⁵.

O sambaqui de Piaçaguera foi pesquisado no ano de 1965 a 1969 e foram neles encontrados vários sepultamentos⁴⁶⁶, também foi alvo de ações de popularização científica com visitas que colocavam em contato estudantes de cursos universitários, professores,

⁴⁶² Idem.

⁴⁶³ Ibidem.

⁴⁶⁴ UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Instituto de Pré-História. São Paulo: Uchôa, Dorath Pinto. 1979. Catálogo de exposição: 27 anos de preservação, pesquisa e ensino.

⁴⁶⁵ Idem.

⁴⁶⁶ Ibidem.

estudiosos presentes em Congressos entre tantos outros grupos. Neste período a implantação do Museu do Homem Americano atingiu seu auge e formou com o sítio mecanismos didáticos de extroversão científica, mudança de rumo possibilitada, segundo Duarte, pela mudança de Reitor.

As publicações científicas também fizeram parte dos trabalhos da Instituição e principalmente foram responsáveis pela divulgação científica dos eventos ocorridos institucionalmente.

Apesar da melhoria da situação no final dos anos 60, que possibilitou a implementação do Museu, a realização da SPBC e a continuidade das pesquisas, o intelectual teve decretada a sua aposentadoria compulsória e foram anulados seus direitos, inclusive, de professor. Duarte atribuiu a sua cassação à vingança do Reitor e às questões políticas, afirmando que o trâmite do processo de nulidade não foi seguido:

Eu acabava de ser cassado dos meus direitos de lecionar e aposentado compulsoriamente do cargo de Diretor de Instituto e de Professor da Universidade, isso porque o Reitor efetivo, elevado a Ministro, se aproveitara para solicitar essa medida violenta, sem a menor documentação, ao Sr. Presidente da Republica, que nele confiava. É verdade que tal pedido do Ministro deveria passar pelo Conselho de Segurança para que eu fosse enquadrado no AI5. O Conselho, por sua vez, deveria ter mandado ouvir o acusado, conforme regulamentação do mesmo AI5. Mas nem uma coisa nem outras foram feitas e eu era sumariamente, contra a propria lei especifica vigente, aposentado compulsoriamente a 29 de abril de 1969, no cargo de Diretor, o meu contrato de professor anulado, apesar da situação estavel como docente que me outorgara a Constituição Federal, e proibido de lecionar em qualquer Universidade do Brasil ou em instituto oficial ou privado que recebesse auxilio oficial de qualquer natureza.

Mesmo após a saída da Instituição Duarte continuara zelando por ela até sua morte em 23/03/1984. Da mesma forma que ocorreu com Rivet, os projetos científicos do intelectual brasileiro foram solapados, mas a vanguarda das idéias destes cientistas continuaram presentes direcionando os futuros rumos da Museologia e da Arqueologia na nova fase institucional.

Ainda no prédio da Zoologia contando com a exposição permanente desenvolvida por Duarte, o Instituto de Pré-História em 1978 passava para uma nova fase com instalações em

outro prédio da Universidade. Com maior espaço para o projeto museológico, o futuro Museu Paulo Duarte (1984) inaugurou sua primeira exposição temporária naquele local⁴⁶⁷.

Maria Cristina Oliveira Bruno - a responsável pelo projeto expositivo “27 anos de preservação pesquisa e ensino” - resgatou a dimensão didática focada por Duarte e seu grupo. A ênfase na popularização científica que pautou o desenvolvimento das atividades implementadas por esses intelectuais⁴⁶⁸ foi incorporada ao novo projeto museológico. Para a museóloga a difusão do conhecimento arqueológico, como orientou a própria conduta de Duarte, se sustentava em 4 níveis (BRUNO, 1984b; 1994):

- Participação dos arqueólogos que deveriam enfatizar no âmbito das suas ações a divulgação produzindo trabalhos de sínteses e de dimensões regionalizadas com interpretação de dados coletados em pesquisa. A organização do conhecimento pré-histórico somente seria efetiva mediante a contextualização de vestígios e divulgação das informações entre equipes interdisciplinares.
- Ensino que representaria o foco de difusão do conhecimento, importante tanto para a formação do especialista, bem como pela educação da sociedade e formação da opinião pública.
- Publicação científica: elaborada com linguagem adequada para vários tipos de público tornar-se-ia instrumento de difusão adequado para grandes extensões geográficas.
- Comunicação museológica: disponibilização da cultura material para o público. As coleções apresentadas seriam decorrentes do resgate arqueológico e organizadas pelos procedimentos técnico-científicos de musealização.

Portanto, a importância de Duarte para os procedimentos de Musealização da Arqueologia e para as questões patrimoniais consiste na própria abrangência da concepção de patrimônio por parte do intelectual. Segundo a interpretação de Bruno (1991) o intelectual entendia as referências patrimoniais como: “[...] sinônimo de qualidade de vida, pesquisa, ensino, erudito e popular, antigo e moderno e, acima de tudo, preservação para a informação”. Esses elementos mostram-se tão necessários para a contemporaneidade como eram incompreendidos no período vivido por Duarte, inclusive no seu país.

Posteriormente, em 1989, no momento da formação do novo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP - fusão dos setores de Arqueologia e Etnologia do Museu Paulista, do

⁴⁶⁷ Ibidem.

⁴⁶⁸ Ibidem.

Instituto de Pré-História e Etnologia, bem como do acervo Plínio Ayrosa (Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) e do antigo Museu de Arqueologia e Etnologia (BRUNO, 1999: 136) - novamente as idéias de Duarte em relação à Museologia seriam resgatadas, pois a idealização do Museum contemplava a fusão de instituições da mesma área de conhecimento com vistas à enfatizar a dimensão pública da arqueologia, ou seja, a efetivação do seu real aproveitamento cultural, discurso recorrente em Duarte.

Desta forma, anterior a este período, as mentalidades internacionais implementadas pelo grupo de Rivet, promovendo ações inclusive por meio da Unesco, e que vislumbravam o universalismo humanitário e sem preconceitos na promoção da integração humana pela cultura científica e educacional, não encontraria respaldo nacional devido às divergências do contexto nacionalista, populista e desenvolvimentista. Esses enfatizavam ações individualizadas de governos nacionais pautados pela visão de progresso e defesa dos interesses econômicos e industriais dos anos 30 a 50 do último século.

Na década de 60, a mentalidade do regime ditatorial acrescida de ambiente político adverso, bem como a incompreensão institucional de um amplo projeto cultural impedia o estabelecimento das sólidas bases impressas ao pensamento arqueológico como promotoras de outra realidade social.

Desta forma Paulo Duarte e os seus projetos foram repelidos, principalmente pela mentalidade diferenciada e incompreendida que impuseram:

Exilado, vivi naqueles meios esplendidos dos institutos de cultura (Musée de l'Homme de Paris; Museum of Modern Art, de New York). De Regresso ao Brasil, embora pudesse ter por lá ficado, mas senti deveres para com a terra da qual fui expulso por motivo de idéias, aqui passei a tentar impôr a mentalidade que lá adquiri. Daí a ajuda que dei à Universidade, daí o Departamento de Cultura de S.Paulo e outros. Pois bem, três lustros depois, diante de tanta incompreensão, com uma enorme sobrecarga de frustrações e desilusões, nunca me senti tão exilado como nestes últimos anos de Brasil...Há poucos dias, disse em aula que, com os olhos para um horizonte alto demais, me tornara um marginal na vida brasileira⁴⁶⁹.

⁴⁶⁹ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – Instituto de Pré-História. Carta de Paulo Duarte a Auro em 12/06/1960.

Talvez com os novos rumos tomados pela Arqueologia e a Museologia possa ele ser resgatado e inserido nos debates promotores de altos horizontes impulsionando a sociedade através da cultura e da ciência.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho insere-se no contexto de transformações históricas, culturais e científicas ocorridas na primeira metade do século XX, marcado por ambigüidades decorrentes das cisões advindas do século anterior causadas por diversos fatores como: a urbanização, o desenvolvimento tecnológico e os conflitos em escala mundial. Tais elementos provocaram a desestabilização social cujo reflexo na ciência e na cultura ocasionou um movimento de investigação do passado, da origem e do primitivo como tentativa de solucionar as contingências postas pelo período estudado (SEVCENKO, 1992; BALLART, 1997).

No caso brasileiro, os reflexos destas transformações promoveram rupturas sociais e políticas como o fim da escravidão e a implantação do Regime Republicano e resultaram na necessidade de repensar a conformação da nação a partir de novos paradigmas, pautados pela idéia de modernidade e justaposição entre o prognóstico de um universalismo futuro e promissor em face do nacionalismo latente e conservador (ANDERSON, 1993; SALIBA, 2002; HARDMAN, s.d.).

Para a nova empreitada acorreram intelectuais, artistas e cientistas que se responsabilizaram pelo encargo tentando solucioná-lo por meio da militância política e cultural. Paulo Duarte fazia parte de um dos grupos que atendeu ao apelo em São Paulo (MICELLI, 1979; SEVCENKO, 1992; BARBATO JR., 2004).

No cerne dos acontecimentos, Duarte atravessou um período de transformações que abarcou desde as novas perspectivas conceituais científicas da Antropologia até as visões díspares sobre nacionalismo e universalismo. Essas questões influenciaram diretamente a concepção do intelectual sobre patrimônio, seu significado e utilização social, cuja tônica converteu os rumos das pesquisas arqueológicas e das instituições museológicas paulistas, muitas vezes com influências nacionais.

As implicações destas mudanças foram detectadas no plano de difusão do conhecimento científico arqueológico, na idéia de formação profissional do arqueólogo, nos meandros políticos influenciados pelo desenvolvimento científico do país, nas instituições preservacionistas, bem como nas estratégias relacionadas à legislação com o fito de salvaguardar o patrimônio arqueológico (BRUNO, 1999).

Portanto, este trabalho propôs questões e análises concernentes ao desenvolvimento da Arqueologia em São Paulo, nos anos 50 e 60 do século passado, identificando a missão social e científica vinculada aos procedimentos museológicos com vistas à transformação da realidade do período estudado. Este foco de estudo, cujas barreiras cronológicas retrocederam aos anos 30, permitiu compreender o legado histórico que a ciência arqueológica recebeu deste período, bem como as implicações científicas para as questões atuais da Arqueologia Pública e da Musealização da Arqueologia. A biografia de Paulo Duarte, bem como as mentalidades do intelectual e do seu grupo político e social, do Brasil e da França, pautaram a trajetória desta pesquisa.

Essa análise foi realizada em face do encadeamento cronológico decorrente dos contextos históricos que configuraram o pensamento científico e cultural iniciado no final da década de 20 e que, em face de transformações contextuais, tomaram outras proporções cujos reflexos foram detectados nas mentalidades de Duarte e o seu grupo intelectual.

Assim, a abordagem sobre a formação de Paulo Duarte e a maneira como esteve inserido no grupo político e intelectual do jornal “O Estado de São Paulo”, bem como a aproximação com os intelectuais do movimento modernista de 1922 contextualizaram as utopias culturais do último grupo, que puderam efetivar-se por meio da participação no poder promovida pelo contato com os Mesquita, proprietários do citado órgão de imprensa (MICELI, 1979; DUARTE, 1976; HAYASHI, 2001).

Os cargos de Assessor Jurídico da Prefeitura de São Paulo e de Deputado da Assembléia Legislativa permitiram que Paulo Duarte propusesse e realizasse projetos culturais como a criação da Universidade de São Paulo, o Departamento de Cultura, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico de São Paulo e o Instituto de Cultura. Essas instituições, concretizadas ou não, visavam à transformação da realidade nacional por uma perspectiva científica e cultural (DUARTE, 1977; 1985; BARBATO JR., 2004).

Em parceria com Mário de Andrade, Duarte focou suas ações em prol da preservação patrimonial resultando em proposições de estruturação institucional preservacionista com finalidades de instrução, educação, popularização do conhecimento científico e a inserção social dos diversos segmentos patrimoniais e populacionais nas instituições museológicas (DUARTE, 1938; 1985).

A aproximação entre Mário de Andrade e Paulo Duarte permitiu a efetivação das idéias modernistas por meio da implantação de projetos que tinham por tônica a pesquisa, identificação do problema e intervenção para a resolução e partia das práticas culturais de formação e informação (BARBATO JR., 2004).

As ações orientadas pela perspectiva modernista visavam à conformação da nação estruturada por novos parâmetros e contextos que se apresentavam a partir de uma sociedade urbana, industrial, tecnológica, diversa e que até então, vislumbrava a Europa como ideal perseguido. Portanto, era necessário acomodar as conjecturas sobre a nação às características da modernidade com a realidade de um povo miscigenado, com amplas diferenças sócio-culturais e educacionais. A solução esteve ligada ao estabelecimento do caráter brasileiro, a particularidade local e a importância deste aspecto para a contribuição do universal (SALIBA, 2002). Dessa forma, a partir de uma sociedade de características plurais e regionalizadas devia-se construir o progresso nacional que contribuiria para a civilização mundial, ou como afirmou Manuel Bandeira sobre o pensamento de Mário de Andrade:

[...] não lhe satisfazia a solução regionalista, criando uma espécie de exotismo dentro do Brasil e excluindo ao mesmo tempo a parte progressista [...], mas sim [...] uma hábil mistura das duas realidades parecia-lhe a solução capaz de concretizar uma realidade brasileira “em marcha”. Abrasileirar o brasileiro no sentido total, patriarizar a pátria ainda no sentido tão despatriada, queria dizer, concorrer para a unificação psicológica do Brasil (BANDEIRA, 1952: 292).

Essa perspectiva definida por Mário Chagas (1999: 53) como um “nacionalismo universalista” iria direcionar as concepções patrimoniais justapondo elementos do patrimônio colonial europeu com as referências patrimoniais folclóricas, etnográficas, populares na tentativa de abranger a diversidade (CHAGAS, 1999).

Dessa forma, naquele momento, esses intelectuais estavam preocupados com discussões de tônicas nacionais visando à resolução de problemas peculiares à nação brasileira (MICELI, 1979; SALIBA, 2002).

Inicialmente, essa pesquisa procurou por meio da compreensão deste contexto identificar as ações e mentalidades deste período que tiveram correlações com o desenvolvimento dos estudos arqueológicos posteriormente e encontrou inúmeras semelhanças, até porque, o próprio Duarte revelou a origem da mentalidade que imprimiu

às ações de criação da Universidade e do Departamento de Cultura: “[...] aqui passei a tentar impôr a mentalidade que lá adquiri [no Musée de l’Homme]”, instituição com a qual Duarte manteve contato desde o primeiro exílio, contudo essa primeira tentativa de imposição de mentalidade ainda estava pautada pelas questões de nacionalidade¹.

As mudanças políticas e a implantação do Estado Novo abortaram os projetos deste período e foram responsáveis pela inauguração de uma nova perspectiva patrimonial e científica para Paulo Duarte, a partir do segundo exílio. A avaliação das transformações temporais dos parâmetros científicos da Musealização da Arqueologia e as contingências históricas vivenciadas pelo intelectual permitiram compreender como o estudo dos contextos históricos, das estruturas institucionais científicas e preservacionistas podem contribuir para a verificação das mudanças das mentalidades que impõe um novo direcionamento para ciência (DUARTE, 1938; LOPES, 1993; LE GOFF, 1995).

As atividades realizadas por Paulo Duarte no Museu do Homem, bem como o contato com intelectuais, que compartilhavam das idéias de que a missão intelectual e científica consistia na transformação da realidade social através da ação em fase da divulgação do conhecimento científico, foi um dos propulsores que direcionou definitivamente Duarte para os estudos arqueológicos. Somaram-se a estes fatores a história pessoal do jornalista que, em face do exílio foi afastado do seu grupo político-cultural brasileiro e aproximou-se de Paul Rivet e o grupo francês, além de vivenciar situações extremadas em nome dos nacionalismos e dos preconceitos exacerbados, identificando-se com estas causas a partir do momento que também fora banido do seu país e considerava-se um cidadão sem pátria (DUARTE, 1960; 1985).

O contato com os regimes totalitários, as atrocidades nazistas, a impossibilidade de fixação territorial determinada pela Guerra e pela intolerância, a decepção política e o descrédito na possibilidade de transformações sociais pelo poder político induziram Duarte à mudança de concepção em relação à importância denotada ao nacionalismo e à nação. Tais fatos levaram o jornalista à confirmação da sua crença na missão científica promovida pelos estudiosos, com a finalidade de transformação da situação daquele período, ou seja, a convicção na responsabilidade da *Intelligentsia* na condução dos processos de

¹ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – Instituto de Pré-História. Carta de Paulo Duarte a Auro em 12/06/1960.

estabelecimento da dignidade humana através da educação orientada pela intervenção da pesquisa científica e o desenvolvimento cultural. No entanto, essas idéias ganhariam uma dimensão universal visto que a civilização humana era o novo foco de ação (RIVET, 1954; DUARTE, 1960).

Nesta fase era importante compreender como cada nação contribuiu para o desenvolvimento da humanidade estabelecendo a unidade, o sentimento de pertença e a condução para a melhoria do humano. As peculiaridades nacionais perderam a importância, pois o que interessava naquele novo contexto era a valorização do passado, a identificação da origem da humanidade e sua contribuição em âmbito universal. Não se perseguia mais a noção de progresso - relacionado ao desenvolvimento material – mas, a civilização ligada ao avanço cultural e espiritual (RIVET, 1954; DUARTE, 1960).

Daí a concepção de que não importava o estágio de desenvolvimento da nação e sim a sua contribuição para a Humanidade independente das proposições de progresso. As nações mais jovens como o Brasil necessitavam de ajuda e de modelos de desenvolvimento calcados em nações mais velhas e avançadas e este fato não era motivo de discriminação ou humilhação, pois os estágios diferenciados da humanidade eram pautados pela soma das contribuições para o elemento humano e universal (RIVET, 1954; 1957; DUARTE, 1960; 1985).

A Arqueologia responderia perfeitamente àquelas necessidades tendo em vista que os estudos não se adequavam às fronteiras territoriais. As extensas áreas de ocupação permitiam o conhecimento da civilização e da humanidade sem a necessidade de divisões e possibilitavam a análise da contribuição de cada grupo para a formação do elemento humano. Portanto, a importância das nações não estava centrada na perspectiva sincrônica, mas na avaliação diacrônica da origem comum pautada por experiências que conduziriam à melhoria da civilização. Portanto, adveio a idéia de grande pátria comum (DUARTE, 1960).

As agruras comuns sofridas por intelectuais de qualquer nacionalidade, no período da Segunda Guerra, levariam ao extenso universo de relações intelectuais que impulsionariam ações conjugadas em diversos países com ideais comuns, bem como a criação de instituições internacionais como a Unesco, que por meio da promoção de ações educativas e culturais pretendia promover a dissipação dos preconceitos, a união entre os

povos e o desenvolvimento das sociedades por ações de responsabilidade social científica (LAUGIER, 1951; DUARTE, 1960; BALLART, 1997).

Portanto, efetivamente a partir do contato de Duarte com o Musée de l'Homme e Paul Rivet o foco de ação do jornalista foi redimensionado para as pesquisas arqueológicas e a valorização deste segmento patrimonial, perspectiva que fez Duarte afirmar que: “A êle [Paul Rivet] devo o rasgar de um horizonte novo aos meus olhos, o da Etnologia, o da Pré-História, o das origens do homem americano. Isso quer dizer que devo a êle a melhor parte da minha formação intelectual” (DUARTE, 1960: 172).

As novas responsabilidades de inserção social científica denotariam às instituições museológicas um papel fundamental como mecanismo de comunicação e popularização dos conhecimentos científicos arqueológicos. A cadeia operatória museológica ampliaria o acesso de público diversificado com interesses múltiplos no que concerne à informação científica aprofundada, bem como o conhecimento pedagógico, apresentado de forma didática para a instrução e formação popular (RIVET, 1948; ARAUJO; BRUNO, 1995).

Essa valorização da diversidade cultural, reflexo das pesquisas dos diferentes segmentos patrimoniais denotaria à cultura material a fidedignidade documental. A valorização de qualquer elemento patrimonial, ampliando o universo de atuação da instituição museológica responsável, não somente pela salvaguarda destes elementos, mas, igualmente pela comunicação dos conhecimentos obtidos através das análises destes objetos (JAMIM, 1993; DEBAENE, 2002).

Assim, a ampliação da missão científica dos órgãos preservacionistas implicaria na ênfase educacional o que levou à reformulação dos aspectos museográficos com vistas a alcançar os novos objetivos propostos de divulgação científica (JAMIM, 1993; BRUNO, 1999; DEBAENE, 2002).

A importância atribuída por Paul Rivet às pesquisas etnológicas, pré-históricas e lingüísticas, para a compreensão da Origem do Homem, abordou as questões de miscigenação e valorização dos povos da América e outros, ainda colonizados. Da mesma forma, demonstrou a contribuição destes povos para os avanços da humanidade e por isso, o estabelecimento da idéia de pátria comum. Essa concepção foi responsável pelo empreendimento de uma série de ações propugnadas pelo Museu do Homem, que em parceria com os cientistas de diversos países, promoveram pesquisas que visavam à

concepção de um quadro internacional sobre as Origens do Homem estabelecendo conjuntos de dados amplos, que apontavam para comprovação da fraternidade entre os povos (DUARTE, 1950; RIVET, 1957; LAURIÈRE. 2007).

Neste contexto, Duarte promoveria as condições necessárias para o desenvolvimento científico das pesquisas pré-históricas, etnográficas, lingüísticas e antropológicas no Brasil, que serviria de paradigma para a América Latina. Portanto, seria encetado um quadro de pesquisas por toda a América com o propósito de identificar a Origem do Homem Americano e inserir o continente num contexto amplo de compreensão do desenvolvimento da Humanidade (DUARTE, 1960).

Portanto, com o fito de promoção social, científica e cultural foi fundado o Instituto de Altos Estudos Brasileiros. Ligado ao Museu do Homem, o órgão seria a concretização institucional do início de ações destinadas à América Latina. A mudança de contexto político e social levou à estagnação do projeto de amplitudes continentais².

O novo quadro governamental na França, a saída de Paul Rivet do Museu do Homem e a perspectiva da ajuda do governado francês, em face de interesses políticos, a implantação de instituições científicas e culturais no Brasil e na América foram responsáveis pela dedicação de Duarte na promoção de condições de desenvolvimento da pesquisa arqueológica em São Paulo e no Brasil com vistas a estender-se pela América Latina (DUARTE, 1960).

Neste contexto, a volta de Duarte ao Brasil tinha como objetivo promover as pesquisas científicas arqueológicas para a fundação de um centro de estudos arqueológicos. A primeira tentativa frustrada com a Missão Franco-Brasileira cedeu lugar, a partir de 1952, a uma série de ações desenvolvidas pela intelectual com o fito de promover as pesquisas e salvaguardar os sítios arqueológicos da exploração comercial, principalmente os sambaquis. A implantação da Comissão de Pré-História firmou as primeiras ações de fiscalização, cumprimento de legislação e pesquisa científica sambaquieira, nos anos 50 e 60 em São Paulo. Decorrentes desses processos, outros conjuntos de ações e criação de instituições aprimoraram as investigações arqueológicas, pode-se ressaltar a fundação do Instituto de Pré-História e Etnologia, a tentativa de criação do Museum no Brasil, o

² Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História – Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros (1945-1953) - Pasta 278 – Carta de Paulo Duarte a Mário Guimarães em 27/12/52.

Instituto de Pré-História na Universidade de São Paulo e a primeira fase de implantação do Museu do Homem Americano³.

Novas ações relacionadas com a popularização científica foram alvos das atividades de Duarte, como: congressos, simpósios, encontros, cursos, artigos jornalísticos, entrevistas em rádios entre outros⁴.

Os embates de dimensões variadas ocorreram ao longo dos 22 anos (1947-1969) em que Paulo Duarte promoveu as ações voltadas para a Arqueologia. Pode-se enumerá-los a partir de diversas instâncias: junto ao poder público na tentativa de mecanismos que possibilitassem recursos para a implantação, desenvolvimento, e divulgação das pesquisas arqueológicas, nas ações de preservação com os concessionários que não queriam abrir mão dos direitos de exploração, na implementação da legislação preservacionista tanto nas disputas com os próprios ministérios governamentais em face das ambigüidades legislativas, bem como na procura de parcerias para a promoção de uma legislação de âmbito nacional. Da mesma forma houve contendas na promoção dos cursos, quando os conceitos científicos chocaram-se com os preceitos religiosos e o último, na Universidade por meio das dissensões com o Conselho Universitário, as divergências políticas com o Reitor e a luta por verbas que culminaram com a aposentadoria compulsória do pré-historiador. Esse constante combate por parte do intelectual foi apresentado por Konder a partir da afirmação de que:

Na produção cultural estão presentes conflitos políticos, lutas sociais, mas também está presente o combate constante do artista e o intelectual para se compreender melhor, para conhecer melhor a condição humana, para mudar os costumes, a moral, a mentalidade, a sensibilidade dos que o cercam. São lutas que se realizam em níveis e ritmos diferentes. Cada artista, cada escritor, além de enfrentar as instituições existentes, a inércia do mundo, briga consigo mesmo, com suas dúvidas, com suas contradições interiores, com suas limitações pessoais. Cada um deles luta para dominar meios de expressão que lhe opõem encarniçada resistência (KONDER, 1987: 11).

³ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História – Correspondência (1960-1965) - Pasta 131 – Relatório histórico de processo relativo ao pedido de vencimentos como diretor e professor do Instituto de Pré-História

⁴ Informações decorrentes da análise de fontes primárias referenciadas separadamente no Capítulo 4.

Dentre as várias transformações ocorridas no período estudado no âmbito da Arqueologia e da Musealização cabe ressaltar as transformações que imputaram responsabilidade social à ciência arqueológica e fizeram dos museus, conforme as palavras de Jean Jamim: vitrine e tribuna da ciência. O autor ressaltou as modificações ocorridas no âmbito das ciências naturais que salientavam o aspecto analítico e de laboratório apresentando métodos, classificações e teorias e cederam lugar a uma ciência pública e visitada de características populares e voltada para a ação social (JAMIM, 1993). Apesar do autor referir-se ao início do século XX e enfatizar as transformações da ciência antropológica, na qual os estudos pré-históricos inseriram-se, não é difícil associar estas características às necessidades e discussões atuais sobre o caráter público da Arqueologia.

A chamada Arqueologia Pública, que segundo Funari (1990; 2003) ganhou ênfase a partir de 1986 no World Archaeological Congress (Congresso Mundial de Arqueologia) e reconheceu a necessidade de inserção social e engajamento científico pode vislumbrar nas concepções humanistas das idéias de Paul Rivet e Paulo Duarte o início de ações voltadas para esta perspectiva da responsabilidade social científica. Logicamente, guardadas as devidas proporções e ressalvados os avanços atuais nestas discussões, pode-se encontrar algumas similaridades entre as necessidades atuais e as ações de Duarte – nos anos 50 e 60 – a partir das tentativas de tornar conhecida a Pré-História atribuindo-lhe a função social de aperfeiçoamento humano a partir do conhecimento inicial sobre o Homem, bem como elemento de identificação e pertencimento de uma origem comum que levaria à fraternidade, união dos povos e diminuição dos preconceitos (DUARTE, 1950; 1964).

Se nos pautarmos pelas discussões encontradas em Merriman (2004), que tentou definir as várias vertentes da Arqueologia Pública pode-se estabelecer alguns paralelos com as ações de Paulo Duarte.

Inicialmente o autor definiu um viés do termo “público” relacionando-o com o estatal, ou seja, a vinculação do termo com os estados e as instituições ligadas a esta instância de poder (MERRIMAN, 2004: 1). Deve-se lembrar que as primeiras tentativas de divulgação científica arqueológica aconteceram no âmbito das instituições museológicas ligadas ao poder estatal. As ações iniciais de Duarte na tentativa de promover a Arqueologia partiram também de uma perspectiva pública relacionada ao Estado. Duarte delegou importância ao conhecimento arqueológico e acreditava que era dever do estado

promovê-lo. Dessa forma, as primeiras tentativas de pesquisa e preservação estiveram relacionadas à promoção estatal, tanto no caso da Missão Franco-Brasileira como na criação da Comissão de Pré-História⁵.

O segundo ponto abordado pelo autor foi a complexidade dessa dimensão pública estatal. A incapacidade do Estado em atingir um público tão diversificado implicaria, segundo o autor, na falta de representação dos interesses minoritários (MERRIMAN, 2004: 2). No caso de Duarte, iniciando os estudos científicos em São Paulo, não tinha possibilidade nenhuma de atender ou receber reivindicações de interesses minoritários devido ao completo desconhecimento da Pré-História e da sua inserção social. Desde o Departamento de Cultura, os intelectuais assumiram a função de impingir ao público o que acreditam ser as necessidades culturais da população. Em contexto histórico diverso e em face da realidade da população brasileira, Duarte acreditava que ela se beneficiaria destes estudos científicos (DUARTE, 1960; PECAULT, 1994).

Na continuidade da análise calcada nos tópicos discutidos por Merriman (2004: 2), o autor apontou a segunda noção de “público” englobando o debate, a opinião e conseqüentemente o conflito, pois a opinião pública não é homogênea e nesta perspectiva o público pode influenciar, criticar e subverter a vontade do Estado ocasionando as mudanças. Este aspecto em Duarte mostrou-se interessante a partir de duas características: a primeira inicia-se pela análise dos conflitos entre o que ele acreditava ser importante, ou seja, a necessidade de salvaguardar os sítios arqueológicos, bem como a difusão dos conhecimentos teóricos.

Os setores sociais divergentes desta posição reagiram de múltiplas formas. No primeiro caso, os interesses econômicos dos concessionários, que não levavam em conta a importância cultural do patrimônio arqueológico, entraram em conflito com ações de defesa da dimensão cultural do patrimônio, fato que ocasionou a repressão policial⁶. No entanto, Duarte apontou vários casos em que o conhecimento da importância cultural por parte dos

⁵ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – A preservação dos monumentos arqueológicos e pré-historicos. O Estado de São Paulo, São Paulo, 02/03/1958.

⁶ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 1 – sub-pasta: Governo do Estado – Comissão de Pré-História. Relatório de atividades da Comissão de Pré-História encaminhado ao Governador do Estado de São Paulo em 1954, referente às atividades de 1953.

concessionários fez com que muitos ajudassem na preservação patrimonial⁷. Portanto, houve uma ação efetiva de transformação social e inserção na comunidade que agiu em benefício do patrimônio arqueológico.

Por um lado, Duarte abordou que em alguns dos cursos promovidos pela imprensa, o intelectual sofreu forte divergência por parte da população devido às crenças religiosas, neste contexto não houve integração com a população⁸. De outra forma, os abaixo-assinados dos estudantes para a aprovação da lei iam de encontro às necessidades de Duarte e conflitavam com os interesses estatais e dos concessionários⁹. A opinião pública também chamou a atenção dos governantes, na opinião de Duarte, para a necessidade cultural, tendo em vista a resposta positiva dos cursos que não eram prioridade governamental. Portanto, nestes casos houve a aproximação entre as pretensões de Duarte e o apoio desta comunidade¹⁰. Efetivamente, neste contexto, Duarte estabeleceu um maior contato com um público diversificado, gerando as dissensões porque não atuou somente na dimensão pública do Estado. Aliás, o intelectual agia sob a perspectiva de popularizar o conhecimento científico com o fito de chamar a atenção para os problemas Pré-Históricos e assim pautava suas ações. Robrahn-Gonzales chamou a atenção para o fato de que um fator de benefício público da Arqueologia “[...] está justamente em contribuir para o fortalecimento dos vínculos existentes entre a comunidade e o seu passado, ampliando o interesse da sociedade sobre o seu patrimônio e criando, assim, a sustentação necessária às medidas de preservação” (ROBRAHN-GONZALES, 2006: 66). Duarte efetivamente agiu sob esta perspectiva como verificado nos exemplos até aqui delineados.

Merriman (2004: 3) também abordou outra dimensão da utilização do termo “público”, quando se pensa nesse somente a partir das necessidades de gestão de recursos e preservação para o futuro sem levar em conta o público do presente. Duarte até apontou

⁷ Idem.

⁸ Unicamp – CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: contribuições para a Campanha do Instituto de Pré-História 1959-1960 – Pasta 286 – sub-pasta 14 (1976-1984): Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricargo Guedes em 12/04/1977, pp.12.

⁹ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: Cursos/artigos (1960) - Pasta 285 – Texto do telegrama enviado pelos alunos do Curso de Pré-História Geral em 1960.

¹⁰ Unicamp - CEDAE-IEL - Arquivo Paulo Duarte – Pré-História: artigos/cursos (1959-1960) - Pasta 284 – Matéria: Curso de Introdução Geral a Pré-História Geral a ser promovido por ‘A Tribuna’. A Tribuna. Santos, 10/07/1960.

para esta perspectiva futura, mas enfatizando outro contexto, onde a preservação do bem arqueológico beneficiar-se-ia de um futuro desenvolvimento científico. Os benefícios científicos, no entanto, estavam relacionados com o presente a partir da idéia de valorização e importância do país e do seu patrimônio cultural. Também estava contemplado o desenvolvimento do sentimento identitário à medida que um povo fazia parte da origem comum da humanidade. A inclusão da América Latina neste quadro valorizava este contexto regional (DUARTE, 1968).

De outra forma, a Arqueologia Pública foi vislumbrada como parte de ações educativas em parques, museus e escolas (MERRIMAN, 2004: 4). Se partirmos deste ponto, Duarte realmente lutou para transformar a arqueologia em pública. O cientista implementou diversas ações com esse objetivo, tornar conhecida a Pré-História. Duarte realizava ações educativas nos museus, nos cursos universitários e nos cursos abertos à população. Além das visitas museológicas, outros mecanismos de divulgação científica centraram-se nas visitas aos sítios arqueológicos com aulas no local, não só para os alunos, mas igualmente para um público diversificado¹¹.

O autor também chamou a atenção para o conceito de público compreendido como atuante questões de identidade e conflito, bem como com as relações de turismo e economia (MERRIMAN, 2004: 4) Duarte não chegou a abordar este aspecto.

Por último o autor abordou a dualidade do público vislumbrado como a contraposição entre o capital econômico e o cultural (MERRIMAN, 2004: 5). No caso protagonizado por Duarte essa dimensão foi a de maior enfoque, pois o intelectual tinha que lutar contra uma mentalidade envolvida em um contexto desenvolvimentista, de valorização do progresso e crescimento, bem como necessitava implantar uma nova visão de importância cultural e científica. Vimos que mesmo por parte dos concessionários em alguns momentos houve contemplação desta visão, no entanto, na maioria das vezes a utilização da violência, dos subterfúgios da legislação eram marcas da luta entre os conflitos de interesses despertados por esta especificidade de segmento patrimonial (DUARTE, 1964).

¹¹ a) MAE -USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – Ofícios, atas e atestados. Carta de Paulo Duarte ao Sr. Mário Lopes Leão (Presidente da Companhia Siderúrgica Paulista) em 22/05/1968

Desta forma, a intenção de indicar algumas características e ações de Duarte voltando-se para a dimensão Pública da Arqueologia implicou em iniciar uma reflexão: até que ponto as mentalidades da Arqueologia atual herdaram as influências inovadoras dos estudos arqueológicos propostos por Duarte?

No que tange à Musealização da Arqueologia a atuação do intelectual também não perdeu em inovação. A cadeia operatória museológica e a musealização dos segmentos patrimoniais apresentaram uma série de empreendimentos inovadores com a finalidade de traduzir as informações científicas em elementos pedagógicos que melhor comunicassem as questões científicas à população¹².

Bruno chamou a atenção para o importante papel da Musealização da Arqueologia para alertar sobre a importância dos vestígios materiais. Os procedimentos da cadeia operatória que atendem às necessidades da Comunicação devem formar um conjunto eficaz para a extroversão dos resultados das pesquisas para o grande público (BRUNO, 1984: 302). Cury (2005) colocou a comunicação como função social do museu. Paul Rivet e Paulo Duarte consideraram esse aspecto chamando a atenção para a necessidade de se observar todos os procedimentos para atender um público variado que abarcava desde o pesquisador até escolares e trabalhadores que compõem o grupo de visitantes do museu (RIVET, 1948; 1954).

As ações de Duarte em vários aspectos contemplaram a divulgação científica por meio da instituição museológica abrangendo desde os recursos expográficos compostos de painéis, cenários, observação detalhada dos suportes museológicos, enfim, enfatizando o caráter público da ciência arqueológica através da Comunicação Museológica.

Desta forma, as ações de Duarte vislumbraram o caráter público da Arqueologia em parceria com as instituições preservacionistas, pois os museus seriam os mecanismos adequados para o diálogo com as diversas camadas da população.

¹² Em carta Paulo Duarte agradeceu a execução do trabalho, bem como o fornecimento do material sem despesas para o Instituto de Pré-História deixando vislumbrar as dificuldades orçamentárias pelas quais passava a Instituição. MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 4 – sub-pasta: IPH - Ofícios. Carta de Paulo Duarte ao sr. Adalberto Mendes Santos (Fundo para a Construção da Cidade Universitária) em 08/08/1967.

Assim, também cabe perguntar: essa herança museológica com ênfase nas ações educacionais também se faz presente na Musealização da Arqueologia atual da Instituição originária do Instituto de Pré-História?

Ao refletir sobre a trajetória institucional e a figura de Duarte verifica-se que a tônica das suas ações estava estruturada pela preservação, pesquisa e educação. Estes foram os pilares em que ele pautou sua trajetória. Atualmente, a pesquisa arqueológica ainda se fundamenta em conquistas deste intelectual como, por exemplo, a Legislação Federal nº 3924/61. Portanto, é interessante notar que a partir dos anos 90 as ações e o histórico deste cientista reapareceram, no entanto, ainda de forma tímida. A sua importância para a Arqueologia ainda não se fez clara no período atual.

Em 1962, Duarte agradecia a Cruxent a indicação do seu nome para a comissão permanente da união internacional das ciências pré-históricas patrocinadas pela Unesco¹³. Desta forma, entre os cientistas da América Latina, o pesquisador contava com alto grau de consideração científica, idéia confirmada pela presença de tantos cientistas internacionais nos Simpósios, Congressos ou Encontros que promovia. A relevância e o reconhecimento de Duarte ainda não foram vislumbrados na atualidade. Nas menções arqueológicas ele é apenas citado como empreendedor da legislação de preservação. É difícil encontrar uma abordagem sobre o importante papel que desempenhou para a divulgação da Arqueologia no que diz respeito à promoção das pesquisas, as ações de salvaguarda e a implantação de instituições que permitiram o desenvolvimento científico.

Será que o desaparecimento da memória sobre este intelectual deve-se a incompreensão nacional das mentalidades que ele tentou imprimir ao projeto científico arqueológico e museológico que tentou desenvolver e perdura até os dias atuais?

Essa mentalidade arqueológica era a continuidade do projeto cultural e museológico do Departamento de Cultura sobre o qual Bento Ferraz afirmou que a:

[...] organização foi combatida por aqueles que não entendiam a importância social de um Departamento de Cultura que era uma célula inicial de um movimento cultural que ia alastrar pelo Estado todo e depois pelo Brasil, muitos não compreenderam aquilo[...]¹⁴.

¹³ MAE-USP – Documentação do Instituto de Pré-História (em fase de organização) - Pasta 3 – sub-pasta: Comissão de Pré-História – Instituto de Pré-História. Carta de Paulo Duarte a Cruxent em 25/09/1962.

¹⁴ MIS – CEDOC – Entrevista de José Bento Ferraz (Secretário de Mário de Andrade) a Ana Maria Guarilha e Maria Tereza Pimenta em março de 1975. (Fita 3 - 50.2-B - Lado 1).

A incompreensão também se apresentou para o personagem D. Quixote com quem freqüentemente, Paulo Duarte foi comparado. Sánchez Vásques ao explicar a utopia em Cervantes afirmou que:

[A utopia] não é somente assunto de idéias e ideais, sim de ação, de atividade prática. A utopia é aqui não só a visão de um mundo real, sim de um mundo que deve existir e este “deve” como imperativo moral, é o que empurra D. Quixote a atuar (VASQUES, 2006: 121).

Vasques também atribuiu vários fatores aos fracassos de D. Quixote e três deles podemos empregar no caso de Duarte para explicar as próprias desilusões deste Intelectual: em primeiro lugar a inadequação entre as ambições, os fins que pretendia realizar com os meios raquíticos de que dispunha, segundo as condições sociais, as instituições e as ideologias que tornavam impossível o seu humanismo e terceiro, o esforço quixotesco, de caráter solitário e individual, sem a solidariedade e atividade coletiva necessárias estava condenado à impotência. A realização do bem na terra, não é um empreendimento individual, sim coletivo, social (VASQUES, 2006: 123).

Desta forma, o contexto histórico em que viveu Paulo Duarte ainda não estava preparado para as ações que ele queria encetar. A incompreensão do seu vasto projeto arqueológico e museológico, apagado inúmeras vezes pela simples referência à legislação de 1961, que apesar de importante, não delineia o conjunto das suas realizações, não dão conta da finalidade científica que Duarte tinha em foco: a apresentação e a promoção da ciência pré-histórica para evidenciar e desenvolver o seu objeto de estudo: o Homem (DUARTE, 1964; PROUS, 1992).

Assim, cabe a geração atual, com base na efetivação dos pressupostos da Arqueologia Pública e da Musealização da Arqueologia retomar o empreendimento coletivo do bem comum e vislumbrar na trajetória de Paulo Duarte uma possibilidade para a contemporaneidade.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.

FONTES

1 – MAE – USP – Documentação do Instituto de Pré-História

- Correspondência.
- Ofícios.
- Fotografia.
- Artigos jornalísticos.
- Processos.
- Documentos temáticos: Pré-História.

2 – Unicamp – CEDAE-IEL – Arquivo Paulo Duarte

- Documentos Pessoais.
- Correspondência.
- Entrevista.
- Documentos Temáticos – Pré-História
- Entrevista concedida por Paulo Duarte a Tjerk G. Franken e Ricargo Guedes em 12/04/1977, pp.1.

3 – Museu da Imagem e do Som – São Paulo

Entrevista com José Bento Ferraz - Cassete 50.2-B

Realizada em março de 1975 por Ana Marília Guarilha e Maria Tereza - março de 1975.

Entrevista com Paulo Duarte – Cassete

Realizada em fevereiro – fev/1975

Palestra realizada por Paulo Duarte em homenagem a Mário de Andrade – Cassete 50.1

4- Entrevistas realizadas por Aureli Alves de Alcântara – 24/01/2007 com:

- Célia Portugal Matta – ex-funcionária do Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo.
- Silvia Cristina M. Piedade – ex-bolsista do Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo.

BIBLIOGRAFIA

ALCÂNTARA, Aureli A. **Taunay e a iconografia cafeeira**: discurso e recurso. 2000. Monografia (especialização em Museologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México: Fondo de Cultura Económica. Trad. Eduardo L. Suárez. 1993.

ARAÚJO, Marcelo Mattos; BRUNO, M.C.O. (org). **A memória do pensamento museológico contemporâneo**: documentos e depoimentos. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM. 1995, 45p.

ASCHEPSON, Neal. Archaeology and the British media. In: MERRIMAN, Nick. **Public Archaeology**. Londres: Routledge, 2004. p.145-158.

AYROSA, Plínio. “Artigo de Plínio Ayrosa”. In. **Contra o Vandalismo e o Extermínio**. São Paulo: Departamento Nacional de Cultura, 1938.

AZEVEDO, P. Ormino. Por um inventário do patrimônio cultural brasileiro. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro:SPHAN/Pró-Memória, nº 22. p. 82-85, 1987.

BALDUS, Herbert. Rivet. **Revista Anhembi**, São Paulo: Anhembi, V. XXX, n. 90, p.466-469, mai. 1958.

_____(Org.). **Anais do XXX Congresso dos Americanistas**, São Paulo: Ed. Anhembi. vol I e II, 1955.

_____. Conceito Moderno de Etnologia. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, São Paulo: Arquivo Municipal, V. XVIII, p. 155-163, 1935.

BALLART, Josep. **El patrimonio histórico y arqueológico**: Valor y uso. Barcelona: Ed. Ariel, 1997.

BANDEIRA, Manuel. Mário de Andrade e a questão da língua. **Revista Anhembi**, São Paulo: Anhembi, V.VIII, n. 23, p.291-301, 1952.

BARBATO JR., Roberto. **Missionários de uma utopia nacional-popular**: os intelectuais e o departamento de cultura de São Paulo. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2004.

BARBUY, Heloísa. **A exposição universal de 1889 em Paris**, São Paulo: Loyola, 1999.

BARRETO, CRISTINA. A Construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. **Revista USP**. Antes de Cabral: Arqueologia Brasileira I. São Paulo: USP, n.44, p.32-51, dez.-fev. 1999-2000.

BASTOS, R. L.; TEIXEIRA, A. **Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico**. Org. Haroldo Gallo, Rossano Lopes Bastos e Marise Campos de Souza – São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2005.pp.65-76.

BESSEGATTO, Mauri Luiz. *O patrimônio em sala de aula: fragmentos de ações educativas*. Porto Alegre: Evangraf, 2004.2ª edição.

BOSCH-GIMPERA, P. La Prehistoria y los orígenes del hombre americano. In: **II Encontros Intelectuais de São Paulo: Origens do Homem Americano**, UNESCO, São Paulo, 1964. pp. 55 a 131.

BOSCH-GIMPERA, P. Asia y América en el Paleolítico inferior. Supervivencias. In: **Miscellanea Paul Rivet: Octogenario Dicata**. México: Universidad Nacional Autónoma and XXXI Congresso Internacional de Americanistas, vol.I, p.49 a 77, 1958.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRUNO, Maria C. O. Arqueologia e Antropofagia: a musealização de sítios arqueológicos. CHAGAS, M. (Org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: SPHAN, n. 31, p.235-246, 2005.

_____.**Museologia: A luta pela perseguição ao abandono**. 2000. 238 p. Tese (Livre Docência) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____.Museologia e Comunicação. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, n.9, p.8-39, 1996a.

_____.Formas de Humanidades: concepção e desafios de musealização. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, nº 9, p.65 a 88, 1996b.

_____. **Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema**. 1995. 382p. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. **O Museu de Pré-História: um museu a serviço da pesquisa científica**. 1984a. 330 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. A Museologia a serviço da preservação do patrimônio arqueológico. **Revista IPH** - Ed. Comemorativa do Cinquentenário da universidade de S.P. São Paulo: Universidade de São Paulo, V. VI, 1984b.

_____. A Pré-História nos museus: uma contribuição à educação. In: **Seminário para a implantação da temática Pré-História Brasileira no Ensino de 1º, 2º e 3º graus**. Org. TENÓRIO, M.C.; FRANCO, T.C. Rio de Janeiro: UFRJ/MN. 1994.

CALI, Plácido. **Políticas Municipais de Gestão do Patrimônio Arqueológico**. 2005. 199p. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CÂNDIDO, Manuelina M.D. **Ondas do pensamento museológico brasileiro**. 2000. Monografia (especialização em Museologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. **Arqueologia Musealizada: Patrimônio Cultural e Preservação em Fernando de Noronha**. 2004. 105 p. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CAPISTRANO DE ABREU. **Ensaio e estudos**, 1ª série, Rio de Janeiro, Soc. C. de Abreu, 1931.

CHAGAS, Mário de Sousa. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade**. ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. 1999. Centro de Estudos de Sociomuseologia.

CHAMPION, Pierre. Le Professeur Paul Rivet. In: **Paul Rivet : Fondateur du Musée de l'Homme (1876-1958)**. Paris : Concours Du Secrétariat d'Etat à la Culture et l'Association Française Pour les Célébrations Nationales, p.3-9, 1976.

COPELAND, Tim. Presenting archaeology to the public: constructing insights. In. MERRIMAN, Nick. **Public Archaeology**, Londres: Routledge, pp.131-144, 2004.

CURY, Marília X. O exercício metodológico da Exposição Brasil 50 Mil Anos e outras considerações. In: **A Comunicação em questão: exposição e educação propostas e compromissos**. Cury, M. X. (Org). São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo: Associação de Amigos do MAE: Superior Tribunal de Justiça, p.155-173, 2003.

DEBAENE, Vicent. « Les surréalistes et le musée d'ethnographie », *Labyrinthe*, Numéro 12, Printemps - été 2002, 71-94 [En ligne], mis en ligne le 12 avril 2006. URL: <<http://www.revuelabyrinthe.org/document1209.html>>. Consultado em 28 de agosto de 2007.

DECLARAÇÃO DE CARACAS, 1992, Caracas. In: Araújo, M; Bruno, M.C.O. (orgs.) *A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo: Documentos e Depoimentos*. Comitê Brasileiro do ICOM. 1995. p36-45.

DUARTE, Paulo. **Mário de Andrade por ele mesmo**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 1985.

_____. **Memórias**: A Inteligência da Fome. São Paulo: Hucitec, 1975, vol II.

_____. **Memórias**: Selva Oscura. São Paulo: Hucitec, 1976, vol III.

_____. **Memórias**: Os mortos de Seabrook. São Paulo: Hucitec, 1976, vol IV.

_____. **Memórias**: Apagada e Vil Mediocridade. São Paulo: Hucitec, 1977, vol V.

_____. **Memórias**: Ofício das Trevas. São Paulo: Hucitec, 1977, vol VI

_____. **Memórias**: Miséria Universal, Miséria Nacional e Minha Própria Miséria. São Paulo: Hucitec, 1978, vol VII.

_____. **Fontes de pesquisa pré-histórica. Estudo de Pré-História Geral e Brasileira**, São Paulo, IPH/USP, p. 347-441, 1970.

_____. **O sambaqui visto através de alguns sambaquis**. São Paulo: Instituto de Pré-História/Universidade de São Paulo 1968.

_____. Discurso e Paulo Duarte. In: **II Encontros Intelectuais de São Paulo**: Origens do Homem Americano. São Paulo, IPH-USP, Unesco, p.19-24, 1964.

_____. **Paul Rivet por êle mesmo**. São Paulo: 1960. Anhembi S.A.

_____. **O Espírito das Catedrais**. São Paulo: Anhambi, 1958.

_____. Unesco. **Revista Anhembi**, São Paulo, Anhembi, V.VIII, n.51, P.443-448, fev.1955a.

_____. Comentários à sessão de estudos de sambaquis. In: **Anais do XXXI Congresso Internacional dos Americanistas**. Org. Herbert Baldus. São Paulo: Anhembi, 1955b.

_____. A Unesco e a questão racial. **Revista Anhembi**, São Paulo, Anhembi, V.I, n.2, p.332-338, jan 1951a.

_____. Sambaquis no Brasil. **Revista Anhembi**, São Paulo: Anhembi, Vol. VI, n. 17, p.205 a 211, abr. 1951b.

_____. “Justiça Social, por que preço?” **Revista Anhembi**, São Paulo: Anhembi, V. I, n. 1, P.3-27, dez.1950.

_____. **Prisão, Exílio e Luta**. Rio de Janeiro: Livraria Ed. Zélio Valverde S.A., 1946.

_____. **Contra o Vandalismo e o Extermínio**. São Paulo: Departamento Nacional de Cultura, 1938.

ELIAS, Maria J. **Museu Paulista: Memória e História**. 1996. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Fil. Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.

FALCK, Roger. Methods of Case-Display used at the Musée de l'Homme. Paris, **Museum**. V.I, n.1/2, p. 73-75/114-115, 1948.

FAUVET-BERTHELOT, Marie-France. Nécrologies: Henry Reichlen (1914-2000). **Journal de la Société des Américanistes**, 2001, pp. 396-400. Artigo disponível em <URL : <http://www.jsa.revues.org/sommaire2697.html>>. Consultado em 28 de agosto de 2007.

FARIA, Luis de C. A formulação do problema dos sambaquis. In: **Anais do XXXI Congresso Internacional dos Americanistas**. Org. Herbert Baldus. São Paulo: Anhembi, 1955.

FERNÁNDEZ, Luiz Alonso. **Introducción a la nueva museología**. Madrid: Alianza Editorial, 2003. col. Arte y Música. 1ª ed. 1999.

FERNANDES, J. L.; NUNES, M. D (Orgs). **Edição Comemorativa ao 80º aniversário da Fundação do Museu Paranaense**. Oitenta anos de vida do Museu Paranaense (1876-1956), Curitiba, Paraná. sem data.

_____. Os sepultamentos no sambaqui de Matinhos. In: **Anais do XXXI Congresso Internacional dos Americanistas**. Org. Herbert Baldus. São Paulo: Anhembi, 1955.

FUNARI, P.P.A.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2006a.

_____; OLIVEIRA, N. V. de. La Arqueología del conflicto en Brasil. In: **Arqueología de la represión y la resistencia en América Latina: 1960-1980**. Org. Andrés Zarankin; Pedro P. de Abreu Funari, Córdoba: Encuentro Grupo Editor, 2006b.

_____. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. Desaparecimento e emergência dos grupos subordinados na Arqueologia brasileira. In. **Horizontes Antropológicos**, vol.8, n ° 18, Porto Alegre: dez.2002. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php . Consultado em 30.08.2007.

_____. Teoria e método na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. In: **Textos Didáticos**. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. N.1, Campinas: UNICAMP/IFCH, 1990. p.15-21.

_____. Public archaeology in Brazil. In: MERRIMAN, Nick. **Public Archaeology**. Londres: Routledge, p.202-210, 2004.

_____. Paulo Duarte e o Instituto de Pré-História. **Idéias**, Campinas, V.1, n.1, p.155-179. Artigo disponível em <URL : <http://www.unicamp.br/nee/arqueological>>. Consultado em 28 de agosto de 2007.

GASPAR, Madu. **Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

GUARNIERI, W.R.C. **Conceito de Cultura sua Inter-relação com o Patrimônio Cultural e Preservação**. In: Cadernos Museológicos, 3. Rio de Janeiro: IBPC, 1990.

HARDMAN, Francisco Foot. **Antigos Modernistas** IN: Tempo e História, Org. Adauto Novaes, São Paulo, Cia das letras.

HAYASHI, Marli G. **Paulo Duarte: Um Dom Quixote Brasileiro**. 2001. 195p. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

HOSTOS, Adolfo de. Sobre la necesidad de un nuevo instrumento de investigación para el Americanista. In: **Miscellanea Paul Rivet**, Octogenario Dicata. México: Universidad Nacional Autónoma-XXXI Congresso Internacional de Americanistas, vol.I, p. 87 a 105, 1958.

JAMIM, Jean. El museo de etnografía en 1930: la etnología como ciencia y como política. In: RIVIERE, Georges Henri, **La Museologia**. Curso de Museología. Textos y testimonios. Madrid: Akal, 1993.

KONDER, Leandro. O Estado e os problemas da política cultural no Brasil de hoje. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: SPHAN/Pró-Memória, nº 22. p.11-17, 1987.

LAFETÁ, João Luiz. **1930: a crítica e o Modernismo**. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000.

LAUGIER, Henri. A ação social das Nações Unidas. In: Revista Anhembi. São Paulo: Anhembi, vol V, n.13, p.4-19, dez 1951.

LAURIÈRE, Christine. « Paul Rivet (1876-1958), Le savant et le politique », **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Número 7 – 2007. Artigo disponível em <URL: <http://www.nuevomundo.revues.org/document3365.html>>. Consultado em 28 de agosto de 2007.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**: São Paulo: Martins Fontes, Trad. Eduardo Brandão.1995. 3ª edição.

LEÓN, Luis A. Contribución del Doctor Paul Rivet al conocimiento científico de la República del Ecuador. In: **Miscellanea Paul Rivet** – Octogenario Decata. XXXI Congresso Internacional de Americanistas. Vol.II. p..305-321, 1958..

LEVI-STRAUSS, Claude. Em prol de Instituto de Antropologia Física e Cultural. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**. São Paulo, vol. XVIII, 1935.

LINES, Jorge A. Llega al fin a Costa Rica el Doctor Rivet. In: **Miscellanea Paul Rivet**, Octogenario Dicata. México: Universidad Nacional Autónoma-XXXI Congresso Internacional de Americanistas, vol.I, p. 573 a 577, 1958.

- LOPES, Maria M.; FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. A criação do Museu Paulista na correspondência de Hermann von Ihering (1850-1930). In. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. V.10, p.23-35, 2002/203.

_____. **As Ciências Naturais e os Museus no Brasil no século XIX**. 1993. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. **Museu**: uma perspectiva de educação em Geologia. 1988. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação. Universidade de Campinas, Campinas.

LOSANO, Mauro G. Um precursor da ecologia no Brasil. Hermann von Ihering. In: **Revista USP**, 13, mar;abr;mai, p.89-90, 1992.

LOWIE, Samuel H. Que é Cultura? In: **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**. São Paulo, vol. XVIII, 1935.

MACDONALD, Sally; SHAW, Catherine. Uncovering ancient Egypt: the Petrie Museum and its public. In. MERRIMAN, Nick. **Public Archaeology**. Londres: Routledge, p.109-131, 2004.

MAPUNDA, Bertram; LANE, Paul. Archaeology for whose interest – archaeologists or the locals? In. MERRIMAN, Nick. **Public Archaeology**. Londres: Routledge, p.211-223, 2004.

- MENDES, E. G. Paulo Duarte. In. **Revista Estudos Avançados**, V. 8, n. 22, 1994.

MENESES, Ulpiano B. de. Identidade cultural e arqueologia. In: **Cultura Brasileira: Termos e situações**. Org. Alfredo Bosi. São Paulo: Ed. Ática, 2004. 4ª edição. Pp. 182 a 190.

_____. Mesa – redonda: Patrimônio Arqueológico. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro:SPHAN/Pró-Memória, nº 22. p. 193-205, 1987.

MERRIMAN, Nick. Introduction: Diversity and dissonance in public archaeology. In: **Public Archaeology**. Londres: Routledge, pp. 1-17. 2004.

MERRIMAN, Nick. Involving the public in museum archaeology. In: **Public Archaeology**. Londres: Routledge, pp. 85- 108. 2004.

MICELLI, Sergio. SPHAN: Refrigério da Cultura Oficial: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro:SPHAN/Pró-Memória, nº 22. p. 44-47, 1987.

_____. **Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.

MILDER, Saul Eduardo Seiguer (Org.). **As várias faces do patrimônio**. Santa Maria: Pallotti, 2006. LEPA-UFSM.

MOUTINHO, Mário Canova. “A Declaração de Quebec de 1984”. In: Araújo, M; Bruno, M.C.O. (orgs.) **A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo: Documentos e Depoimentos**. Comitê Brasileiro do ICOM. 1995. p. 26-29.

MORAES, Eduardo J. de. **A Brasilidade Modernista: sua dimensão filosófica**, Rio de Janeiro, Graal, 1976.

OLYMPPIO FONSECA, FILHO. Parasitismo e migrações pré-históricas. In: **Estudos de Pré-História Geral e Brasileira**, São Paulo: IPH/USP, 1970. p.3-346.

- OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Delimitação do lugar do “grito”: propostas e contradições. In: **Museu Paulista: um monumento no Ipiranga (História de um edifício centenário e de sua recuperação)**. Org. Heloisa Barbuy. São Paulo: Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, 1997.p.213 - 225.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso (org): **Marcel Mauss: antropologia**. São Paulo: Ática, 1979. Col. Grandes cientistas sociais. Trad. Regina Lúcia Moraes Morel, Denise Maldini Meirelles e Ivonne Toscano.

OTTENSOOSER, F. Grupos Sangüíneas, Pré-História e Mistura Racial. In: **Estudos de Pré-História Geral e Brasileira**, São Paulo: IPH/USP, 1970. pp.443-449.

PASSOS, José Affonso de B.M. Paulo Duarte. **Revista de Pré-História**. Ed. Comemorativa do cinquentenário da Universidade de São Paulo. São Paulo, VI: 11-14, 1984

PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação**. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1994.

PEREIRA JR., J. A. Notas à margem da Arqueologia Brasileira. **Revista Anhembi**. São Paulo, vol V, n.13. , dez.1951,p.63 a 74.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: Memória – História. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. (Enciclopédia **Einaudi**,1).

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília, DF: Editora UnB, 1992.

RAHTZ, Philip. *A Arqueologia e o público*. In: **Convite à Arqueologia**. Trad. Luis Orlando Coutinho Lemos. – Rio de Janeiro: Imago Ed., 1989.

RENFREW, C. BAHN, P. **Arqueologia. Teorías, Métodos y Práctica**. Madrid. Ediciones Akal, 1993.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. “Arqueologia e sociedade no município de Ribeirão Grande, sul de São Paulo: Ações em Arqueologia Pública ligadas ao projeto de ampliação da mina calcária Limeira”.In: **Revista de Arqueologia Pública**, Campinas, Unicamp. I (1): 63-120, 2006.

RIVIERE, Georges Henri, **La Museologia**. Curso de Museología. Curso de Museologia/Textos y testimonios. Madrid, Akal, 1993.

RIVET, Paul. Independência e Liberdade. In:**Anhembi**. Ano VIII. Número 80. Vol. XXVII/ julho de 1957 p. 227 – 230.

_____. Musées de l’Homme et compréhension internationale. In : **Museum**. Miscellaneous articles. Vol. VII, nº 2, p. 83-84, 1954.

_____.l. As origens do Homem – separata dos nºs 24 e 25 da **Revista Anhembi**, nov e dez 1952, publicação São Paulo, p.5 a 44, 1953.

_____. Organisation d’un musée d’ethnologie. In : **Museum**. Les Musées de France. Vol. I, nº 1/2, 1948a.p. 68 -69/111-112.

_____. **As origens do Homem americano**. São Paulo, Instituto Progresso Editorial. Trad. Paulo Duarte, 1948b.

ROMERO, Sílvio. **Estudos Sociais: o Brasil na 1ª década do século XX**, Lisboa, Ed. “A.mala da Europa”, (1911), pp.127-143.

_____. **Provações e Debates**, Porto, Chardron, 1910.

_____. **História da Literatura Brasileira**, 2ª ed. revista pelo autor, 2 vols., Rio, Garnier, (1902-1903), Vol.1, pp. 94-100.

Rotman, Mônica; Castells, Alicia N. G. Patrimônio e cultura: processos de politização, mercantilização e construção das identidades. In: **Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Org. Manuel Ferreira Lima Filho, Cornelia Eckert, Jane Felipe Beltrão. Blumenau: Nova Letra, 2007. p.57 a 79

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*: São Paulo, Cia das letras, 2002.

SANDRONI, Carlos. Mário contra Macunaíma: cultura e política em Mário de Andrade. São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/Iuperj, 1988.

SCHADLA-HALL, Tim. The comforts of unreason: the importance and relevance of alternative archaeology. In. MERRIMAN, Nick. Public Archaeology. Londres: Routledge, 2004. pp.255-271.

SCHIFFER, Michael Brian. Building Bridges. In: **Social Theory in Archaeology**. Salt Lake: The University of Utah Press, 2000.

SCHMITZ, Pedro I. “O Patrimônio Arqueológico Brasileiro”. In: **Revista de Arqueologia**, vol. 05, Rio de Janeiro, SAB, 1988, P.11-18.

SCHWARCZ, L.K.M. O Nascimento dos Museus Brasileiros, 1890-1910. In: Miceli, S (ed.), **História das ciências sociais no Brasil**, p.42. Vértice, São Paulo, 1989.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SOUSTELLE, Georgette. Une Exposition em hommage à Paul Rivet. In : **Fondateur du Musée de l’Homme (1876-1958)**. Paris : Concours Du Secrétariat d’Etat à la Culture et l’Association Française Pour les Célébrations Nationales, 1976.

TAMANINI, Elizabete. “O museu, a Arqueologia e o público: um olhar necessário. In: FUNARI, P. P.A. (org.). **Cultura material e Arqueologia Histórica**. Campinas: IFCH-Unicamp, 1999. p.179-220.

TAUNAY, A. d’Escragnolle. Comemoração do cinquentenário da solene instituição do museu paulista no palácio do Ipiranga. São Paulo: Imp. Oficial do Estado, 1946. “Descrição das coleções” In **Revista do Museu Paulista**. Vol. VII, 1907. P.13-14.

TORAL, H. C. “Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus Rio de Janeiro – 1958”. In: Araújo, M; Bruno, M.C.O. (orgs.) **A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo: documentos e depoimentos**. Comitê Brasileiro do ICOM. 1995. p.8-10.

Universidade de São Paulo. Instituto de Pré-História. Origens do Homem Americano: II Encontros Intelectuais de São Paulo. São Paulo: IPH-USP, Unesco, 1964.

Universidade de São Paulo. Instituto de Pré-História. Estudos de Pré-História Geral e Brasileira. São Paulo, 1970.

VAN MENSCH, Peter. “**O objeto de estudo da Museologia.** Rio de Janeiro: UNIRIO/UGF, 1994.(Pretextos Museológicos, I).

VARINE, Hugues de. “A Respeito da Mesa-Redonda de Santiago”. In: Araújo, M; Bruno, M.C.O. (orgs.) *A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo: Documentos e Depoimentos.* Comitê Brasileiro do ICOM. 1995. p. 17-19.

VASQUES, Adolfo S. Don Quijote como utopía. In : **Casa de las Américas**, n.243, p.119-123 abr- jun,2006.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades.** São Paulo: Brasiliense: 1991. 2ª ed.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.

ANEXOS 1

(Modelo listagem MAE-USP)

* Modelo de organização das fontes documentais primárias

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.

| Doc | Pa sta | Sub-pasta | De/ Para | Data | Resumo | Observação | Índice |
|------------|-------------------|-----------------------------|--|-------------|--|--|---|
| D1 | 1 | Correspondência Recebida | Carta de Juan Comas para PD | 27/09/1962 | Sobre provas da imprensa de um artigo. Carta enviada para o México, mas ele estava no Peru. | | Contato com intelectuais estrangeiros |
| D2 | 1 | Correspondência Recebida | Carta de Juan Comas para PD | 09/09/1962 | Carta relacionada com a anterior falando de onde está (Peru), confusões de recebimento etc. e textos ara os Encontros. | | Contato com intelectuais estrangeiros |
| D3 | 1 | Correspondência Recebida | Carta de Jaime A. A. Cavalcant e da Fundação de Amparo a Pesquisa ao Diretor da Comissão de PH | 30/08/1962 | Informa a sua atuação de amparo e pede informação sobre pesquisadores da Instituição | | Contato com Instituições |
| D4 | 1 | Correspondência Recebida | Carta do British Museum, Londom, Depto. de Etnografia da Secretária | 24/08/1962 | Comunicando que A. Digby está no México e irá para a Inglaterra antes de voltar para o museu. Identificação de quem arrumou a documentação que o 1º nome da secretaria é Edith. | Estranho porque o museu é na Inglaterra | Contato com Instituições internacionais |

| | | | | | | | |
|--------------------|---|--------------------------|--|------------|--|--|--|
| | | | de Adrian Digby (goodeved) para a Comissão de PH – (PD). | | | | |
| * D5 AB | 1 | Correspondência Recebida | Carta de V. Calderon do Instituto de Ciências Sociais da Universidade da Bahia, enviada a Comissão de PH (PD). | 07/08/1962 | Agradecendo as palavras encorajadoras e reclama do trabalho de ciências que está à margem dos interesses utilitários. Fala do recebimento do exemplar da Anhembi com artigo de Luciana Pallestrini e Niede Guidon sobre a Ind. do sambaqui do Mar Casado (elogiando). Lamenta a falta de planejamento das pesquisas arqueológicas em âmbito nacional, a falta de conhecimento dos trabalhos. Cita o conhecimento do trabalho de Castro Faria no Paraná e diz que tal fato é prejudicial para o desenvolvimento metódico e eficaz da arqueologia brasileira. Método necessário para a continuidade dos trabalhos arqueológicos Fala dos artigos da Anhembi baseado em suas aulas e na defesa das jazidas arqueológicas | Refere-se ao patrimônio histórico e não ao arqueológico (comenta sobre este, mas a denominação é sobre o histórico). O documento é amplo e mostra o contato com os intelectuais, Instituições, Anhembi, crítica da falta do reconhecimento do trabalho científico e métodos da arqueologia. Reclama unidade nas pesquisas e métodos. <i>Este documento é importante porque fala de métodos da arqueologia e</i> | Contato com intelectual Instituição, arqueologia e preservação, Anhembi. |

| | | | | | | | |
|-------|---|--------------------------|--|------------|--|---|--|
| | | | | | e a destruição do patrimônio histórico. Comunica que mandará relatório das pesquisas conjuntas Bahia e Sergipe e de intercâmbio científico. | <i>necessidade do cientista de trabalhar em conjunto e saber do trabalho realizado em âmbito nacional também da dificuldade em se fazer ciência</i> | |
| D6 | 1 | Correspondência Recebida | Carta de Almir de Castro (Capes) para Luciana Pallestrini | 01/08/1962 | Comunicando o recebimento de relatório de atividades desenvolvidas na Europa (09-1961 a 07-1962) como cursos e estágios no Centro de Pesquisas pré-históricas e protohistóricas da Universidade de Paris | Encaminhado a Comissão de PH – Luciana faz parte | Formação de equipe |
| D7 | 1 | Correspondência Recebida | Carta de Juan Comas do Instituto de História da Universidade do México para PD | 11/12/1961 | Sobre alteração do manuscrito em inglês para os Encontros e cópia de carta extraviada (D 8AB) | | Contato com intelectuais e Instituições Internacionais |
| D8 AB | 1 | Correspondência Recebida | Carta de Juan Comas (carta extraviada) | 16/09/1961 | Dá notícia da leitura do livro de Rivet escrito por PD (fala de alguns assuntos encontrados em Paul Rivet por êle mesmo – obs. pode ser este livro pelas dicas). | | Contato com intelectuais e Instituições Internacionais |

| | | | | | | | |
|-------------------|---|--------------------------|---|------------|---|---|--|
| | | |) a PD | | Fala de versão inglesa do trabalho para os Encontros e de uma publicação em espanhol para a Universidade, bem como sua ida como professor convidado para a Universidade Mayor de S. Marcos em Lima, ministrar cursos de Antropologia Física geral e Pré-História Geral. Publicação sobre os encontros na Gazeta Del Fondo de cultura Economica e fala sobre a publicação para alunos da Introdução a la Prehist. Geral em espanhol. | | |
| *D9 AB | 1 | Correspondência Recebida | Provavelmente carta de PD ao Dr. João Cleofas (Ministro da Agricultura) | 16/03/1953 | Sobre mudanças em decretos colocando a exploração de sambaquis sob fiscalização da Comissão de PH. Fala dos artigos 25 e 51 do Código de Minas, decreto 4146 de 07/03/1942 e decreto estadual 21935 de 19/12/1952 e Constituição Federal art. 175 | | Legislação (Cód. De Minas – 25 e 51, Constituição Federal 175, Decreto 4146 e decreto 21935. Autoridades |
| D10 | 1 | Correspondência Recebida | Carta de PD? ao Rodrigo (Rodrigo de M. | 09/05/1957 | Falando sobre assinatura de portaria e perguntando e pergunta para o Rodrigo a respeito. | Não há identificação de quem mandou a carta | Legislação e autoridades |

| | | | | | | | |
|------------------------|----------|---------------------------------|--|--------------------|--|--|--|
| | | | Franco)? | | | | |
| D11 ? | 1 | Correspondência Recebida | Carta para o Dr. Cleofas | 01/11/1953? | Fala sobre o decreto 4146 e ofício do governador solicitando providência complementar, questões de preservação. | Este documento relaciona-se com o D9 AB | Legislação e autoridades |
| *D12 ABC | 1 | Correspondência Recebida | Carta de PD ao Presidente | 06/12/1958 | Falando do projeto de lei enviado a Câmara, pedindo apoio à lei e projetos de Apoio ao Museu do Homem Americano e anexo do Instituto de Pré-Hist. que deveria ser fundado e idéias de execução de lei pelo instituto e trâmites de todo o processo que ainda não havia dado certo. | Verificar se o presidente deste período é Jânio. | Contato com autoridade (presidencial) e idéias de fundação do IPH (acho que nesse momento o IPHE já foi fundado) e Museu, preservação e legislação. |
| *D13 | 1 | Correspondência Recebida | Carta de Amaral Machado e Cia (Moacir Ramos Guimarães – gerente) para PD | 20/12/1955 | Pedindo autorização para a Comissão do IPH para exploração do sambaqui Maratuá, fala que teria cautela para retirar o material de interesse científico. | Este documento é importante porque mostra que as empresas não têm compreensão da necessidade de procedimentos científicos da metodologia na arqueologia. | Empresa exploradora, preservação, estágio da ciência, profissionalização, importância comercial do sambaqui, vista da retirada do |

| | | | | | | | |
|-----|---|--------------------------|--|------------|---|--|---|
| | | | | | | | material por parte das empresas sem a compreensão da necessidade de procedimentos científicos com metodologia na Arqueologia. |
| D14 | 1 | Correspondência Recebida | Carta de Pd a Amaral Machada e Cia Ltda. | 11/11/1953 | Exploração clandestina do sambaqui, tombamento do mesmo e solicita presença do representante legal. | Fiscalização da Comissão inclusive com sanções policiais. Há no documento o local de comparecimento, no Instituto Geográfico e Geológico do Estado (onde ficava a Comissão?), havia sede, muitas vezes correspondência enviada acho no endereço de PD (verificar). Este documento tem | Fiscalização, relação com exploradores. |

| | | | | | | | |
|-----|---|--------------------------|---|------------|--|------------------------------|--|
| | | | | | | relação com o D13 | |
| D15 | 1 | Correspondência Recebida | Carta de Amaral Machado e Cia Ltda. Para PD | 20/06/1953 | Querendo combinar visita da Comissão aos sambaquis e ida da “empresa” a sede da Comissão. | Relação com D13 e D14 | Fiscalização, relação com exploradores |
| D16 | 1 | Correspondência Recebida | Carta de PD a Amaral Machado e Cia Ltda. | 01/06/1953 | Interesse em visita do sambaqui explorado e falando de acordo dos interesses. | Relação com D13,14 e 15 | Fiscalização, relação com exploradores |
| D17 | 1 | Correspondência Recebida | Carta de Amaral Machado e Cia Ltda para PD | 15/05/1953 | Amabilidades, interesse pela Comissão, cuidado com a exploração, encaminhamento de material, denominação do trabalho da Comissão como patrióticos e em compasso com a civilização. | Relação com D13, 14, 15 e 16 | Fiscalização e relação com exploradores |
| D18 | 1 | Correspondência Recebida | | S/d | Constatação das ações e as faltas incorridas. Fala do decreto 21935 e desobediência a ele. | | Fiscalização, Legislação, comportamento. |
| D19 | 1 | Correspondência Recebida | | S/d | Comunicado das ações das empresas e pedidos de exploração. Exploração clandestina e decreto 33219 de 1/07/1953 | | Fiscalização, Legislação e comportamento |
| D20 | 1 | Correspondência Recebida | | S/d | Pesquisa e parecer da empresa como mineradora e não licença | | Comportamento da empresa, |

| | | | | | | | |
|--------------------|---|--------------------------|--------------------------------------|------------|---|---|--|
| | | | | | para explorar o sambaqui, interdição de exploração. | | legislação e interdição, relação com os exploradores |
| D21 | 1 | Correspondência Recebida | | | Planta casqueiro | | Redução de planta geral |
| D22 Várias Fls. | 1 | Correspondência Recebida | | 03/12/1954 | Escritura de compra e venda do sítio e autorização da exploração de conchas, mas obrigado à preservação científica. | Aparecem vários decretos, leis e questões de preservação. É importante abordar a questão de sobreposição de legislação, não cumprimento dela e a fiscalização que se inicia cordial de ambos os lados e posteriormente torna-se extremada. | Legislação, preservação. |
| D23 | 1 | SBPC | Carta de PD ao Prof. Bernardo Salvia | 11/03/1970 | Convidando para a XXII reunião da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência a realizar-se de 05 a 11 de julho em Salvador. Nessa reunião realizar-se-á o IV Simpósio de Pré-História, Arqueologia e Etnologia. Fala do prazer da colaboração de Sálvia e sobre os assuntos que podem ser | Logotipo PD | Organização de eventos |

| | | | | | | | |
|-----|---|------|--|------------|--|-------------|---|
| | | | | | tratados: Geologia do Quaternário e Paleontologia, desde que com relação à Pré-História. PD diz que é responsável pela organização, espera resposta e possível indicação de pessoas que possam participar da referida reunião. Fala que encaminha informações da Reunião Anual da SBPC e posterior publicação. | | |
| D24 | 1 | SBPC | | 23/03/1970 | Quase o mesmo conteúdo do documento 23 endereçado ao Sr. Prof. Sem nome e pede para estender o convite aos outros pesquisadores do Instituto de Pré-História. | Logotipo PD | Observação reunião em 70 – PD já havia sido aposentado. |

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.

ANEXOS 2

(Modelo listagem Unicamp)

* Modelo de organização das fontes documentais primárias

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.

| Doc | Pasta | Página caderno e Disquete | De/ Para | Data | Resumo | Observação | Índice |
|-------------------|------------|------------------------------------|--|-------------------|--|--|--|
| D1 | 272 | 1 | Revista | 1955 | Comentário à sessão de estudos de sambaquis (PD Separata de Anais XXXI Congresso Internacional dos Americanistas. São Paulo - 1955 | Pasta com revistas científicas de assuntos diversos, como por ex. sobre “grilo”. Eu tenho este capítulo xerocado. | Congresso dos Americanistas |
| D2 | 273 | 1 | Jornal Científico n.46 | 17/11/1895 | Com carimbo da Biblioteca de Rodolfo von Ihering. Consta de reportagem referente à sambaquis de Santos. | Documento em alemão. Não sei se é referente a visita de Rivet o texto estava em alemão. | Estudo/visita de Sambaquis |
| *D3 AE | 273 | 1 Disquete Unicamp 2 | JOURNAL OFFICIEL” DE L’ÉTAT FRANÇAIS Extrait du numéro du 15 Octobre 1941. | 15/10/1941 | Regulamentação de fósseis arqueológicos. | Documento em francês. Importante traduzir. Provavelmente PD utilizou este documento como base para a legislação brasileira. | Legislação de outro país (França) |

| | | | | | | | |
|----------|-----|-----------------------------------|---|------------|---|--|-------------------------------------|
| D4 AB | 273 | 1 Disquete Unicamp 3 | Jornal “O Estado de São Paulo”- de PARIS (De Ramon d’Aldarete especial para o “Estado”) – Tit: Uma importante Missão Científica Franco-Brasileira | 26/10/1946 | <p>a) Fala sobre a missão e os estudos pré-históricos. E cita que será dirigida pelo ex-diretor do Museu do Homem Paul Rivet.</p> <p>b) Início dos trabalhos com a chegada de Rivet em março/47 e diz que ele ficará por um ano.</p> <p>c) Patrocínio: Instituto Brasileiro de Ciência e, Educação e Cultura, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, pelo jornal “O Estado de São Paulo”, pelo Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros e pelo Museu do Homem.</p> <p>d) Doação de peças: Trata-se de peças humanas sobre o Pitecantropus, o Neanderthal, o Cro-Magnon, o Grimaldi e outros ainda, além de uma coleção de craneos de primatas.</p> <p>e) Doação de livros e documentos.</p> | a) Verificar o período de Rivet como diretor, há uma saída no período da guerra, mas é importante verificar porque acho que no tempo da missão ele já estava como diretor. | Missão Científica Franco-Brasileira |
| D5 AB | 273 | 2-3 | Matéria Jornalística: | 08/06/1947 | - Critica ao artigo da “folha da noite” que se refere a uma | A matéria jornalística reporta-se ao artigo | Estudo/visita de sambaquis |

| | | | | | | | |
|-----------|-----|-------|--|------------|---|--|--|
| | | | “Diário de São Paulo” de João Amoroso Neto – Tit: O estudo de pré-história no Brasil | | pesquisa em sambaqui com especialistas subvencionada pelo Departamento de Antropologia Da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo dizendo que a primeira vez os sambaquis recebem visita digna. - O artigo vai contra essa afirmação narrando as várias incursões e expedições em sambaquis desde D. Pedro II, passa pela Missão Franco Brasileira (Artigo D4) e cita trabalhos em sambaquis de pessoas como Loefgreen, Krone e De Fiore. | D4 | |
| D6 | 273 | 3 | Reportagem New York Times Magazine de Russel Owen - Tit: The Artic, The Antarctic | 12/01/1947 | - Fala do ambiente desconhecido e inexplorado pelos cientistas e da influência desse clima na América. | Documento em inglês e não lido na íntegra. | Assuntos científicos – diversos. |
| *D7 AC | 273 | 4 a 6 | Cópia da coleção de leis e decretos do Estado de São Paulo de 1947 - Decreto na | 31/07/1947 | - Decreto de criação de uma comissão de proteção dos sambaquis em 1947 instituída por Adhemar de Barros. e no texto | - Observar que no texto há uma forte preocupação com a importância econômica do sambaqui, bem como o tempo de | Comissão de proteção aos sambaquis de 1947 |

| | | | | | | | |
|----------|-----|-------|--|-----|--|---|----------------------------|
| | | | íntegra: n.17468-B de 31/07/1947 | | | <p>pesquisa.</p> <p>- Em um documento do MAE há uma carta de um membro desta Comissão criticando a constituída em 1952 sem informá-lo e o próprio PD criticando essa Comissão em outros documentos da listagem MAE.</p> <p>- Importante comparar esta legislação com a estabelecida pela Comissão de PD em 1952.</p> | |
| D8 AD | 273 | 6 a 9 | Reportagem – O recorte jornalístico não apresenta o nome do jornal, data de publicação e nem autoria do artigo. As fotos são de Ibiapaba | S/d | <p>a) Começa falando de Maratuá (paisagem) e aparência simiesca do povo que vivia ali.</p> <p>b) Explicação sobre o quê é o sambaqui (sernabi).</p> <p>c) Fala de estudiosos que desde 1950 tentam defender os sambaquis. “ Um aluno de Paul</p> | <p>Esse artigo traz detalhes engraçados e popularescos.</p> <p>c-d) É interessante como o jornalista se refere a luta de Paulo Duarte talvez eu possa utilizar o texto para a introdução</p> | Estudo/visita de sambaquis |

| | | | | | | | |
|----|-----|----|--|----------|--|--|----------|
| | | | <p>Martins. Tít: Milhões de toneladas de conchas guardam a pré-história do Brasil (manchete) - Paulo Duarte comanda uma batalha a preservação do livro de conchas.</p> | | <p>Rivet escrevia artigos, mexia com as autoridades, brigava com gente.” d) “Para presidir a Comissão convidou-se o homem que brigava por causa dos sambaquis”. e) O artigo fala um pouco do percurso da exploração de sambaquis, a legislação do Código de Minas, a atuação de Emperaire “Um homem remove montanhas” e depois na legenda de foto é denominado como o solitário de Bertioga. f) Cita os mosquitos e o cachorro que invade as escavações. g) Paulo Duarte fala sobre a criação do Instituto do Homem Americano e que será a reprodução do Museu do Homem de Paris.</p> | <p>quando eu estou falando de luta. g) PD volta a falar de Inst. do Homem Americano e não Museu, mas reforça que será à semelhança do Museu do H.A. de Paris. - Interessante ler esse texto para ver aspectos mais pitorescos e uma certa “cotidianização” do assunto como os mosquitos, dificuldades com moradia e o cachorro. Aliás é interessante pois a reportagem fala mais da dificuldade do trabalho do arqueólogo e não há uma apresentação com glamour.</p> | |
| D9 | 273 | 10 | Revista (acho) : | Set/1952 | Artigo sobre o carbono 14. | | Assuntos |

| | | | | | | | |
|-----------|-----|---------|--|--|---|---------------------------------------|----------------------------|
| | | | Atomes (Nome revista). Tit: Lê Carbone 14 – Chronomètre naturel por Charles Martin – attaché de Recherches à l’Institute Henri Poincaré. | | | | científicos – diversos. |
| D10 AB | 273 | 10 a 11 | Reportagem “Correio Paulistano” de Moupyr Monteiro e fotos de A. Sebastianelli – Tit: Enquanto a Ciencia Dorme | 18/01/1953 | - Histórico das pesquisas em sambaquis citando vários nomes de estudiosos e depois a atuação de Pd. | | Estudo/visita de sambaquis |
| D11 AB | 273 | 11 a 12 | Decreto de Criação da Comissão – “Estado” - | Publicação nesse artigo: 21/12/52 (olhar se bate com a publicação da lei). | - Decreto de criação da Comissão de Pré- História (1952) – Decreto n.21907 que altera o Decreto 17468-B | | Estudo/visita de sambaquis |
| D12 AB | 273 | 12 a 13 | Reportagem “Folha da | 08/03/1953 | - Reportagem que fala da destruição dos sambaquis e da | Observar que neste artigo fala que os | Estudo/visita de sambaquis |

| | | | | | | | |
|-----------|-----|---------|--|------------|--|--|----------------------------|
| | | | Manhã” de Claret Costa e fotos de Mario Zilli – Tit: Arrasam-se vandalicamente os sambaquis. | | Comissão e de PD que tenta protegê-los. | ossos estão servindo de alimento de animais sem nenhum sentimento cristão. | |
| D13 AB | 273 | 13 a 14 | Reportagem “Folha da Manhã” de Claret Costa. Fotos de Gil Passarelli - Tit: Sambaquis tesouros inestimáveis, cujo estudo alonga cada vez mais o conhecimento do passado. | 15/03/1953 | - Fala sobre a importância e destruição dos sambaquis e as coleções etnológicas e pré-históricas do Museu Paulista da qual falou Herbert Baldus. - Criação da seção de Etnologia em fins de 1946 no MP. | | Estudo/visita de sambaquis |
| D14 | 273 | 14 | Reportagem “Folha da manhã” – Tit: Já nos meados do século XVI os sambaquis despertavam a cobiça dos colonizadores. | 10/05/53 | - Sobre sambaquis. | | Estudo/visita de sambaquis |

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)